

ISSN 1983-9928
Qualis B2

História da Historiografia

número 05 • setembro • 2010
revista eletrônica semestral

História da Historiografia

número 05 • setembro • 2010
revista eletrônica semestral

Conselho Executivo (2009-2011)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Editorial

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UFJF . Juiz de Fora . MG . Brasil)
Denis Bernardes (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHSS . Paris . França)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria e diagramação

Flávia Florentino Varella (USP . São Paulo . SP . Brasil)

Contato

Rua do Seminário, s/n - Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2010, número 5, setembro 2010, 281pp.

Semestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL 10

DOSSIÊ

A história da historiografia e os estudos clássicos

Apresentação
Ana Teresa Marques Gonçalves 12

A historiografia sobre a guerra na Grécia Antiga: dos “relatos-batalha” à abordagem histórico-cultural
José Geraldo Costa Grillo & Pedro Paulo Abreu Funari 14

As lágrimas e o historiador: uma leitura de *Guerra Judaica*
Alex Degan 21

O conceito de representação e os estudos latinos: relendo as obras dos Filostratos e de Calistrato (séculos II/III d.C.)
Ana Teresa Marques Gonçalves 33

Estruturas narrativas nos *Anais* de Tácito
Juliana Bastos Marques 44

A relação entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: uma nova interpretação a partir do paradigma culturalista
Gilvan Ventura da Silva 58

Historiografia e poder: o valor da história, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo (*Hispania*, século VII)
Renan Frighetto 71

ARTIGOS

O impacto da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* no estudo da História
Antoon De Baets 86

Lógica histórica, sujeito e criação: temas de pesquisa na história do Brasil, séculos XIX e XX
Regina Horta Duarte 115

Aby Warburg e a pós-vida das *Pathosformeln* antigas
Felipe Charbel Teixeira 134

Historia a Debate, un paradigma global para la escritura de la historia
Carlos Barros 148

Polifonia e consenso nas páginas da *Revista do IHGB*: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação
Fabiana Dias 175

Pensar a história e seu risco de sangue: o momento drummondiano
Henrique Estrada Rodrigues 189

RESENHAS

Acerca del “renacer de los estudios sobre el Populismo”: una (nueva) mirada comparativa del Peronismo y el Varguismo
GROPPO, Alejandro. *Los dos Príncipes: Juan D. Péron y Getulio Vargas. Un estudio aomparado del populismo Latinoamericano*. Villa María: EDUVIM, 2009, 479 p.
Gabriel Carrizo 205

Caminhos da historiografia latino-americana
MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 146 p.
Hugo Hruby 212

Métodos e perspectivas na teoria da história de Jörn Rüsen
RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado*. Brasília: UnB, 2007, 188 p.
Cristiano Alencar Arrais 218

As metamorfoses da “escrita da história”
ANHEZINI, K. *Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia)*. Guarapuava: Unicentro, 2009, 80 p.
Diogo da Silva Roiz 223

A historiografia na América Latina em questão
MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 146 p.
Carlos Eduardo Millen Grosso 228

Um desconstrucionista desconstruindo a história
MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009, 272 p.
Ricardo Marques de Mello 232

Un itinerario historiográfico por la provincia argentina de Santa Fe
SUÁREZ, Teresa; TEDESCHI, Sonia (comps.); COUDANNES, Mariela; SCARAFÍA, Inés; GILETTA, Carina; VECARI, Silvina. *Historiografía y sociedad: discursos, instituciones, identidades*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2009, 240 p.
María Gabriela Micheletti 239

TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO

Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais
Rodrigo Machado da Silva 247

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
Rodrigo Machado da Silva 255

ENTREVISTA

Luiz Costa Lima: história, discurso, vida

Aline Magalhães Pinto

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas

Victor de Oliveira Pinto

Laise Helena Barbosa Araújo

265

PARECERISTAS DESTE NÚMERO

278

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

280

EDITORIAL 10

DOSSIER

The history of historiography and the classical studies

Introduction

Ana Teresa Marques Gonçalves

12

A historiography on the war in ancient Greece: from the “account-battles” to the historical-cultural approach

José Geraldo Costa Grillo & Pedro Paulo Abreu Funari

14

The tears and the historian: a reading of *The Jewish War*

Alex Degan

21

The conception of representation and Latin studies: analysing Philostratus and Calistratus’ works (II/III Centuries A.D.)

Ana Teresa Marques Gonçalves

33

Narrative structures in Tacitus’ *Annals*

Juliana Bastos Marques

44

The relationship between Judaism and Christianity in the Roman Empire: a new approach based on the cultural paradigm

Gilvan Ventura da Silva

58

Historiography and the power: the value of history, according to the thought of Isidore of Seville and Valerius of Bierzo (*Hispania*, seventh century)

Renan Frighetto

71

ARTICLES

The impact of the *Universal Declaration of Human Rights* on the study of history

Antoon De Baets

86

Historical logic, agents and creation: research issues in Brazilian history, 19th and 20th Centuries

Regina Horta Duarte

115

Aby Warburg and the afterlife of ancient *Pathosformeln*

Felipe Charbel Teixeira

134

History under Debate, a global paradigm for the writing of history

Carlos Barros

148

Polyphony and consensus in the pages of the *Journal of IHGB*: the question of workmanship in the process of consolidation of the nation
Fabiana Dias 175

Thinking about history and your risk of blood
Henrique Estrada Rodrigues 189

REVIEW ESSAYS

A respeito do “renascer dos estudos sobre o Populismo”: uma (nova) mirada comparativa do Peronismo e o Vargismo
GROPPO, Alejandro. *Los dos Príncipes: Juan D. Péron y Getulio Vargas. Un estudio aomparado del populismo Latinoamericano*. Villa María: EDUVIM, 2009, 479 p.
Gabriel Carrizo 205

Caminhos da historiografia latino-americana
MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 146 p.
Hugo Hruby 212

Métodos e perspectivas na teoria da história de Jörn Rüsen
RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado*. Brasília: UnB, 2007, 188 p.
Cristiano Alencar Arrais 218

As metamorfoses da “escrita da história”
ANHEZINI, K. *Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia)*. Guarapuava: Unicentro, 2009, 80 p.
Diogo da Silva Roiz 223

A historiografia na América Latina em questão
MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 146 p.
Carlos Eduardo Millen Grosso 228

Um desconstrucionista desconstruindo a história
MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009, 272 p.
Ricardo Marques de Mello 232

Un itinerario historiográfico por la provincia argentina de Santa Fe
SUÁREZ, Teresa; TEDESCHI, Sonia (comps.); COUDANNES, Mariela; SCARAFÍA, Inés; GILETTA, Carina; VECARI, Silvina. *Historiografía y sociedad: discursos, instituciones, identidades*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2009, 240 p.
María Gabriela Micheletti 239

HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT

Diogo de Vasconcellos and IHGMG: the parameters for the history of Minas Gerais
Rodrigo Machado da Silva 247

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
Rodrigo Machado da Silva 255

INTERVIEW

Luiz Costa Lima: história, discurso, vida

Aline Magalhães Pinto

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas

Victor de Oliveira Pinto

Laise Helena Barbosa Araújo

265

REVIEWERS OF THIS ISSUE

278

EDITORIAL GUIDELINES

280

Editorial

editorial

A partir deste número *História da Historiografia* passa a ser oficialmente uma publicação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia – SBTHH. Em sua última Assembleia Geral ocorrida no dia 18 de agosto durante o 4º Seminário Nacional de História da Historiografia, em Mariana, a proposta foi acolhida pela unanimidade dos membros presentes. A iniciativa pretende consolidar um novo modelo de gestão de periódicos acadêmicos em nossa área. Parece claro para muitos que o excesso de periódicos com pouco impacto pode ser resolvido, em parte, pela consolidação de veículos especializados, interinstitucionais e que representem grupos e redes de pesquisa com circulação nacional e internacional. Este novo formato não substituirá os periódicos tradicionais e que representam uma espécie de identidade da área de história, sendo mais uma das respostas possíveis à emergência de novas condições de produção e circulação do conhecimento acadêmico.

Outra novidade neste número pode ser notada no *design* da revista, que é apenas a parte mais visível de algumas transformações estruturais na plataforma OJS (*Open Journal System*) que nos serve de referência. O *menu* de navegação está mais atraente e amigável para o usuário, a seção resenha foi reforçada pela presença da capa do livro resenhado como âncora de navegação. Mais uma iniciativa para valorizar essa prática tão necessária em momento de vertiginoso crescimento da produção especializada.

Desde 2009, quando dados de acesso passaram a ser computados, a revista já foi acessada por quase 26 mil visitantes únicos, com pouco mais de 34 mil acessos. Destes, 30 mil são de leitores espalhados por todo o Brasil, e o restante, em países como Argentina, Portugal, Alemanha, Moçambique, EUA e Espanha, os mais importantes em uma lista de 64 nações. A rapidez e a profundidade dessa recepção não seriam possíveis em outro formato senão o eletrônico. Muitos desafios estão a nossa frente: a continuidade da indexação, o reforço da revista como um espaço de trabalho colaborativo e o aprofundamento da internacionalização da produção local são apenas alguns deles. Tentaremos, neste espaço, manter nossos leitores atualizados sobre esses caminhos e seus desafios.

10

Os editores

Dossiê

dossier

A história da historiografia e os estudos clássicos
The history of historiography and the classical studies

Apresentação

O dossiê intitulado "A história da historiografia e os estudos clássicos" congrega seis artigos de pesquisadores que têm se debruçado sobre a escrita da História na Antiguidade Clássica, em seus mais diversos temas e formas. Em todos, é perceptível como nossos paradigmas atuais de investigação têm orientado nossos olhares em direção a um passado que, por vezes, parece tão distante no tempo e no espaço, mas que de nós se aproxima pelas temáticas abordadas, pelos conceitos utilizados e pelo modo como os documentos, com as mais variadas naturezas e apresentados nos mais diversos suportes, têm sido relidos de forma crítica.

No artigo dos professores Pedro Paulo Abreu Funari e José Geraldo Costa Grillo (Unicamp), tem-se um painel de como a historiografia acerca das atividades bélicas na Grécia Antiga se alterou ao longo do tempo, por meio da passagem de um modelo narrativo baseado nos relatos de batalhas para uma abordagem histórico-cultural. A guerra deixou de ser vista apenas como negócio de Estados e passou a ser encarada como uma prática cultural, plena de símbolos e insígnias, pela análise de documentos textuais e arqueológicos, resgatados da cultura material do povo grego antigo.

Já no artigo do professor Alex Degan (PUCCAMP), apresentam-se as particularidades da produção historiográfica de Flávio Josefo, historiador judeu, autor da célebre obra intitulada *Guerra Judaica*, que dedica seus escritos aos imperadores romanos do período flaviano. Percebe-se no texto como Josefo mesclou, na construção de sua narrativa, cânones advindos da cultura literária greco-romana com aspectos oriundos do judaísmo rabínico, repensando a própria honra dos combatentes e os discursos proferidos sobre as atividades bélicas.

No artigo que se segue, de minha autoria (UFG), busca-se aplicar o conceito de representação nos estudos latinos, a partir de uma análise das obras dos Filostratos e de Calistrato, autores do segundo e do terceiro séculos de nossa Era. Nessas obras, produzidas em forma de diálogos, os autores fazem a *ekphrasis*, *i. e.*, a descrição literária de obras de arte visuais, sejam estas estátuas ou pinturas. A partir da análise desses relatos, é possível repensar as noções de imitação, imaginação, fantasia, utilidade, verossimilhança, tradução, entre outras, que se vinculam diretamente aos estudos atuais a respeito da produção de uma história do imaginário e das representações, no passado e no presente.

No artigo da professora Juliana Bastos Marques (UNIRIO), por sua vez, entra-se em contato com as estruturas narrativas dispostas na obra de Tácito, os *Anais*, produzida entre os governos de Trajano e Adriano. Partindo de questões vinculadas à forma da narrativa, a autora revê o próprio gênero historiográfico tacidideano e as principais características que este assumiu na escrita latina como um todo. O relato das ações imperiais permite que se reflita sobre os artifícios retóricos que são dispostos por Tácito, no sentido de propor uma visão evolutiva da História do Império Romano em pleno período alto imperial.

No que se refere ao artigo do professor Gilvan Ventura da Silva (UFES), verifica-se como a aplicação do paradigma culturalista tem modificado a análise das relações entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano. A exploração de outros documentos e a utilização de novos conceitos permitem a elaboração de novas hipóteses, que têm sido frutíferas na construção de inferências a respeito da dimensão religiosa como prática cultural na Antiguidade. Ao repensar a aplicação de conceitos, como identidade, hibridismo, sincretismo e transculturalismo, retoma-se onexo entre as crenças judaicas e as cristãs, no intuito de discernir as relações, ora de cooperação ora de concorrência, dispostas entre judeus e cristãos no âmbito do Império Romano.

No que concerne ao artigo do professor Renan Frighetto (UFPR), estabeleceu-se o valor da narração histórica para os autores hispânicos Isidoro de Sevilha e Valério de Bierzo. A importância do historiador, como um ordenador de fatos e um gerador de sentidos para os acontecimentos, é retomada na busca de um conceito de verdade. Conceito este revisto como preceito metodológico, na operação historiográfica empreendida por esses dois autores antigos, e como garantidor de utilidade para o que se propõe relatar. Novos suportes materiais, que permitiam o registro das informações escritas, possibilitaram novas formas de preservação do conhecimento histórico. Assim, retomam-se no artigo as relações entre o poder, como encadeador da escrita, e a arte de se recordar, como fundamental para a produção de uma memória capaz de se tornar um veículo de fortalecimento do poder dos grupos nobiliárquicos, que governavam a sociedade hispano-visigoda na Antiguidade Tardia.

Desse modo, acreditamos apresentar aos leitores um pequeno conjunto de artigos que permitem visualizar como as novas tendências teóricas e metodológicas têm afetado diretamente os estudos vinculados a temas advindos das análises dos documentos antigos. Novos paradigmas e novas abordagens têm possibilitado a produção de novos olhares sobre as sociedades clássicas, o que ampliou a gama da documentação abarcada por meio destes trabalhos. Portanto, a revisão de conceitos e a retomada de estudos sobre a prática de se produzir relatos históricos no passado e no presente, com todas as suas diferenças e semelhanças, têm gerado vários estudos, como os que compõem este dossiê, capazes de demonstrar como o saber histórico tem sido construído e reconstruído ao longo do tempo, a partir das mais diversas matrizes e matizes.

Uma boa leitura a todos.

Ana Teresa Marques Gonçalves
Universidade Federal de Goiás (UFG)

A historiografia sobre a guerra na Grécia Antiga: dos “relatos-batalha” à abordagem histórico-cultural

A historiography on the war in ancient Greece: from the “account-battles” to the historical-cultural approach

José Geraldo Costa Grillo

Professor Adjunto
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
jgcgrillo@yahoo.com.br
Estrada do Caminho Velho, 333
Guarulhos - SP
07252-312
Brasil

Pedro Paulo Abreu Funari

Professor Titular
Universidade de Campinas (Unicamp)
ppfunari@uol.com.br
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas - SP
13083-970
Brasil

14

Resumo

Os autores retomam os principais temas, abordagens e problemas da historiografia militar da Grécia Antiga com a finalidade de mostrar que as pesquisas se direcionam para uma abordagem cultural da guerra.

Palavras-chave

Grécia Antiga; Historiografia militar; Abordagem cultural.

Abstract

The authors revise the main issues, approaches and problems of military historiography of ancient Greece in order to show that research are heading for a cultural approach to the war.

Keywords

Ancient Greece; Military historiography; Cultural approach.

Enviado em: 29/04/2010
Autores convidados

Introdução

Os temas, abordagens e problemas principais da historiografia militar da Grécia antiga foram passados em revista por Raoul Lonis e Pierre Ducrey, em artigos já clássicos. Lonis (1985) elaborou um boletim crítico sobre 260 obras referentes à pesquisa realizada entre os anos 1968 e 1983, dividindo-as em nove temas: obras gerais, épocas micênica e geométrica, forças e modos de combate nas épocas arcaica e clássica, exércitos e finanças, os exércitos de Atenas, Esparta, Macedônia e Tebas, Exército e cidade, direito de guerra e usos da guerra, guerra e religião e guerra e paz.

O estado da arte efetuado por Lonis sobre a guerra na Grécia antiga tornou-se modelar para as realizações posteriores; todavia, ainda que tenha apontado implicações importantes como a relação do estabelecimento da falange hoplítica e o surgimento da polis na época arcaica e o tema da mentalidade guerreira na relação entre guerra e religião, ele não situou essas pesquisas no conjunto das disciplinas envolvidas, sobretudo a história antiga e a arqueologia clássica, e o desenvolvimento de suas teorias e metodologias.

Essa empresa foi levada a efeito por Ducrey (1997; 1999), que se propôs a uma reflexão sobre a evolução da historiografia da guerra na Grécia antiga de 1945 até 1999, dedicado às orientações recentes da pesquisa nesse domínio. Situando a história antiga no contexto maior da história geral, mostrou como essa historiografia, agora pouco interessada em uma "história acontecimental", adotou uma nova orientação, trabalhando, ao menos na França, com os conceitos de "longa duração" e de "mentalidades" da Escola dos *Annales*. Também no mundo anglo-saxão, surgiram temas como relações de gênero, identidades, subjetividades, o indivíduo, como atesta Harry Sidebottom (2004), Simon Hornblower (2007) e Hans van Wees (2007).

À parte das reações de aceitação e de recusa que esses conceitos provocam em certos âmbitos acadêmicos, esse novo olhar da historiografia pôs em destaque, segundo Ducrey, dois elementos que nos interessam: primeiramente, as guerras do presente deixaram marcas nas obras dos historiadores militares atuais; segundo, o aspecto polivalente e universal do tema da guerra. Não se pode ler um autor antigo como Tucídides sem relacionar seus intérpretes, a cada momento da História, aos contextos e circunstâncias de suas épocas (SILVA 2008). A historiografia sobre a guerra na Grécia antiga também se caracterizou, nas últimas décadas, pelo uso tanto da tradição textual e dos textos clássicos, como pela crescente valorização das evidências materiais.

À luz desses dados, retomamos parcialmente essa história com a finalidade de mostrar que as pesquisas se direcionam para uma abordagem cultural da guerra na Grécia antiga. A relação entre guerra e violência nessa historiografia coloca em evidência o uso do conceito de "sensibilidades", tão caro à história cultural.

Guerra e violência na historiografia militar

A historiografia da guerra passou, no século XX, por uma transformação.

Conforme Yvon Garlan (1999), essa mudança deveu-se a um olhar para o mundo contemporâneo, um mundo marcado pela guerra, por conflitos envolvendo libertações nacionais e causas sociais, pelo desenvolvimento das forças de destruição, pela ameaça permanente de uma catástrofe nuclear. Essas marcas levaram os historiadores a considerar seriamente o fato militar em todas as suas implicações e a pensar a história de maneira diferente.

No caso da história militar grega, os historiadores abandonaram os métodos descritivos e se voltaram para uma reflexão temática e problemática da guerra, desembocando em uma *sociologia da guerra*. No final da Segunda Guerra Mundial, Hilda Lockhart Lorimer (1947) deu o primeiro impulso rumo a uma história sociológica da guerra na Grécia antiga, ao estabelecer relações entre armamento e sociedade. Com isso, ela questionou a ideia, construída sobre as fontes escritas, de que a evolução do armamento e das táticas de combate se deu por uma "revolução dos hoplitas", argumentando, sobretudo a partir dos dados arqueológicos, ter havido, ao contrário, uma evolução relativamente lenta do armamento e do modo de combate, conjugada com a das práticas sociais.

Logo depois, nos anos que se seguiram ao fim da guerra, André Aymard (1967) realizou, na perspectiva teórica da escola historiográfica dos *Annales*, seminários temáticos sobre os reféns, o saque, os mercenários, a vitória, a derrota, e tantos outros que demonstravam uma sociologia da guerra na Antiguidade Clássica. Ele formou toda uma geração de pesquisadores, que, a partir dos anos sessenta, dedicaram-se, na linha de pesquisa aberta por ele, a estudar não mais *as* guerras, mas *a* guerra, entendida agora como um *fenômeno* social, econômico, religioso, cultural etc., em sua "longa duração", isto é, sua *permanência* na História (GARLAN 1999).

Significativas e marcantes, nessa direção, foram as conferências proferidas, em 1965, no Centro Louis Gernet, em Paris, na França, dedicadas aos *Problemas da guerra na Grécia antiga*, onde, sob a direção de Jean-Pierre Vernant, uma grande equipe de especialistas dedicava-se a estudar a guerra, partilhando a ideia de que, para os gregos da época clássica, a guerra era natural. Essa concepção decorre do fato de que os gregos – organizados em pequenas cidades, orgulhosas de sua independência e desejosas em afirmar sua supremacia – viam, na guerra, a expressão normal da rivalidade que preside às relações entre seus Estados, sendo que a paz, isto é, momentos de tréguas, se inscreviam como tempos perdidos na trama dos conflitos. Adeptos de uma abordagem antropológica e histórica, que buscava compreender as relações entre guerra e sociedade, partilhavam da compreensão de que esta presença, natural e necessária, da guerra não se constituía, na vida social grega, um domínio à parte, com suas instituições, seus valores, sua ideologia, mas que, antes, confundia-se com a vida comunitária do grupo, tal qual ela se exprime nas estruturas do Estado. Portanto, a guerra não está apenas submissa à cidade, a serviço da política, ela é a própria política, identificando-se, assim, com a cidade, pois o papel do guerreiro coincide com o de cidadão, ou seja, ele se manifesta como guerreiro, uma vez que ele é um agente político com o poder de decidir as questões comuns do grupo (VERNANT 1999).

Não foram somente as duas guerras mundiais que influenciaram a historiografia militar; a permanência da guerra durante todo o século XX continuou a exercer seu papel de produzir sensibilidades, de despertar novas percepções. A Guerra do Vietnã levou o historiador militar britânico John Keegan (1999) a estabelecer uma diferença entre a *face da batalha* para os estrategistas que a planejam e para os soldados que a realizam, destacando seus efeitos sobre os combatentes, provocando dramas, traumas e atitudes, inclusive, as cruéis, violentas. Esse enfoque influenciou Victor Davis Hanson (1989), que abordou a guerra na Grécia antiga de maneira "realista", considerando-a tanto na perspectiva do agressor como na do agredido. Todavia, foi sua proposta de que a guerra grega antiga está na base do tipo de guerra praticada no mundo ocidental até uma época recente, o que mais despertou os interesses.

Os estudos de Pedro Paulo Abreu Funari (2006; 2008) sobre a Guerra do Peloponeso realizam-se nessa direção. Considerando o contexto histórico e cultural do passado e do presente, ele demonstra tanto como essa guerra foi a primeira a pôr em relação guerra e sistemapolítico, isto é, o embate entre o ideal democrático de liberdade de um lado e a tirania e a submissão de outro, quanto os usos ideológicos que são feitos dela, desde a Antiguidade até os dias atuais, por políticos e militares.

A guerra da Bósnia também trouxe consequências para a historiografia militar. Esse foi um tempo em que a guerra esteve, de maneira especial, no foco das atenções. É nesse momento crucial que se associa *guerra e violência*. Isso não implica, porém, afirmar que a violência tenha passado completamente despercebida da historiografia; significa simplesmente que uma sensibilidade, recém surgida, modificou os olhares. Guerra e violência tornaram-se, nesse contexto, indissociáveis, sendo esta última entendida como inerente à primeira, como sua expressão essencial, e passaram, então, a ser abordadas de maneira sistemática.

O primeiro esforço para entender essa relação deu-se nos Seminários sobre *Guerra e violência na sociedade grega*, ocorridos, entre janeiro e março de 1998, no Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Londres (VAN WEES 2000). Alguns anos mais tarde, no Colóquio Internacional, *A violência nos mundos grego e romano*, ocorrido, entre 2 e 4 de maio de 2002, na Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, a violência foi posta em primeiro plano e as análises se voltaram para sua representação nos mundos grego e romano, com interesse especial nos discursos produzidos e nas normas que estruturam os sistemas sociais (BERTRAND 2005).

Trata-se de uma nova maneira de ver a violência, derivada de uma nova sensibilidade. Nicolas Richer exprime isso muito bem ao dizer que

estudar a violência, é preparar-se para conhecê-la, para reconhecê-la, para identificar os contextos que favorecem suas manifestações. É familiarizar-se intelectualmente com um fenômeno complexo, do qual, [...], todos os seres humanos experimentam um dia ou outro, uma vez que, verdadeiramente, nós nos tornamos extraordinariamente sensíveis a uma

insegurança que, provavelmente, nunca foi tão impotente, em relação ao número potencial crescente de vítimas e de outros atos de violência (RICHTER 2005, p. 8).

No que se refere ao mundo grego, André Bernand (1999) entende ter a violência se dado de maneira onipresente na civilização grega, e que essa violência exprimia-se pelo espírito de vingança. A aprendizagem da violência pelos gregos veio, primeiramente, da necessidade de enfrentar as brutalidades da natureza que os cerca – solo árido, inundações, tempestades, terremotos, epidemias, feras selvagens –; depois, de Homero ao dar-lhes os primeiros exemplos literários de violência, a *Ilíada* e a *Odisseia*; mas, também, dos autores trágicos, que representaram inúmeras vezes em suas tragédias, o crime reagindo ao crime, a vingança em resposta a uma agressão, mostrando ser a vingança uma constante na história grega.

Essas transformações ocorridas na historiografia militar permitem que temas já estudados sejam abordados de outra perspectiva, ou seja, a partir da relação entre guerra e violência, produzindo, conseqüentemente, novos resultados.

José Geraldo Costa Grillo (2008), por exemplo, analisa o tema da Ira de Aquiles, tal qual manifestada em seu tratamento do cadáver de Heitor, primeiramente, conforme sua descrição na *Ilíada* e, depois, a partir de sua representação nos vasos áticos. Com isso, mostra que o mesmo foi diversamente compreendido pelos gregos antigos, evidenciando diferentes sensibilidades à guerra, em geral, e à violência, em particular, e, conseqüentemente, identidades diversas.

18

Considerações finais

O estudo da guerra na Grécia antiga passou por mudanças substanciais nas últimas décadas. As narrativas interessadas na reconstrução dos acontecimentos, tais como teriam propriamente acontecido, foram sendo concorrenciadas por preocupações com as circunstâncias e contextos de produção das interpretações pela historiografia moderna. Em seguida, os textos clássicos foram, cada vez mais, relacionados a evidências iconográficas e materiais, de modo a compor um quadro mais complexo e menos unilateral dos conflitos. À luz das discussões epistemológicas pós-modernas (FUNARI e SILVA 2009), temas como violência, sexualidade e identidades, inseriram-se no amplo campo da cultura grega antiga. Renovado, o interesse pela guerra na Grécia antiga só tem aumentado.

Agradecimentos

Agradecemos a Harry Sidebottom e Glaydson José da Silva. Mencionamos o apoio institucional do Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp, da FAPESP e do CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Bibliografia

- AYMARD, A. **Études d'histoire ancienne**. Paris: PUF, 1967.
- BERNAND, A. **Guerre et violence en Grèce antique**. Paris: Hachette, 1999.
- BERTRAND, J.-M. (Dir.). **La violence dans les mondes grec et romain**. Actes du colloque international. Paris, 2-4 mai 2002. Paris: Publications de la Sorbonne, 2005.
- DUCREY, P. Aspects de l'histoire de la guerre en Grèce ancienne, 1945-1996. In: BRULÉ, P.; OULHEN, J. (org.). **Esclavage, guerre, économie en Grèce ancienne**: Hommages à Yvon Garlan. Rennes: PUR, 1997, p. 123-138.
- _____. **État des questions. Guerre et guerriers dans la Grèce antique**. Paris: Hachette, [1985] reimpressão, 1999. p. 274-290.
- FUNARI, P. P. A. Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI, D. (org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19-45.
- _____. La guerre du Péloponnèse et les usages modernes. **Histoire Antique**, 40, p. 26-31, 2008.
- FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J. **Teoria da História**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- GARLAN, Y. **Guerre et économie en Grèce ancienne**. Paris: La Découverte, 1994. ed., 1999.
- GRILLO, J. G. C. A ira de Aquiles e as sensibilidades à violência na Grécia antiga. **História: Questões & Debates**, 48-49:37-59, 2008.
- HANSON, V. D. **The Western Way of War**: Infantry battle in classical Greece. New York: Knopf, 1989.
- HORNBLOWER, S. War and the development of ancient historiography. In: SABIN, P.; VAN WEES, H., WHITBY, M. (ed.). **The Cambridge History of Greek and Roman Warfare**. Cambridge: Cambridge University, 2007, p. 22-53.
- KEEGAN, J. **A face da batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [1979] 1999.
- LONIS, R. La guerre em Grèce. Quinze années de recherche: 1968-1983. **Revue des Études Grecques**, 98:321-379, 1985.
- LORIMER, H. L. The hoplite phalanx with special references to the poems of Archilochos and Tyrtaeus. **Annual of the British School at Athens**, 42:76-138, 1947.
- RICHTER, N. La violence dans les mondes grec et romain. Introduction. In: BERTRAND, J.-M. (Dir.). **La violence dans les mondes grec et romain**. Actes du colloque international. Paris, 2-4 mai 2002. Paris: Publications de la Sorbonne, 2005. p. 7-35.

- SIDEBOTTOM, H. **Ancient Warfare**. Oxford: Oxford University, 2004.
- SILVA, G. J. Thucydide II, 37 et le préambule de la Constitution européenne. **Histoire Antique**, 40:38-44, 2008.
- VAN WEES, H. Introduction. **War and Violence in Ancient Greece**. London-Ducworth:Swansea-Classical Press of Wales, 2000. p. vii-viii.
- _____. Warfare and society. In: SABIN, P.; VAN WEES, H., WHITBY, M. (Ed.). **The Cambridge History of Greek and Roman Warfare**. Cambridge: Cambridge University, 2007. p. 273-299.
- VERNANT, J.-P. Introduction. **Problèmes de la guerre en Grèce ancienne**. Paris: EHESS-Seuil, [1968], 1999. p. 11-38.

As lágrimas e o historiador: uma leitura de *Guerra Judaica**

The tears and the historian: a reading of *The Jewish War*

Alex Degan

Professor Assistente
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
alexdegan@yahoo.com.br
Avenida Dr. Odilon Fernandes, 420/501B - Centro
Uberlândia - MG
38010-105
Brasil

Resumo

Este artigo analisa e problematiza as ligações construídas entre a historiografia clássica e o historiador judeu Flávio Josefo, destacando tal problemática nas estruturas do livro *Bellum Judaicum*. Tal exercício pretende refletir as complexas relações intelectuais arroladas no Mediterrâneo romano.

Palavras-chave

Bellum Judaicum; Flávio Josefo; Historiografia clássica.

21

Abstract

This article analyses and rethinks the connections built between the classical historiography and the Jewish historian Flavius Josephus, emphasizing the problematic in the structures of the book *Bellum Judaicum*. This exercise intends to debate the complex intellectual relations that took place in the Roman Mediterranean.

Keywords

Bellum Judaicum; Flavius Josephus; Classical historiography.

Enviado em: 29/04/2010
Autor convidado

* Parte deste texto foi enviada para o 3º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2009, Mariana (UFOP).

*Não discutirei com os críticos severos a respeito da emoção.
Que atribuam os fatos à História e as lágrimas ao historiador.
(GJ: I, 12)*

Nosso objetivo neste artigo é apresentar as particularidades da produção historiográfica de Flávio Josefo, centrando nossas observações no livro *Guerra Judaica*. Para tanto pretendemos analisar as relações construídas no texto com as características do gênero “História” na cultura literária greco-romana da época, ressaltando as características mais importantes do livro.

Os escritos¹

De imediato, seria interessante apontar a posição da *Guerra Judaica* nos escritos de Josefo. Entendemos que elas, de forma geral, se equilibram em duas direções (LAMOUR 2006, p. 103). Suas obras iniciais, *Guerra Judaica*² e *Antiguidades Judaicas*,³ manifestam sua ambição em ser um historiador que responde aos modelos clássicos, assim como representa uma vontade em restituir um lugar honrado aos seus compatriotas, visto que narra a história de uma grande guerra e de uma antiga etnia. Particularmente em *Antiguidades Judaicas*, sua obra mais extensa, organizada em vinte livros que consumiram cerca de dez anos de trabalho, essa riquíssima relação entre os modelos clássicos e a honradez judaica aparece de forma clara. Sua estada em Roma, gozando dos privilégios da corte Flávia, aprofundou seus conhecimentos dos valores e das características da literatura clássica. Encontrou em Dionísio de Halicarnasso um modelo adequado aos seus intentos literários:⁴ os mesmos vinte livros estruturam as duas obras, próximas também pelos títulos, *Antiguidades romanas* de Dionísio, *Antiguidades Judaicas* de Josefo. Dionísio também procurou interpretar o fenômeno “Roma”, relacionando as conquistas latinas como uma espécie de continuação da epopeia helena. A interpretação de Josefo,⁵ assentada na tradição profética da *TaNaCH*, reservou para os romanos o papel de instrumentos divinos, dignos de figurar na história judaica como estruturas punitivas. Próximo de Jeremias, o Império Romano de Josefo se assemelha com a representação dos babilônicos feita pelo profeta.

Seus derradeiros escritos são mais complexos e contraditórios. *Contra Apíão*⁶ apresenta-se mais militante que seus textos anteriores, abordando a originalidade da Lei judaica e o seu judaísmo em detalhes empolgantes.

22

¹ Vamos adotar as seguintes abreviações para os escritos de Josefo: GJ para *Guerra Judaica*, AJ para *Antiguidades Judaicas*, CA para *Contra Apíão* e Vita para *Autobiografia*.

² Primeiro trabalho escrito por Josefo, que provavelmente iniciou suas notas ainda na condição de cativo. Embora ele nos diga que trabalhou em outra versão, escrita em aramaico, o texto que chegou até nós foi registrado em língua grega. Estima-se que a edição grega tenha aparecido no final do reinado de Vespasiano, entre 75 e 79.

³ Obra extensa, composta por 20 tomos, que trata desde as origens do povo hebreu até o início do levante de 66-70. Sua publicação se deu em torno de 94 e 99.

⁴ Sobre as relações de Josefo com Dionísio de Halicarnasso, ver Thackeray (Introduction, Books I-IV, p. IX); Villalba I Varneda (1986, p. 64-67, 207-208, 249); Lamour (2006, p. 49-50).

⁵ Mais propriamente presente em *Guerra Judaica*.

⁶ Obra que faz uma apologia do judaísmo. Escrita como resposta às críticas de intelectuais helenistas que questionavam a antiguidade dos judeus, procurando responder calúnias e acusações antisemitas, provavelmente foi publicada posteriormente aos textos do *Bellum Judaicum* e *Antiguidades Judaicas* (entre 94 e 99).

Autobiografía,⁷ seu livro mais controverso e depreciado, separa-se ainda mais de seus escritos “históricos”: mal-escrita e repleta de contradições (em comparação com seus escritos anteriores), esta obra oferece grandes possibilidades para refletirmos sobre as lembranças de Josefo, assim como seus ressentimentos e compromissos, todos imbricados em sua tarefa de lembrar, escrever e narrar. O que une todas as suas obras se encontra em uma genuína preocupação em registrar a capacidade de resistência e a vitalidade cultural dos judeus, restituindo uma nobreza à nação derrotada. Respondendo ao antijudaísmo literário, crescente desde o último quartel do século I a.C. e presente em autores como o gramático alexandrino Apião (que, segundo Josefo, acusava os judeus de constituírem uma raça de “leprosos impuros”, CA: I, 227-232), os poetas satíricos Marcial e Juvenal e o sóbrio historiador Tácito (no livro V de suas *Histórias*), seus escritos procuram demonstrar a antiguidade da história judaica, conduzida por grandes líderes e invejável em suas contribuições para a civilização, de certa forma com um espírito semelhante ao de Berosso, em *Babiloníaca*, e Maneton com *Egipciaca*.

Conscientes dessas formulações gerais sobre os textos de Josefo, pretendemos agora centralizar nossa análise em *Guerra Judaica*.

A Guerra Judaica

23

Guerra Judaica foi provavelmente o primeiro trabalho escrito por Flávio Josefo. Embora ele nos diga que trabalhou em outra versão do texto, escrita em aramaico (GJ: I, 3-5), a versão que chegou até nós foi a registrada em língua grega. Não se pode afirmar com certeza a data de sua publicação, mas estima-se que a edição grega tenha aparecido no final do reinado de Vespasiano, entre 75 e 79 (RAJAK 1984, p. 195). A *Guerra* foi organizada em sete livros de desigual extensão, sendo o primeiro o maior. O intento da obra foi investigar a história dos judeus da Palestina desde os tempos do rei selêucida Antíoco IV Epífanes até a queda de Massada. De todos os livros que compõem a obra, os cinco últimos tratam diretamente dos anos da guerra, com dois deles específicos ao cerco de Jerusalém.

Por tratar da ancestralidade do judaísmo rabínico e do cristianismo, Flávio Josefo pode ser considerado um privilegiado devido ao grande número de cópias de seus textos que foram preservados (HADAS-LEBEL 1991, p. 269). Já no século II, o uso de Josefo pelos cristãos primitivos é percebido, iniciando uma “vida cristã” que ainda lhe pesa, circulando entre ilustrados dos primeiros anos da Igreja. Somente no século X a tradição judaica voltou a se interessar por Josefo. Provavelmente no sul da Itália, um manuscrito hebraico chamado *Sefer Yosippon* apareceu, sendo atribuído ao pensador antigo Hegesipo (LAMOUR 2006, p. 140). Hoje a crítica observa (HADAS-LEBEL 1991, p. 263) que do *Yosippon* surgiram outras cópias judaicas de Josefo em árabe, ladino, iídiche, alemão, inglês e línguas eslavas. De qualquer forma, seja na tradição cristã ou judaica, a

⁷ Aparece como um apêndice, talvez sendo acrescentado em alguma outra edição de suas obras posteriores. Publicada em 94 e 100.

sobrevivência de Flávio Josefo se deu por ação de copistas medievais, com cerca de 120 manuscritos conhecidos.

Excetuando a primeira versão aramaica da *Guerra*, Josefo escreveu sistematicamente em grego, manifestando um profundo trabalho intelectual que desejava se vincular aos círculos eruditos e literários das elites ilustradas do Império. Refletindo certo prestígio, Eusébio (*História eclesiástica*: III, 9) registrou que suas obras estavam depositadas nas bibliotecas públicas e privadas em Roma, assim como o grande número de cópias medievais que foram produzidas no antigo oriente romano sugere que ele deveria ser apreciado nessa região do Império.

Sem se preocupar em construir uma crônica descritiva do levante judaico, Josefo voltou no tempo para esclarecer as causas do conflito, iniciando seu relato quando terminam os registros feitos pelos profetas e historiadores da Antiga Judeia. O livro I começa com um prólogo contendo considerações sobre a organização da obra e o ofício de historiador, passando pelas rivalidades entre os judeus palestinos e os selêucidas, o levante dos Macabeus, a dinastia dos Hasmoneus, o início das intervenções dos romanos na Judeia e terminando com uma descrição do reinado de Herodes. O livro II se prende nas causas imediatas da guerra, debatendo sobre a falência administrativa dos herdeiros de Herodes, o governo direto de Roma, a corrupção dos governadores e procuradores, assim como o início da insurreição entre os judeus. O livro III inaugura o relato dos acontecimentos da guerra propriamente dita, centralizando os acontecimentos em torno de quatro personagens: o experiente general Vespasiano, seu vigoroso filho Tito, o rebelde inescrupuloso João de Giscala e o próprio Flávio Josefo, com sua mudança de sorte. Com a descrição da queda de Jotapata e da captura de Josefo entendemos que a narrativa sofre uma virada: Jotapata marca a ruptura entre o general rebelde e o liberto Flaviano. O livro se encerra com a conquista da Galileia e a famosa predição de Josefo ao general Vespasiano. O livro IV começa com a marcha até Jerusalém, com o início do sítio, a descrição da crescente divisão entre os partidos judeus sitiados na cidade e a elevação de Vespasiano ao trono do império. Os livros V e VI tratam do cerco e da tomada de Jerusalém por Tito, assim como a guerra civil entre três grupos de rebeldes judeus (João, Simão e Eleazar). Os livros também oferecem uma descrição detalhada do exército romano, dos estragos provocados pela fome entre os judeus, do penoso sítio para ambos os lados e da destruição do Templo pelos romanos. O derradeiro livro, VII, se estende sobre as consequências da queda de Jerusalém, o destino reservado aos vencidos, a resistência e o dramático desfecho de Massada.

O título grego que Josefo se referia à *Guerra* (*AJ*: XX, 258; *Vita*: 412) ficou registrado como *PERÌ TOÛ IOUDAIKOÛ POLÉMOU*, o que, como foi observado por Henry St. John Thackeray (2000, p. 19), pode ser traduzido como *A guerra contra os judeus*. Já no título do trabalho está expressa uma visão romana do conflito, o que reforça a ideia do compromisso de seu autor com a tradição historiográfica greco-romana e com o Flaviano. Entretanto,

mesmo com a explícita dependência do ponto de vista romano, Josefo não vacilou quanto à sua origem judaica, que ele afirmava ser motivo de orgulho.

As fontes e os motivos

Sobre as fontes que Josefo utilizou para escrever a *Guerra* sabemos apenas que muito da obra foi escrita tendo por base suas anotações pessoais, que ele diz ter coletado com sobreviventes, dissidentes judeus e em impressões colhidas no acampamento romano durante o cerco de Jerusalém. Encontramos elementos para afirmar que Josefo utilizou largamente da tradição oral e de suas memórias (pois foi uma testemunha dos eventos que narra) para compor a *Guerra*, características que o aproximam de Tucídides, seu grande modelo grego. Mas a precisão de algumas descrições que Josefo faz, muitas confirmadas pela arqueologia,⁸ e certas interpretações de fatos sugerem que ele tenha utilizado outras fontes. Para Rhoads (1976, p. 15) suas censuras aos procuradores romanos podem indicar que nesse caso ele se valeu de escritos judaicos que criticavam a administração imperial direta. Já suas impressionantes descrições das campanhas romanas e da organização das Legiões apontam para o uso de documentos militares romanos (HADAS-LEBEL 1991, p. 145), pois suas observações são precisas. Josefo por três vezes (*Vita*: 342 e 358; *CA*: I, 56) menciona a existência de uma espécie de *comentários* de Vespasiano sobre a guerra, revelando seu conhecimento de fontes romanas. Para a descrição do triunfo romano, assim como para a tomada de Massada, ele pode ter se valido de fontes romanas, embora Rhoads indique que, ao menos no caso de Massada, temos espaço para sua imaginação (RHOADS 1976, p. 16).

Por sua estreita ligação com a dinastia Flaviana, que lhe concedeu a cidadania romana e uma pensão estatal, a *Guerra* costuma ser entendida como uma obra de encomenda. Todavia, não podemos ignorar que os judeus habitantes do Império deveriam estar interessados em histórias ou crônicas da guerra. Essa presença, principalmente das comunidades de Alexandria e das regiões orientais do Império, despertou em Josefo uma preocupação com o risco de um novo levante: era necessário fazer conhecer a loucura judaica e a supremacia romana no conflito na tentativa de dissuadir qualquer novo foco de rebelião. No tomo III, depois de uma longa e detalhada descrição do exército romano, Josefo sentenciou:

Detive-me nisto tudo não com o propósito de elogiar os romanos, mas sim para consolar os vencidos e para desencorajar outras tentativas de insurreição. (*GJ*: III, 108-109).

⁸ Uma pequena, mas muito interessante introdução ao uso que a moderna arqueologia palestina faz de Josefo é feita por Per Bilde (1988, p. 198-199). Sobre o caso específico de Massada, o relato de Yigal Yadin (1998) é clássico por estabelecer ligações íntimas entre os textos da *Guerra* e as escavações. Ainda sobre as escavações dirigidas por Yadin em Massada e Josefo, ver Hadas-Lebel (1995) e Vidal-Naquet (1996, p. 49-64).

Nessa direção, a personalidade de Flávio Josefo se enquadrava em quase todos os requisitos para redigir o relato oficial do conflito, funcionando como um agrado aos Flavianos (HADAS-LEBEL 1991, p. 244). Suas origens sacerdotais e reais atestavam sua nobreza diante dos judeus. Seu testemunho pessoal, conhecimento íntimo das ideias judaicas e sua aliança com a dinastia Flávia legitimavam seus escritos perante os romanos. Além disso, seus sentimentos pessoais e amarguras contras os líderes populares judeus, garantiram uma interpretação distante desses anseios. Mesmo assim, encontramos em seus textos uma série de excertos que descrevem a desconfiança com que eles foram recebidos por alguns leitores, desembocando nas acusações de traição que lhe envolvem até hoje. Podemos supor que ele já sofria com essas acusações, embora Goodman (1994, p. 333) se empenhe em demonstrar que sua figura na corte poderia representar uma garantia de prestígio aos judeus de Roma. No tomo III, logo no início do capítulo que narra a queda de Jotapata e sua captura pelos romanos, Josefo diz:

Quanto a ele (*Josefo, ainda descrito como general da Galileia*), apesar de esperar conseguir o perdão dos romanos, antes tivesse preferido sofrer a morte que trair sua pátria e abandonar vergonhosamente sua missão. (*GJ*: II, 137-138).

Outra informação que nos permite identificar esse incômodo que nosso autor sente como também reforçar sua correspondência com seus modelos clássicos é a sua preocupação em desacreditar os relatos antecessores que se ocuparam de narrar a guerra. Soando como um eco de Tucídides, essa recusa manifesta não só seu desprezo pelos outros autores, mas também a vontade ativa do historiador judeu em realizar um relato verídico dos acontecimentos. Josefo acusava seus predecessores de não terem compromisso com a verdadeira narração dos fatos, relatos que ele constantemente qualificava de *mentirosos e contraditórios* por dois motivos: ou estavam ocupados em narrar acontecimentos que não tinham vivido, ou se viam preocupados demais em bajular os romanos e deturpar a imagem dos judeus. Em sua visão seu relato foi o único que conseguiu oferecer uma narrativa coerente, pois esteve envolvido intimamente nos dois lados do conflito e foi testemunha dos grandes acontecimentos da guerra. Assim ele coloca no prólogo da *Guerra*:

Porém, dos que escreveram sua história (*da guerra*), alguns, que não haviam tomado parte na ação, recorreram aos boatos casuais e contraditórios, e os editaram seguindo o estilo dos sofistas; outros, que foram testemunhas dos eventos, os alteraram para adular os Romanos ou por ódio aos Judeus, deturpando os fatos, seus escritos exibiam uma invenção e um panegírico, mas nunca um relato histórico apurado. (*GJ*: I, 1-2).

Na *Autobiografia* essa questão reaparece com Josefo respondendo acusações feitas por Justo de Tiberíades, um antigo desafeto dos tempos da campanha na Galileia que, refugiado na corte do rei Agripa, publicou uma versão distinta de guerra:

Chegando a este ponto de meu relato, quero fazer breves considerações sobre Justo, que também escreveu acerca destes mesmos acontecimentos, e sobre alguns outros relatos que, ainda assegurando que escrevem história, pouco se preocupam com a verdade e, por ódio ou parcialidade, não vacilam em mentir. Atuam de modo parecido com os falsificadores de contratos, mas como não temem castigos, desprezam a verdade. Assim Justo, ao se dispor a escrever a história desta guerra, para aparecer enquanto homem trabalhador, caluniou-me e tampouco disse a verdade sobre sua cidade natal. Por isto, sentindo-me obrigado a defender-me de seus falsos testemunhos, vou dizer o que até agora calei. E que não se estranhe o tempo que demorei em falar, pois ainda que o historiador deva falar sempre a verdade, também possui o direito de não se mostrar impiedoso denunciando as maldades de alguns indivíduos, não por benevolência para com eles, mas sim para manter sua própria moderação. (*Vita*: I, 336-339).

Observamos ainda um desejo em produzir uma obra didática e moralista, desencorajando outros levantes judaicos, mas também que devolvesse nobreza ao seu país e ao seu próprio passado. Tanto é verdade que, no Preâmbulo da obra, Josefo se esforça em qualificar sua função como historiador devido à grandiosidade do conflito narrado:

A guerra dos judeus contra os romanos – a maior das guerras não só de nosso tempo, mas, de certo modo, de todas aquelas que, segundo a tradição, ocorreu entre cidades e nações [...]. Nestas circunstâncias, eu, Josefo, filho de Mathias, judeu de nascimento, natural de Jerusalém, sacerdote e que inicialmente tomei parte na guerra contra os romanos, me propus a contar em grego essa história para uso dos que vivem sob a hegemonia dos Romanos, traduzindo a obra que anteriormente eu havia escrito no meu idioma materno. (*GJ*: I, 1-2).

27

É impressionante a proximidade de Josefo para com os escritos de Tucídides neste caso. Na análise de Anna Lia Amaral de Almeida Prado (1999, XX),

A longa frase com que Tucídides inicia a História da Guerra do Peloponeso mostra-nos o historiador no momento da eclosão do conflito. Entretanto, imediatamente depois, dá-se uma mudança radical de ponto de vista, pois a frase seguinte, “Esta foi a maior comoção para os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros” (I, 1, 2), exprime um julgamento *ex eventu*. Tanto no prognóstico quanto no julgamento *ex eventu*, está implícita uma tese: A Guerra do Peloponeso foi maior que todas as já havidas.

A mesma colocação pode ser feita a Josefo. Dobroruka (2001, p. 30-31) entende que tal escolha se deve a grande popularidade que Tucídides gozava na Antiguidade. Contudo entendemos que, aos olhos de Josefo, as destruições do Templo, de Jerusalém e da sociedade judaica palestina representaram catástrofes incomensuráveis. O historiador tinha um evento colossal para se ocupar, e seus escritos indicam sinceridade em sua preocupação em corresponder à grandiosidade do objeto.

Ainda nessa direção, podemos aproximar outra qualificação feita por Josefo de sua obra com a justificativa posta por Júlio César no início de sua *Guerra das Gálias*. Josefo também reconhece que a grandiosidade dos acontecimentos por ele narrados já afiançam a necessidade de redigi-lo: “Julguei, portanto, que seria

absurdo deixar perder-se, com indiferença, a verdade sobre os acontecimentos de tamanha amplitude” (GJ: I, 6).

Thackeray (2000, p. 17, 21-22, 66-75) procurou demonstrar que essas reminiscências da historiografia greco-romana em Josefo poderiam indicar vestígios dos trabalhos de eventuais secretários gregos de que ele se valeu. Aceita em termos gerais por Schwartz (1990: 36), a *teoria dos assistentes* retira de Josefo qualquer responsabilidade e sucesso na utilização dos estilos e metodologias de autores clássicos. Assim as *proximidades* com Tucídides e Políbio na *Guerra* seriam frutos do trabalho dos secretários de Josefo. Schwartz (1990, p. 38) acredita apenas que Josefo conhecia a obra de Nicolau de Damasco, indicando que a influência de Tucídides também poderia vir deste autor. Thackeray chega a identificar dois estilos distintos: o de Tucídides (THACKERAY 2000, p. 66-75) e o de Sófocles (THACKERAY 2000, p. 75-76). Não acreditamos nessa grande interferência, pois as referências aos gregos apontadas como incrementos dos secretários eram comuns no século I e características essenciais do gênero trabalhado pelo autor. Aceitar tamanha presença dos colaboradores acarretaria escamotear as ligações que Josefo constrói entre a historiografia clássica e a tradição judaica. Sua relação entre uma história política, seguindo de perto a metodologia de Tucídides, com o providencialismo que equilibra a História entre o delicado acordo de YHWH com os judeus, é um traço original. Além disso, como ele afirmou ter estudado grego, seria natural a imitação ou adoção de estruturas dos autores clássicos em seus escritos. Mesmo a ideia de *stasis* não foi adotada tal qual Tucídides, como “um modelo hipocrático de entendimento do funcionamento do corpo político [...] que supõe que as doenças ocorrem em função de um desequilíbrio corporal interno” (DOBRORUKA 2001, p. 33), ou seja, de uma crise da *politeuma* que nasceria dela mesmo, da incapacidade política dos sucessores de Péricles em conduzirem a pólis Atenas. Em Josefo *stasis* também figurou como desarranjo social, mas de uma geração perdida, corrompida e perniciosa. Essa geração, desafiando a benevolência de YHWH, atraiu seu juízo punitivo instalando *stasis* entre os judeus palestinos. A regência divina nos desencadeamentos da História, explicando inclusive a *stasis*, não apareceu em nenhum antecessor grego. Por fim, sobre essa polêmica, concordamos com David Rhoads (1976, p. 16) quando aponta que estamos lidando apenas com conjecturas e que nada nos autoriza a afirmar que a presença dos gregos na *Guerra* não foi obra de Josefo.

Ainda centrados nas estruturas internas da *Guerra* notamos a importância que os discursos de personagens importantes adquirem na obra. Mais um contato entre Josefo e a tradição historiográfica clássica, os discursos demonstram um eficaz recurso literário. Limitando-se à descrição dos fatos, Josefo não conseguiria evidenciar plenamente o sentido de sua História. Através dos discursos, “expressão do pensamento que regia a execução dos atos” (PRADO 1999: XLIX), Josefo animou sua narrativa dos eventos com uma análise do passado tendo o presente e as expectativas de futuros como instrumentos.

Foram nos empolgantes discursos (herança que a História carregou da tradição épica) que o historiador judeu fez conhecer seus juízos. O emprego dos discursos também foi útil em apresentar constantes comparações entre romanos e judeus, debatendo acerca da natureza dos dois povos. Encaixados nos momentos cruciais da *Guerra* os discursos foram empregados como um recurso literário que ressaltava os contrapontos entre os povos envolvidos, ora demonstrando a superioridade romana diante dos povos dominados, ora expressando as peculiaridades judaicas que os qualificam como uma identidade própria e independente, como também sendo o momento no qual Josefo manifestava suas opiniões.

Os discursos

Em nosso trabalho de análise da *Guerra* procuramos entender a importância dos discursos na obra, identificando a ação de uma cultura oral no mundo antigo, já que a História era tida como um gênero literário do discurso, e como tal estava intimamente vinculada à Retórica. De fato, os discursos adquirem na *Guerra* um lugar de destaque, debatendo as grandes questões e emprestando autoridade e veracidade aos eventos em foco, na medida em que colocavam palavras e ações nas bocas dos personagens mais importantes da narrativa. Os discursos, tal qual um texto de dramaturgia, animam o relato histórico, conferindo à *Guerra* pontas de tragédia. Em nossas leituras da fonte encontramos oito grandes discursos que se destacam pela importância que adquirem na narrativa oferecendo ricos elementos descritivos dos grupos envolvidos nos conflitos, investindo quase sempre em uma retórica da alteridade, e complexas digressões sobre eventos passados, valores morais e posicionamentos políticos.

Discurso de Agripa II (*GJ*: II, 345-401). Nesse discurso temos a figura do rei Agripa II tentando demover os judeus de Jerusalém da opção pelo enfrentamento dos romanos. Agripa debate a natureza do poder romano, o caráter de servidão da Judeia e o favorecimento divino dos romanos.

Discurso de Flávio Josefo aos amotinados em Jotapata (*GJ*: III, 354-382). Diante da capitulação aos romanos, Josefo argumenta aos seus companheiros de esconderijo que a ideia do suicídio é contra os desígnios divinos e que a morte honrosa é a obtida na batalha. Também temos nesse discurso a ideia de sua missão "profética" e do Deus coordenando o destino da história da Judeia.

Discurso de Tito aos romanos (*GJ*: III, 472-484). Primeira digressão essencialmente comparativa na obra. Nesse discurso são contrapostas as habilidades militares romanas e judaicas. A estrutura da narrativa é a da identificação e apresentação dos romanos como um povo experimentado na guerra e bem comandado. Em contrapartida, os judeus estão desamparados de armas e comando, mas possuem audácia e destemperos provocados pela situação de luta pela pátria e família.

Pequena fala de Vespasiano aos soldados (*GJ*: IV, 39-48). Fala do futuro imperador que pretendendo consolar suas tropas diante das dificuldades da guerra

exalta a disciplina e a ciência romana, fatores que os diferenciavam dos judeus bárbaros.

Discurso do sacerdote Ananes ao povo de Jerusalém (*GJ*: IV, 163-192). O poder romano é examinado pelo sacerdote que qualifica essa servidão como uma relação política com regras e respeito. A situação imposta pelos zelotes, ao contrário, caracterizava uma servidão sem regras, uma tirania gratuita.

Discurso de Tito aos soldados (*GJ*: V, 120-127). Tito discursa aos seus comandados exaltando a unidade, disciplina, experiência e ordem romana. Os êxitos judaicos são frutos de artimanhas de um povo que luta com desespero.

Discurso de Flávio Josefo aos amotinados de Jerusalém (*GJ*: V, 375-419). Tentando uma rendição da cidade, Josefo discursa aos judeus ressaltando a alteridade que marcaria os dois povos. Os romanos respeitavam os cultos das nações subjugadas. Em contrapartida os judeus ocupavam o Templo, profanando o sagrado recinto e a Lei. A tese do favorecimento divino é retomada, e Josefo se vale de exemplos históricos para argumentar que os judeus não devem se rebelar, pois esta também seria uma guerra contra Deus.

Discurso de Eleazar aos amotinados de Massada (*GJ*: VII, 323-388). O discurso de Eleazar pretende creditar certa nobreza bélica aos judeus, apresentando em pormenor a opção do martírio e do suicídio. É o único grande discurso apresentado na *Guerra* de um personagem "inimigo". É o discurso do arrependimento. Tece um elogio à liberdade e ao sacrifício pela vontade divina. O espanto romano diante de tal zelo também é verificado.

30

Conclusão

É certo que a historiografia clássica costumava abordar temas contemporâneos ou quase contemporâneos. Tal característica estava ligada à estrutura do gênero *História* na Antiguidade, a *autopsia*, assim como à valorização que seus leitores e escritores davam aos assuntos contemporâneos. Momigliano (1984, p. 49) afirma que os leitores tendiam a dar mais créditos aos escritos e fontes recentes e que os historiadores se vangloriavam de serem testemunhas e relatores de acontecimentos importantes, *acompanhados in loco*, o que abria espaço para autoelogios sobre a excelência de seus trabalhos e reflexões imediatas sobre experiências recentemente apreendidas. Josefo atendeu a todas essas categorias, pois voltou ao acontecimento chave da história recente dos judeus e para a eleição dos Flavianos ao trono de Roma. Em todos os aspectos suas preocupações são contemporâneas, pois mesmo quando Josefo discutia o passado político da Judeia na *Guerra*, deixava claro que sua digressão foi determinada pela preocupação de interpretar o presente.⁹ Ele também escreveu para um público judeu e gentil interessado em informações sobre guerra, debatendo com outros relatos e preocupado em defender sua etnia e sua própria pessoa.

⁹ A mesma preocupação encontramos em Tucídides, mais uma vez estabelecido como modelo da história política que Josefo procura fazer. Sobre a investigação do passado com vistas ao presente: "Tucídides não tinha em mira fazer um relato da história do passado remoto, mas uma argumentação em que, estudando-o, destaca os pontos que interessam à sua demonstração. Refletindo sobre os indícios que descobre quando se detém no exame dos dados que tem à disposição, infere conclusões que proporcionam uma nova visão dos tempos antigos" (PRADO 1999: XLII).

Outra característica comum à grande parte da historiografia antiga é o estudo de mudanças ocasionadas por guerras ou revoluções (MOMIGLIANO 1984, p. 53). Assim foi com Tucídides, que se ocupou da Guerra do Peloponeso, com Políbio, testemunhando a queda de Cartago, e, de maneira bastante próxima, com Flávio Josefo. Seu estudo da guerra entre Roma e a Judeia funcionou como uma relação das mudanças sofridas e vividas pelos judeus palestinos desde o aparecimento dos romanos em suas questões domésticas. Nesse sentido, apesar de os interesses aristocráticos colocarem em suspeita sua abordagem das camadas populares judaicas (HORSLEY; HANSON 1995, p. 13), Josefo foi extremamente eficiente em diagnosticar que a sociedade da Palestina judaica estava radicalmente cindida, dividida entre muitos grupos que tinham claras e aprofundadas noções da realidade experimentada com a dominação romana em conluio com os aristocratas locais. E tal esfacelamento do tecido social acentuou as divisões e degingolou para uma rebelião popular.

Concluindo, temos então um quadro de correspondências entre os esquemas gerais da *Guerra* e a historiografia antiga clássica: uma autópsia interessada num evento contemporâneo, evento esse classificado como grandioso (o princípio axiológico da narrativa – a questão da grandeza),¹⁰ a utilização de discursos, o descrédito que obras anteriores recebem e a interpretação de uma mudança radical produzida por uma rebelião seguida de guerra.

31

Bibliografia

Fontes

JOSEPHUS, Flavius. **The Jewish War**. London: Loeb Classical Library, 1961-1967.

_____. **The Life. Against Apion**. London: Loeb Classical Library, 1997.

_____. **Jewish Antiquities**. London: Loeb Classical Library, 1960-1961.

Livros e artigos

BILDE, Per. Flavius Josephus between Jerusalem and Rome. **Journal for the Study of the Pseudepigrapha**, Supplement Series 2, 1988.

DOBRORUKA, Vicente. Considerações sobre o conceito de *stasis* na obra de Flávio Josefo. **Boletim do CPA**, 12:25-40. Campinas, jul./dez., 2001.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.

GOODMAN, Martin. **A classe dirigente da Judeia**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

¹⁰ Sobre esta questão, uma abordagem rica e precisa da historiográfica clássica pode ser encontrada em Murari Pires (1999:151-180).

- HADAS-LEBEL, Mireille. **Massada**: Histoire et Symbole. Paris : Albin Michel, 1995.
- _____. **Flávio Josefo**: o judeu de Roma. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HORSLEY, Richard A.; HANSON, John S. **Bandidos, profetas e messias**: Movimentos populares no tempo de Jesus. São Paulo: Paulus, 1995.
- LAMOUR, Denis. **Flávio Josefo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **De paganos, judíos y cristianos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- MURARI PIRES, Francisco. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.
- PRADO, A. L. A. A. Introdução. In: TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**: livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- RAJAK, Tessa. **Josephus**: the Historian and his Society, Classical Life and Letters. Duckwoth: Londres, 1983.
- RHOADS, David M. **Israel in Revolution**. Philadelphia: Fortress Press, 1976.
- RODRIGUES, Nuno Simões. **O rei Saul segundo Flávio Josefo**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- SCHWARTZ, Seth. **Josephus and Judaeen Politics**. New York: E. J. BRILL, 1990.
- THACKERAY, Henry St. John. **Flavius Josèphe**: L'Homme et l'Historien. Paris: Les Éditions du Cerf, 2000.
- _____. Introduction. JOSEPHUS, Flavius. **Jewish Antiquities**. London: Loeb Classical Library, 1960-1961
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Los judíos, la memoria y el presente**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- VILLALBA I VARNEDA, Pere. **The Historical Method of Flavius Josephus**. Leiden: E. J. Brill, 1986.
- YADIN, Yigael. **Masada**: Herod's Fortress and the Zealots' Last Stand. New York: Welcome Rain, 1998.

O conceito de representação e os estudos latinos: relendo as obras dos Filostratos e de Calistrato (séculos II/III d.C.)

The conception of representation and Latin studies: analysing Philostratus and Calistratus' works (II/III Centuries A.D.)

Ana Teresa Marques Gonçalves

Professora Adjunta
Universidade Federal de Goiás (UFG)
anteresa@terra.com.br
Rua 229A, 145/601 - Setor Leste Universitário
Goiânia - GO
74605-110
Brasil

Resumo

Neste artigo, pretendemos analisar as obras de Flávio Filostrato, de Filostrato, o Antigo, de Filostrato, o Jovem e de Calistrato, intituladas respectivamente *Vida dos sofistas*, *Descrição de quadros*, *Imagens* e *Descrições*, importantes trabalhos para o conhecimento acerca da arte e de sua observação pela sociedade romana. Trata-se de obras produzidas entre o segundo e o terceiro séculos d.C., portanto durante os governos dos Imperadores Antoninos e Severos, nas quais se percebe como a realidade e a imaginação se unem para a formulação de um conceito de representação adequado ao mundo latino. Nas descrições de quadros e estátuas realizadas nas obras em questão, o observador fornece um sentido ao que vê pelo que já sabe e pelo que sente ao olhar para a imagem, dando um sentido à representação.

33

Palavras-chave

Arte; Romanos; Representação.

Abstract

With this paper, we aim to analyse the works of Flavius Philostratus, Philostratus, the Ancient, Philostratus, the Young and Calistratus, entitles The *Life of Sofists*, *Description of Pictures*, *Images* and *Descriptions*, some important works for art knowledge and its observation for the roman society. This books date of passage the second to third century A.D., during the Antonines and Severans Governments. In this works, reality and imagination one join for the formulation of the concept of representation adequate for the latin world. In the pictures and statues descriptions, the observer provides a direction to leave from look to the images.

Keywords

Art; Romans; Representation.

Enviado em: 29/04/2010
Autora convidada

Ao reler a obra de Flávio Filostrato, *Vida de Apolônio de Tiana*, deparamo-nos com uma passagem que chamou muito nossa atenção. Trata-se do capítulo vinte e dois do livro segundo da obra, no qual Apolônio e seu acompanhante Damis chegam à cidade de Taxila, na Índia, onde Alexandre Magno também havia estado e que tinha as mesmas dimensões de Nínive na Assíria (FILOSTRATO. *Vida de Apolônio de Tiana*, II. 20). No momento em que Apolônio passou por lá, a cidade era capital do reino de Poro e apresentava um grande palácio e vários templos. Num desses templos, esperando para falar com o rei, Apolônio começou a observar as pinturas feitas nas paredes e travou com Damis um diálogo bastante interessante a respeito da arte visual e de como na Antiguidade romana se lidava com a relação estabelecida entre o executor, a imagem e o observador.

O diálogo se inicia com Apolônio perguntando: "Damis, a pintura tem algum valor?" Damis responde: "Sim, se for também verdade (*alethéia*)". "E no que consiste esta arte (*techné*)?", pergunta Apolônio, no que Damis responde: "Na mescla de quantas cores existem: os azuis com os verdes, os brancos com os negros e os vermelhos com os amarelos". Não contente com a resposta, Apolônio continua sua inquirição: "Por que as cores são misturadas? Pois não é somente para gerar cores, como nos cosméticos." Damis, então, responde "Para uma imitação (*mimesis*) e para representar um cachorro, um cavalo, um homem, um barco e tudo aquilo que contempla o Sol. Além disso, pode-se representar o próprio Sol". Continuando o diálogo, pergunta Apolônio: "Damis, então a pintura é uma imitação?", no que Damis responde também com uma questão: "Que outra coisa seria?" Apolônio resolve, dessa forma, ir mais fundo na questão:

Apolônio – Que dizes das coisas que se veem no céu, quando as nuvens se mesclam umas nas outras, centauros e cervos, assim como, por Zeus, lobos e cavalos, não seriam produtos da imaginação (*phantasia*)?

Damis – Parece.

Apolônio – Então, Damis, a divindade é um pintor e abandonando o carro alado em que viaja põe ordem no divino e no humano? [...]. Nós, dotados por natureza da capacidade de imitação (*mimesis*), submetemos as coisas a uma ordem e as formamos. [...] Assim, é dupla a arte da imitação, Damis, e devemos pensar que tem uma que imita com a mão e com a mente, e esta é a pintura, e outra que somente representa com a mente (FILOSTRATO. *Vida de Apolônio de Tiana*, II. 22).

Apolônio encerra a discussão defendendo que "a capacidade de imitação vem aos homens da natureza, mas a capacidade pictórica vem da destreza" (FILOSTRATO. *Vida de Apolônio de Tiana*, II. 22). Pintura não seria somente o que vem da mistura das cores, pois seria possível trabalhar com uma só cor; de igual forma, não seria simplesmente a combinação de luz e sombra, já que só essa combinação não garantiria "forma, inteligência, pudor e audácia", que marcariam a confecção dos painéis. Acrescenta que: "o que vem das obras da pintura requer capacidade de imitação, pois ninguém poderia elogiar um cavalo

ou um touro pintados sem ter na mente o animal representado”, a imagem (*eikon*) tem de ser verossímil (FILOSTRATO. *Vida de Apolônio de Tiana*, II. 23).

Esse rápido diálogo nos suscita várias questões. Para Apolônio, a pintura só teria valor, no sentido de utilidade, se passasse uma mensagem, ou seja, se pudesse ser reconhecida pelo observador. Se não fosse verossímil, portanto, reconhecível, legível iconicamente falando, ela se transformaria num jogo de cores e luminosidades sem inter-relação direta com a natureza, da qual ela deveria emanar em primeiro lugar. A pintura é encarada, antes de tudo, como técnica, nesse diálogo, como a arte do bem fazer, e a verdade é garantida pela aproximação com a natureza, com o que podemos chamar de realidade. Mas para Apolônio essa realidade só poderia ser apreendida por meio da imitação (*mimesis*) e da imaginação (*phantasia*), pois o verossímil só seria garantido pelo reconhecimento da forma usada na mente do observador. E caberia ao humano usar as capacidades de *mimesis* e de *phantasia*, mas dotando-as de uma ordem, uma lógica própria. Essa ordem na disposição da técnica do pintor garante a compreensão por parte do observador, o entendimento mantido pela verossimilhança.

A relação *mimesis/phantasia*, na produção de obras de arte, também pode ser percebida em textos que apresentam o que se convencionou denominar de *ekphrasis*. Andrew Laird conceitua *ekphrasis* como “uma descrição literária de obras de arte visuais, que aparecem principalmente nas obras de poetas, filósofos e retóricos antigos; em latim pode ser entendida como *descriptio*” (LAIRD 1996, p. 76). O importante é perceber como essa descrição das obras, sejam pinturas ou esculturas, é feita nos textos, garantindo-se a aproximação da *mimesis* com a *phantasia* na relação do observador com a obra.

Na obra de Filostrato, o Antigo, filho de Nerviano e genro de Flávio Filostrato, este o autor da *Vida dos sofistas e da Vida de Apolônio de Tiana*, e de seu neto, Filostrato, o Jovem, que continuou a obra do avô materno (FILOSTRATO, O JOVEM. *Imagens*, III. 2) em tema e estilo, mantendo o mesmo título de *Eikones* ou *Imagens*, ambos os autores se propõem a fazer uma descrição de painéis e/ou quadros e/ou afrescos (*pínakes* – painéis ou quadros ou *graphai* – pinturas ou afrescos), que estariam dispostos numa edificação de quatro ou cinco andares, construída em Nápoles (a antiga colônia grega de *Neapolis*), na beira do mar Tirreno, denominada de região da Magna Grécia (FILOSTRATO, O ANTIGO. *Imagens*, I. 4). Tanto para o avô quanto para o neto foi importante demarcar em sua narrativa a presença de um observador mais velho cercado de jovens, que com ele desenvolviam uma prática pedagógica (*paideia*). A descrição das pinturas tinha a função de lembrar fatos mitológicos e temas modelares fundamentais na educação juvenil. Afirma Filostrato, o Antigo:

Enquanto pensava que era necessário fazer o elogio de tais pinturas, o filho de meu hóspede, um rapaz certamente muito jovem, com dez anos, mas muito esperto no escutar e ávido por aprender, que observava como eu as percorria com os olhos, me pedia que interpretasse as pinturas. Para que não me considerasse antipático, lhe disse: “Faremos dessas pinturas tema de uma dissertação tão logo cheguem seus jovens amigos”. Quando

chegaram, lhes disse: "Que se coloque o menino à frente e seja ele o destinatário de minha exposição, mas vós podeis nos seguir, não somente para nos acompanhar, mas também fazendo perguntas se eu disser algo que não fique claro (FILOSTRATO, O ANTIGO. *Imagens*, I. 5).

Essa mesma preocupação pedagógica no relato transparece no livro terceiro da obra, escrito pelo neto. Diz Filostrato, o Jovem:

Sem dúvida, para que nosso livro não seja um relato de uma só pessoa, devemos acreditar que tem alguém ao lado de quem se dispõe a explicar todos e cada um dos detalhes das pinturas, afim de que o discurso tenha coerência (FILOSTRATO, O JOVEM. *Imagens*, III. 7).

Da mesma forma como aparece no diálogo travado entre Apolônio e Damis, a existência das pinturas suscita uma ação pedagógica. Enquanto na *Vida de Apolônio de Tiana* o sábio mago usa os painéis do templo para refletir junto com seu aprendiz acerca da utilidade da pintura e da relação *mimesis/phantasía*, os dois Filostratos, o Antigo e o Jovem, colocam em sua narrativa um mestre interpretando as pinturas para acompanhantes jovens e ávidos por ensinamentos. Assim, o que é pintado e reconhecido pelo mestre, ao perceber na pintura passagens mitológicas já conhecidas pela poesia, serve a propósitos pedagógicos, pois ao descrever e interpretar os painéis, o mestre sempre aproveita para passar algum tipo de ensinamento.

Vejamos um pequeno exemplo entre os trinta e quatro quadros expostos por Filostrato, o Antigo, e os dezessete quadros descritos por Filostrato, o Jovem. Num painel onde aparecia pintado Anfíon, filho de Zeus (disfarçado de sátiro) e de Antíope, irmão de Zeto, tocando uma lira, aquele que descreve ressalta não apenas as cores da pintura e o material usado, mas dá grande ênfase ao mito que pode ser narrado a partir da imagem, descrita como Anfíon tocando a lira enquanto pedras se moviam sozinhas, formando uma muralha (FILOSTRATO, O ANTIGO. *Imagens*, I. 10. 1-5). Lembremos que, enquanto Zeto dedicou-se às artes manuais e violentas, como a luta, a agricultura e a criação de gado, seu irmão Anfíon se entregou à música, ao receber de Hermes uma lira como presente. Costumeiramente, os dois jovens discutiam a respeito do mérito de suas artes, com Anfíon cedendo, com frequência, aos argumentos do irmão. Ao reinarem sobre Tebas, os dois irmãos gêmeos resolveram cercá-la de muralhas. Zeto transportava as pedras às costas, enquanto Anfíon as atraía com os acordes de sua lira. Apolo acabou ficando com ciúmes de sua arte e matou-o com uma flecha (GRIMAL 1992, p. 28). O mestre não retoma todo esse relato, pois parte do pressuposto que os rapazes conhecem a mitologia e seu repertório de *exempla*, mas ao descrever o quadro relembra que as muralhas de Tebas têm sete portas, como o número de cordas da lira, uma homenagem ao seu construtor, e ainda firma a moral de que é necessário se aprender música num bom processo pedagógico, pois eliminava esforços e se mostrava uma arte tão produtiva quanto as manuais, como indica a interpretação do mito suscitada pela apreciação da pintura.

Assim, esse tipo de relato tem muito a ver com o potencial retórico de quem

produz o texto, bem como com a intenção de inter-relacionar palavra e imagem na produção de um repertório de comportamentos exemplares para a juventude, a partir de temas mitológicos. Filostrato, o Antigo demonstra tal fato ao dizer:

Esta obra não tratará dos pintores nem de suas vidas, mas pretendemos descrever diversos tipos de pinturas, na forma de conversas destinadas aos jovens, para que sejam capazes de interpretar e de apreciar o valioso da arte pictórica (FILOSTRATO, O ANTIGO. *Imagens*, I. 3).

Espera-se, então, que o mestre interprete as pinturas, usando-as como mote para o ensino, e que os jovens tenham seu olhar guiado pelas informações fornecidas. Porém, para iniciar o processo pedagógico, o mestre deve reconhecer do que trata a pintura, ou seja, o observador deve conhecer os relatos mitológicos e conseguir identificar os mitos pela verossimilhança garantida pela destreza do pintor. Não é à toa que o relato de Filostrato, o Antigo se inicia com a afirmação de que “a arte da pintura é a imitação (*mimesis*) da natureza” e por deter “proporção e verdade, o exercício da arte participa da razão” (FILOSTRATO, O ANTIGO. *Imagens*, I. 1). Mas como o pintor só conhece o que pinta pela poesia, lida ou relatada oralmente, ele tem de usar também a imaginação (*phantasia*), pois ao conhecer o relato mitológico, ele forma imagens na sua mente e com sua destreza passa-as para o painel. E ao escrever a descrição da visita aos quadros, Filostrato se insere nesse jogo de imagens, pois ao narrar os quadros que são vistos e como eles podem ser interpretados, ele conta que o leitor e/ou ouvinte de sua obra realize em sua mente o mesmo trabalho do pintor, que precede à própria pintura, ou seja, que se imagine a cena mitológica descrita pelo observador.

Nesse entrelaçar de imagens e palavras, Filostrato, o Jovem ressalta que tanto a pintura de painéis quanto a escrita de textos visam a uma sobrevivência, uma perenidade, o ingresso no campo da memória. Diz Filostrato, o jovem:

A pintura é uma arte excelente e se ocupa de temas não insignificantes. Quem dominar esta arte deverá ter capacidade de observar a fundo a natureza humana e de apreciar os traços de cada caráter, inclusive quando estão calados; quantas coisas podem indicar as mechas dos cabelos, a expressão dos olhos, o que há em cada tipo de sobrelanceira, em definitivo em todos os aspectos relacionados com o pensamento. Se dominar todas estas questões, poderá captar todo sentimento e a mão será capaz de interpretar magistralmente a estória (*drama*) de cada pessoa, [...] pintando os traços adequados a cada caso. [...] Os antigos e os sábios do passado escreveram muito [...] sobre as proporções na arte pictórica, [...] pois não é possível encontrar casualmente a expressão adequada a cada pensamento a não ser que a harmonia do conjunto concorde com a medida justa da natureza, pois o anormal e o que excede esta medida não podem conter uma expressão que represente (imite) o que tem na natureza. Analisando bem, descobre-se que esta arte tem muito a ver com a poesia, pois ambas compartilham a imaginação (*phantasia*). [...] Tudo que os poetas dizem com palavras, a pintura o indica graficamente (FILOSTRATO, O JOVEM. *Imagens*, III. 1-6).

Pela imitação pictórica da realidade, usando-se a imaginação, isto é, a produção de imagens na mente, poetas e pintores produzem obras cujo valor

fica garantido pela importância dos temas tratados, que eles compartilham, ao tratarem de seres exemplares e dignos de recordação. Tanto os painéis quanto os textos servem de suporte para a rememoração constante de feitos que deveriam auxiliar no processo pedagógico do homem antigo. A verdade da cena retratada, no texto ou no painel, era garantida pela harmonia das formas e pelo ordenamento dos personagens, que permitiam o reconhecimento pela verossimilhança com o que era retratado.

Essa mesma percepção pode ser encontrada na obra *Ekfráseis ou Descrições* de Calistrato, que desde a edição feita por Aldo Manuzio, em 1503, em Veneza, encontra-se acoplada às obras dos Filostratos (CUENCA 1987, p. 170). Mesmo tendo sido composta posteriormente e tratando de esculturas (são descritas quatorze estátuas), como o autor promove um exercício retórico de descrição de estátuas, as obras são sempre postas numa mesma edição. Como nas obras filostratianas, Calistrato raramente menciona as técnicas empregadas e só cita o nome de três escultores, considerados os delineadores dos cânones escultóricos: Escopas (CALISTRATO. *Descrições*, 2), Lisipo (CALISTRATO. *Descrições*, 6) e Praxíteles (CALISTRATO. *Descrições*, 3, 8 e 11). Para ele, esses escultores produzem no bronze e no mármore um tipo de imitação da natureza similar a que é feita pelos pintores. Muda o material empregado e a técnica utilizada, mas continua-se reafirmando a importância da destreza do técnico e a necessidade da busca da verdade, vista como a imitação (*mimesis*) da natureza. Afirma Calistrato: "Escopas, apesar de esculpir figuras sem vida, era um artesão da verdade (*alethéia*) e operava prodígios em corpos de matéria inanimada" (CALISTRATO. *Descrições*, 2. 5). O autor sempre indica o material no qual foi produzido a estátua e o local onde a mesma se encontra, sublinhando a relação do objeto artístico com o ambiente no qual está introduzido.

Na relação que se estabelecia entre o observador da estátua, que reconhecia o tema tratado pela destreza do escultor em dar a ela forma verossímil com os mitos conhecidos, e a obra em si, a interpretação do que era visto se misturava às sensações garantidas pela imaginação. A obra de Calistrato é farta em exemplos de momentos nos quais o observador podia garantir ter gravado em sua mente fenômenos como ouvir o som de instrumentos talhados na pedra, dançarinos que adquiriam movimento, Bacantes que pareciam estar tomadas pelo transe dionisíaco. Por exemplo, na descrição da estátua de uma Bacante, o autor afirma:

Feita com mármore de Paros, foi transformada em uma Bacante de verdade. A pedra, ainda retendo sua própria textura, parecia ir além das leis que regem as pedras, sendo na realidade uma imagem, a arte conseguiu confundir a representação com a realidade. [...] Dirias, sem dúvida, que a arte tem sua origem na capacidade de dar vida à natureza; deste modo, considera o que vês incrível e o que não vês, crível (CALISTRATO. *Descrições*, 2. 2-4).

Sendo assim, a verdade parece estar no que não é visto, mas apenas imaginado, pois o que é visto parece ao observador incrível. Ao descrever a estátua

de Memnón, filho de Eos (a Aurora) e Titono, irmão de Príamo e rei da Etiópia (GRIMAL 1992, p. 302), diz Calistrato:

A natureza deu ao mármore a natureza de ser mudo, de não poder falar, sem a possibilidade de ser governado pela dor ou a possibilidade de conhecer o prazer, imune a todo tipo de sorte; mas nesta estátua de Memnón a arte deu ao mármore prazer, e mesclou com a pedra também a dor, e sabemos que esta é a única obra de arte em mármore dotada de voz (CALISTRATO. *Descrições*, 9. 2).

Na descrição da estátua de Pã, afirma:

O que eu vejo não me parece uma escultura, mas uma representação (*mimesis*) da realidade. Olha como a arte não somente é capaz de representar o caráter, mas também, depois de se ter modelado uma imagem a semelhança do deus, transforma-se no próprio deus. Ainda sendo matéria, leva incorporada a inteligência divina e mesmo sendo a obra de um artista resulta que é capaz de realizar o que normalmente a escultura não pode e o executa ao criar secretamente os sinais de uma alma, um sopro de vida (CALISTRATO. *Descrições*, 10. 2).

Essa destreza técnica, inspirada pelas divindades e desenvolvida pelo esforço do artista, que permitia ao escultor dar voz às personagens retratadas fazia com que eles se aproximassem também da técnica dos tragediógrafos, que colocavam no palco temas mitológicos e divindades, dando vida ao que antes habitava apenas o espaço escrito. Ao descrever uma estátua de Dioniso, Calistrato afirma que ele estava com “o mesmo aspecto com o qual Eurípides o fez aparecer nas Bacantes, [...] onde a matéria se convertia em prova de prazer e o bronze atuava como demonstração das emoções” (CALISTRATO. *Descrições*, 8. 3). O mesmo tipo de comparação entre a poesia trágica e a arte estatutária aparece estabelecido na descrição de uma escultura de Medeia:

Era de mármore e revelava o aspecto de sua alma; [...] demonstrava pensamento e paixão e levava consigo a tensão da dor; em uma palavra, o que se via era uma perfeita explicação do seu próprio drama. [...] Estes sentimentos, a imagem os representava junto com o corpo e se podia ver como o mármore ora demonstrava paixão aos olhos, ora promovia um olhar sombrio e suavemente banhado em tristeza, exatamente igual como se o artista tivesse moldado uma imitação do impressionante drama de Eurípides (CALISTRATO. *Descrições*, 13. 2-3).

Dessa forma, o bom conhecedor da técnica conseguia trabalhar a pedra de tal forma que o observador captava os sentimentos das personagens retratadas. A expressão da alma era garantida pelo olhar e pela sensibilidade daquele que observava atentamente a estátua. Mais uma vez a imaginação do artista, na busca da imitação da natureza, tinha que se interpolar com a imaginação do observador, para que a obra de arte ganhasse sentido. Tanto a pintura quanto a escultura buscaram seus temas na literatura, mas as obras aqui analisadas demonstram que esse exercício também teve outra face, ou seja, os escritores buscaram temas no relato de esculturas e pinturas. Para os gregos, como nos lembra Jás Elsner, o verbo *grapsai* significava tanto pintar uma

imagem quanto escrever um texto (ELSNER 1996, p. 1). A arte era antes de tudo mimética e seu potencial de credulidade vinha de seu reconhecimento diante do que participava da natureza. E existiam muitas obras espalhadas pela cidade, para apreciação dos passantes. Como ressalta Catherine Edwards, existia uma "segunda população" em Roma, formada pelas muitas estátuas espalhadas pela cidade e, possivelmente, pelas comunidades conquistadas (EDWARDS 2004, p. 44).

Dessa maneira, ao analisarmos os diversos tipos de construções públicas e privadas que foram sendo feitas no *limes* imperial, ao longo da República e do Império, devemos ficar atentos como essas edificações correspondiam aos interesses do promotor da obra, à destreza técnica do construtor e/ou artista, do material empregado e disponível, do tema escolhido para ser retratado, entre outros fatores que são destacados, por exemplo, por Catherine Johns (2003, p. 9), no capítulo intitulado "Art, Romanisation and Competence", no livro *Roman Imperialism and Provincial Art*, editado por Sarah Scott e Jane Webster. Nessa obra, podem-se encontrar vários artigos nos quais se discutem conceitos, como os de romanização, emulação, resistência, negociação, como no capítulo "Art as Resistance and Negotiation", de Jane Webster, também integrante da obra supracitada.

Tonio Hölscher, no livro *The Language of Images in Roman Art*, propõe que se entenda a arte romana como um sistema semântico, no qual se aliam formas artísticas e mensagens ideológicas. Por isso, diferentes formas estilísticas deveriam ser usadas pelos romanos para passar diferentes temas e mensagens, respondendo às necessidades de compreensão por parte de uma população multicultural. Hölscher também defende que essas formas deveriam ser constantemente repetidas e integrar um acessível sistema de comunicação visual, permitindo aos habitantes de diferentes regiões entrarem em contato com formas artísticas muito parecidas, o que garantiria uma identidade cultural aos integrantes do Império (HÖLSCHER 2004, p. 1-2 e 125-126).

Alain M. Gowing, no livro *Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*, relembra que, para os romanos, história sempre foi menos um gênero e mais a definição de um tema: o passado, e que os textos estabeleciam, mas também criavam memórias (GOWING 2005, p. 10-11). Acreditamos que o mesmo possa ser dito das obras de arte. Ao escolher um tema, o artista usava sua técnica para estabelecer um padrão de recordação, mas cabia principalmente ao observador captar a intenção da produção da obra.

Sabemos que nas várias províncias romanas, os autóctones souberam mesclar os cânones romanos com as necessidades e disponibilidades de seu tempo e espaço. Gostaríamos de acrescentar a esta discussão apenas, como já alertou Paul Zanker, no livro *Augusto y el Poder de las imágenes*, que "o poder das imagens se materializa na interação; nas relações entre as imagens e seu efeito no observador" (ZANKER 2005, p. 20).

É na relação estabelecida no tripé autor-obra-observador que, segundo os

Filostratos e Calistrato, se forma um sentido para a construção. Interessante notar que atualmente vários autores se debruçam sobre o conceito de representação, definindo-o como a presença de algo ausente, na esteira de textos como os de Carlo Ginzburg (por exemplo, o capítulo “Representação: a palavra, a ideia, a coisa”, do livro *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância* – 2001, p. 85-103) e de Roger Chartier (por exemplo, o capítulo “O mundo como representação”, do livro *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude* – 2002, p. 61-80).

Outra questão que há bastante tempo intriga os historiadores diz respeito à possibilidade de verdade no relato histórico, como pode ser percebido em obras, como *La memoria, la historia, El olvido* de Paul Ricoeur (2003) (principalmente o capítulo “Memoria e imaginación” – p. 21-80); *Lembrar, escrever, esquecer* de Jeanne Marie Gagnebin (2006) (principalmente o capítulo “Verdade e memória do passado” – p. 39-47) ou *História. Ficção. Literatura* de Luiz Costa Lima (2006) (principalmente a seção “A escrita da História” – p. 29-164), nas quais os autores enfatizam a importância da operação historiográfica e da intenção de veracidade na constituição do relato histórico.

Nas obras dos Filostratos e de Calistrato, a obra de arte é mais do que um vestígio do passado. Ela é fonte de interpretação para quem entra em contato com ela e sua veracidade é garantida pela destreza do técnico em criar ordem e harmonia, em dar sentido. A mensagem é indicada pelo reconhecimento, palavra e imagem são inseparáveis e não é possível pensar *mimesis* sem *phantasia*, pois só se poderia compreender a obra por meio da imaginação. Acreditamos, portanto, que ainda temos muito a aprender com os antigos, pois para eles a noção de representação era inseparável da formulação de sentido gerada pelo contato entre realidade e imaginação.

41

Bibliografia

Documentos textuais

- CALISTRATO. **Descripciones**. Trad. Francesca Mestre. Madrid: Gredos, 1996.
- _____. FILOSTRATO. **Imagines**. Trad. Arthur Fairbanks. London: William Heinemann, 1931 (The Loeb Classical Library).
- FILOSTRATO. **Vidas de los sofistas**. Trad. María Concepción Giner Soria. Madrid: Gredos, 1999.
- _____. **Vida de Apolônio de Tiana**. Trad. Alberto Bernabé Pajares. Madrid: Gredos, 1992.
- FILOSTRATO, O ANTIGO; FILOSTRATO, O JOVEM. **Descripciones de cuadros**. Trad. Francesca Mestre. Madrid: Gredos, 1996.

Obras gerais

- BOWERSOCK, G. W. **Greek Sophists in the Roman Empire**. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- BOWIE, E. L. Appolonijs of Tyana: Tradition and Reality. **Aufstieg Niedergang Romische Welt**, 16(2):1.652-1.699. Berlin, 1978.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CUENCA, L. A. de. La retórica del voyeur: Filóstrato y Calístrato. In MOROCHO GAYO, G. **Estudios de drama y retórica em Grécia y Roma**. Salamanca: Universidad de Leon, 1988. p. 169-175.
- EDWARDS, C. Incorporating the Alien: the Art of Conquest. In: EDWARDS, C; WOOLF, G. (eds.). **Rome: The Cosmopolis**. Cambridge: University Press, 2004. p. 44-70.
- ELSNER, J. (ed.) **Art and Text in Roman Culture**. Cambridge: University Press, 1996.
- FOWLER, D. Even Better than the Real Thing: a Tale of Two Cities. In: ELSNER, J. (ed.) **Art and Text in Roman Culture**. Cambridge: University Press, 1996. p. 57-74.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: 34, 2006.
- GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- GOLDHILL, L. (ed.). **Being Greek under Rome**: Cultural Identity, the Second Sophistic and the Development of Empire. Cambridge: University Press, 2001.
- GOWING, A. M. **Empire and Memory**: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture. Cambridge: University Press, 2005.
- GRAHAM, A. **The Second Sophistic**: A Cultural Phenomenon in the Roman Empire. London: Routledge, 1993.
- GRIMAL, P. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- HEDRICK Jr., C. W. **Ancient History: Monuments and Documents**. Oxford: Blackwell, 2006.
- HÖLSCHER, T. **The Language of Images in Roman Art**. Cambridge: University Press, 1987.
- JOHNS, C. Art, Romanisation and Competence. In: SCOTT, S.; WEBSTER, J. (eds.). **Roman Imperialism and Provincial Art**. Cambridge: University Press, 2003. p. 9-23.

- LAIRD, A. *Vt Figura Poesis: Writing Art and the Art of Writing in Augustan Poetry*. In: ELSNER, J. (ed.). **Art and Text in Roman Culture**. Cambridge: University Press, 1996. p. 75-102.
- LIMA, L. C. **História.Ficção.Literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- MOROCHO GAYO, G. **Estudios de drama y retórica en Grécia y Roma**. Salamanca: Universidad de Leon, 1988.
- RICOEUR, P. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Trotta, 2003.
- SCOTT, S.; WEBSTER, J. (eds.). **Roman Imperialism and Provincial Art**. Cambridge: University Press, 2003.
- _____. Provincial Art and Roman Imperialism: Na Overview. In: SCOTT, S.; WEBSTER, J. (eds.). **Roman Imperialism and Provincial Art**. Cambridge: University Press, 2003. p. 1-7.
- TAYLOR, R. **Roman Builders**. Cambridge: University Press, 2003.
- WEBSTER, J. Art as Resistance and Negotiation. In: SCOTT, S.; WEBSTER, J. (eds.). **Roman Imperialism and Provincial Art**. Cambridge: University Press, 2003. p. 24-51.
- ZANKER, P. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza, 2005.
- _____. Immagini e valori collettivi. In: MOMIGLIANO, A.; SCHIAVONE, A. (dirs.). **Storia di Roma**, 2(2):193-220. Torino: Giulio Einaudi, 1991.

Estruturas narrativas nos *Anais* de Tácito

Narrative structures in Tacitus' *Annals*

Juliana Bastos Marques

Professora Adjunta
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
leirunirio@gmail.com
Avenida Pasteur, 458 - CCH - Sala 216 - Urca
Rio de Janeiro - RJ
22290-240
Brasil

Resumo

O artigo propõe uma leitura dos *Anais* baseada na análise dos recursos retóricos ligados às regras da tradição historiográfica latina da forma como foram sutilmente adaptados por Tácito, por conta de sua necessidade de ênfase nas ações e no caráter dos imperadores. Com isso, podemos perceber a construção de uma sucessão relativamente linear de degeneração dos imperadores – e, por conseguinte, do próprio império –, que culmina com Nero (e posteriormente na guerra civil dos primeiros livros das *Histórias*).

Palavras-chave

Historiografia latina; Tácito; *Anais*.

Abstract

The paper proposes a reading of the *Annals* based on the analysis of rhetorical devices belonging to the rules of the Latin historiographical tradition, such as they were subtly adapted by Tacitus, due to his need to stress the actions and character of the emperors. This allows us to note the construction of a relatively linear succession of degeneration among the emperors – and, consequently, on the empire itself –, which reaches its peak in Nero (and, afterwards, in the civil wars portrayed in the *Histories*).

Keywords

Latin Historiography; Tacitus; *Annals*.

44

Enviado em: 29/04/2010
Autora convidada

Os *Anais* são a obra que representa a maturidade intelectual de Tácito, escrita entre o principado de Trajano e o de Adriano.¹ Por sua importância, tanto na tradição historiográfica latina quanto na formação do pensamento político ocidental, tem-se hoje disponível uma gama extremamente vasta de estudos sobre a obra, o que, a princípio, desencorajaria uma abordagem sintética tal como a aqui pretendida.² No entanto, são exatamente a extrema fragmentação e pormenorização atual das abordagens sobre a obra de Tácito, juntamente com a tendência das duas últimas décadas em se rever posições consolidadas na bibliografia sobre o autor durante o século XX, que permitem novas leituras mais gerais. É significativo, por exemplo, notar como elementos tais como os prefácios passam ao largo das grandes obras tidas como referência nos estudos tacitianos até há pouco tempo, como o estudo de Sir Ronald Syme (1960). Os trabalhos teóricos recentes sobre a historiografia antiga como gênero, valorizando o problema das regras e da tradição (MARINCOLA 1999), fornecem também um ponto de partida, na medida em que colocam novamente na dianteira questões de forma e estrutura narrativa.

O texto dos *Anais* chegou até nós de maneira tão fragmentária quanto o texto das *Histórias*. Sobrevivem hoje apenas os livros I a IV, o começo do V e do VI, metade do XI, e do XII até a metade do livro XVI. Isso significa que temos: a) quase todo o período de Tibério, exceto o apogeu e a queda de Sejano, sua eminência parda na segunda metade do governo; b) os últimos anos de Cláudio; e c) o principado de Nero, até dois anos antes de seu fim. Por não termos os anos de Calígula e principalmente o fim de Nero, é uma tarefa bastante difícil compreender a progressão da narrativa tacitiana, pois de Tibério a Nero existe uma mudança significativa de estilo e temas, como veremos a seguir.

A estrutura narrativa dos *Anais*, em comparação com os cinco primeiros livros das *Histórias*, é evidentemente muito mais complexa, dado que nesta última obra o período coberto é de apenas dois anos, com comparação com os 54 anos cobertos pelos *Anais* (14-68 d. C.), e se forma através de mais camadas de ênfases temáticas no texto. Assim, se a principal dicotomia no texto das *Histórias* era a comparação entre *res externae* e *res internae* (POMEROY 2003), e a própria caracterização dos personagens estava subordinada à dinâmica da guerra civil (ASH 1999), nos *Anais* os planos de narração se diluem em estratégias narrativas mais sofisticadas e interdependentes.

A ênfase primária nos *Anais* está na narrativa das ações dos imperadores e na progressiva revelação do caráter de cada um no decorrer dos livros – embora esse aspecto biográfico esteja sempre subordinado à forma analítica da

¹ A consequência mais relevante disso é uma oportunidade para entendermos o porquê de sua mudança de ênfase, abandonando a euforia e a celebração do principado de Trajano como um período de *libertas* renovada, presente no *Agricola* e ainda nas *Histórias*, e adotando um silêncio em relação ao momento para ele presente nos *Anais*. Tal questão é evidenciada pela contradição entre o anúncio de Tácito nas *Histórias*, de pretender relatar posteriormente o governo de Trajano (*quod si vita suppeditet, principatum divi Nervae et imperium Traiani, uberiorem securioremque materiam, senectuti seposui [...]*) e sua decisão posterior de voltar ainda mais no passado e escrever sobre o período dos Júlios-Cláudio. Sobre as hipóteses de datação, ver Syme (1960, seções IV e VII).

² Hector Benario já anuncia certa saturação nos estudos tacitianos em 1975 (p. vii). Comparem-se os prefácios de Ronald Mellor (1993) e de F. R. D. Goodyear (1970) com a mesma reflexão.

narrativa (JAL 1997). Isso é um recurso para que Tácito sublinhe o caráter na realidade praticamente monárquico do Principado, centrado na figura do imperador e conseqüentemente na cidade de Roma – e não no exército/guerra civil/províncias, como é o caso das *Histórias*. E, mais ainda, a interação entre os imperadores e os personagens secundários que os acompanham é fundamental, pois serve como forma de evidenciar os principais aspectos de seu caráter e de como isso determina, mesmo que indiretamente, a evolução do sistema do Principado. Nesse sentido, a existência da dicotomia *res internae/res externae* é aqui auxiliar na caracterização de personagens – como, por exemplo, Germânico, oposto a Tibério nos livros I e II, e Corbulão, oposto a Nero nos livros XIV e XV – e serve como contexto para evidenciar os atributos destes e o significado de sua imagem como essencialmente antagônica à dos imperadores.

Num plano estrutural mais geral, os blocos de caracterizações dos diferentes imperadores formam uma continuidade entre si, num diálogo no qual o processo de deterioração moral do Principado se torna gradualmente evidente. Sendo assim, é importante compreender a razão e a dinâmica dos balizamentos construídos por Tácito nos *Anais*, tanto no plano geral da obra, quanto individualmente entre os seus livros – o que nos remete inevitavelmente à discussão sobre a teoria das hêxades apresentada por Sir Ronald Syme (1960, p. 686-687). A reflexão sobre esse problema é de fundamental importância para compreendermos a estrutura narrativa dos *Anais*, até mesmo para saber qual o peso e a importância de cada um dos respectivos períodos narrados na visão de Tácito sobre a decadência moral (ou renovação) no curso da história romana (KOESTERMANN 1973; LUCE 1986).

Syme argumenta que Tácito planejou uma divisão sistemática e proporcional dos *Anais* e das *Histórias* em grupos de seis livros cada, sendo a primeira hêxade sobre Tibério, a segunda sobre Calígula e Cláudio, a terceira sobre Nero, a quarta sobre a guerra civil e Vespasiano, e a quinta sobre Tito e Domiciano, o que significa considerar os *Anais* como tendo 18 livros no total e as *Histórias*, 12 livros (SYME 1960, p. 253). A razão dessa distribuição, segundo Syme, seria a impossibilidade de Tácito concluir o relato do Principado de Nero, ou mesmo do ano de 68 d. C. até o fim, apenas com os parágrafos que lhe restariam no livro XVI. Tendo os *Anais*, portanto, 18 livros no total, a definição dos seis primeiros livros como um bloco coeso dedicado a Tibério, de fato aparentemente clara, coincidiria com um padrão proporcional de livros para os imperadores seguintes.

Porém, não é fácil conciliar as demais proporções, tal como a esquematização possível para os livros dedicados a Tibério. Em primeiro lugar, isso criaria um problema para a divisão das *Histórias*, já que a distribuição de seis livros para um ano de guerra civil e para nove anos do governo de Vespasiano, com mais outros seis para aproximadamente um ano de Tito e quinze de Domiciano, seria bastante desproporcional. Uma explicação adicional que Syme apresenta seria, no entanto, que Tácito teria morrido antes de completar

os *Anais*, devido a uma série de evidências de falhas estilísticas que demonstrariam a falta de revisão do texto final, a partir dos livros de Cláudio (SYME 1960, p. 711-745; ADAMS 1972).

Frank Goodyear enumera alguns argumentos em contrário (GOODYEAR 1970, p. 17-19)³ e defende a contagem sequencial presente nos códices medievais originais (TARRANT 1983) – onde o primeiro livro das *Histórias* consta como *Cornelii Taciti liber XVII*. Ele argumenta que a narrativa remanescente do livro XVI dos *Anais* seria suficientemente pequena para permitir espaço para os acontecimentos até o final do ano de 68 d. C., e que as evidências da falta de revisão ou incompletude da última hêxade não são conclusivas, mesmo porque afinal de contas, é impossível determinar se Tácito realmente deixou sua obra incompleta. Segundo Goodyear, portanto, os *Anais* teriam 16 livros, e as *Histórias*, 14. Mas, sendo assim, o que poderíamos concluir sobre os possíveis paralelos entre imperadores em Tácito, fundamentais para Syme, já que a falta da proporcionalidade da teoria das hêxades pode inviabilizar uma associação automática entre os blocos temáticos de Tibério, Calígula e Cláudio, e Nero?

A caracterização dos personagens oferece o melhor caminho, ainda que sutil, para a compreensão desse problema. Na verdade, faz pouco sentido igualar as narrativas dos períodos de cada imperador num paralelo estrutural absolutamente simétrico, em que sua equivalência não necessariamente confere um grau de comparação e de escala de valores entre eles – a própria dificuldade em esticar (Nero) ou adensar (os Flávios) determinados períodos para que o esquema funcione detecta exatamente essa falha na lógica do argumento. A distribuição desigual dos livros nas *Histórias* e nos *Anais* pode mesmo demonstrar que, se Tácito define exatamente blocos da narrativa de acordo com a sequência dos imperadores, existe no texto um sutil – mas deliberado e preciso – sentido qualitativo que descreve, em última instância, a evolução do Principado de Tibério a Domiciano. Ou seja, num plano evidentemente mais longo, e ainda que não equivalente, da sucessão de imperadores, assim como há nas *Histórias* (ou no que delas nos resta) uma sequência degenerativa refletida no esquema Galba-Oto-Vitélio (MARQUES 2010), parece-nos plausível compreender os *Anais* através da sucessão Tibério-Cláudio-Nero como reveladora de uma progressiva decadência política e moral.⁴

Porém, existem ainda dois problemas importantes. Em primeiro lugar, uma comparação entre essa possibilidade e os problemas existentes na estrutura das *Histórias* não deve ser tomada como automática. Uma compreensão geral da história romana tal como concebida por Tácito, de Augusto até a realidade política de seus próprios dias, só pode ser viável depois de uma análise mais abrangente dos outros elementos relevantes direta ou indiretamente em cada uma das duas obras, como, por exemplo, suas digressões – que analisaremos

³ Para mais evidências contra Syme, ver McCulloch (1984, p. 171-175).

⁴ Como já aponta T. J. Luce (1991, p. 2919): *The conduct of the Julio-Claudian emperors becomes over time increasingly bizarre and extreme, while the praise that greets such conduct keeps pace with its most frightful and perverse manifestations. By the reign of Nero the value system has been utterly confounded.*

brevemente mais adiante. A segunda questão é o problema das lacunas nos *Anais*, especialmente com a ausência dos livros relativos a Calígula – pois, como entender uma progressão decadente em que Cláudio, apesar de bastante incapaz, mas não certamente uma besta cruel, seria pior para Tácito do que Calígula? Uma resposta segura a essa pergunta é, na verdade, impossível, e sendo assim não pretenderíamos estabelecer um padrão rígido com a sequência sugerida, mesmo com a ausência de um dos imperadores no texto. Entretanto, as observações seguintes têm o intuito de demonstrar que tal leitura é possível, ao menos através dos elementos do texto que nos está preservado.

Tibério é uma figura onipresente nos seis primeiros livros dos *Anais*, mesmo quando não atua de forma direta nos acontecimentos (WHARTON 1997, SHOTTER 1988). A característica principal de sua personalidade é a *dissimulatio*, o jogo entre a aparência e a realidade pretendida. Já a partir de sua ascensão, ele está em pleno controle dos eventos, como no relato do assassinato de Agripa Póstumo (I, 6). O imperador também exerce sua autoridade através do controle, e paradoxalmente da aparência de equilíbrio, nos negócios do Senado. Sua modéstia, especialmente quando das comparações feitas entre ele e Augusto, é calculada e intencional e, enquanto permanece em Roma, Tibério faz questão de preservar uma imagem de compartilhador do poder: “Pois Tibério criou o hábito de dar a primeira iniciativa sempre aos cônsules, como se a República ainda existisse e ele mesmo estivesse incerto de estar ou não no comando.” (I, 7).⁵ Porém, a verdadeira razão para tal pretendido equilíbrio seria o temor (“a causa principal era o medo” – *causa praecipua ex formidine, ibid.*) da concorrência de Germânico, com suas tropas e grande popularidade, numa introdução ao que será o grande contraste entre personagens nos dois primeiros livros dos *Anais* (DEVILLERS 1993).

A presença recorrente de Germânico cumpre a função de representá-lo como uma figura diametralmente oposta ao imperador, por conta de sua popularidade entre o povo de Roma, tão diferente do caráter soturno, reservado e dissimulado de Tibério (I, 33). Isso não significa, na verdade, que Germânico seja para Tácito particularmente um herói incondicional, mas reflete em última instância um mundo militar e diretamente associado ao ambiente republicano,⁶ em contraste com o mundo do Principado. Porém, o contexto das atitudes de Germânico reflete a visão de um mundo anacrônico, e até mesmo falho, ao mostrar a incompetência do personagem que o simboliza, ou seja, não necessariamente uma figura de características republicanas é aqui melhor do que outra simbolizando o novo contexto político.⁷ Germânico é patentemente

⁵ *Nam Tiberius cuncta per consules incipiebat, tamquam vetere re publica et ambiguus imperandi.*

⁶ Através do seu pai, Druso. Cf. *Anais*, I, 33: “Pois a memória de Druso ainda vivia na memória do povo romano, e ainda se acreditava que, se ele tivesse herdado o governo, ele teria trazido a República de volta. A afeição e a esperança passaram então para seu filho, Germânico” – *quippe Drusi magna apud populum Romanum memoria, credebaturque, si rerum potitus foret, libertatem redditurus; unde in Germanicum favor et spes eadem.*

⁷ Como ressalta Pelling (1993, p. 77): *Rather than right or wrong ways, we really just have two different ways [...]: the way of Germanicus, old-fashioned, bloody, but glorious; and the way of Tiberius, diplomatic, modern, unglamorous, but highly effective.*

inepto para controlar a revolta na Germânia, no livro I, 31-71 (PELLING 1993, p. 62-63), e de fato a maneira como Druso, filho de Tibério, comanda a situação paralela de revolta na Panônia (I, 16-30) é, em termos práticos, mais eficaz. A consolidação da popularidade de Germânico, mesmo depois de sua morte, se torna uma evidência sutil do seu fracasso como “modelo republicano”, pois seus descendentes diretos – Calígula, Agripina, Nero – retomam constantemente sua memória⁸ para acabar agindo todo o tempo de forma moralmente condenável. Mesmo assim, sua presença é importante o suficiente para determinar a narrativa dos dois primeiros livros, e ainda define a abertura do terceiro, com o retorno da viúva Agripina a Roma e a mais extensa narrativa envolvendo o julgamento de Pisão, pelo seu assassinato.

O terceiro livro dos *Anais* consiste em um interlúdio entre as mortes de Germânico e Druso, que significam a perda dos herdeiros de Tibério e a abertura da esfera de influência imperial para a entrada de Sejano no livro IV. É interessante notar que é apenas neste livro que aparecem as primeiras digressões dos *Anais*. O espaço permitido na narrativa com o fim do tema de Germânico possibilita uma maior variedade de assuntos, como, por exemplo, os relativos ao tratamento dispensado por Tibério ao Senado. É geralmente no contexto desses debates que Tácito insere algumas de suas mais significativas digressões. Entre elas se incluem, por exemplo, os parágrafos sobre a formação das leis romanas (III, 26 a 28 – WOODMAN; MARTIN 1996, p. 236-237), sobre o “ciclo” de luxo e austeridade (III, 55 – MARQUES 2004), sobre o propósito da história (III, 65 – LUCE 1991) e sobre a diferença entre os temas históricos antigos e os novos (IV, 32-33 - MARTIN; WOODMAN 1989, p. 169-172). É dessa maneira que alguns autores acreditam que Tácito tenha deliberadamente “inchado” o terceiro livro dos *Anais* com esse material para adequá-lo à distribuição hexádica dos livros sobre Tibério (SAGE 1990, p. 977).

Já o livro IV, que marca a divisão entre os dois períodos do Principado, antes e depois da ascensão de Sejano, tem um número menor de digressões. Contudo, podemos destacar os parágrafos 32 e 33, que apresentam uma curiosa autocrítica de Tácito. Ele inverte o mérito de seu trabalho, como sendo monótono e trivial perante as grandes narrativas de batalhas e conquistas dos antigos historiadores (o que, no entanto, ele mesmo realiza nas *Histórias*). Há aqui um paralelo direto entre um passado de temas gloriosos e um presente de temas maçantes, embora também úteis. Porém, mais do que a comparação com o passado, cabe ressaltar a importância da presença dessa digressão exatamente no final do período do principado de Tibério antes de Sejano, que reflete o contexto de um governo sério e eficiente, porém que sob um imperador dissimulado, cruel e já ausente.

A divisão entre este e o próximo livro marca uma clara diferença entre as duas fases do governo de Tibério, compartilhando o poder primeiramente com seus herdeiros, e depois com Sejano, mesmo que cada vez mais afastado de fato

⁸ Por exemplo, em XI, 12; XII, 2; XII, 14; XIV, 7.

do centro do poder. Gradualmente, Tibério se livra das amarras impostas à sua personalidade para impor seu caráter “degenerado”, como Tácito depois sintetiza no obituário do imperador, em VI, 51 (WOODMAN 1989):

Também o seu caráter mudou com o passar do tempo: teve uma vida regrada e distinta enquanto cidadão privado ou comandante sob Augusto. Foi dissimulado e astuto, fingindo virtudes, enquanto Germânico e Druso viveram; da mesma forma era ainda uma mistura de bom e mau até a morte da mãe. Foi detestado por suas infâmias, escondendo ainda sua libertinagem, enquanto favorecia – ou temia – Sejano. Finalmente lançou-se a toda sorte de crimes e infâmias, agora finalmente livre de quaisquer pudores e medos.⁹

A questão da imutabilidade do caráter de Tibério nos parece inconclusiva em Tácito. De fato, essas cinco fases distintas de sua personalidade podem ser efetivamente percebidas no texto, mas existem incongruências, tanto em relação a Tibério quanto a outros personagens, quanto à validade da teoria do caráter fixo do indivíduo no julgamento do historiador. Tibério é ainda dissimulado no fim de sua vida:

A compleição e a força já estavam falhando em Tibério, mas não ainda seus poderes de dissimulação: ele conservava o mesmo rigor na alma. Ainda enérgico na palavra e no olhar, tentava mascarar seu evidente declínio com uma forçada sociabilidade (VI, 50).¹⁰

Entretanto, Vespasiano é outro exemplo importante, pois fornece um contraste fundamental: Tácito afirma que, dos imperadores, ele foi o único cujo caráter melhorou com a chegada ao poder (DAMON 2006): “E apesar da fama ambígua de Vespasiano, só ele entre os imperadores mudou para melhor”.¹¹

Seja como for, a diferença entre o caráter de Tibério e o de Cláudio, na mudança do livro VI para o livro XI, é absolutamente evidente. Se Tibério é marcado pela dissimulação e pelo controle, Cláudio aparece, em contraste, definido pela ignorância e pela passividade. Nos dois livros que dispomos sobre seu governo, Cláudio é retratado por Tácito como um governante incapaz de perceber a realidade política ao seu redor, comandada por suas mulheres e por seus libertos (VESSEY 1971; GRIFFIN 1990). O livro XI o traz sempre em segundo plano, devido à presença determinante de Messalina, e no livro XII a situação é similar, devido à crescente influência de Agripina. Sua reação amorfa à traição e ao assassinato de Messalina (XI, 34, 38) é representativa de uma passividade que chega ao cúmulo no episódio de sua morte, na situação patética narrada por Tácito em que nem um envenenamento fatal difere muito da sua

⁹ *morum quoque tempora illi diversa: egregium vita famaue quoad privatus vel in imperiis sub Augusto fuit; occultum ac subdolum fingendis virtutibus donec Germanicus ac Drusus superfuere; idem inter bona malaque mixtus incolumi matre; instabilis saevitia sed obtectis libidinibus dum Seianum dilexit timuitve: postremo in scelera simul ac dedecora prorupit postquam remoto pudore et metu suo tantum ingenio utebatur.*

¹⁰ *Iam Tiberium corpus, iam vires, nondum dissimulatio deserebat: idem animi rigor; sermone ac vultu intentus quaesita interdum comitate quamvis manifestam defectionem tegebat.*

¹¹ *Histórias*, I, 50: *et ambigua de Vespasiano fama, solusque omnium ante se principum in melius mutatus est.*

habitual letargia etílica: "Porém, como resultado do seu estado etílico e letargia naturais, os efeitos da droga não foram percebidos de imediato"¹² (KEITEL 1981).

Muito dessa caracterização se deve intencionalmente a Tácito, através de sua técnica narrativa. Em primeiro lugar, ele remete a uma imagem de Cláudio já consolidada na literatura, haja vista, por exemplo, o mesmo aspecto de ironia presente na *Apocoloquintose*, de Sêneca (OMENA 2005). Mas também outros recursos permitem a reafirmação do caráter banal de Cláudio como imperador. Os discursos que a ele são atribuídos são construídos de forma a demonstrar um antiquarianismo prolixo e tedioso – e disso o melhor exemplo está em XI, 24, no discurso do imperador sobre a admissão de provinciais no Senado: Cláudio enumera razões para aceitar a entrada de gauleses no Senado, citando os precedentes dos seus ancestrais, que permitiram a expansão do império agregando figuras eminentes de fora de Roma. Uma comparação da reconstrução tacitiana com o discurso original – ou ao menos registrado e preservado – é possível devido à existência de uma inscrição encontrada em Lyon, que contém quase todo o texto pronunciado por Cláudio (GRIFFIN 1982). Essa comparação revela um cuidado retórico bem maior de Tácito comparado à enorme confusão argumentativa do verdadeiro discurso, ainda que o autor continue deixando evidente a prolixidade do imperador. Também as digressões dos livros XI e XII, ao refletir os interesses de Cláudio como censor, mostram aspectos que seriam talvez meramente ilustrativos se inseridas em outros pontos do texto, como, por exemplo, no caso das letras do alfabeto (XI, 13-14) e do colégio dos harúspices (XI, 15). No primeiro caso, o relato da transmissão do alfabeto para os romanos serve apenas para ilustrar a inutilidade do interesse diletante de Cláudio, dado que as letras que ele criou e introduziu no alfabeto latino caíram rapidamente em desuso. Nesse sentido, essas digressões servem, claramente para evidenciar a caracterização de Cláudio como um imperador preocupado com questões irrelevantes, comparadas aos graves fatos que acontecem ao seu redor.

Também a descrição da origem do *pomoerium* (XII, 24), uma extensão de terra considerada sagrada circundando os limites da cidade de Roma, e que poderia ser alargada quando da extensão das bordas do império, tem também o intuito de mostrar como Cláudio é indigno de repetir esse ritual. Ele o faz por causa da anexação da Britânia, mas sua vacilante conquista está em amplo contraste com as situações anteriores em que o ritual foi cumprido, por conta das maiores e mais grandiosas expansões feitas por Sila e Augusto ("[Um direito que], mesmo depois da conquista de grandes nações, não foi exercido por nenhum comandante romano exceto Sila e o divino Augusto").¹³

Já no caso de Nero, o paralelo estilístico e de conteúdo entre os assassinatos que abrem os livros XII e o primeiro livro dos *Anais* (I, 6) parece claro indicador de uma comparação mais direta com Tibério. No livro I temos: "O primeiro crime

¹² XII, 67: *nec vim medicaminis statim intellectam, socordiane an Claudii vinolentia.*

¹³ *Nec tamen duces Romani, quamquam magnis nationibus subactis, usurpaverant nisi L. Sulla et divus Augustus* (XII, 23).

do novo Principado foi o assassinato de Agripa Póstumo [...]. Tibério não declarou nada sobre o assunto para o Senado: ele fingiu que a ordem tinha sido dada por Augusto”¹⁴ e já no livro XIII a formulação é muito parecida: “A primeira morte do novo Principado foi a de Júnio Silano, procônsul da Ásia, planejada por Agripina e sem o conhecimento de Nero”¹⁵ (SCHMAL 2005). A diferença, no entanto, é fundamental: Tibério tem perfeito controle da situação, enquanto que Nero ainda sequer sabe dos planos de sua mãe. Passado esse primeiro período de ascensão do novo e jovem imperador, a presença de Agripina no início do principado de Nero como manipuladora do poder vai gradualmente se tornando menos determinante, até sua morte no livro XIV. O processo de eliminação da influência de Agripina reflete o tema principal dos livros neronianos, que é a passagem de um período de dependência de Nero em relação a outras figuras do poder, como Sêneca, Burro e a própria mãe, para sua independência após a morte destes. Nesse sentido, Nero também segue o padrão da personalidade de Tibério, ao revelar aos poucos seu caráter.

Os livros neronianos apresentam uma narrativa contínua peculiar (MORFORD 1989), sem nenhuma digressão particularmente expressiva. O objetivo direto de Tácito neles é mostrar como Nero deixou de ser um jovem manipulado e indolente para se tornar cruel e dissoluto. A crueldade em Nero já é prontamente anunciada no início de seu governo, através do assassinato de Britânico (XIII, 15-17), e “evolui” gradativamente numa linha qualitativa de eliminação de personagens cada vez mais virtuosos (ou menos reprováveis). Assim, primeiro temos a morte de Agripina, que, se não é uma mulher louvável para Tácito, traz o impacto do matricídio como tema a anunciar o começo do livro XIV (1-13). O mesmo livro é concluído com o assassinato polêmico e impopular de Otávia (59-64), sempre caracterizada por Tácito como inocente, casta e pura. A partir do livro XV, a série de mortes dos envolvidos na conspiração de Pisão culmina com o suicídio de Sêneca (60-63), e desencadeia uma série frenética de nomes eliminados direta ou indiretamente por Nero. Tal sequência termina no ponto em que o manuscrito dos *Anais* termina, no 35º parágrafo do livro XVI, no relato da morte mais simbólica de todos os personagens neronianos, Trásea Peto, *virtus ipsa* (21-35). A quase “progressão geométrica” dos mortos sob Nero atinge um ponto tão absurdo para Tácito que ele apresenta a certa altura uma reflexão semelhante à de IV, 33, ao reclamar de seu tema inglório: “Mas agora essa servil passividade e todo o sangue desperdiçado em casa cansam a alma, deprimem-na e a paralisam”.¹⁶

O outro ponto importante da personalidade de Nero, sua *lascivia*, está centrado na narrativa de sua dedicação às atividades artísticas e à cultura grega, também numa escala ascendente em que o imperador parte gradualmente da esfera privada (XIV, 14) e do patronato – como no primeiro *Neronia*, XIV, 20-21–

¹⁴ *Primum facinus novi principatus fuit Postumi Agrippae caedes [...] nihil de ea re Tiberius apud senatum disseruit: patris iussa simulabat.*

¹⁵ *Prima novo principatu mors Iunii Silani proconsulis Asiae ignaro Nerone per dolum Agrippinae paratur.*

¹⁶ *at nunc patientia servilis tantumque sanguinis domi perditum fatigant animum et maestitia restringunt.*

para suas apresentações públicas, iniciando em 64 d. C., - XV, 23 (MARQUES 2001, CHAMPLIN 2005, p. 76). A aprovação pública em Roma das atividades artísticas de Nero, tanto por parte da plebe quanto de certas partes da nobreza, é para Tácito elemento fundamental da situação de extrema torpeza moral. De fato, a característica individual do imperador influencia diretamente a sociedade que o rodeia:

Foi então que a promiscuidade e a degradação grassaram. A moral romana há tempos tinha se tornado impura, mas nunca houve um ambiente tão favorável à desgraça quanto entre essa turba imunda. Mesmo num ambiente virtuoso é difícil para as pessoas se comportarem bem. Menos ainda poderiam a castidade e a modéstia ou qualquer vestígio de integridade sobreviver em tal competição de vícios.¹⁷

A atitude dos provinciais contrasta claramente com tal estado das coisas,¹⁸ definindo Roma como o centro da decadência no Império ao representar o espelho do governo de Nero. Afinal, a *urbs* é nessa situação o lugar “onde todas as coisas vergonhosas e horríveis encontram abrigo e se desenvolvem”.¹⁹

Como se tudo isso não bastasse, mais uma característica mostrada por Tácito ainda revela que Nero é para o historiador o mais indigno dos imperadores nos *Anais*: a oratória do imperador é quase nula (SCOTT 1998), e por vezes até mesmo falsificada, pois escrita por terceiros. Quando Nero discursa no funeral de Cláudio usando as palavras escritas por Sêneca, Tácito nos lembra de que ele foi o primeiro imperador a precisar de alguma outra pessoa para lhe fornecer a retórica. Vale a pena citar este trecho, embora extenso, pois ele é um resumo tanto do caráter de Nero quanto da própria ideia que estamos formulando aqui, da progressão decadente dos imperadores na estrutura narrativa dos *Anais*:

Os mais idosos, cuja distração era comparar as coisas antigas com as novas, repararam que Nero era o primeiro imperador que teve necessidade de se servir da eloquência alheia. Pois o ditador César rivalizava com os maiores oradores; e Augusto tinha pronta e fluente a eloquência necessária a um imperador. Tibério era um mestre em medir as palavras, quando queria expressar vigor, ou quando era deliberadamente ambíguo. Mesmo a mente perturbada de Calígula não corrompeu sua fluência. E quando Cláudio discorria sobre seus assuntos, a elegância não lhe faltava. Mas Nero, desde a sua infância, voltou sua mente inquieta para outros interesses: esculpia, pintava, cantava e conduzia os cavalos, e às vezes compunha versos, mostrando ter alguns rudimentos de cultura.²⁰

¹⁷ *Anais*, XIV, 15: *inde gliscere flagitia et infamia, nec ulla moribus olim corruptis plus libidinum circumdedit quam illa conluvis. vix artibus honestis pudor retinetur, nedum inter certamina vitiorum pudicitia aut modestia aut quicquam probi moris reservaretur.*

¹⁸ No segundo *Neronia*: – “Mas os espectadores das cidades remotas, vindos do ainda austero interior da Itália – onde se conservava os costumes severamente – e todos os das províncias longínquas, inexperientes na lascívia, vindos a Roma em missões públicas ou por negócios particulares, não podiam tolerar tal espetáculo, nem dar esses vergonhosos aplausos” / *Sed qui remotis e municipiis severaque adhuc et antiqui moris retinente Italia, quique per longinquas provincias lascivia inexperti officio legationum aut privata utilitate advenerant, neque aspectum illum tolerare neque labori inhoneste sufficere* (XVI, 5).

¹⁹ *quo cuncta undique atrocitas aut pudenda confluunt celebranturque* (XV, 44). O contexto é a descrição dos cristãos.

²⁰ *adnotabant seniores quibus otiosum est vetera et praesentia contendere, primum ex iis, qui rerum potiti essent, Neronem alienae facundiae eguisse. nam dictator Caesar summis oratoribus aemulus; et*

A rigor, simplesmente não há, no texto de que dispomos para o período neroniano, nenhuma digressão individualizada, como dos livros anteriores. Alguns parágrafos são dedicados a observações do autor sobre o assunto tratado, como em XIV, 20-21, onde Tácito se mostra provavelmente indignado (de maneira indireta, através de uma *oratio obliqua* atribuída a vozes contrárias a esses espetáculos) com as apresentações dos nobres e do imperador no *Neronia* de 60 d. C., ou quando o autor lamenta a indignidade de narrar o banho de sangue que se segue à conspiração de Pisão (XVI, 16). Entretanto, são apenas manifestos que representam o esgotamento moral da dinastia Júlio-Cláudio, sem as características de uma análise digressiva no texto.

Podemos apenas conjecturar sobre os motivos dessa ausência. Uma explicação possível se baseia na teoria de Sir Ronald Syme, de que Tácito não viveu para publicar os textos dos livros XIII a XVI (ou a XVIII) devidamente revisados e escritos de forma definitiva. Syme apresenta uma série de evidências linguísticas demonstrando que diversos termos e expressões utilizados nestes livros são absolutamente diferentes dos outros termos semelhantes nos livros anteriores, sendo esta, portanto, uma clara quebra no estilo do texto (SYME 1960, p. 711-745). Aceitando-se essa hipótese, ainda permanece a pergunta: Tácito poderia ter introduzido digressões posteriormente, numa eventual revisão do texto? Há ainda outra opção, que não só condiz com nossa proposta de interpretação como também não é necessariamente inviável se Syme estiver correto: a ausência de digressões nos livros neronianos pode significar mais um recurso retórico utilizado por Tácito, para mostrar como o principado de Nero seria o ponto máximo da degradação dos imperadores Júlios-Cláudio. Sendo assim, seria deliberado que os livros sobre Nero sequer mereceriam a atribuição de análises estruturais e detalhadas que caracterizam o principado menos indigno de Tibério, ou até mesmo de Cláudio.

Sendo assim, para concluir, é possível nos *Anais* compreender a caracterização dos personagens como uma forma de evidenciar uma determinada sucessão decadente, ainda que num ritmo mais lento do que nas *Histórias*. Os elementos de resistência, presentes a partir de construções de certos personagens auxiliares, remontam a um ideal virtuoso que não é mais viável na realidade do Principado, haja vista que indivíduos que remetem a valores republicanos, como Germânico ou Trásea, são invariavelmente anacrônicos ou incapazes de perceber que a *libertas* na nova realidade política está definitivamente subordinada à *dominatio*²¹ (JOLY 2004).

O esquema Tibério-Cláudio-Nero, apesar de necessariamente falho pela ausência de Calígula, traz, no entanto, claros indícios da evolução do Principado para Tácito. Tibério é cruel, porém ainda eficiente; Cláudio não é essencialmente

Augusto prompta ac profluens quae deceret principem eloquentia fuit. Tiberius artem quoque callebat, qua verba expenderet, tum validus sensibus aut consulto ambiguus. etiam Gai Caesaris turbata mens vim dicendi non corruptit; nec in Claudio, quotiens meditata disserteret, elegantiam requireres. Nero puerilibus statim annis vividum animum in alia detorsit: caelare, pingere, cantus aut regimen equorum exercere; et aliquando carminibus pangendis inesse sibi elementa doctrinae ostendebat.

²¹ Agrícola seria, no entanto, um exemplo de que a conciliação entre as duas realidades é, no entanto, possível. Cf. *Agrícola*, 43.

cruel (até perdoa Messalina, em XI, 37), mas é inepto; já Nero não só é cruel como também é incapaz de governar, absorto em sua devassidão. Sabemos que tal estado de coisas, mesmo sem dispormos do relato final dos *Anais*, tem sua consequência inevitável na revolta de Víndice, que por sinal se forma contra as atitudes “infames” de Nero,²² e na guerra civil retratada nas *Histórias*. A continuidade é clara, criada por artifícios retóricos sutis e intencionais.

Bibliografia

- ADAMS, J. N. The Language of the Later Books of Tacitus' *Annals*. **The Classical Quarterly**, New Series, 22:350-373, 1972.
- ASH, R. **Ordering Anarchy. Armies and Leaders in Tacitus' Histories**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.
- BENARIO, Hector. **An Introduction to Tacitus**. Athens: University of Georgia Press, 1975.
- CHAMPLIN, E. **Nero**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- DAMON, C. *Potior utruque Vespasianus: Vespasian and His Predecessors in Tacitus' Histories*. **Arethusa**, 39:245-279, 2006.
- DEVILLERS, O. Le rôle des passages relatifs à Germanicus dans les *Annales* de Tacite. **Ancient Society**, 24:225-241, 1993.
- GOODYEAR, F.R.D. **Tacitus**. Oxford: Clarendon Press, 1970. (Greece & Rome New Surveys in the Classics, 4).
- GRIFFIN, M. The Lyons Tablet and Tacitean Hindsight. **The Classical Quarterly**, 32:404-418, 1982.
- _____. Claudius in Tacitus. **The Classical Quarterly**, XL(2):482-501, 1990.
- JAL, M. Paul. Historiographie annalistique et historiographie thématique dans l'Antiquité Classique: quelques remarques. **Revue des Études Latines**, 75:27-37, 1997.
- JOLY, F. D. **Tácito e a metáfora da escravidão**. São Paulo: Edusp, 2004.
- KEITEL, Elizabeth. Tacitus on the Deaths of Tiberius and Claudius. **Hermes**, 109:206-214, 1981.
- KOESTERMANN, E. Das Problem der römischen Dekadenz bei Sallust und Tacitus. **Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt**, I. 3:781-810, 1973.
- LUCE, T. J. Tacitus' conception of historical change. In: MOXON, I. S.; SMART, J. D.; WOODMAN, A. J. (eds.). **Past Perspectives: Studies in Greek and Roman Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 143-157, 1986.

²² Díon Cássio, LXIII, 22, 2-6.

- _____. "Tacitus on History's Highest Function": *praecipuum munus annalium* (Ann. 3.65). **Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt**, II.33(4):2.904-2.927, 1991.
- MARINCOLA, J. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MARQUES, J. B., "Nero as Artist and the Political Changes in the Principate". In **Praktika, XIth International Congress of Classical Studies**, tomo A'. Athens: FIEC/Parnassos Literary Society, p. 101-107, 1991.
- _____. Um ciclo dos costumes em Tácito? *Anais* III, 55. **Boletim do CPA**, 18:55-66. Campinas: CPA/Unicamp, 2004.
- _____. Estruturas narrativas nas *Histórias* de Tácito. **Phoenix**, 14:76-90, (UFRJ), 2010.
- MARTIN, R. H.; WOODMAN, A. J. (eds.). **Tacitus, Annals, book IV**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (Cambridge Greek and Latin Classics).
- McCULLOCH, H., Jr. **Narrative Cause in the Annals of Tacitus**. Königstein: Anton Hain, 1984.
- MELLOR, Ronald. **Tacitus**. London: Routledge, 1993.
- MORFORD, Mark. Tacitus' Historical Methods in the Neronian Books of the *Annals*. **Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt**, II. 33(2):1.582-1.627, 1989.
- OMENA, L. M. A *Apocolocyntosis* de Sêneca: uma alusão à troca de favores em Roma. **História Revista**, 10(2):363-374, UFG, 2005.
- PELLING, C. Tacitus and Germanicus. In: LUCE, T. J.; WOODMAN, A. D. (eds.). **Tacitus and the Tacitean Tradition**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- POMEROY, Arthur J. Center and Periphery in Tacitus' Histories. **Arethusa**, 36:361-374, 2003.
- SCOTT, J. M. The Rhetoric of Supressed Speech: Tacitus' Omission of Direct Discourse in his *Annales* as a Technique in Character Denigration. **The Ancient History Bulletin**, 12(1-2):8-18, 1998.
- SAGE, M. M., Tacitus' Historical Works: A Survey and Appraisal [Indices p. 1.629-1.647]. **Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt** II.33(2):851-1.030, 1990.
- SCHMAL, S. **Tacitus**. Studienbücher Antike, Band 14. Hildesheim: Olms, 2005.
- SHOTTER, D. C. A. Tacitus and Tiberius. **Ancient Society**, 19:225-236, 1988.
- SYME, R. **Tacitus**. 2 vol. Oxford: Oxford University Press, 1960.
- TARRANT, R. J. Tacitus. In: REYNOLDS, L. D. (ed.) **Texts and Transmission: a**

Survey of the Latin Classics. Oxford: Clarendon Press, 1983, p. 406-409.

VESSEY, D. W. T. C. Thoughts on Tacitus' Portrayal of Claudius. **American Journal of Philology**, 92(3):385-409, 1971.

WHARTON, D. B. Tacitus' Tiberius: The State of the Evidence for the Emperor's *ipsissima verba* in the Annals. **American Journal of Philology**, 118(1):119-125, 1997.

WOODMAN, A. J. Tacitus' Obituary of Tiberius. **The Classical Quarterly**, New Series, 39(1):205, 1989.

WOODMAN, A. J.; MARTIN, R. H. **The Annals of Tacitus, book 3.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

As relações entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: uma nova interpretação a partir do paradigma culturalista

The relationship between Judaism and Christianity in the Roman Empire: a new approach based on the cultural paradigm

Gilvan Ventura da Silva

Professor Adjunto
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
gil-ventura@uol.com.br
Avenida Hugo Viola, 685/303 - Jardim da Penha
Vitória - ES
29060-420
Brasil

Resumo

Nos últimos anos, os pesquisadores vêm dispensando uma atenção cada vez maior aos processos de encontro, contato e intercâmbio cultural, de maneira que, em termos da pesquisa universitária, a assim denominada "virada culturalista" tem se afirmado como um paradigma vigoroso, estimulando a criação de linhas de investigação bastante inovadoras ou mesmo a retomada de objetos já consagrados sob uma nova perspectiva. Tendo em vista essas considerações pretendemos, neste artigo, discutir a maneira pela qual os autores contemporâneos têm reinterpretado a dinâmica religiosa no Império Romano, com destaque para a aplicação do modelo da *Wave theory* ao estudo das relações entre o judaísmo e o cristianismo no Mundo Antigo.

58

Palavras-chave

Império Romano; Judaísmo; Cristianismo.

Abstract

Nowadays, scholars have been particularly interested in studying the processes of encounter, contact and cultural interchange. So that, in terms of ongoing research, the so-called "cultural turning-point" has been converted into a suggestive paradigm, stimulating the creation of original research fields as well as the retrieval of old issues from a new perspective. In the light of it, we intend to discuss, in this article, how some contemporary authors have interpreted the social religious dynamic in the Roman Empire, highlighting the application of the Wave Theory model to the relationship between Judaism and Christianity in the Ancient World.

Keywords

Roman Empire; Judaism; Christianity.

Enviado em: 29/04/2010

Autor convidado

As identidades em movimento

Diante da percepção de que o mundo caminha para uma integração cada vez maior em virtude do estreitamento das relações políticas e econômicas entre as distintas partes do globo e da rapidez com que as tecnologias de comunicação se aprimoram, permitindo um contato praticamente instantâneo entre regiões remotas e inacessíveis ou mesmo esse autêntico *hit* televisivo que é a assim denominada “guerra em tempo real”, tem-se produzido, desde as últimas décadas do século passado, uma alteração significativa na maneira pela qual tanto o cidadão comum quanto os pesquisadores concebem os processos culturais, as relações com povos e tradições muitas vezes próximos, muitas vezes distantes ou, dito de outro modo, como lidam com a dialética da inclusão/exclusão, da igualdade/diferença, da identidade/alteridade (AUGÉ 2002, p. 33ss.). Esse processo é potencializado, naturalmente, por uma tendência cada vez mais evidente em nossos dias de deslocamento da “periferia” rumo ao “centro”. Nesse sentido, há algum tempo tem se difundido a ideia de que, devido à volatilidade do capital e à sólida integração dos mercados mundiais, não seria mais possível se falar, como outrora, na existência de um centro que controlaria uma ou mais periferias, mas de múltiplos centros e múltiplas periferias, conforme o lugar ocupado pelo observador. Não obstante o quanto essa tese nos soe plausível, resta ainda a constatação de que, se considerarmos a lógica do fluxo migratório mundial, os países do Hemisfério Norte, dentre os quais se incluem exatamente aqueles que, no passado, sustentaram poderosos impérios ultramarinos, como a Grã-Bretanha, a França e a Espanha, sem mencionar os Estados Unidos, responsáveis por exercer um controle sobre outros povos e nações cujas estratégias em muito evocam a *práxis* imperialista europeia, têm sido invadidos por levas e levas de imigrantes provenientes dos quatro cantos do mundo em busca de melhores condições de trabalho.

A descoberta de que agora o Outro não se encontra mais confinado aos inhóspitos territórios de uma colônia qualquer do além-mar, mas que tem fixado residência nas imediações, rompendo assim com todo o conforto e familiaridade que uma vizinhança “segura” poderia proporcionar, tem trazido a problemática do contato cultural para o centro das discussões intelectuais, desafiando os pesquisadores a compreender um mundo em rápida transformação e, por que não o dizer em nítida ebulição? Hoje, possivelmente mais do que em nenhuma outra época, temos consciência do quanto os artefatos culturais (em especial, a língua, a religião e a democracia) podem ser manejados como símbolos de autoridade, como instrumentos de coerção contra aqueles que são excluídos e rebaixados. Mas também nos parece cada vez mais evidente o quanto as experiências culturais comportam de empréstimo e assimilação, o quanto as fronteiras entre agrupamentos e sociedades têm sido transpostas, quer em sentido literal ou figurado, gerando formas mistas, compósitas, híbridas que por vezes resistem a qualquer esforço de descrevê-las, circunscrevê-las, categorizá-las (SAID 1995, p. 26-27). Certamente, não é por acaso que nosso tempo se encontra marcado por duas tendências político-intelectuais que começam a adquirir

uma visibilidade crescente: o fundamentalismo, com todo o seu apego aos valores primordiais, à tradição como salvaguarda de uma suposta "pureza" que estaria sendo ameaçada do exterior pelas investidas dos "infiéis"; e o multiculturalismo, que envolve um reconhecimento, por parte das autoridades públicas, em especial de países que têm de lidar com comunidades étnicas heterogêneas e ampliadas, a exemplo dos Estados Unidos e da França, de que a Nação é plural, o que as obriga a equacionar as demandas de um "corpo cívico" estilhaçado, de um conjunto de setores que apresentam interesses e aspirações igualmente fragmentados e por vezes contraditórios em função não apenas de clivagens de natureza política e econômica, como num passado recente, quando as distinções classistas e partidárias se impunham na mesa de negociação, mas de clivagens de natureza cultural, incluindo aí a ascendência étnica e o credo religioso.¹

Da perspectiva dos estudos culturais desenvolvidos no âmbito desse imenso caleidoscópio que costumamos designar com o nome de ciências humanas, a compreensão acerca da dinâmica da relação entre grupos diversos tem se alterado sensivelmente no decorrer dos anos. De acordo com os pressupostos de uma corrente teórica que Said (1995, p. 28) qualifica como "linear" e Woodward (2000, p. 12), como "essencialista", o jogo das identidades, da percepção do Eu e do Outro que sempre está em causa quando se trata de delimitar uma diferença ou assinalar um pertencimento, permaneceu durante muitos anos submetido à oposição binária e, sob certo aspecto, poderíamos mesmo dizer maniqueísta entre "nós" e "eles" que se afirma como um importante desdobramento intelectual do imperialismo, quando a vontade europeia de tudo esquadriñar, classificar, catalogar permitiu o surgimento de disciplinas como a etnografia, a etnologia e a própria antropologia. Por esse paradigma, as identidades comportariam uma "essência" ou "natureza", vale dizer, um padrão estrutural que permitiria identificar um negro, um índio, um muçulmano ou um judeu em qualquer circunstância, tempo ou lugar na medida em que haveria, por assim dizer, um "protocolo" ou *script* cultural fixado de antemão a ser seguido pelos atores sociais. É fácil perceber como uma historiografia das relações culturais erigida nessas bases se adequava bastante bem a um contexto no qual os "outros" pareciam situar-se a milhares de quilômetros de distância, propiciando assim o surgimento de binômios que durante décadas orientaram a agenda de trabalho dos pesquisadores, tais como

¹ O fundamentalismo pode ser definido como um princípio hermenêutico relacionado à interpretação de um livro sagrado. Do ponto de vista histórico, o fundamentalismo ocidental moderno teve sua origem nos meios protestantes norte-americanos do século XIX, que advogavam uma interpretação literal das Escrituras num momento de confronto com os avanços gerados pelo conhecimento científico (Eco *apud* BARRET-DUCROCQ 2000, p. 15). Atualmente, os fundamentalismos de diversos matizes (cristãos, judeus, islâmicos) buscam empregar os princípios religiosos contidos nos textos sagrados para orientar a agenda política, o que resulta, em muitos casos, na adoção de um comportamento intolerante, com todos os riscos que isso representa para as liberdades civis. O surgimento do multiculturalismo, por sua vez, se encontra relacionado ao movimento de descolonização afro-asiática, ao fim da Guerra Fria, ao desmembramento da União Soviética e à globalização, quando então os governos passam a ser cada vez mais compelidos a estabelecer uma plataforma política que, ao ser implementada, leve em conta a crescente diversidade cultural dos seus cidadãos (HALL 2003, p. 55ss.).

civilização *versus* barbárie, pensamento lógico *versus* pensamento selvagem, magia *versus* religião, mito *versus* filosofia, apenas para citar alguns. Em todos esses casos, tratava-se de tornar transparente uma identidade e uma alteridade absolutas, de desvelar uma “essência” do primitivo e do civilizado que pudesse ser manejada como um gabarito para ler – e, desse modo, prever – os comportamentos de parte a parte. Ocorre, no entanto, que a própria prática imperialista cuidou de subverter, de maneira lenta e por vezes imperceptível, como é praxe em se tratando de transformações que se ajustam ao ritmo da vida cotidiana, os pressupostos que informavam essa historiografia. Como assinala Said (1995, p. 28), “em parte devido ao imperialismo, todas as culturas estão mutuamente imbricadas. Nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem monolitismo”. O corolário de uma constatação como essa foi a emergência de uma interpretação “nômade” (*i.e.*, mutável, transitória, cf. SAID 1995, p. 28) ou “não essencialista” (WOODWARD 2000, p. 12) das identidades que se consolida *grosso modo* no bojo do processo de descolonização, com o florescimento de um grupo de intelectuais comprometidos não apenas com a crítica do imperialismo, mas também com a compreensão do impacto cultural que um fenômeno dessa magnitude produziu entre colonizados e colonizadores. Cumpre notar que muitos dos autores contemporâneos que têm se dedicado a refletir sobre o assunto são, eles mesmos, um produto da própria experiência imperial, como Edward Said (falecido em 2003), Stuart Hall, Homi Bhabha, Ieng Ang e outros. Por essa interpretação “nômade” ou “não essencialista”, as diferenças e/ou semelhanças entre os grupos sociais não podem ser fixadas em caráter definitivo, pois, dependendo do tempo e do lugar, são passíveis de transformações por vezes rápidas e intensas, dentro de um movimento incessante de construção, desconstrução e reconstrução.

Ao considerarmos o desenvolvimento cultural de um grupo ou sociedade, mesmo em caráter retrospectivo, como quando estudamos sociedades muito distantes de nós, a exemplo da romana, é simplesmente impossível estabelecer um termo ou uma origem para a composição do sistema identitário do grupo ou sociedade em questão, ao contrário do que imaginavam os pensadores filiados aos pressupostos evolucionistas. Em assim sendo, “nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente” (HALL 2003, p. 44), ou seja, situam-se sempre num futuro que se distancia à medida que nos aproximamos dele, razão pela qual nos encontramos imersos num processo contínuo de formação cultural do qual não é possível fixar-se nem o alfa nem o ômega. Desse ponto de vista, a dimensão cultural da existência humana não diz respeito a nenhum imperativo de ordem ontológica, mas se atualiza a partir de um tornar-se constante, de uma dinâmica e de um movimento que só podemos captar de maneira transitória, parcial, fugaz e, é importante assinalar, eivada de assimilações, ressimbolizações – ou, como propõem os psicólogos sociais, ancoragens – e rejeições no confronto com outros grupos e/ou

sociedades.² Como em certa ocasião sugeriu Derrida por intermédio da noção de *différance*, não é mais possível se pensar nos termos de um sistema binário que disporia lado a lado elementos incomunicáveis e mutuamente excludentes. Antes, seria mais plausível supor a existência de um sistema que, mesmo gerando oposições, conservasse certa porosidade entre elas, dentro de um jogo no qual as fronteiras, à parte o fato de serem lugares que delimitam, são também lugares que favorecem a comunicação, *places de passage*. Por outro lado, como a *différance* é o movimento gerativo de diferenças que nunca bastam a si mesmas, mas que dependem sempre do que lhes falta, só podendo ser compreendidas por referência àquilo que fazem remissão, ao que não se encontra presente, ela não configura uma estrutura estática ou um sistema fechado que uma operação sincrônica ou taxonômica pudesse esgotar, mas constitui-se como um *movimento* que só pode ser apreendido em seu caráter transitório, diacrônico, histórico (DERRIDA 2001, p. 33).³ Pensada em termos culturais mais abrangentes, a noção de *différance* tem a propriedade de nos revelar, em primeiro lugar, que as identidades, quaisquer que sejam elas, não existem por si mesmas, sem fazerem referência às alteridades das quais são dependentes e das quais jamais poderão se desvencilhar. Em segundo lugar, na medida em que as identidades são eminentemente dinâmicas, não propiciam a formação de arranjos binários estanques nem retílineos, mas antes porosos e oblíquos, figurando num espectro ou *continuum* em permanente deslocamento que dá margem a todo tipo de interação e influência recíprocas (BURKE 2006, p. 14), o que nos impede, por exemplo, de considerar o termo “cristão” como dotado de uma capacidade autoexplicativa, de uma transparência e de uma unidade semântica que se manteriam intactas no confronto com pagãos e judeus desde o início do Império Romano. Pois bem, é essa lógica do dinamismo identitário, das identidades que se constroem e reconstroem sem cessar, que o conceito de *hibridismo cultural* vem iluminar, rompendo assim frontalmente com a operação intelectual que, por ignorar os processos de cruzamento, miscigenação, *cross-boundaries* e travestismo, tenta fixar as identidades em caráter definitivo (TADEU DA SILVA 2000, p. 86).

Dilemas conceituais

Desde, pelo menos, o século XIX, a preocupação com as modalidades de contato entre os grupos culturais esteve presente na pauta de investigação antropológica, o que levou pesquisadores norte-americanos a forjar, em 1880, o conceito de *aculturação* para definir o padrão de relações da sociedade “branca”

² Nos termos da psicologia social, a *ancoragem* é a operação por meio da qual conferimos inteligibilidade a um objeto, associamos categorias e imagens conhecidas àquilo que não nos é familiar, interpretamos o desconhecido, o ainda não classificado, em conformidade com o nosso *background* cultural. Na formação das representações sociais, a ancoragem desempenha um papel capital ao lado da *objetivação*, do ato de conferir objetividade, vale dizer concretude, a uma abstração (LEME 1995, p. 48).

³ A noção de *différance* é um excelente exemplo de como as teorias e conceitos propostos pela linguística têm influenciado a investigação em torno das representações sociais e das identidades, ultrapassando assim os limites da língua ao serem aplicados a múltiplos objetos culturais.

européia com as culturas nativas (BURKE 2006, p. 44). A ideia fundamental subjacente ao conceito era a de que toda cultura subordinada tendia, ao longo do tempo, a abandonar os seus traços culturais distintivos para absorver os usos e os valores da cultura dominante, o que implicaria inevitavelmente uma descaracterização. O conceito de aculturação, não obstante a sua unilateralidade por supor que o fluxo de transmissão cultural ocorria sempre de cima para baixo, demonstrou um fôlego surpreendente nos meios acadêmicos, tendo sido largamente empregado durante várias décadas até começar a se impor a percepção de que os encontros culturais, mesmo quando resultantes das relações de violência e dominação mais explícitas, propiciavam sempre uma troca, um intercâmbio (SACHS 1999, p. 418ss). A partir daí, forjou-se o conceito de *transculturação* na tentativa de resguardar justamente a reciprocidade embutida em todo processo de interação cultural, embora sem muito sucesso. No que diz respeito especificamente ao domínio da história das religiões, o conceito que, em certa medida, veio substituir o de aculturação foi o de *sincretismo*. Para além das múltiplas acepções assumidas pelo conceito, subsiste a noção de que a assimilação de uma cultura dominante por parte de um grupo ou sociedade constitui, antes e acima de tudo, uma estratégia de resistência em face de uma relação desigual de poder impossível de ser revertida por outros meios, uma maneira de os dominados conservarem a sua integridade social e psíquica mesmo em condições adversas (FERRETTI 1995, p. 63-64). Atualmente, os pesquisadores tendem a rejeitar não apenas o conceito de aculturação, em virtude tanto do seu caráter sobejamente unilateral quanto pelo fato de pressupor uma transformação completa do sistema cultural das sociedades dominadas, mas também o conceito de sincretismo, por enfatizar os aspectos deliberados, conscientes e até certo ponto utilitaristas das relações culturais. Em seu lugar, surge o conceito de *hibridismo cultural* (ou hibridização, numa possível variante). Por hibridismo cultural, entende-se um processo dinâmico de intercâmbio entre as religiões que não resulta, necessariamente, em conversão de parte a parte, mas antes na produção de formas religiosas que atraem e assimilam sem cessar elementos provenientes de outros sistemas simbólicos (BURKE 2006, p. 47). Desse modo, apreendidas na dimensão da experiência social, ou seja, tomadas na sua condição de *prática* e não como um produto da reflexão teológica de uma elite sacerdotal qualquer (e, em certos casos, consideradas mesmo naquilo que afronta a orientação dessa elite, como vemos ocorrer com os judaizantes no Império Romano), as religiões surgiram, em maior ou menor grau, como arranjos híbridos nos quais a uma corrente principal de práticas e concepções que poderíamos classificar como o *hard core* do sistema viriam se mesclar costumes, crenças e valores distintos e por vezes contraditórios para produzir a experiência religiosa vivida por um grupo ou sociedade num determinado tempo e lugar, especialmente nas metrópoles e nas fronteiras, espaços privilegiados para as trocas e contatos culturais, conforme assinala Burke (2006, p. 70). As metrópoles, tanto por abrigarem uma população compósita que, desenraizada de seus territórios originais, para lá se dirige na expectativa de alcançar melhores

condições de vida, quanto por serem núcleos de trocas comerciais intensas, favorecem em larga medida a emergência de formas híbridas, produto inevitável do *modus vivendi* metropolitano. As fronteiras, por sua vez, funcionam não apenas como limites entre agrupamentos e territórios, mas também como lugares de encontro, de interseção e de sobreposição cultural (BURKE 2006, p. 71ss).

Ao adotarmos o conceito de hibridismo não devemos, no entanto, supor, de maneira acrítica, que os processos de intercâmbio cultural resultem necessariamente numa atitude de tolerância e de respeito para com as crenças e valores alheios assumida pelos agentes em interação. Como alerta Burke (2006, p. 18), “não podemos celebrar a troca cultural como um simples enriquecimento, pois às vezes ela acontece em detrimento de alguém”. Sendo assim, ao interpretarmos o contato entre as religiões nos termos da produção de formas híbridas de devoção, é preciso reconhecer, de antemão, que em muitas circunstâncias estamos diante de uma situação histórica marcada por relações de poder bastante desiguais, como no caso da assimilação da herança judaica por parte dos cristãos, assimilação essa que poderia ser qualificada, de modo mais adequado, como uma espoliação e não como um compartilhamento, uma vez que, do ponto de vista do cristianismo, a Igreja é celebrada como o *Verus Israel*, a verdadeira comunidade dos eleitos, sendo os judeus simplesmente excluídos da Aliança em virtude de sua “obstinação” e “recalcitrância”, um tema repetido *ad nauseam* pela patrística desde pelo menos Justino de Roma. Outrossim, mesmo que consideremos o sistema das oposições binárias como descontínuo, oblíquo e poroso, resta sempre a constatação de que os elementos que o compõem nunca se encontram numa relação de igualdade diante dos demais (HALL 2003, p. 34), havendo sempre a tendência a que se atribua a um ou mais elementos um valor positivo, ao passo que outros receberão uma carga negativa (TADEU DA SILVA 2000, p. 82). Isso ocorre pelo fato de que, em última análise, as assimilações, ancoragens, apropriações, ressimbolizações, sincretismos ou qualquer outra denominação que desejarmos atribuir aos processos de troca cultural, nunca resultam de um acordo ou contrato entre as partes, mas de uma operação de classificação, de delimitação, de “leitura” e de “tradução” do que pode ou deve ser assimilado e executado a partir de uma perspectiva *inerente* e *particular* a cada grupo social, conforme os seus interesses e aspirações. O que desejamos enfatizar é que, não obstante a ubiquidade do hibridismo, uma forma híbrida muitas vezes só aparece como tal durante o processo de investigação científica que a revela e não para os atores envolvidos na experiência religiosa, mesmo porque algumas formas híbridas, ao se perpetuarem ao longo de gerações, terminam por ser “naturalizadas”, passando a fazer parte do patrimônio cultural do grupo em questão em caráter quase atemporal. Certamente, se perguntássemos hoje a um católico se o hábito de acender velas e círios junto das imagens dos santos é uma prática extraída do ritual pagão do culto imperial romano a resposta seria negativa (TEJA 1993, p. 631).

Daniel Boyarin e a *Wave theory*

Os pressupostos da dinâmica identitária que vimos discutindo até o momento, embora tenham sido formulados como uma tentativa de resposta, por um lado, às rápidas transformações culturais observadas a partir do processo de descolonização e, por outro, a uma situação na qual, em virtude dos mecanismos de globalização, o encontro entre culturas distintas tem se tornado cada vez mais intenso e imediato e, poderíamos mesmo acrescentar, inelutável, não iluminam uma experiência – no caso, o hibridismo cultural – que seria apanágio apenas das sociedades contemporâneas, uma vez que, mesmo retroagindo ao passado mais remoto, sempre nos deparamos com grupos em interação, confronto e deslocamento. Por esse motivo é que os historiadores vêm dispensando uma atenção cada vez maior aos processos de encontro, contato e intercâmbio cultural (BURKE 2006, p. 16), de maneira que, em termos da pesquisa universitária, a assim denominada “virada culturalista” tem se afirmado como um paradigma vigoroso, estimulando a criação de linhas de investigação bastante inovadoras ou mesmo a retomada de objetos já consagrados sob uma perspectiva muitas vezes “revolucionária”. Recai na segunda categoria a tarefa atualmente levada a cabo por diversos pesquisadores no sentido de rever as relações entre o judaísmo e o cristianismo na Antiguidade à luz do hibridismo cultural, o que tem gerado modelos e hipóteses bastante sugestivos. Dentre esses autores, um dos que mais se destacam é Daniel Boyarin (1999; 2007), para quem todas as modalidades de judaísmo e de cristianismo no Império Romano formavam uma família semântica, fazendo parte de um *continuum* no qual, numa das extremidades, situavam-se os marcionitas, que negavam por completo a herança judaica do cristianismo e, na outra, os judeus ortodoxos, para quem Jesus não passava de um rebelde proscrito.⁴ Entre esses dois polos, distribuía-se uma quantidade indefinível de grupos e comunidades que tendiam para uma direção ou outra.

Boyarin é um dos críticos mais contundentes da aplicação do modelo linguístico da derivação linear ou *Stammbaum* para interpretar as relações entre o judaísmo e o cristianismo no Império, na medida em que esse modelo sugere que o processo de diferenciação entre ambas as religiões se deu em movimentos sucessivos e num único sentido a partir de um “ponto zero”, até produzir-se o cristianismo ortodoxo. Como alternativa a uma interpretação como essa, por demais estática e que ignora os mecanismos de *feedback*, de retroalimentação

⁴ Os marcionitas eram aqueles que seguiam os ensinamentos de Marcião, um líder cristão falecido por volta de 160. Originário de Sínope, Marcião fez fortuna como armador e comerciante, estabelecendo-se em Roma, de onde foi expulso em 144. Marcião não se via como o fundador de uma nova igreja, mas como alguém que recebera a incumbência de restaurar a mensagem genuína de Jesus, que teria sido corrompida. Inspirado certamente em princípios gnósticos, enfatizava a distinção entre o deus do Antigo Testamento, o Demiurgo colérico, volúvel e vingativo responsável pela criação desse mundo, e o Deus do Novo Testamento, o Deus benigno que teria enviado seu único filho para redimir a Humanidade. Por esse motivo, sustentava que o Antigo Testamento deveria ser rejeitado como fundamento da fé cristã, sendo os judeus identificados como os sicários do Demiurgo, os algozes do filho do Deus redentor. As comunidades marcionitas se expandiram rapidamente depois da morte do seu fundador, permanecendo ativas até o século III, quando começaram a ser absorvidas pelo maniqueísmo ou pelo cristianismo ortodoxo. No Oriente, sabemos que o marcionismo resistiu até cerca de 450 (BERARDINO 2002, p. 882).

dentro do próprio sistema, o autor recorre à *wave theory*, à “teoria da onda”, igualmente tomada de empréstimo da linguística. Essa teoria propugna que uma determinada inovação idiomática, ao surgir, tende a se propagar em círculos (ou ondas) a partir de um epicentro que pode se localizar em qualquer ponto do campo, produzindo interseções em movimentos circulares e não mais retilíneos. Assim, judaísmo e cristianismo, antes de serem entidades mutuamente excludentes, comporiam um sistema circulatório, no qual práticas e concepções seriam compartilhadas em maior ou menor grau, podendo mover-se livremente em todas as direções. De acordo com o autor, em função desse movimento circular é que em muitas comunidades do Oriente, especialmente nas ebionitas, o sábado e o domingo eram ambos celebrados como dias santos e que os quartodecimanos contavam o tempo litúrgico tomando por base o calendário judaico.⁵ Temos notícia inclusive de que Polícrates, líder da igreja quartodecimana de Éfeso no final do século II, recomendava aos seus fiéis que observassem o dia em que os judeus preparavam o pão ázimo, o que demonstra o quanto as congregações cristãs estiveram durante muito tempo conectadas voluntariamente à tradição judaica. Pelo relato de Jerônimo, sabemos também que a seita dos nazoreus, que se autodefiniam cristãos e judeus, se encontrava presente em todas as sinagogas do Oriente (BOYARIN 2007).⁶ Na verdade, para além do empréstimo cultural de qualquer natureza, a própria utilização do texto das Escrituras por si só já constituía um denominador comum para as seitas judaico-cristãs disseminadas pelo Império, dentro de um movimento contínuo de leitura e releitura que rompia com a fixidez do *Stammbaum*.

Embora Boyarin, ao recorrer à *wave theory* para interpretar as relações entre o judaísmo e o cristianismo, afirme que tanto a divergência quanto a convergência são possíveis, resguardando com isso a contribuição do conflito para a dinâmica dos processos religiosos, é impossível não reconhecer, no pensamento do autor, certo substrato funcionalista ao atribuir a responsabilidade pela separação entre ambas as religiões à elite eclesiástica e/ou ao poder imperial. Para Boyarin, durante os três primeiros séculos do Império havia grupos com características mais marcadamente cristãs que outros, mas o que costumamos

⁵ Sob o rótulo de “ebionitas” é agrupado um número indefinido de comunidades judaico-cristãs que apresentam algumas características comuns, dentre as quais as mais importantes são a aceitação de Jesus como um “homem simples” (*nudus homo*); a observância da Lei judaica e a rejeição aos ensinamentos de Paulo. Irineu é o primeiro autor cristão a mencionar os ebionitas como um grupo herético dentro da Igreja (cf. SKARSAUNE 2007). Os quartodecimanos, por sua vez, eram os cristãos que, seguindo a narrativa conservada em João, celebravam o martírio de Cristo no 14º dia da primeira lua da primavera, isto é, no 14º dia do mês hebraico do Nisã. Essa contagem do ciclo pascal era seguida principalmente pelas igrejas da Ásia Menor, dentre as quais se encontrava a influente igreja de Éfeso (WHITROW 1993, p. 211).

⁶ Os nazoreus, mencionados apenas por Epifânio e Jerônimo, constituíam uma seita judaico-cristã estabelecida em Bereia, na província da Coele-Síria, cujos membros falavam aramaico e seguiam um evangelho próprio, semelhante ao Evangelho de Mateus. Os nazoreus, tendo nascido judeus, observavam a Lei, praticavam a circuncisão e celebravam o *shabat*, mas ao mesmo tempo criam em Cristo. O etnônimo “nazoreus”, com o qual se identificavam, é um termo aramaico que durante muito tempo foi empregado para designar, de modo genérico, os crentes em Jesus. É possível que Jerônimo tenha estado em contato com os nazoreus, mas deles não nos fornece maiores detalhes, além da execução de sacrifícios. Infelizmente, não sabemos se os nazoreus faziam parte da Igreja ou tinham uma organização própria, a exemplo dos ebionitas. O que parece consenso é que mantinham com seus vizinhos cristãos relações amistosas (KINZIG 2007).

identificar como “cristianismo”, no singular, era na verdade um conglomerado de grupos que compunham um bloco de “dialetos” religiosos em um bloco mais amplo, formado pelo judaísmo. Apenas no século IV é que temos a cristalização definitiva desses grupos em judeus e cristãos, mediante uma segregação operada pelas autoridades imperiais, eclesiásticas e rabínicas que, num dado momento, conseguem impor à sociedade imperial uma lógica discursiva francamente contrária ao hibridismo, qualificando tudo o que foge à regra como herético e, ao mesmo tempo, definindo o que é canônico, ortodoxo. Do ponto de vista cristão, essa distinção se traduz, por exemplo, na autêntica campanha deflagrada pelo episcopado contra o antigo costume de se associar a festa da Páscoa ao *Pessach* hebraico e contra a participação de cristãos nos ofícios e cerimônias organizados pela sinagoga. Já do ponto de vista judaico, temos o esforço empreendido pelos rabinos para detectar, entre os membros da sua congregação, os *minim* – os heréticos – com o propósito de coibir a sua atuação, recorrendo até mesmo à punição física e à expulsão do recinto da sinagoga caso fosse necessário. Desse modo, na avaliação de Boyarin, a permeabilidade entre grupos cristãos e judaicos verificada no cotidiano teria sido superada mediante uma intervenção enérgica por parte das lideranças religiosas e imperiais. Segundo o autor, “o cristianismo e o judaísmo somente produziram religiões distintas por uma ordem oficial dos rabinos ou dos doutores da Igreja” (BOYARIN 1999, p. 17).

67

Não obstante a validade dos resultados obtidos por Boyarin com a aplicação do modelo da *wave theory*, ao sugerir que o cristianismo e o judaísmo não são e nunca foram crenças mutuamente excludentes e ao despertar a nossa atenção para todas as modalidades de associação entre elas que vemos se produzir no decorrer do período imperial, mesmo em época tardia, quando já se imaginava que a cisão fosse um fato consumado, não podemos em absoluto concordar com a tese de que ambas as religiões, no nível da *práxis*, da piedade popular, fossem realidades tão imbricadas que somente uma intervenção autoritária empreendida pela elite religiosa poderia separá-las. Uma conclusão como essa, ao ser levada às suas últimas consequências, termina por reproduzir *mutatis mutandis* uma antiga dicotomia entre elite e povo difícil de se sustentar nos dias de hoje, ainda mais se considerarmos os pressupostos da circularidade cultural amplamente difundidos no Brasil por intermédio dos trabalhos de Bakhtin. A fim de evitar esse risco, que alternativa teórica poderíamos adotar?

Em primeiro lugar, reafirmar o princípio de que, muitas vezes, o hibridismo cultural, longe de exprimir uma relação de igualdade ou de reciprocidade, implica um confronto entre grupos que digladiam pelo controle de um patrimônio cultural comum. Como sugere Harrison (1999, p. 239), os grupos sociais podem estabelecer uma relação conflituosa não apenas porque apresentam diferenças identitárias irreconciliáveis, ou seja, por se encontrarem separados por usos e costumes absolutamente incompatíveis, mas também por nutrirem aspirações comuns ao monopólio dos mesmos símbolos culturais, razão pela qual, nesse caso, são as semelhanças com o Outro – e não as diferenças propriamente ditas

– a fonte de inquietação. Nessas circunstâncias, há uma tendência a se constituir um discurso e uma prática que desqualificam a suposta “imitação” realizada pelo grupo concorrente como um ato de “roubo” ou de “pirataria” e, portanto, passível de censura e punição. Desse modo, não há nada que nos autorize a afirmar que a convivência entre os grupos judaico-cristãos no Império Romano se caracterizasse por uma solidariedade intrínseca rompida apenas por atos de intolerância perpetrados de quando em quando pelas lideranças religiosas, atos estes que tenderiam a se institucionalizar no século IV, quando então judaísmo e cristianismo finalmente passaram a constituir entidades autônomas. Em segundo lugar, devemos prestar atenção ao fato de que, ao tratarmos da distinção entre grupos, seitas ou comunidades religiosas, uma operação que exige necessariamente a depreciação dos concorrentes, que veem seu *status* social rebaixado em uma figuração na qual ocupam uma posição subalterna, estamos nos reportando ao campo das representações sociais.⁷ Por mais que a Igreja e a Sinagoga tenham os seus porta-vozes na figura de bispos, presbíteros e rabinos, sabemos que nenhuma representação ou ideologia é forjada pela vontade de dominação de uma minoria articulada às expensas de uma maioria inerte, pelo menos nenhuma representação que venha a adquirir visibilidade social e importância histórica, como aquela que conseguimos recuperar por intermédio da literatura patrística antijudaica dos séculos IV e V. Em nossa opinião, se não houvesse, no interior das próprias congregações cristãs e judaicas, grupos ou facções predispostos a sustentar o esforço de separação empreendido pelas autoridades religiosas e imperiais, dificilmente uma situação como a que vemos se configurar a partir da segunda metade do século IV, quando os mecanismos de segregação, de distinção e de controle da comunidade de fiéis são aperfeiçoados à exaustão pelo episcopado, teria sido alcançada. Por outro lado, é importante assinalar que, a despeito de termos, em algumas ocasiões, uma convergência acentuada entre o judaísmo e o cristianismo, isso não invalida a existência, muito antes do século IV, de uma clivagem já estabelecida entre judeus crentes em Jesus e gentios cristianizados com base em critérios de natureza étnica devido à importância que se atribuía então à genealogia dos indivíduos (SKARSAUNE 2007, p. 748), o que reforça o nosso argumento de que a separação entre o judaísmo e o cristianismo deve ser tratada nos termos de um processo socio-histórico abrangente, envolvendo as

⁷ O conceito de figuração foi proposto e desenvolvido por Norbert Elias. Por meio dele, o autor tentou alcançar a dinâmica das relações entre indivíduo e sociedade para além das teses tradicionais da sociologia, que ora pendiam para uma análise da ação individual ora para a reificação do corpo social como uma entidade exterior e superior às consciências individuais, a exemplo do que supunha Durkheim. Elias tenta desfazer essa oposição ao sugerir que a sociedade deve ser apreendida como uma “figuração constituída de numerosos indivíduos fundamentalmente interdependentes, ou seja, tributários e dependentes uns dos outros”, devendo a ênfase da análise recair sobre as relações – ou figurações – que os grupos mantêm entre si. Segundo o autor, a vida social e a vida individual só podem ser compreendidas por meio dos diversos graus e das diversas formas de sua dependência e de sua interdependência. Ao conceber a figuração nesses termos, Elias, ao contrário de outros sociólogos de seu tempo, atribui um lugar especial ao poder, pois o que “chamamos de coerções sociais são coerções que muitos homens, conforme sua dependência recíproca, exercem uns sobre os outros”. Em sua opinião, o princípio teórico da figuração é “tão fácil como o ovo de Colombo e ao mesmo tempo tão difícil como a revolução de Copérnico”. Para maiores detalhes, consultar Elias (2001).

distintas categorias que compõem o corpo social, e não apenas como um assunto de política eclesiástica e/ou imperial.

É forçoso reconhecer que o discernimento das relações ora de cooperação ora de concorrência entre judeus e cristãos no âmbito do Império Romano demanda uma investigação altamente complexa, pois envolve múltiplas variações de tempo e lugar que dificilmente poderiam ser captadas por intermédio da aplicação de um modelo único. Além do mais, qualquer investigação a ser levada a cabo nesse domínio se encontra de antemão condicionada por uma limitação aparentemente intransponível, que é a carência, em alguns casos assaz lamentável, de testemunhos provenientes das próprias comunidades, principalmente daquelas reconhecidas pelos autores como paradigmas da hibridização judaico-cristã, ou seja, os ebionitas, quartodecimanos e nazoreus. Na quase totalidade dos casos, as evidências das quais dispomos para o estudo em questão são provenientes da literatura eclesiástica, com todas as lacunas, distorções e juízos de valor a ela inerentes. O que queremos dizer é que, quando conseguimos atingir as formas híbridas de matiz judaico-cristão, elas já surgem para nós sob o crivo da censura eclesiástica. E, no entanto, não podemos renunciar ao desafio de rever esses testemunhos, buscando extrair deles não apenas aquilo que desponta de modo explícito e muitas vezes contundente, ou seja, os estereótipos, acusações, estigmas e preconceitos lançados sobre os oponentes, mas também os indícios de práticas e concepções que caracterizam as experiências de hibridismo, de empréstimo cultural e de sociabilidade (SKARSAUNE 2007, p. 751).

69

Bibliografia

- AUGÉ, M. **Los no lugares**. Barcelona: Gedisa, 2002.
- BARRET-DUCROCQ, F. (org.) **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2000.
- BERARDINO, A. (org.) **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOYARIN, D. **Dying for God**; Martyrdom and the Making of Christianity and Judaism. Stanford: Stanford California Press, 1999.
- _____. Semantic Differences; or, "Judaism"/ "Christianity". In BECKER, A. H. & REED, A. Y. (ed.) **The Ways that Never Parted**: Jews and Christians in Late Antiquity and the Early Middle Ages. Minneapolis: Fortress Press, 2007, p. 65-85.
- BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- DERRIDA, J. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERRETTI, S. F. **Repensando o sincretismo**. São Paulo: Edusp, 1995.

- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. **Da Diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARRISSON, H. Identity as a Scarce Resource. **Social Anthropology**, 7(3):239-53, 1999.
- KINZIG, W. "Non-Separation": Closeness and Co-Operation Between Jews and Christians in the Fourth Century. **Vigiliae Christianae**, 45(1):27-53, Leiden, 1991.
- _____. The Nazoreans. In SKARSAUNE, O.; HVALVIK, R. (org.) **Jewish Believers in Jesus: the Early Centuries**. Peabody: Hendrickson, 2007, p. 463-487.
- LEME, M. A. V. S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, M. J. (org.) **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 46-57.
- SACHS, I. Aculturação. In: ROMANO, R. (dir.) **Enciclopédia Einaudi, Sociedade e Civilização**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 416-429. v. 38.
- SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- SKARSAUNE, O.; HVALVIK, R. (org.) **Jewish Believers in Jesus: the Early Centuries**. Peabody: Hendrickson, 2007.
- TADEU DA SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In: TADEU DA SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TEJA, R. Il cerimoniale imperiale. In SCHIAVONE, A. (org.) **Storia di Roma**. Torino: Giulio Einaudi, 1993, p. 613-642. v. 3.
- WHITROW, G. J. **O tempo na história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

Historiografia e poder: o valor da história, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo (*Hispania*, século VII)

Historiography and power: the value of history, according to the thought
of Isidore of Seville and Valerius of Bierzo (*Hispania*, seventh century)

Renan Frighetto

Professor Associado

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

rfrighetto@hotmail.com

Rua General Carneiro, 460/6º andar - Sala 606A - Centro

Curitiba - PR

80060-150

Brasil

Resumo

A Antiguidade Tardia (séculos III/VIII) se apresenta como um período histórico marcado por diversas reformulações políticas, sociais, culturais e religiosas vinculadas com a tradição helenística greco-romana. Dentre as várias reformulações ocorridas destacamos aquela que faz referência à concepção e à ideia da própria História, visivelmente pautada na retórica helenística e que passa, no mundo tardo-antigo, ao ambiente do conhecimento gramatical. Tal mudança se deve tanto pelas inovações técnicas e materiais características a partir do século III como também pela nova forma de vincular os acontecimentos históricos à vontade celeste. Tal inovação, típica da Antiguidade Tardia, será adotada pelos pensadores cristãos a partir do século IV, tendo como resultado mais evidente a ideia da intervenção divina no desenvolvimento da própria História. Voltando nossa abordagem a dois pensadores do reino hispano-visigodo de Toledo no século VII, Isidoro de Sevilha e Valério do Bierzo, buscaremos analisar as respectivas ideias que ambos apresentavam sobre a História, além de observarmos que seus escritos podem ser caracterizados como obras historiográficas direcionadas ao fortalecimento do poder por parte dos grupos nobiliárquicos hispano-visigodos e, também, tardo-antigos.

71

Palavras-chave

Historiografia; Isidoro de Sevilha; Valério do Bierzo.

Abstract

Late Antiquity (centuries III / VIII) is presented as a historical period marked by various policy reviews, social, cultural and religious tradition connected with the Hellenistic Greco-Roman. Among the several changes occurring emphasize that it refers to the design and the idea of history itself, visibly guided the Hellenistic rhetoric and passing in late-antique world, the environment of grammatical knowledge. This change is due to both technical innovations and features material from the third century as well as the new way to link the historical events of the will of heaven. Such innovation, typical of Late Antiquity, will be adopted by Christian thinkers from the fourth century, resulting in a clearer idea of divine intervention in the development of history itself. Turning our approach the two thinkers of the Hispano-Visigoth kingdom of Toledo in the seventh century, Isidore of Seville and Valerio of Bierzo, seek review their ideas that they were both on the history, and observe that his writings can be characterized as historical works directed empowering the groups by the Hispano-Visigoth nobility and also late-antique.

Keywords

Historiography; Isidore of Seville; Valerio of Bierzo.

Enviado em: 29/04/2010

Autor convidado

Introdução

Iniciar um estudo no qual buscaremos analisar e interpretar o que determinados autores entendiam sobre a relação entre historiografia e poder, em particular a importância e o valor que a ideia de História alcançava em seus escritos, apresenta-se como uma tarefa complexa para qualquer historiador. Ainda mais se tentarmos averiguar qual teria sido o grau de consciência que determinado autor tinha ao escrever sobre a História, se as ideias e opiniões por ele expressas foram influenciadas pelo contexto político e ideológico de sua época ou pelo grupo aristocrático no qual ele encontrava-se inserido. Para Carmen Codoñer esses questionamentos surgem como problema para qualquer investigação histórica (1986, p. 5),¹ dúvidas que segundo Fernando Gascó tornam o estudo da História mais interessante, transformando-a numa fonte de conhecimento em constante movimento.² Ideia, por certo, presente nos escritos de Luciano de Samosata, autor que participou na segunda metade do século II nas campanhas de Lucio Vero contra os partos no oriente romano,³ ao revelar a importância que devia ser dada pelo historiador em ordenar e expor com clareza os acontecimentos, a fim de que o ouvinte compreendesse e valorizasse a própria História⁴ pautada pelo preceito da verdade que surge como autêntica virtude do historiador.⁵ É incontestável que Luciano seguia uma tradição historiográfica que remontava a Heródoto e, principalmente, a Tucídides⁶ no que concernia à relação entre a História e a maneira de como interpretá-la a partir do preceito da verdade segundo aquilo que se via e que deveria ser descrito e escrito “para sempre”.⁷ Por outro lado, verificamos que ainda preservava-se na perspectiva histórica de Luciano aquele preceito helenístico que inseria a História nos domínios da retórica e da oratória⁸ anteriormente apontado

72

¹ Para C. Codoñer Merino, [...] *La percepción directa del hecho, percepción que emana de los autores, no admite discusión. El problema surge cuando el investigador pretende asentar sobre datos esta sensación que como tal sensación es evidente, cuando se intenta comprobar en qué medida cada uno de los historiadores estudiados ha sido consciente de esa evolución y ha colaborado a ella con su obra [...]*.

² O estudo da guerra seria um dos exemplos mais significativos desta História em movimento, segundo F. Gascó (1986-87, p. 169): [...] *Influidos por una tradición procedente en parte de la épica estos autores iniciarán a su vez una corriente historiográfica que será venturosa en influencias. Desde entonces se privilegió lo que se ha dado en llamar la historia cinética frente a la historia cultural [...]*.

³ Luc.Sam. Quo modo historia conscribenda sit, 30: [...] *Un estupendo historiador destrozó todo lo que había ocurrido de principio a fin en Armenia, en Siria, en Mesopotamia y en el Tigris [...]*.

⁴ Luc.Sam. Quo modo historia ..., 51: [...] *Una cosa parecida es también la tarea del historiador: ordenar con belleza los acontecimientos y exponerlos con la mayor claridad en la medida de lo posible. Y cuando el oyente crea luego estar viendo lo que se relata y a continuación lo aplauda, entonces sí que se puede dar por totalmente acabada la obra histórica [...]*.

⁵ Luc.Sam. Quo modo historia ..., 44: [...] *Lo mismo que hemos puesto la libertad de expresión y la verdad como objetivos del historiador, así también debe ser uno el principal propósito de su lenguaje: explicar el tema con claridad y mostrarlo con la mayor evidencia posible [...]*.

⁶ Luc.Sam. Quo modo historia ..., 54: [...] *Tales introducciones emplearon los mejores historiadores: Heródoto, para que no se borrara con el tiempo los acontecimientos, que eran grandes y admirables, y ponían en evidencia las victorias griegas y las derrotas de los bárbaros. Tucídides, por su parte, convencido personalmente de que aquella guerra sería grande, más memorable y más importante que las ocurridas anteriormente [...]*.

⁷ Luc.Sam. Quo modo historia ...,42: [...] *En este sentido, Tucídides estableció muy bien la norma y distinguió entre la virtud y el vicio del historiador, sobre todo al ver que Heródoto fue admirado hasta el punto de que se pusiera el nombre de la Musas a sus libros. Y así afirma que está componiendo un bien para siempre más que una representación para la actualidad, y que no le tiene apego al mito, sino que trata de dejar a la posteridad la verdad de los acontecimientos [...]*.

⁸ Luc.Sam. Quo modo historia ...,53: [...] *Cuando se utiliza la introducción, se empieza únicamente con dos puntos [...] y se busca la atención y el interés de los oyentes [...]*.

por Cícero como tarefa apropriadamente desenvolvida pelo orador.⁹ Portanto, podemos dizer que a forma de se escrever e divulgar a História durante as épocas clássica e helenística respeitava mais os conceitos retóricos que os propriamente gramaticais, estando as fontes históricas daqueles momentos mais vocacionadas para a apresentação oral em ambientes cortesãos dirigidos à formação dos grupos aristocráticos e dos integrantes da realeza helenística.¹⁰

Contudo, tal concepção da História modificou-se de maneira significativa naqueles autores que escreveram *crônicas* e *Histórias* e viveram no período de trânsito e de reformulações políticas, sociais e culturais que caracterizaram o recorte temporal que definimos como a Antiguidade Tardia.¹¹ Para Paulo Orósio, autor hispano-romano de primórdios do século V e discípulo de Agostinho de Hipona,¹² a História tinha como principal objetivo apresentar aos homens do presente os fatos e acontecimentos ocorridos no passado relacionados à guerra, à fome, aos cataclismos e às pragas, todos vinculados a vontade de Cristo e de Deus.¹³ Tal perspectiva histórica era portadora, por certo, de uma forte influência do pensamento neoplatônico característico do século III, formulado e desenvolvido por Plotino e seus discípulos, profundos influenciadores do próprio cristianismo,¹⁴ que apontava a intervenção da vontade divina em todos os acontecimentos que envolvessem a História do homem.¹⁵ Ora, essa concepção que geralmente é apontada como parte da teologia da História formulada pelos autores cristãos do século IV como Agostinho, Orósio e Jerônimo, certamente os exemplos mais significativos que possuímos, tem as suas raízes evidentemente vinculadas ao neoplatonismo.¹⁶ Quanto à forma de transmissão e aprofundamento

⁹ Cic. De Orat. II,62: [...] *Sed illuc redeo: videtisne, quantum munus sit oratoris historia? Haud scio an flumine orationis et varietate maximum; neque eam reperio usquam separatim instructam rhetorum praeceptis; sita sunt enim ante oculos. Nam quis nescit primam esse historiae legem, ne quid falsi dicere audeat? Deinde ne quid veri non audeat? Ne quae suspicio gratiae sit in scribendo? Ne quae simultatis?* [...]

¹⁰ Segundo V. Alonso Trancoso (2005, p. 197), [...] *La paideia del príncipe, según hemos indo viendo, consistía en algo más que en el mero aprendizaje de unos cuantos saberes curriculares; debía templarse asimismo en el baño de valores (políticos, religiosos) entre los cuales prevalecían la lealtad y el ánimo de perseverar en la obra de los antepasados, empezando por la del último jefe de la casa. Era aquí donde el ejemplo de gobierno y el magisterio oral del rey constituían, como es natural, la mejor de las pedagogías. En el discurso que Livio pone en la boca de Filipo cuando éste convoca a los dos príncipes enconados, oímos reconvenciones de padre cansado ya de impartir lecciones a sus hijos (meorum praeceptorum: T.L., 40.8.10) harto de recordarles ejemplos y más ejemplos sacados de la historia de la realeza griega [...].*

¹¹ Um estudo recente e relativo ao conceito de Antiguidade Tardia é o de R. Frighetto (2009).

¹² Or. Hist. Adv. Pag. Prol., 1: *Praeceptis tuis parui, beatissime pater Augustine; atque utinam tam efficaciter quam libenter [...].*

¹³ Or. Hist. Adv. Pag., Prol., 9-10: [...] *ob hoc solum quod creditur Christus et colitur Deus [...]: praeceperas ergo, ut ex omnibus qui haberi ad praesens possunt historiarum atque annalium fastis, quaecumque aut bellis graui aut corrupta morbis aut fame tristia aut terrarum motibus terribilia aut inundationibus aquarum insolita aut eruptionibus ignium metuenda aut ictibus fulminum plagisque grandinum [...].*

¹⁴ Segundo S. Pricoco (1992, p. 316). “[...] L’assimilazione più originale del pensiero nelplatonico nell’Occidente avviene quasi interamente all’interno della chiesa cristiana, ormai trionfante e largamente integrata nell’Impero [...]”; para M. J. Hidalgo de la Vega (1995, p. 224). [...] *en ese proceso de desarrollo y difusión de la intelectualidad pagana se encuentran contenidos de pensamiento y conjuntos de valores a partir de los que se intenta construir un hombre nuevo, que participa no sólo de los valores clásicos del patrimonio antiguo sino también de las categorías propias del pensamiento de Plotino y de sus discípulos, Porfirio, Jámblico y otros [...].*

¹⁵ Sobre este tema vide R. Frighetto (2009, p. 241-242).

¹⁶ Para H. I. Marrou (1980), [...] *Ce jugement pourra paraître bien sévère et peut-être les organisateurs ont-ils eu tort de confier l’analyse de l’augustinisme d’Orose à un autre augustinien. Peut-on me reprocher de croire avoir mieux que lui su percevoir l’essence du véritable augustinisme? Tout néo-platonicien est persuadé d’avoir mieux compris que les autres la véritable pensée de Platon! Mais si le théologien de l’histoire en moi ne peut s’interdire de juger sévèrement son confrère Orose [...].*

daqueles conhecimentos históricos adquiridos pelos autores cristãos, que incluíam também informações difundidas pelos escritores pagãos¹⁷ e destinadas ao estudo, valorização e reconhecimento das Sagradas Escrituras, parece-nos importante apontar o legado deixado por Agostinho de Hipona fundamentado em uma tradição helenística romana que zelava pela formação pessoal pautada, sobretudo, nos ensinamentos propostos por Cícero.¹⁸

Apesar da indelével marca ciceroniana que priorizava a forma retórica de apresentação e difusão do conhecimento histórico, observamos que a paulatina mudança dos suportes materiais que permitiam o registro das informações escritas surgia como verdadeira inovação da época tardo-antiga. Estamos nos referindo à nova conformação e ao consequente manuseio dos documentos manuscritos marcados pela passagem das cópias em rolos de papiro aos *códices* em pergaminhos,¹⁹ mudança em nossa opinião muito significativa e que acabou deslocando à gramática e à redação escrita um papel de enorme relevância, o de preservar o conhecimento histórico de maneira perene, equivalente em todos os sentidos à tradicional função retórica.²⁰ Nesse momento, observamos que a História e a sua mais importante difusora, a historiografia, passavam a configurar aquilo que Marrou definiu como um autêntico *projeto apologético* que, em nossa opinião, justificava tanto a relevância da História cristã como a sua supremacia, o seu poder, sobre o paganismo através do seu veículo mais contundente, o documento manuscrito apresentado num *códice*²¹ que seria lido e difundido nos ambientes socioculturais mais enlevados.

74

A História segundo Isidoro de Sevilha

Essa perspectiva parece encontrar eco nos escritos legados por Isidoro de

¹⁷ Excelente a observação feita por A. Momigliano (1970, p. 111), [...] *Il cristianesimo non è, o almeno è solo in particolari circostanze, una linea divisoria per storici di guerre e politica. [...] I cristiani tiepidi come Procopio assumono atteggiamenti paganeggianti per deferenza alla tradizione storiografica pagana [...] Simmaco avrebbe dunque derivato molti fatti da Orosio senza accettarne la interpretazione complessiva della storia romana. Orosio è appunto l'unico storico a noi conosciuto che scriva da un punto di vista cristiano la storia politica di Roma [...]*.

¹⁸ Como indica H. I. Marrou (1980, p. 62-63), [...] *Comme on le sait, Augustin reprenait dans une perspective chrétienne l'idéal du doctus orator tel que Cicéron l'avait formulé [...]; les textes de base qui seront le plus souvent invoqués, qu'ils fussent connus directement ou indirectement, sont celui de De doctr. christ. II, 28 (42-44) sur l'utilité de la connaissance de l'histoire par l'étude des Saintes Ecritures [...]. Mais saint Augustin a été aussi un témoin insigne, non seulement de la théorie, mais aussi de la pratique de l'historiographie classique: humaniste, rhéteur, homme cultivé du tardo antico [...]*.

¹⁹ De acordo com G. Cavallo (1995, p. 111), *Entre los siglos IV-V concluye ya definitivamente aquella que fue la gran revolución de la historia del libro antes de la imprenta: el paso del volumen, el rollo de tradición helenística, al codex, el códice de tradición sobre todo romana [...]. Como causa de este fenómeno a menudo se han invocado factores de índole práctica: el códice permitía encontrar más rápidamente un pasaje [...]; su forma más manejable se adaptaba mejor a la lectura, al transporte durante el viaje, al uso escolar [...]*.

²⁰ Muito interessante a descrição apresentada sobre o currículo educacional na época hispano-visigoda por M. C. Díaz y Díaz (1982, p. 82), [...] *Los estudios gramaticales tenían una enorme importancia: comprendían sobre todo la morfología, el léxico y la prosodia. A partir de aquí se dedicaba atención a las técnicas retóricas, en función de las cuales volvía a estudiarse el léxico y la construcción, y de una manera más específica y extensa toda clase de figuras de pensamiento y dicción [...]*.

²¹ Cf. H. I. Marrou (1980, p. 75-76), [...] *Comme la Cité de Dieu, les Histoires d'Orose ne son pas un oeuvre purement scientifique mais son intégrées dans un projet apologétique: storiografia, soit, mais écrite ad probandum [...]*; interessante a perspectiva oferecida por G. Cavallo (1995, p. 113), [...] *El cristianismo – al que se debe la primera adopción masiva del códice – se apoya con su religión del libro sobre esta franja de lectores interesados en textos alternativos respecto a la gran tradición literaria [...]. El códice, por otra parte, significaba para los cristianos también una ruptura con la cultura pagana oficial representada por el rollo [...]*.

Sevilha (570?-636) na primeira metade do século VII. Com efeito, de acordo com o bispo hispânico, a gramática e todo o conjunto de conhecimentos a ela vinculados faziam parte da origem e do fundamento primordial da própria cultura,²² dentre os quais encontramos a História na medida em que a recordação e a preservação do passado deviam ser eternizadas, como autêntico monumento, “pelas letras”.²³ Ora, sabemos que as “letras” eram a base essencial para a configuração dos documentos manuscritos por parte dos escritores²⁴ e dos copistas,²⁵ especialistas, portanto, na composição e organização dos textos escritos ou transcritos aos *códices*²⁶ que incluíam, por certo, obras históricas. Isidoro recorda-nos que as *Historias* eram escritas em *códices* um pouco maiores que os habitualmente utilizados para os poemas e cartas,²⁷ certamente por conta da quantidade de informações e, provavelmente, pela natureza da própria obra e do público que a consultava. De fato, para o hispânico, as *Historias* eram destinadas aos leitores preparados para “verem” com os próprios olhos os acontecimentos narrados pelos historiadores e transcritos pelos copistas, pois era muito melhor e mais verdadeiro ler e comprovar que simplesmente escutar e duvidar.²⁸ Assim, da História escrita e preservada podia-se retirar vários ensinamentos fundamentais para o momento vivenciado pelo próprio Isidoro e o conjunto de toda a sociedade política hispano-visigoda da primeira metade do século VII,²⁹ pois a História “é a narração dos fatos acontecidos, pela qual se conhecem os sucessos que tiveram lugar em tempos passados”³⁰ ou, como no caso do hispânico, vivenciados pelo próprio historiador. Dessa forma a História, na concepção isidoriana, destinava-se à formação e à educação do conjunto da sociedade política hispano-visigoda,³¹ daqueles que exerceriam importantes cargos e funções nos ambientes laicos e eclesiásticos do reino hispano-visigodo de Toledo. Perspectiva que incluía, indubitavelmente, o aprimoramento que deveria ser a tônica nos ambientes monásticos, realizado através dos vários *exempla* apresentados no âmbito da

²² Isid. Etym. I,5,1: *Grammatica est scientia recte loquendi, et origo et fundamentum liberalium litterarum...*; segundo J. Fontaine (2002, p.115), “La gramática constituye para Isidoro el saber fundamental [...]”.

²³ Isid. Etym. I,41,2: [...] *Haec disciplina ad Grammaticam pertinet, quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur. Historiae autem ideo monumenta dicuntur, eo quod memoriam tribuant rerum gestarum [...]*.

²⁴ Isid. Etym. VI,14,2: *Ab scribendo autem scriba nomen accepit, officium exprimens vocabuli qualitate [...]*.

²⁵ Isid. Etym. I,3,1: *Primordia grammaticae artis litterae communes existunt, quas librarii et calculatores sequuntur...*; a definição da arte do copista é apresentada em Isid. Etym. VI,14,1: *Librarios antea bibliopolas dictos. Librum enim Graeci biblos vocant. Librarii autem iidem et antiquarii vocantur: sed librarii sunt qui et nova scribunt et vetera; antiquarii, qui tantummodo vetera, unde et nomen sumpserunt [...]*.

²⁶ Isid. Etym. VI,13,1: *Codex multorum librorum est; liber unius voluminis [...]*.

²⁷ Isid. Etym. VI,12,1: *Quaedam nomina librorum apud gentiles certis modulis conficiebantur. Breviori forma carmina atque epistolae. At vero historiae maiori modulo scribebantur [...]*.

²⁸ Isid. Etym. I,43: *Historiae gentium non impediunt legentibus in his quae utilia dixerunt [...]; I,41,1: [...] Melius enim oculis quae fiunt deprehendimus, quam quae auditione colligimus [...]*.

²⁹ Isid. Etym. I,43: [...] *Multi enim sapientes praeterita hominum gesta ad institutionem praesentium historiis indiderunt [...]*.

³⁰ Isid. Etym. I,41: *Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur [...]*.

³¹ Aquilo que é descrito por J. FONTAINE (2002, p. 162), “[...] Este valor educativo de la historia constituyó para Isidoro una razón capital para asimilar su contenido [...]”.

conferência monástica pelo monge mais experiente, o abade,³² a partir da leitura dos manuscritos que continham as “normas das regras dos Padres” que seriam o motor para o bom desenvolvimento dos costumes e a manutenção das tradições monásticas.³³ *Códices* encontrados no espaço da biblioteca monástica, que eram extremamente bem cuidados e emprestados aos monges em horários rigidamente definidos pelo sacristão, responsável pela sua conservação e preservação.³⁴ A importância da leitura e sua compreensão aparecem como uma preocupação destacada no pensamento isidoriano, a tal ponto que as dúvidas surgidas com a leitura deveriam ser apresentadas ao abade, na conferência ou depois das vésperas monásticas, para sua devida explicação ao conjunto dos monges cenobitas.³⁵ É muito provável que além de *códices* de autores cristãos católicos existissem, na biblioteca monástica, manuscritos de procedência pagã e herética³⁶ que poderiam incluir, evidentemente, obras de História escritas por autores pagãos destinadas à consulta muito reservada.

Seja para monges, eclesiásticos ou laicos, a História, para Isidoro de Sevilha, estava destinada a melhor formar e educar o conjunto dos grupos nobiliárquicos hispano-visigodos que integravam a sociedade política do reino. Talvez por esse motivo, além de se sentir apto para realizar a tarefa do historiador, o hispalense tenha escrito dentre a ampla gama de suas obras³⁷ uma especificamente destinada à História, a *História dos godos*, na qual destacava a grandeza dos godos perante todos os demais grupos bárbaros assentados no ocidente tardo-antigo³⁸ e também sobre os romanos, vencedores do mundo que acabaram sucumbindo perante a força guerreira gótica,³⁹ com a clara intenção de legar ao futuro uma imagem extremamente positiva da nobreza hispano-visigoda do seu tempo. Contudo, recordando o destacado papel político e ideológico exercido por Isidoro de Sevilha no universo hispano-visigodo⁴⁰ e a importância por

³² Reg.Isid.,7: [...] *Adque audiant docentem seniore[m] instruentem cunctos salutaris praeceptis; audiant patrem studio [...]*.

³³ Reg.Isid.,7: [...] *sed in praefinitis diebus cunctis pariter congregatis praecepta patrum regularia recensenda sunt, ut qui nec didicerunt, percipiant quod sequuntur [...]*.

³⁴ Reg.Isid.,8: *Omnes codices custos sacrarii habeat deputatos a quo singulos singuli fratres accipiant quos prudenter lectos uel habitos semper post uesperum reddant. Prima autem hora codices diebus singulis expetantur. Qui uero tardius postulant nequaquam accipiant [...]*.

³⁵ Reg.Isid.,8: [...] *De iis autem quaestionibus quae leguntur nec forte intelleguntur unusquisque fratrum aut in conlatione aut post uesperam abbatem interrogabit et recitata in loco lectione ab eo expositionem suscipiat, ita ut dum uni exponitur ceteri audiant [...]*.

³⁶ Reg.Isid.,8: [...] *Gentilium autem libros uel haeticorum uolumina monachus legere caueat [...]*.

³⁷ De forma resumida, aparecem descritas em Ild. De Uir.Ill.,8 [...] *Scripsit opera et eximia et non parua, id est: librum de genere officiorum, librum proemiorum, librum de ortu et obitu prophetarum, librum lamentationis, quem ipse Synonima uocitauit [...], librum de natura rerum ad Sisebutum principem, librum differentiarum, librum sententiarum [...]. Scripsit quoque in ultimo, ad petitionem Braulionis, Caesaraugustani episcopi, librum Etymologiarum [...]*.

³⁸ Isid. H.G.,68: *Hos Europae omnes tremuere gentes, Alpium his caesere obices, Wandolica ipsa crebro opinata barbaries non tantum praesentia eorum exterrita quam opinione fugata est. Gothorum uigore Alani extincti sunt, Sueui quoque hactenus intra inaccessos Spaniarum angulos [...]*.

³⁹ Isid. H.G.,67: [...] *Quibus tanta extitit magnitudo bellorum et tam extollens gloriosae uictoriae uirtus ut Roma ipsa uictrix omnium populorum subacta captiuitatis iugo Gothicis triumphis adcederet et domina cunctarum gentium illis ut famula deseriret. Como indica J. Fontaine (2002, p. 171-172, “[...] Con todo, es cierto que la tesis fundamental, incluso inicial, de Isidoro tiene como objeto mostrar que los godos superan a los romanos por la antigüedad de su raza [...]*”.

⁴⁰ Segundo Braul.Caes. Renot.Isid.: *Isidorus, uir egregius, hispalensis ecclesiae episcopus Leandri episcopi sucessor et germanus, floruit a tempore Mauritii imperatoris et Reccaredi regis: in quo quiddam*

ele dada aos acontecimentos do passado que contribuíam para melhor explicarmos os eventos do seu presente histórico, parece-nos que a *apologia* dos godos proposta pela *História* isidoriana estava intimamente relacionada à recente conversão dos godos ao cristianismo católico, ocorrida no III Concílio de Toledo de 589, que os colocava na vanguarda da defesa do catolicismo diante dos romanos-orientais que, no momento da escrita da *História dos godos*, surgiam como defensores da heresia estabelecidos nas limitadas áreas do levante hispânico.⁴¹ Ou seja, a vitória alcançada pelo rei hispano-visigodo Suinthila sobre as forças bizantinas que culminaram com a sua definitiva expulsão do território hispânico,⁴² surgia como evidente resultado da intervenção divina favorável aos defensores da verdadeira fé católica contra os inimigos heréticos, submetidos e derrotados militarmente pelo poder dos godos de *Hispania*.⁴³

Além disso, devemos recordar que a *História* escrita por Isidoro de Sevilha ocupava um importante papel na elaboração teórica que tentava construir a imagem do soberano ideal hispano-visigodo. Ao lado da *Crônica* e do livro *Dos varões ilustres*,⁴⁴ a *História dos godos* surgia integrada naquela *Historia tripartita* apresentada por J. Hillgarth que tinha como um dos mais significativos interesses a glorificação dos soberanos católicos hispano-visigodos⁴⁵ perante o conjunto da sociedade política hispano-visigoda formada pelos elementos laicos e eclesiásticos do reino que aclamavam e elegiam o soberano dentre os integrantes da *nobilitas* hispano-visigoda.⁴⁶ Neste caso os *exempla* régios presentes na *História dos godos* serviam para reforçar a ideia de que o *regnum*, a autoridade concedida pelo conjunto da nobreza e detida pelo soberano,⁴⁷ tornar-se-ia mais forte através da concórdia e do consenso reunidos à volta do *sacratissimo et christianus princeps*, escolhido pela vontade divina e reconhecido pelos homens.

77

sibi antiquitas uindicauit, immo nostrum tempus antiquitatis in eo scientiam imaginauit [...]; Ild. De Uir.Ill.,8: [...] *Floruit temporibus Reccaredi, Liuuanis, Vuitterici, Gundemari, Sisebuti, Suinthilanis et Sisenandi regum, annis ferme quadraginta tenens pontificatus honorem insignemque doctrinae sanctae gloriam partiter et decorem.*

⁴¹ Para tanto vide R. Frighetto (2002, p. 499-501).

⁴² *Isid. H.G.,62: [...] gloriossimus Suinthila gratia diuina regni suscepit scepra [...]. Postquam uero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas, quas in Spaniis Romana manus agebat, proelio conserto obtinuit auctamque triumpho gloriam prae ceteris regibus felicitate mirabili reportauit, totius Spaniae intra oceani fretum monarchiam regni primus idem potitus, quod nulli retro principum est conlatum [...].*

⁴³ *Isid. H.G.,70: [...] ut non solum terra, sed et ipsa maria suis armis adeant subactusque seruit illis Romanus miles, quibus seruire tot gentes et ipsam Spaniam uidet.*

⁴⁴ *Braul. Renot.Isid.: [...] Chronicorum a principio mundi usque ad tempus suum librum unum, nimia breuitate collectum [...]. De uiris illustribus librum unum, cui nos ista subiunximus [...].*

⁴⁵ Cf. HILLGARTH, J. (1970, p. 279), “[...] Both the exaltation of the ‘sacerdotium’ in some parts of the *Historia tripartita* and the portrait of the ideal prince may help to explain some apparent contradictions between Isidore’s theory of the just king in the *Sententiae* and his laudatory portraits of individual kings in the *Historiae* [...]”.

⁴⁶ Algumas importantes referências conciliares indicam essa prática no tempo de Isidoro, como Conc.IV Tol., a.633,c.75: [...] *sed defuncto in pace principe primatus totius gentis cum sacerdotibus successorem regni concilio communi constituent, ut dum unitatis concordia a nobis retinetur, nullum patriae gentisque discidium per vim atque ambitum oriatur [...];* com respeito as pré-condições da eleição e aclamação do rei, vide Conc.V Tol., a.636,c.3: [...] *Ut quisquis talia meditatus fuerit, quem nec electio omnium provehit nec Gothicae gentis nobilitas ad hun honoris apicem trahit, sit a consortio catholicorum privatus et diuino anathemate condemnatus;* Conc.VI Tol., a.638,c.17: [...] *Rege uero defuncto nullus tyrannica praesumptione regnum adsummat, nullus sub religionis habitu detonsus aut turpiter decalvatus aut servilem originem trahens vel extraneae gentis homo, nisi genere Gothus et moribus dignus provehatur ad apicem regni [...].*

⁴⁷ Sobre o conceito de *regnum* vide R. Frighetto (2007, p. 203-220).

Uma proposta claramente vinculada à ideia de unidade régia que teria, como consequência, a perspectiva unitária eclesiástica à volta da autoridade episcopal. Assim, a *História* escrita e preservada, no pensamento isidoriano, vinculava-se também à noção e à defesa da unidade política e religiosa que teria nas figuras do rei e do bispo seus mais bem acabados exemplos para o universo nobiliárquico do reino hispano-visigodo de Toledo.

A *História* segundo Valério do Bierzo

Se a concepção acerca da *História* ganhava uma conotação mais ampla e universal segundo a perspectiva isidoriana, observamos uma postura um pouco diversa quando nos detemos sobre os escritos de Valério do Bierzo (620/625?-695?). Monge cenobita, anacoreta e eremita, Valério desenvolveu sua atividade monástica num estreito espaço geográfico entre as localidades bercianas de Compludo, a parcela de *Ebronauto* e o mosteiro de Rufiana, este último encravado nas montanhas.⁴⁸ Autor de uma autobiografia, única no seu gênero no ambiente cultural tardo-antigo da *Hispania* visigoda, além de outros escritos espirituais, hagiográficos, poéticos, e responsável por uma igualmente importante e ímpar compilação hagiográfica que reúne as vidas dos mais destacados eremitas e anacoretas da Tebaida egípcia, além de relatos da vida de santos visigodos como as *Vidas dos santos padres de Mérida* e a *Vida de São Frutuoso de Braga*,⁴⁹ Valério apresenta-nos uma curiosa e particular visão da *História*. Com efeito, a palavra *História* aparece somente em duas passagens de sua autobiografia, sempre se referindo à sua história pessoal narrada até então⁵⁰ na qual Valério se apresenta como modelo de *homem santo* que combate constantemente o demônio e todos os seus satélites.⁵¹ Uma peculiar imagem de si mesmo que levou Hillgarth a sugerir que a autobiografia de Valério se apresenta como uma hagiografia pessoal,⁵² que definimos como uma “auto-hagiografia”,⁵³ enquanto Collins definia o conjunto dos escritos autobiográficos valerianos como uma espécie de *Vita Valerii*, comparável em todos os sentidos ao mais destacado relato hagiográfico cristão da Antiguidade Tardia, a *Vita Antonii*⁵⁴ escrita por Atanásio de Alexandria. Nesse caso, a *História* proposta por Valério do Bierzo se aproximava consideravelmente de um estilo próprio da biografia em que a *laudatio* pessoal, amparada nos modelos de outros *homens santos* cristãos, servia como *exemplum* de uma vida santificada que deveria ser seguida por outros monges. Ou seja, o conjunto composto pela autobiografia

⁴⁸ Informações analisadas por R. Frighetto (2006, p. 10-16).

⁴⁹ Sobre a compilação hagiográfica de Valério do Bierzo vide R. Frighetto (2003, p. 117-124).

⁵⁰ Val. Repl.,13: *Ego etenim posthec iteratim uastatus in alia parte a christianis, ut superior declarat historia, sum perductus [...]; Val. Resd.,1: [...] De eius constructione et hic iuxta altarii sanctorum apostolorum operatione, in superiore historia patet breuiter comprehensum.*

⁵¹ Cf. R. Frighetto (2003, p. 28).

⁵² De acordo com J. Hillgarth (1970, p. 308), “[...] Valerius autobiographies are really a form of hagiography [...]”.

⁵³ Cf. R. Frighetto (2003, p. 28).

⁵⁴ Segundo R., Collins (1986, p. 431), “[...] On the analogy of the *Vita Antonii*, in might be suggested that Valerius’s three autobiographical ‘Conferences’ were solicited from him by Donadeus, not only for the spiritual teaching by way of example that they contained, but also with a view to the eventual composition of *Vita Valerii* [...]”.

e as demais obras de Valério, incluindo aqui a sua compilação hagiográfica, formariam um testemunho de uma vida santa entendida como uma *História*.

Mesmo oferecendo uma perspectiva histórica pautada na sua trajetória individual, verificamos que Valério acentuava a importância de preservação da sua *História* como modelo exemplar para outros monges e discípulos através de sua conservação manuscrita. De fato, a autobiografia valeriana apresenta algumas passagens nas quais o trabalho de *scriptor* realizado pelo nosso personagem é singularmente destacado, como no caso do pequeno *libelo* transcrito por Valério e oferecido aos filhos de Teodora,⁵⁵ o mesmo que aparece mencionado como instrumento educacional para a memorização de passagens do saltério,⁵⁶ método de fixação através da repetição apreendido e praticado pelo nosso autor, provavelmente, durante a sua estada no mosteiro de Compludo⁵⁷ onde o próprio Valério recebeu parte de seus primeiros ensinamentos do monge Máximo, “copista de livros e declamador de salmos”.⁵⁸ Mas a função de *scriptor* ganha projeção e destaque nos escritos valerianos no momento da aparição de sua compilação hagiográfica, quando observamos a notória intenção de Valério em valorizar e acentuar o que ele próprio define como “edificação dos espíritos através dos documentos”.⁵⁹ Ou seja, na perspectiva de Valério, a transmissão de um conjunto determinado de hagiografias, consideradas fundamentais para a afirmação de suas ideias sobre a santidade, fazia parte da noção de manutenção e conservação da memória dos homens santos que no passado realizaram ações que no seu presente histórico surgiam como verdadeiros modelos, exemplos refletidos, provavelmente de maneira retórica, na própria *História* pessoal de Valério. Assim, em nossa opinião, Valério pretendia através dos documentos manuscritos, que incluíam a sua *História* autobiográfica ao lado das muitas vidas de santos que foram por ele transcritas em sua compilação hagiográfica, apresentar uma proposta de caminho espiritual e individual que conduziria à santidade e à perfeição. Em nossa opinião, nesse conjunto documental, Valério estaria indicando as suas experiências pessoais, pautadas pela opção de uma vida ascética e monástica de características eremíticas, como crítica direta à valorização proposta pelas hierarquias eclesásticas hispano-visigodas e pela forma de vida monástica em comunidade,

⁵⁵ Val. Repl.,3: *Et ut hinc postulationem cura miseracionis dominicae pateat breuiter intimabo. Cum in eodem necessitudinis loco quendam bonorum filiorum enutrirem, et illi pro eruditione praecipuum conscripsissem libellum [...], idem matrona, nomine Theodora [...]*

⁵⁶ Val. Repl.,6: *Cum autem paruulum quendam pupillum litteris imbuerem, tantum dispensatio diuina dedit illi memoriae capacitatem et intra medium annum peragrans cum canticis uniuersum memoriae retineret psalterium [...]*

⁵⁷ Tal informação aparece claramente mencionada na R.F.,4,7-8: [...]*Iuniores autem coram suis residentes decanis lectioni uel recitationi uacent [...]*, papel educativo desempenhado pelo decano monástico; quanto à passagem de Valério pelo mosteiro de Compludo, Val. Ord.Querm.,1: [...]*ad Complutensis coenobii litus properans transmeare immensi desiderii ardore succensus atque futuri iudicii timore perterritus [...]*.

⁵⁸ Val. Ad.Don.,1,9-13: [...]*In qua erat plerumque congregatio fratrum, aliquanto tempore commorarem. Inter quos erat quidam frater, nomine Maximus, librorum scribtor, psalmodie meditator, ualde prudens, et in omni sua actione conpositus, in cuius prae caeteris eram caritatis amore conexus [...]*.

⁵⁹ Val. Resd.,2: *Librorum uero uolumina tam quae quotidiano officio quam pro sanctarum festiuitatum per ordine pertinent anniuersario uel etiam diuersarum sanctarum scripturarum quod ad edificationis profectum atque industriae documentum proficit animarum [...]*.

cenobítica,⁶⁰ duramente criticada nos escritos valerianos, em particular no *Do gênero dos monges* em que Valério reestruturava a tradicional divisão oferecida por Isidoro de Sevilha sobre os tipos ideais e pérfidos de monges de seis para sete⁶¹ indicando, nesse caso, a provável reminiscência de práticas ascéticas priscilianistas⁶² mantidas por grupos nobiliárquicos locais que convertiam, de maneira compulsória e sem qualquer amparo legal, aos seus familiares e todos os seus dependentes que deveriam ser vistos, segundo Valério, como “falsos monges”.⁶³

Considerações finais

Embora observemos a existência de evidentes distinções entre os pensamentos de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo, certamente relacionadas aos ambientes sociopolíticos e culturais receptores de suas ideias e seus escritos – o hispalense vinculado a um ambiente nobiliárquico próprio da corte régia hispano-visigoda, enquanto o berciano estava voltado aos grupos nobiliárquicos estabelecidos no seu espaço geográfico local e regional mais próximo –, podemos verificar que determinados elementos aproximam ambos os autores quando analisamos as suas concepções sobre o valor e a importância da História. A começar pela presença, tanto nas *Histórias* de Isidoro de Sevilha como nas obras de caráter autobiográfico e hagiográfico de Valério do Bierzo, da ideia da intervenção divina no desenrolar da História, seja do reino hispano-visigodo de Toledo, seja na trajetória santificadora e pessoal. Esse traço historiográfico, característico do pensamento neoplatônico e incorporado pelo cristianismo, vinculava-se à perspectiva da escolha divina tanto sobre aquele grupo nobiliárquico que elegeria e escolheria o futuro rei cristão e sagrado, ou que agiria sobre uma trajetória particular no sentido de guiá-la no caminho da perfeição ascética. A influência divina e decisiva no desenvolvimento da História

⁶⁰ Segundo Isid. Etym.,VII,13,2: *Coenobitae, quos nos In commune viventes possumus appellare. Coenobium enim plurimorum est*, forma de vida monástica coletiva reconhecida como legítima no Conc.III Tol., a.589,c.4: *Si episcopus unam de parrochianis ecclesiis suis monasterium dicare voluerit, ut in ea monachorum regulariter congregatio vivat, hoc de consensu concilii sui habeat licentiam faciendi [...]*; Conc.IV Tol., a.633,c.51: *[...] sed hoc tantum sibi in monasteriis vindicent sacerdotes quod recipiunt canones: id est monachos ad conversationem sanctam praemonere, abbates aliaque officia instituere, atque extra regulam acta corrigere [...]*

⁶¹ De acordo com Isid. De Eccl.Off.,II,16,2-9 [...] *Sex autem sunt genera monachorum, quorum tria optima, reliqua uero deterrima atque omnimodis euitanda. Primum genus est coenobitarum, id est in commune uiuentium [...]. Secundum genus est heremitarum qui procul ab hominibus recedentes deserta loca et uastas solitudines [...]. Tertium genus est anachoritarum qui, iam coenobiali conuersione perfecti, includunt semetipsos in cellulis procul ab hominum conspectu remoti [...]. Quartum genus est qui sese anachoritam imagine blandiuntur [...]. Quintum genus est circellionum qui sub habitu monachorum usquequaque uagantur, uenalem circumferentes ypocrisin [...]. Sextum genus est monachorum et ipsum deterrimum atque neglectum quod per Ananiam et Saffiram in exordio ecclesiae pullulauit [...]*; o sétimo tipo apresentado é descrito por Val. De Gen.Mon.,2,52-4: *[...] Insuper hypocrisi falsae religiosae ita captantur, ut in conspectatium obtutibus saecularium protendant falsum sacrae religionis habitum...*; para maiores informações sobre este último, vide R. Frighetto (1997, p. 363-373).

⁶² Uma definição sobre os priscilianistas é apresentada por Isid. Etym.,VIII,5,54: *Priscillianistae a Priscilliano vocati, qui in Hispania ex errore Gnosticorum et Manichaeorum permixtum dogma conposuit [...]*.

⁶³ Val. De Gen.Mon. 1,21-5: *[...] tolluntur ex familiis sibi pertinentibus subulci, de diversisque gregibus dorseni, atque de possessionibus parvuli, qui pro officio supplendo inviti tondentur et nutriuntur per monasteria, atque falso nomine monachi nuncupantur [...]*.

acabaria por influenciar a sua escrita, pois a sua preservação manuscrita para as gerações futuras marcaria os vários exemplos do poder concedido pela divindade cristã aos grupos nobiliárquicos, aos reis e aos verdadeiros homens santos.

Portanto, a História seria fundamental para ensinar e legar modelos virtuosos que seriam exemplos para os grupos nobiliárquicos que configuravam a sociedade política hispano-visigoda, tanto no nível do reino como nos âmbitos locais e regionais. A diferença entre a ideia de História apresentada por Isidoro de Sevilha e Valério do Bierzo radicava, particularmente, na forma de participação do historiador no próprio desenvolvimento histórico por ele narrado e descrito: enquanto o hispalense apresentava a História de uma perspectiva plural, descrevendo, narrando e aplicando as tradições e as memórias do passado sobre o conjunto da nobreza hispano-visigoda e o rei, colocando-se como apresentador privilegiado dos fatos e acontecimentos conhecidos e interpretados tanto através dos documentos manuscritos como, em alguns casos, pela vivência dos mesmos, o berciano, pelo contrário, colocava-se no centro do desenvolvimento da História destinada a mostrar, no nível local e regional, que o seu caminho ascético, iniciado no cenobitismo e desenvolvido no eremitismo e no anacoretismo, era de fato o mais adequado para se atingir a perfeição, similar em vários aspectos aos grandes homens santos do passado. Porém, se diferiam na forma, ambos coincidiam num mesmo objetivo, o de educar os segmentos nobiliárquicos hispano-visigodos com vários exemplos que reforçariam os seus poderes no universo político, social, cultural e religioso do reino hispano-visigodo. Ao fim e ao cabo, Isidoro de Sevilha e Valério do Bierzo, cada qual a sua maneira, a do primeiro mais oficial, e a do segundo pessoal, revelam a importância da História como veículo de fortalecimento do poder dos grupos nobiliárquicos, efetivamente os mais capacitados para exercerem as tarefas de governar e conduzir a sociedade hispano-visigoda do século VII à perfeição sagrada.

Bibliografia

- ALONSO TRANCOSO, V. La *paideia* del príncipe y la ideología helenística de la realeza. **Revista Gerión**, Anejos, IX. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2005.
- CAVALLO, G. **Libros, editores y público en el mundo antiguo**. Guía histórica y crítica. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- CODOÑER MERINO, C. **Evolución del concepto de historiografía en Roma**. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1986.
- COLLINS, R. The 'autobiographical' works of Valerius of Bierzo: their structure and purpose. **Antigüedad y cristianismo III – Los visigodos**. Historia y civilización. Murcia: Universidade de Murcia, 1986.

- DIAZ Y DIAZ, M. C. Introducción general. **San Isidoro de Sevilla**. Etimologías, I. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- FONTAINE, J. **Isidoro de Sevilla. Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos**. Madrid: Encuentro, 2002.
- FRIGHETTO, R. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. **VII Semanas de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009 (inérito).
- _____. *Historia est narratio rei gestae*: la concepción de la Historia en la Antigüedad Tardía. CORTI, Paola; MORENO, Rodrigo e WIDOW, José L. (eds.). **El fin de la Historia**. Viña del Mar: Ediciones Altazor, 2009.
- _____. De la *barbarica gens* hacia la *christiana ciuilitas*: la concepción de *regnum* según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII). **Anuario 7**. Centro de Estudios Históricos "Profesor Carlos S. A. Segreti". Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 2007.
- _____. **Valério do Bierzo**. Autobiografía. Primeiro Prémio de História Medieval da Galiza 2005. Noia-La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006.
- _____. A valorização da vida eremítica na compilação hagiográfica de Valério do Bierzo (século VII). **Anais da XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH, 2003.
- _____. Sociedade e cultura no NO. peninsular ibérico em finais do século VII, segundo o *De Genere Monachorum* de Valério do Bierzo. **Gallaecia 18**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1997.
- GASCÓ, F. La crisis del siglo III y la recuperación de la historia de Roma como un tema digno de ser historiado. **Studia Historica. Historia Antigua – IV-V, 1**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1986-87.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. **El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.
- HILLGARTH, J. Historiography in Visigothic Spain. **La Storiografia Altomedievale**. Settimane di Studi del Centro Italiano di studi sull'Alto Medioevo XVII. Spoleto: CISAM, 1970.
- MARROU, H. I. Saint Augustin, Orose et l'Augustinisme historique. **La Storiografia Altomedievale**. Settimane di Studi del Centro Italiano di studi sull'Alto Medioevo XVII. Spoleto: CISAM, 1970.
- MOMIGLIANO, A. L'étá del tra passo fra storiografia antica e storiografia medievale (320-550 d.C.). **La Storiografia Altomedievale**. Settimane di Studi del Centro Italiano di studi sull'Alto Medioevo XVII. Spoleto: CISAM, 1970.
- PRICOCO, S. Filosofi e professori di filosofia. Vecchi e nuovi modelli culturali tra IV e V secolo. **Monaci, Filosofi e Santi**. Saggi di storia della cultura tardoantica. Messina: Rubbettino Editore, 1992.

Abreviaturas e Fontes

- Braul.Caes. *Renot.Isid.* = BRAULIONIS CAESARAUGUSTANIS. Renotatio Isidori. In LYNCH, C.H. e GALINDO P. (ed.). **San Braulio de Zaragoza (631-651)**. Su vida y sus obras. Madrid: CSIC, 1950, p. 356-361.
- Cic. *De Orat.* = CICERUS. De oratore. In ISO, José Javier (ed.). **Cicerón**. Sobre el orador. Madrid: Editorial Gredos, 1990.
- Conc.Tol. = Concilio de Toledo. In VIVES. José (ed.). **Concilios visigóticos e hispano-romanos**. Barcelona-Madrid: CSIC, 1963.
- Ild. De Uir.Ill. = ILDEPHONSUS TOLETANUS. Liber de Uiris Illustribus. In CODOÑER MERINO, Carmen (ed.). **El de viris illustribus de Ildelfonso de Toledo**. Madrid: CSIC, 1972, p. 109-136.
- Isid. De Eccl.Off. = ISIDORUS HISPALENSIS. Liber de Ecclesiasticis Officiis. In LAWSON, C. M. (ed.). **Corpus Christianorum**, Series Latina, CXIII. Turnholti: Brepols, 1989, p.1-108.
- Isid. Etym. = ISIDORUS HISPALENSIS. Etymologiarum libri XX. In RETA, Jose Oroz y CASQUERO, Manuel-A. Marcos (ed.). **San Isidoro de Sevilla**. Etimologías, vol.I-II. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- Isid. H.G. = ISIDORUS HISPALENSIS. De origine Gothorum. In ALONSO, Cristóbal Rodríguez (ed.). **Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla**. León: Colegiata de San Isidoro, 1975, p. 167-287.
- Luc.Sam. Quo modo historia conscribenda sit = LUCIANUS SAMOSATENSIS. Quo modo historia conscribenda sit. In BOTELLA, Juan Zaragoza (ed.). **Luciano**. Obras III. Madrid: Editorial Gredos, 1990, p. 367-408.
- Or. Hist.Adv.Pag. = PAULUS OROSIUS. In ZANGEMEISTER, G. (ed.). **Historiarum adversum paganos** libri VII. New York: Johnson Reprint Corporation, 1966.
- R.F. = FRUCTUOSO DE BRAGA. Regula Fructuosi. In CAMPOS, Julio e ROCA, Ismael (ed.). **Santos Padres Españoles II**. San Leandro, San Fructuoso, San Isidoro. Reglas Monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las "Sentencias". Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971, p. 137-162.
- Reg. Isid. = ISIDORUS HISPALENSIS. Regula Isidori. In CAMPOS, Julio e ROCA, Ismael (ed.). **Santos Padres Españoles II**. San Leandro, San Fructuoso, San Isidoro. Reglas Monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las "Sentencias". Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971, p. 90-125.
- Val. Ad.Don. = VALERIUS BERGIDENSIS. Dicta beati Valeri ad beatum Donadeum scripta (de Maximo). In DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. (ed.). **Valerio del Bierzo**. Su persona. Su obra. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 2006, p. 200-209.

- Val. De Gen.Mon. = VALERIUS BERGIDENSIS. De genere monachorum. In DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. (ed.). **Valerio del Bierzo**. Su persona. Su obra. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 2006, p. 324-337.
- Val. Repl. = VALERIUS BERGIDENSIS. Item replicatio sermonum a prima conversione. In FRIGHETTO, Renan (ed.). **Valério do Bierzo**. Autobiografia. Primeiro prémio Historia Medieval da Galiza 2005. Noia-La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006, p. 75-92.
- Val. Resd. = VALERIUS BERGIDENSIS. Item quod de superioribus querimoniis residuum sequitur. In FRIGHETTO, Renan (ed.). **Valério do Bierzo**. Autobiografia. Primeiro prémio Historia Medieval da Galiza 2005. Noia-La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006, p. 93-97.

Artigos

articles

O impacto da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* no estudo da História*

The impact of the *Universal Declaration of Human Rights* on the study of history

Antoon De Baets

Professor Associado
University of Groningen (RUG)
a.h.m.de.baets@rug.nl
Oude Kijk in t'Jatstraat, 26
Groningen
9712 EK
Holanda

Resumo

Talvez não exista nenhum outro texto com mais amplo impacto sobre nossas vidas do que a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) de 1948. É curioso, portanto, que os historiadores tenham dado tão pouca atenção à DUDH. Declaro que seu potencial impacto sobre o estudo da história é profundo. Depois de questionar se a DUDH contém uma visão geral da história, trato das consequências da DUDH para os direitos e deveres dos historiadores e explico como ela lida com seus temas de estudo. Demonstro que a DUDH é uma fonte direta de cinco importantes direitos para os historiadores: o direito à livre expressão e informação, o de se reunir e fundar associações, à propriedade intelectual, à liberdade acadêmica e ao silêncio. Também é uma fonte indireta de três deveres dos historiadores: o dever de produzir conhecimento especializado sobre o passado, o de disseminá-lo e o de ensiná-lo. Discuto os limites desses direitos e deveres e conflito entre eles. A DUDH também tem um impacto sobre os temas de estudo dos historiadores: argumento que a DUDH se aplica aos vivos e não aos mortos e que, conseqüentemente, ela é um campo para se estudar injustiças históricas recentes ao invés de remotas. Entretanto, e embora seja ela mesma silente sobre os deveres centrais dos historiadores de encontrar e dizer a verdade, a DUDH sustenta firmemente um emergente direito imprescritível à verdade, o qual nada mais é do que um direito à história em muitos aspectos cruciais. Se a DUDH é a "*Magna Carta* de todos os homens em todos os lugares," ela certamente também o é para todos os historiadores.

86

Palavras-chave

Ética para os historiadores; Dignidade póstuma; Abuso da história.

Abstract

There is perhaps no text with a broader impact on our lives than the 1948 *Universal Declaration of Human Rights* (UDHR). It is strange, therefore, that historians have paid so little attention to the UDHR. I argue that its potential impact on the study of history is profound. After asking whether the UDHR contains a general view of history, I address the consequences of the UDHR for the rights and duties of historians, and explain how it deals with their subjects of study. I demonstrate that the UDHR is a direct source of five important rights for historians: the rights to free expression and information, to meet and found associations, to intellectual property, to academic freedom, and to silence. It is also an indirect source of three duties for historians: the duties to produce expert knowledge about the past, to disseminate it, and to teach about it. I discuss the limits to, and conflicts among, these rights and duties. The UDHR also has an impact on historians' subjects of study: I argue that the UDHR applies to the living but not to the dead, and that, consequently, it is a compass for studying recent rather than remote historical injustice. Nevertheless, and although it is itself silent about historians' core duties to find and tell the truth, the UDHR firmly supports an emerging imprescriptible right to the truth, which in crucial respects is nothing less than a right to history. If the UDHR is a "*Magna Carta* of all men everywhere," it surely is one for all historians.

Keywords

Ethics for historians; Posthumous dignity; Abuse of history.

Enviado em: 16/05/2010

Autor convidado

* Traduzido por Johnny Roberto Rosa. Revisão de Estevão Chaves de Rezende Martins. Publicado originalmente como The Impact of the Universal Declaration of Human Rights on the Study of History, em *History and Theory* 48(1):20-43 (fevereiro 2009). Wesleyan University, ©Wiley-Blackwell 2009, por cuja autorização de publicação aqui se registra o agradecimento.

Introdução¹

Sessenta e um anos atrás, no dia 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, por unanimidade, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH). Embora a DUDH não tenha força legal, como a única mais importante declaração de ética, sua autoridade é sem paralelo. Muitos juristas estimam que ela tenha adquirido o *status* de lei consuetudinária internacional. A DUDH é o documento mais traduzido do mundo, atualmente em torno de 375 línguas. Dois tratados vinculados, o *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* – PIDCP (*International Covenant on Civil and Political Rights* – ICCPR) e o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* – PIDESC (*International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights* – ICESCR), são derivados da DUDH. Ambos foram adotados em 1966 e entraram em vigor dez anos depois. Juntos, esses três textos formam a *Carta Internacional de Direitos Humanos* (*International Bill of Human Rights*). A Carta continua uma tradição de três séculos de pensamentos sobre direitos humanos, e mais de dois milênios de lei natural. Por sua vez, tem inspirado um grande número de tratados. Cortes internacionais e as constituições da maioria dos países usam os direitos humanos como um conceito central. Talvez não exista nenhum texto com mais amplo impacto em nossas vidas do que a DUDH.²

87

Embora vários historiadores sejam relutantes em falar sobre “grandes princípios”, ainda é estranho que eles tenham dado tão pouca atenção à DUDH. Eu devo argumentar que é verdade que eles de fato prestam atenção porque o potencial impacto da DUDH na pesquisa histórica e no ensino da História é profundo, seja quando os historiadores são percebidos como profissionais em seu próprio direito ou como membros de uma mais ampla comunidade intelectual. Depois de questionar se a DUDH contém uma visão geral da História (nesta seção), eu devo me dirigir às consequências da DUDH com relação aos direitos e deveres dos historiadores, e explicar como ela lida com os sujeitos de estudo dos historiadores. Devo, além disso, demonstrar onde as restrições e as oportunidades se encontram – as conhecidas e as inesperadas.

Visão geral da História

Apesar de a DUDH ser uma declaração de princípios com vistas a um mundo melhor no futuro, dada a sua importância é válido perguntar se ela esboça uma visão geral da História. O preâmbulo é o local natural para se procurar por tal visão, uma vez que pode esclarecer os motivos para se tracejar a DUDH e, portanto, é parte do contexto no qual deveria ser interpretado. De

¹ Sou grato a Richard Vann por seu encorajamento e comentários em uma primeira versão deste artigo como titular da cadeira de uma banca na Conferência de História de Ciências Sociais Europeia (*European Social Sciences History Conference*), Lisboa, 28 de fevereiro de 2008.

² Consultar neste artigo a seção “Conceitos relacionados à história na *Carta Internacional de Direitos Humanos*” e o apêndice para uma visão geral dos conceitos de história relatados neste documento, e para algumas citações importantes e relevantes. A versão completa da maioria dos instrumentos relativos aos direitos humanos mencionados aqui estão disponíveis em: <http://www.concernedhistorians.org> (Acesso em 10 de dezembro de 2008). Para o texto original da DUDH, ver Assembleia Geral da ONU.

fato, o segundo e o terceiro dos sete recitais do preâmbulo dedicam algumas frases ao passado. O segundo recital traz uma lembrança (*memento*): “*Considerando que* desconsideração e desprezo aos direitos humanos têm resultado em atos bárbaros os quais têm ultrajado a consciência da raça humana”. Os abusos do passado são condenados em termos gerais. Uma versão prévia desse recital em um rascunho da DUDH de junho de 1948, que tinha uma referência adicional à Segunda Guerra Mundial, foi alterada para evitar aspectos restritos ao tempo. Portanto, a DUDH enquadra suas referências ao passado tão acronicamente quanto possível. É evidente, a partir dos registros oficiais (*travaux préparatoires*), entretanto, que o ultraje moral às violações dos direitos humanos da Segunda Guerra Mundial, especialmente o Holocausto, estava incessantemente nas mentes dos responsáveis pelo rascunho, e formou o verdadeiro catalisador para a DUDH (VERDOODT 1964, p. 303, 306, 311-312; MORSINK 1999, p. xiv, 12-20, 36-91, 299-300, 329-336; KOSKENNIEMI 1999, p. 32-33). Outros documentos essenciais sobre os direitos humanos trazem uma similar lembrança (*memento*) geral. Como a DUDH, a *Convenção sobre Prevenção e Punição dos Crimes de Genocídio* (*Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*) – adotada pela Assembleia Geral da ONU em 9 de dezembro de 1948, um dia antes da DUDH – contém o seguinte: “*Reconhecendo* que em todos os períodos da história o genocídio tem infligido enormes perdas na humanidade [...]”. Aqui, também, uma versão prévia, neste caso um rascunho de maio de 1948 que afirmava que o mundo tinha “sido profundamente chocado por vários exemplos *recentes* de genocídio” (ênfase minha) e que se referia ao Tribunal de Nuremberg, foi alterada (ROBINSON 1960, p. 132). Em contraste, os recitais históricos nos preâmbulos da *Carta* da ONU (*UN Charter*) (junho de 1945) e o *Estatuto* do Tribunal Penal Internacional (julho de 1998) se referem de fato ao século XX. O preâmbulo da *Carta* começa: “Nós, as pessoas das Nações Unidas, determinadas a salvar as próximas gerações do tormento da guerra, a qual por duas vezes na nossa vida tem trazido indizível dor à raça humana [...]”, enquanto o preâmbulo do *Estatuto* estipula: “*Consciente* de que todas as pessoas estão unidas [...], suas culturas ligadas em uma herança compartilhada [...]; *ciente* que durante este século milhões de crianças, mulheres e homens têm sido vítimas de atrocidades inimagináveis que chocam profundamente a consciência da humanidade [...]”.³

O terceiro recital da DUDH também tem ecos históricos. Em linguagem firme, a ONU condena a ditadura e permite, como um último recurso, rebelião contra tirania e opressão. Além disso, como uma refutação adicional da ditadura, a DUDH adota uma teoria cautelosa de democracia política em seu artigo 21 (“A vontade do povo deverá ser a base da autoridade de governo”) e usa o termo “sociedade democrática” explicitamente em seu artigo 29.⁴ Em sucessivos

³ Para a *Carta* ver Simma (2002, p. I, 34-35) e para o *Estatuto*, Triffterer (1999, p. 8-9). “Herança compartilhada” (“shared heritage”) substituiu o original “história compartilhada” (“shared history”).

⁴ Uma referência explícita ao princípio de democracia no preâmbulo da Carta da ONU foi rejeitada. No artigo 29 da DUDH, o termo “sociedade democrática” veio substituir a expressão “estado democrático”. O PIDCP e o PIDESC usam a expressão “sociedade democrática” três vezes.

rascunhos da DUDH, o chamado para se rebelar contra a tirania foi primeiramente inserido na própria lista de direitos, mas mais tarde, depois de muita discussão, “rebaixado” ao preâmbulo: alguns temeram que a expressão, se declarada muito explicitamente, causaria abusos com o propósito de subversão e incitação à anarquia. Todavia, ela ecoou poderosamente as ideias de vários filósofos do início da modernidade, da *Declaração de Independência dos Estados Unidos* de 1776 e da francesa *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789. Essas declarações históricas mencionaram o direito de se rebelar como um princípio supremo no contrato entre o governante e o governado.

De qualquer forma, em 1966, o PIDCP e o PIDESC omitiram os dois enunciados históricos do preâmbulo da DUDH. Com relação ao enunciado sobre atos bárbaros no passado, não fica claro por quê (ele foi, apesar de tudo, repetido em 1998). Já com relação ao enunciado sobre o direito à rebelião, ele foi substituído por garantias menos radicais no artigo 2.3 PIDCP (o direito a uma efetiva solução, também artigo 8 da DUDH). Além disso, o primeiro protocolo para o PIDCP tornou operacional um direito à petição.⁵ O protocolo permite objeções individuais sobre alegadas violações de direitos humanos dos Estados a serem investigadas.⁶ A partir dessa discussão, concluo que a DUDH contém uma visão resumida e abstrata da história, que foi omitida mais tarde nos pactos, mas que reapareceu em outros textos-chave.

89

O impacto sobre os historiadores

Os direitos dos historiadores

A DUDH é de interesse crucial para historiadores por vários outros motivos. Como tem aplicação universal, é uma fonte de direitos para todos os seres humanos, incluindo historiadores. Embora a maioria desses direitos constitua condições indiretas para os historiadores exercerem sua profissão, cinco são de relevância direta. Três deles são mencionados explicitamente na DUDH; os outros podem ser inferidos a partir de uma combinação de seus artigos. O primeiro é, claramente, o direito à liberdade de expressão e informação (DUDH art. 19), o qual protege a liberdade de informação necessária para a pesquisa histórica, e a liberdade de expressão necessária para a publicação e disseminação daquela pesquisa e para o ensino da história. Além disso, o ensino da história em

⁵ O direito à petição para compensação dos abusos dos direitos humanos é complementar ao direito à rebelião, mas, depois de muito debate, isso tem sido omitido sistematicamente da DUDH.

⁶ A Guerra Fria provavelmente desempenhou um papel na decisão de omitir os enunciados históricos dos pactos. A *DUDH* foi rascunhada em 1947-1948, quando a Guerra Fria ainda não tinha atingido o seu ápice. Durante a discussão sobre o direito à rebelião, os Estados Unidos e o Reino Unido expressaram reservas, enquanto a União Soviética, percebendo um paralelo entre as Revoluções francesa e russa, apoiou, embora não imediatamente, a ideia. Quando foram postos em votação, em 10 de dezembro de 1948, os recitais históricos do preâmbulo da DUDH foram adotados por unanimidade. O esboço do PIDCP e do PIDESC, em contraste, realizou-se em 1949-1954. O preâmbulo comum de ambos os pactos foi adotado em 1952, durante a Guerra da Coreia, em um contexto político internacional tenso. Para antecedentes ver Verdoodt (1964, p. 303-305, 312-313); Morsink (1999, p. 12-20, 302-320) e Pechota (1981, p. 32-71).

particular está claramente implícito nos artigos da DUDH sobre educação e cultura (DUDH art. 26-27). Adicionalmente, livre expressão pressupõe oportunidades de conhecer e trocar pontos de vista. Portanto, o segundo direito é uma extensão natural do primeiro. De acordo com o artigo 20, os historiadores têm o direito de organizar encontros e formar associações profissionais.

O terceiro direito protege os interesses morais e materiais de autores de trabalhos científicos (DUDH art. 27, PIDESC art. 15.1). Ele fornece a base para propriedade intelectual e regime de direitos autorais para a expressão de ideias históricas. Ao se interpretar esse direito, a *Convenção de Berna para a Proteção de Trabalhos Literários e Artísticos* (*Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works*) é aplicável. De acordo com o artigo 2 da *Convenção de Berna*, “obras literárias” também abrangem obras científicas. Essa convenção explica que os direitos autorais contêm, primeiramente, um “interesse moral” ou “direito moral”, o qual se refere ao direito de autores serem reconhecidos como criadores de suas obras, e de protestarem contra qualquer mutilação difamatória (como roubo, pirataria, plágio, distorção) dessas obras por editores, editoras e outros inescrupulosos.⁷ A intenção aqui era de proclamar a ligação durável entre criadores e suas criações. Por “interesse material”, entende-se o componente econômico dos direitos autorais. Este não é um direito durável, mas sim transferível.

O quarto direito, liberdade acadêmica, pode ser seguramente derivado de uma combinação de artigos. Os artigos 15.3–15.4 do PIDESC (especificando o artigo 27 da DUDH sobre cultura, ciência e propriedade intelectual) estipulam que os Estados devem respeitar a liberdade científica, incluindo os contatos internacionais que a facilitam. Quando essa ideia central é combinada com (1) liberdade de pensamento e expressão e os direitos de assembleia e associação para historiadores, e (2) direitos à informação, educação, cultura e ciência para todos, oferece uma base firme para o princípio de liberdade acadêmica, uma ferramenta importante para proteger os historiadores de pressões políticas e de outras naturezas.⁸

⁷ Comitê dos Direitos Econômico, Social e Cultural (*Committee on Economic, Social and Cultural Rights*) (CESCR) (grupo que monitora as implementações do PIDESC), *Comentário Geral 17* (autoria), especialmente os §§ 12-14, 39b, 44-45; *História da elaboração do Artigo 15(1)(c)* (*Drafting History of the Article*) do PIDESC (2000). Ver também a *Convenção de Berna para a Proteção de Trabalhos Literários e Artísticos* (*Convention for the Protection of Literary and Artistic Works*) (originalmente 1886; 1979), art. 6bis.1: “Independentemente dos direitos patrimoniais do autor, e mesmo depois da cessão dos citados direitos, o autor conserva o direito de reivindicar a paternidade da obra e de se opor a toda deformação, mutilação ou outra modificação dessa obra, ou a qualquer dano à mesma obra, prejudiciais à sua honra ou à sua reputação”. Para exemplos de violações de autoria (trabalhos publicados sem o nome ou permissão do autor, ou publicados sob o nome de um rival, ou publicados no exterior contra a vontade do autor), ver Antoon De Baets (2002, p. 101, 398, 440, 525, 535); para exemplos de mutilação de texto (muita censura pode ser vista como tal), ver o mesmo autor (2002, *passim*).

⁸ CESCR. *Comentário Geral 13* (Educação) (1999), §§ 38-40, que se refere ao documento-chave, a *Recomendação Relativa à Condição do Corpo Docente do Ensino Superior* (*Recommendation Concerning the Status of Higher-Education Teaching Personnel*) da UNESCO (1997). Esta última contém uma definição de liberdade acadêmica no § 27: “O corpo docente do ensino superior é responsável pela manutenção da liberdade acadêmica, vale dizer, possui o direito, sem restrições oriundas de orientação superior, à liberdade de ensinar e discutir, à liberdade de realizar pesquisa e de disseminar e publicar seus resultados,

Um direito ao silêncio

Quase imperceptivelmente, a DUDH fornece um quinto direito, particularmente forte: o direito ao silêncio. Para explicar isso, eu devo esclarecer uma distinção básica de epistemologia legal: a distinção entre fatos e opiniões. À primeira vista, essa distinção parece ausente na DUDH: embora ela mencione o termo “opinião” três vezes, não fala sobre “fatos”. Entretanto, o uso dos dois termos é obscurecido porque são substituídos por outros termos mais ou menos sinônimos. Fatos também são chamados “informação”; opiniões, e ainda “pensamentos”, “ideias”, “crenças”, “comentários”, “visões” ou “julgamentos de valor”.⁹ Somente dessa forma tornam-se compreensíveis os termos “pensamentos” e “crenças” no artigo 18 da DUDH, ou a distinção entre “informação” e “ideias” no artigo 19 da DUDH. O artigo 18 assevera que todos têm a liberdade de produzir e mudar pensamentos. De acordo com o artigo 4.2 (PIDCP), o artigo 18 do PIDCP (elaborado como art. 18 da DUDH) é inviolável.¹⁰ O artigo 18 (PIDCP) inclui uma cláusula de acordo com a qual nenhuma pessoa deve ser coagida a ter ou a adotar crenças (ou opiniões) de outros – uma cláusula concebida como uma garantia contra doutrinação. Além disso, o artigo 19 da DUDH afirma (entre outras coisas) que todos têm o direito de manter opiniões (e, por clara implicação, o direito de *não* manter opiniões) sem interferência.

91

Aplicado à nossa discussão, isso significa que historiadores não são obrigados a formular opiniões sobre o passado, isto é, eles podem parar de interpretar fatos históricos a qualquer momento que desejarem. Um historiador que meramente tentasse descobrir fatos históricos sem ponderá-los (se isso for possível de alguma forma) seria um bom historiador de acordo com a DUDH, mas a maioria dos historiadores, embora reconheça de bom grado as dificuldades de se obter fatos puros, aspira ir além. Mesmo esses historiadores interpretativos têm o direito de se recusarem a formular certa classe difícil de opiniões: julgamentos de valor, e avaliações morais em particular. Esse direito ao silêncio, estabelecido pelos artigos 18-19 (DUDH), significa que os historiadores *não* são obrigados a formar ou adotar, muito menos expressar, opiniões, incluindo avaliações morais explícitas, sobre o passado.¹¹ O resto desta seção é um comentário sobre o que ocorre quando historiadores abdicam de seu direito ao silêncio e embarcam na avaliação – e especialmente na avaliação de perpetradores de importantes crimes no passado.

O fato de que tenha sido atribuído a certas situações estudadas por historiadores o *status* de violações de direitos humanos, na DUDH e em outros

à liberdade de expressar livremente a opinião sobre a instituição ou sistema que trabalha, a estar livre de censura institucional e à liberdade de participar de corporações acadêmicas e representativas.”

⁹ Para propósitos legais, pensamentos e opiniões são fenômenos intimamente relacionados: pensar é um processo; o resultado deste, opiniões. Ver, entre outros, Manfred Nowak (1993, p. 339). Para a distinção entre fatos e opiniões, ver, novamente entre outros, Manfred Nowak (1993, p. 305-306). A diferença principal é que os fatos são suscetíveis de prova de verdade/falsidade, enquanto as opiniões não são.

¹⁰ Ver também o Comitê dos Direitos Humanos (*Human Rights Committee*) (o grupo que monitora a implementação do PIDCP; doravante CCPR), *Comentário Geral 22* (Liberdade de Expressão) (1993).

¹¹ Eu lido aqui somente com julgamentos morais explícitos, feitos depois de cuidadoso estudo histórico, e não com julgamentos morais implícitos, que são frequentemente difíceis de evitar.

contextos, influencia as avaliações morais de tais violações. Um exemplo destacado é o genocídio. Embora a noção de genocídio não seja mencionada na DUDH – como dito, a *Convenção do Genocídio (Genocide Convention)* foi adotada um dia antes da DUDH – ela está contida nos artigos 6.2-6.3 (PIDCP). O Holocausto tem sido chamado retroativamente de genocídio, desde a adoção da *Convenção do Genocídio* de 1948. Mais tarde, os massacres armênios de 1915-1917 também foram chamados de genocídio. E recentemente a Ucrânia lançou uma campanha para ter o Holodomor (a fome que, parcialmente como resultado do programa de coletivização de fazendas de Stalin, matou milhões de pessoas em 1932-1933) reconhecido como genocídio. Para cada um desses crimes, devido ao fato de eles serem rotulados de “genocídio”, debates acrimoniosos são constantes sobre o grau de premeditação pelos perpetradores, cujo resultado tem consequências consideráveis para qualquer avaliação moral deles.

Problemas similares surgem de outros rótulos: uma convenção da ONU definiu o *apartheid* como um crime contra a humanidade em 1973; a Assembleia Geral da ONU descreveu a limpeza étnica como uma forma de genocídio, em 1992;¹² o Tribunal Penal Internacional considerou a servidão crime contra a humanidade, em 1998; uma conferência mundial, sob os auspícios da ONU, declarou a escravidão e o tráfico de escravos crimes contra a humanidade, em 2001.¹³ Aqui, também, atribuir tais rótulos a esses eventos altera seu *status* legal e moral. Certamente, os historiadores mantêm o direito de *não* usar esses rótulos, mas uma vez que estes rótulos existam, os historiadores só podem ignorá-los se assumirem o custo de explicar por que seu rótulo ou definição alternativa seria superior. Para problemas recentes, pode ser arrogante pretender definir a natureza de uma dada violação de direitos humanos melhor do que a Assembleia Geral da ONU e as cortes internacionais o fazem (estas com suas rigorosas exigências de comprovação e grandes departamentos de pesquisas); para violações mais remotas, porém, os historiadores podem argumentar, e de fato o fazem, que a rotulação retroativa é anacrônica.

Originalmente, o argumento do anacronismo encontrou apoio no princípio de não retroatividade do artigo 11 (DUDH): ninguém pode ser considerado culpado por atos que não eram criminosos quando foram cometidos (*nullum crimen, nulla poena sine lege*). Retroatividade é, para os especialistas jurídicos, o que o anacronismo é para os historiadores. Aplicado à nossa discussão, isso

¹² Em 2007, contudo, a Corte Internacional de Justiça (*International Court of Justice*) (ICJ) declarou que “o termo “limpeza étnica” não tem significância legal por si próprio.” Ver ICJ. Caso Relativo à *Aplicação da Convenção na Prevenção e Punição de Crime de Genocídio (Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide)* (Bósnia e Herzegovina versus Sérvia e Montenegro): *Julgamento* (2007), § 190.

¹³ *Apartheid*: Assembleia Geral da ONU, *Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid (International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid)* (1973); Limpeza étnica: *idem*, *A situação na Bósnia e Herzegovina* (resolução; 1992); Servidão: Tribunal Penal Internacional (*International Criminal Court*) (ICC), *Estatuto* (1998), artigos 7.1(c)-7.2(c); Escravidão/tráfico de escravo: *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada (World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance)*, *Declaração* (2001), artigo 13.

significa que não se devem chamar os crimes cometidos durante, por exemplo, as Cruzadas, de genocídio ou crimes contra a humanidade, ou crimes de guerra, pois esses conceitos eram inexistentes naquela época.¹⁴ Portanto, perpetradores desses crimes não podem ser julgados nesses termos. A defesa do argumento de anacronismo é difícil, contudo, em dois aspectos. Para começar, ela nunca é absoluta: não é porque os conceitos não existiam na época que as realidades cobertas por eles não existiram.¹⁵ Outro problema surgiu em 1966, quando o artigo 15.2 (PIDCP) formulou uma grande exceção ao princípio de não retroatividade: o princípio não se aplica a pessoas que cometeram “qualquer ato ou omissão que, no momento quando cometido, era criminoso de acordo com princípios gerais do direito reconhecidos pela comunidade de nações”.¹⁶ Os crimes visados por essa exceção eram o genocídio, os crimes contra a humanidade e os crimes de guerra. Em 1968, a ONU determinou explicitamente que não se aplicam limites de tempo para se processar esses três crimes capitais, *independentemente da data de seu cometimento*.¹⁷ Esse princípio de imprescritibilidade do processo tem se tornado de maneira gradual uma norma do direito penal internacional. Ele cessa de se aplicar, entretanto, depois que o último perpetrador tiver morrido.

Mesmo se a exceção se esvai com o tempo, seu impacto sobre avaliações morais é considerável: ela sugere que qualquer genocídio, crime contra a humanidade e crime de guerra cometidos no curso da história, mesmo quando não chamados dessa forma, poderiam e talvez devessem ainda ser chamados assim. Desde 1966, juízes e historiadores, ao formular julgamentos jurídicos e históricos, têm sido forçados a levar em consideração os “princípios gerais do

¹⁴ Eu encontrei a primeira menção de “crimes contra a humanidade” em 1915, de “crimes de guerra” em 1934, de “genocídio” em 1944. “Crimes contra a humanidade” e “crimes de guerra” entraram no direito penal internacional em 1945 (artigos 6b-6c *Decreto do Tribunal Internacional Militar [International Military Tribunal × IMT]*) em Nuremberg; o “genocídio” entrou em 1948 (artigo 2 da *Convenção de Genocídio [Genocide Convention]*). Para definições aceitas internacionalmente, ver ICC, *Estatuto*, art. 6 para genocídio (definição idêntica ao artigo 2 da *Convenção de Genocídio*), art. 7 para crimes contra a humanidade (definição completa re-raschada do texto IMT), e art. 8 para crimes de guerra (definição baseada nas *Convenções de Genebra [Geneva Conventions]* de 1949 e nos *Protocolos Adicionais [Additional Protocols]* de 1977).

¹⁵ Muitos conceitos são forjados depois da realidade que cobrem. O contexto de descoberta desses conceitos, de qualquer modo importante, é diferente de seu contexto de justificação. Acresce que muitos crimes graves do passado, quando ocorreram, não raro receberam nomes eufemísticos.

¹⁶ Essa provisão (extraída do ICJ, *Estatuto [1945]*, artigo 38(1)(c)) também foi parte de um esboço da DUDH de junho de 1948. Em 1948 (quando foi derrotada) e em 1966 (quando foi aceita), a provisão foi inserida para apoiar retroativamente a legalidade dos julgamentos dos tribunais de Nuremberg e Tóquio (1946-1948), baseados no estatuto do IMT de 1945. Ver Morsink (1999, p. 52-58). Ideias similares apareceram no pensamento internacional sobre a guerra desde, pelo menos, a formulação da chamada *Cláusula Martens (Martens clause)* nos preâmbulos das *Convenções de Haia (Hague Conventions)* (1899, 1907), repetida nas *Convenções de Genebra* de 1949 e nos *Protocolos Adicionais* de 1977.

¹⁷ ONU. *Convenção de Não Aplicabilidade de Limitações Estatutárias para Crimes de Guerra e Crimes Contra a Humanidade (Convention on the Non-Applicability of Statutory Limitations to War Crimes and Crimes against Humanity)* (1968), art. 1: “Nenhuma limitação estatutária deve se aplicar aos seguintes crimes, independentemente da data de seu cometimento: (a) Crimes de guerra [...] (b) Crimes contra humanidade [...] e o crime de genocídio.” O motivo que leva a esta convenção surge nos anos 60, quando vários países alcançaram os limites de prescrição para crimes da Segunda Guerra Mundial. Ver Christine Van den Wyngaert e John Dugard (2002, I, 874).

direito reconhecidos pela comunidade de nações”. Por um lado, isso cria melhores condições para o exercício do direito de lembrar o passado; por outro, de fato arrisca introduzir anacronismo em julgamentos feitos bem depois dos fatos. Existe provavelmente somente uma solução para o problema. Se os historiadores abdicam de seu direito ao silêncio e fazem avaliações morais, eles deveriam encontrar uma forma de resolver a tensão entre anacronismo e imprescritibilidade ao distinguir claramente os valores de coevos da época estudada de seus próprios valores e daqueles incorporados em padrões universais de direitos humanos.

Limites aos direitos dos historiadores

Com exceção de certos aspectos (notadamente liberdade de pensamento e direitos morais), o exercício desses cinco direitos não é absoluto. A DUDH mesma, que confere aos historiadores seus direitos, também os confere a todos os seres humanos, incluindo aqueles estudados pelos historiadores. Portanto, conflitos surgem, inevitavelmente, entre diferentes partes no exercício de seus direitos. Um conflito clássico, por exemplo, é aquele entre a liberdade de expressão dos historiadores e a privacidade e reputação daqueles que eles estudam. Outro é a tensão entre os direitos autorais dos historiadores e a liberdade de informação e o direito de o público ter acesso a resultados científicos. Como deveriam ser resolvidos esses conflitos? O artigo 29 da DUDH e vários artigos do PIDCP, ao afirmarem que a maioria dos direitos universais está sujeita a limitações, propõem um procedimento de equilíbrio para regular conflitos entre os direitos de diferentes seres humanos. Vamos analisar como o procedimento funciona para os vários direitos dos historiadores.

De acordo com os artigos 18.3-19.3 do PIDCP, qualquer restrição da livre expressão deveria obedecer a um teste de três passos: (a) a restrição deveria ser prescrita pela lei; (b) ela deve ser necessária, isto é: necessária em uma sociedade democrática; (c) e, finalmente, ela deveria estar relacionada a um de seis propósitos: respeito pelos direitos ou reputações de outros ou a proteção da segurança nacional, ordem pública, saúde pública, ou da moral. Vemos, o que não é de surpreender, que o conflito potencial entre livre expressão e privacidade ou reputação (dois direitos descritos no artigo 12 da DUDH)¹⁸ é levado em consideração aqui: a livre expressão dos historiadores pode ser restringida se invadir a privacidade de seus pesquisados (“direitos de outros”) ou difamá-los (“reputação de outros”).¹⁹ Entre os outros propósitos das restrições do livre discurso, a segurança nacional é uma limitação particularmente importante para os historiadores. Isso significa que o acesso dos historiadores

¹⁸ Ver CCPR, *Comentário Geral 16* (Privacidade/Reputação) (1988).

¹⁹ Isso acarreta o caso do abuso da livre expressão, como o da negação do Holocausto. Até então, o CCPR só discutiu um caso desses e o fez, de maneira bem interessante, à luz do artigo 19.3 do PIDCP ao invés de recorrer ao artigo 20.2 do PIDCP. Ver CCPR, *Comunicação nº 550/1993: Faurisson versus França* (1996), § 10. O CCPR decidiu que a França, pela restrição da livre expressão de Robert Faurisson, não violou o artigo 19.3 do PIDCP. Ver também CCPR, *Comentários Gerais 10* (Liberdade de Expressão) e *11* (Incitação de Ódio) (1983). Desta decisão pode ser deduzido que, considerada do ponto de vista histórico, a negação do Holocausto é um abuso da história, e do ponto de vista legal, ela é um abuso aos direitos humanos.

à informação oficial pode ser limitado por motivos de segurança nacional – se for prevista em lei e se sua necessidade em uma sociedade democrática puder ser demonstrada.²⁰ De acordo com o direito à assembleia, os encontros e as associações históricas podem continuar a atuar como entenderem, contanto que promovam atividades pacíficas e se constituam em base a filiação voluntária. Como esse direito é uma extensão da livre expressão, não é de se estranhar que os artigos 21-22.2 do PIDCP restrinjam o exercício da assembleia pacífica virtualmente nas mesmas palavras dos artigos 18.3-19.3 do PIDCP.

Com relação aos direitos autorais (artigo 27 da DUDH), a *Convenção de Berna* reconhece a necessidade de alcançar um equilíbrio adequado entre os direitos dos autores e o interesse público no acesso à informação (DUDH art. 19), educação (DUDH art. 26) e pesquisa (DUDH art. 27). Muita informação produzida por historiadores será classificada nas chamadas cláusulas de prática justa (*fair-practice clauses*): outros podem usar livremente informação de historiadores (publicada) para citação e ensino, se indicarem claramente a fonte e seu autor.²¹ A área é complexa porque o componente econômico dos direitos autorais pode ser herdado ou dele se pode abrir mão.²² Embora firmemente enraizado nos direitos humanos universais, o quarto direito, a liberdade acadêmica, é dependente do dever: protege os historiadores somente quando estão realizando sua pesquisa, ou seja, quando estão engajados na busca honesta pela verdade histórica na pesquisa e no ensino em sentido amplo. “Em

²⁰ No caso de reclamações por cidadãos, o CCPR aplica o teste de três passos (como fazem as cortes internacionais). Dentre os passos, o segundo (“necessário em uma sociedade democrática”) é usualmente o mais difícil de cumprir pelos governos. Ele é medido com (pelo menos) três testes complementares e dependentes do contexto: (1) o teste de proporcionalidade: restrições impostas na livre expressão devem ser adequadas ao valor (por exemplo, segurança nacional) que querem proteger; (2) o teste de subsidiariedade: a menor medida restritiva deve ser escolhida do grupo de medidas disponíveis com o mesmo efeito; (3) o teste de relevância: as razões dadas por autoridades nacionais para justificar restrições deveriam ser relevantes e suficientes. Ver Conselho Econômico e Social da ONU, Princípios Siracusa sobre a Limitação e Provisões de Derrogação no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (*Economic and Social Council, Siracusa Principles on the Limitation and Derogation Provisions in the International Covenant on Civil and Political Rights*) (1985); Alexandre Kiss (s/d, p. 290-310) e Morsink (1999, p. 248-251).

²¹ CESCR. *Comentário Geral 17*. Ver também Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Tratado dos Direitos Autorais (1996), preâmbulo; *Convenção de Berna*, artigo 10.1-3: “São lícitas as citações tiradas de uma obra já licitamente tornada acessível ao público, com a condição de que sejam conformes aos bons usos e na medida justificada pela finalidade a ser atingida [...]. Deve ser uma questão de legislação [...] para permitir a utilização [...] de trabalhos literários ou artísticos [...] para o ensino, sob a condição de que tal utilização seja conforme aos bons usos. As citações e utilizações [...] serão acompanhadas pela menção da fonte e do nome do autor.

O conhecimento tradicional (frequentemente o produto oral de uma comunidade) e manuscritos não publicados são protegidos pelos direitos morais, mas é incerto em que medida o são pelos direitos econômicos. Ver *Convenção de Berna*, artigo 3.3: “A recitação pública de obras literárias [...] não deve constituir publicação”, e artigo 14ter.1: “O autor [...], com relação a [...] manuscritos originais [...], goza de um direito inalienável de ter parte nas operações de venda de que a obra for objeto depois da primeira cessão efetuada pelo autor”.

²² *Convenção de Berna*, artigo 2.6: Esta proteção exerce-se em benefício dos autores e de seus legítimos representantes”; artigo 6bis.2: Os direitos reconhecidos ao autor [...] devem ser mantidos, depois de sua morte, pelo menos até a extinção dos direitos patrimoniais e devem ser exercidos pelas pessoas físicas ou jurídicas às quais a citada legislação reconhece qualidade para isso [...]; artigo 7.1: A duração da proteção [...] compreende a vida do autor e cinquenta anos depois da sua morte”. Em seu artigo 4.2, a *Convenção Universal sobre os Direitos Autorais (Universal Copyright Convention)* da UNESCO (originalmente 1952; 1971) fixou uma duração de vinte anos após a morte do autor.

sentido amplo” inclui declarações sobre atividades relacionadas à pesquisa *fora* do ambiente universitário, mas exclui declarações sobre assuntos não relacionados à sua pesquisa. No último caso, não há proteção pela liberdade acadêmica, embora subsista a proteção do direito à liberdade de expressão.²³

Se na seção “Um direito ao silêncio” argumentei que os historiadores têm um direito absoluto ao silêncio com relação às suas opiniões e particularmente com relação às suas avaliações morais, posso agora acrescentar que eles têm um direito limitado ao silêncio com relação aos seus fatos. Em princípio, é uma tarefa central dos historiadores mencionarem todos os fatos que são relevantes na procura pela verdade histórica. O único critério de seleção para fatos é o método acadêmico, o único controle, debate entre pares. Mesmo nesse domínio dos fatos históricos, entretanto, existe um direito ao silêncio, porém estreitamente restrito. De acordo com os artigos 18.3-19.3 do PIDCP, historiadores deveriam permanecer quietos sobre fatos que causem dano à privacidade e à reputação de outros indivíduos (ou a seus direitos), e sobre fatos que coloquem em risco a segurança nacional, ordem pública, saúde pública, ou morais. Se eles realmente fazem uso desse direito restrito ao silêncio para fatos só pode ser decidido depois de eles cuidadosamente compararem o interesse público em revelar aqueles fatos sobre os sujeitos estudados com os interesses formulados nas seis áreas de restrição. Se mesmo assim seus objetos de estudo trouxerem acusações, são os juízes que irão decidir de acordo com o procedimento comparativo descrito acima.²⁴

Os deveres dos historiadores

Os direitos dos outros criam não apenas limites aos direitos dos historiadores, mas também deveres. A DUDH contém somente dois deveres gerais: o dever de agir em um espírito de fraternidade (DUDH art. 1) e o dever para com a comunidade (DUDH art. 29).²⁵ Eles podem ser entendidos em combinação com os direitos de todos terem acesso à informação (DUDH art. 19), receberem educação (DUDH art. 26), participarem da vida cultural da comunidade e compartilharem os benefícios do progresso científico (DUDH art. 27). Uma vez que a DUDH diz respeito a todos os seres humanos e já que estes se organizam em sociedade, a combinação dos artigos 1 e 29 (entendidos como deveres para historiadores) e artigos 19, 26 e 27 (entendidos como direitos dos outros) fornecem uma base para a sociedade reivindicar que seus historiadores vão além de meras restrições de seus direitos.

Por essa razão, a DUDH parece envolver três deveres para historiadores acadêmicos: que produzam conhecimento proficiente sobre o passado (ligado ao direito à ciência no artigo 27 DUDH), que o disseminem (ligado aos direitos

²³ Para observações interessantes sobre a liberdade *política* dos acadêmicos, ver Edward Shils (1991, I, 4, 12).

²⁴ Quando os sujeitos estudados morrem, os juízes levarão em conta os interesses de seus herdeiros. Este é, contudo, um ponto controverso: ver De Baets (2009, p. 77-78, 124-126, 132-133).

²⁵ Morsink (1999, p. 239-252). É digno de nota que o dever é dirigido à comunidade e não ao Estado.

à informação e cultura nos artigos 19 e 27 DUDH) e o ensinam (ligado ao direito à educação no artigo 26 DUDH). Além disso, dada a importância da disseminação de informação e do ensino, é sustentável interpretar esses deveres amplamente. Portanto, historiadores acadêmicos têm o dever de ajudar a melhorar a qualidade do ensino de história na educação primária e secundária, incluindo os conteúdos dos currículos de história e dos livros e textos de história.²⁶ As exigências sociais também requerem que, em teoria e da melhor forma possível, os historiadores contribuam a responder a importantes questões históricas levantadas por suas sociedades. Isso implica deverem eles promover a consciência histórica de suas sociedades e facilitar o que, na seção “Injustiça histórica recente”, chamo de seu direito à história. Obviamente, isso é um dever de meios e conduta, não de resultado.

Outros deveres também podem ser derivados da DUDH, embora menos seguramente. É possível que os artigos 7, 19 e 29 da DUDH combinados impliquem que os historiadores devam garantir uma discussão justa de visões contrárias de colegas, e assim fornecer um dever com relação a seus hábitos de trabalho. E os artigos 12 e 19 da DUDH combinados impliquem que os historiadores devam lidar responsabilmente com informações delicadas. Mesmo depois de combinar artigos de maneira aleatória, a DUDH permanece silenciosa sobre vários outros deveres. Ela é, claramente, um instrumento de direitos, não de deveres. Em primeiro lugar, ela não nos diz nada sobre os direitos dos historiadores com relação à sua principal missão acadêmica, a busca da verdade. O conceito de verdade não é mencionado na DUDH, nem são suas precondições: exatidão/precisão (para encontrar a verdade) e sinceridade (para dizer a verdade).²⁷ Da mesma forma, e compreensivelmente, vários aspectos de seu conhecimento (tal como crítica sistemática) e sua profissão (por exemplo, seu dever de proteger a infraestrutura de fontes históricas e o patrimônio com ela relacionado) não se encontram aqui.²⁸

Em suma, embora sua cobertura dos deveres esteja longe de ser completa, a DUDH enseja um entendimento geral acerca de alguns deveres nucleares. A DUDH, por conseguinte, não é apenas uma fonte dos direitos dos

²⁶ CESCR. *Comentário Geral 13*, § 6, sustenta esse ponto de vista: prescreve que toda educação deveria ter quatro características essenciais, uma das quais é: “*Aceitabilidade*: a forma e substância da educação, incluindo currículo e métodos de ensino, tem de ser aceitável para os estudantes (isto é, relevante, culturalmente apropriada e de boa qualidade) [...]”.

²⁷ Ver Bernard Williams (2002, p. 84-148). A *recomendação* da UNESCO menciona o conceito de verdade no § 33: “O exercício de direitos traz consigo deveres especiais [...], incluindo a obrigação de respeitar a liberdade acadêmica de outros membros da comunidade acadêmica e de assegurar a discussão justa de pontos de vista contrários. A liberdade acadêmica traz consigo o dever de usar a liberdade de maneira consistente com a obrigação acadêmica de basear a pesquisa em uma busca honesta da verdade”. Resoluções recentes da Comissão dos Direitos Humanos da ONU (*Commission of Human Rights*) (CHR) e do Conselho dos Direitos Humanos da ONU (*Human Rights Council*) (HRC) sobre o “direito à verdade” mostra a importância crescente do conceito de verdade; ver sessão “Injustiça histórica recente”. Entre as várias declarações internacionais dos deveres humanos, a mais autoritária – a *Declaração Universal das Responsabilidades Humanas* (*Universal Declaration of Human Responsibilities*) pelo Conselho de Interação dos Precedentes Chefes de Estado e Governo – dedica atenção à veracidade em seus artigos 12-13.

²⁸ Para uma visão geral dos deveres dos historiadores, ver código de ética em De Baets (2009, p. 188-196).

historiadores, mas também é, indiretamente, uma fonte de alguns de seus deveres; e, conjuntamente, de seu sistema de ética. E na medida em que seus deveres surgem de reivindicações legítimas que emanam dos outros e da sociedade (entendida como uma sociedade local, nacional e global), a DUDH também é uma estrutura na qual as funções sociais da escrita histórica tomam forma.

Não há dever de lembrar-se

Uma pergunta que surge quando se fala sobre deveres é saber se os historiadores, como especialistas em matéria de tempo, têm um dever de lembrar-se. Essa pergunta tem duas respostas: uma geral e uma específica. A resposta específica será discutida na seção "Limites dos deveres dos historiadores". A resposta geral é que a DUDH é compatível com um direito de lembrar-se, mas não com um dever de lembrar-se. Para efeitos legais, memórias pertencem ao domínio de pensamentos, crenças e opiniões (como avaliações morais). Isso significa que declarações sobre pensamentos e opiniões na DUDH se aplicam igualmente a memórias. Os artigos 18-19 da DUDH (e artigo 4.2 PIDCP) protegem a liberdade inviolável de *formar* e *manter* pensamentos e opiniões, e por extensão, memórias. O direito de livremente *expressar* opiniões, e por extensão, memórias, pode ser exercido em caráter privado ou em público. Quando expressas privadamente, as memórias estão protegidas pelo direito à privacidade. Quando expressas em público, por exemplo, durante comemorações ou festividades, elas estão protegidas pelo direito à livre expressão e à reunião pacífica, mas sujeitas às restrições já mencionadas. Portanto, todo ser humano tem um direito à memória.

A tese de que todos têm um dever de lembrar-se, entretanto, é contrária ao espírito da DUDH. A mesma regra que regula a abordagem das avaliações morais está em jogo aqui: o artigo 18.2 do PIDCP, ao prescrever que nenhuma pessoa deve ser coagida a ter ou a adotar crenças (ou opiniões) de terceiros. A liberdade de *formar* e *manter* opiniões, e por extensão memórias, sem interferência, também abrange a liberdade de *não formá-las e mantê-las* sem interferência. Se existe um direito à memória, também existe um direito ao esquecimento. Da mesma forma, a liberdade de expressar opiniões, e por extensão, memórias, abrange necessariamente a liberdade de *não expressá-las* e a liberdade de *não* ser informado do que aconteceu. Se existe liberdade de expressão, também existe um direito ao silêncio. Portanto, um dever de lembrar-se, forçadamente imposto *aos outros*, se desenvolveria em uma violação de seus direitos humanos. O direito à memória de uma pessoa seria comprometido seriamente por qualquer dever de manter e expressar memórias que, na verdade, não fossem mantidas por essa pessoa.²⁹ Obviamente, não há nada contra um dever *autoimposto* de se lembrar por que tal dever autoimposto é, na realidade, uma variante radical do direito à memória exercido por uma pessoa que decide autonomamente.

²⁹ Existem outros fortes argumentos contra o dever de lembrar. Ver De Baets (2009, p. 147-151).

Limites dos deveres dos historiadores

A partir desta discussão, decorre que os deveres dos historiadores são limitados por três fatores. Primeiro, pelos seus *direitos*. Em seguida, pelo caráter mutuamente *conflitante* de vários desses deveres: os historiadores têm papéis sociais e profissionais, e eles pertencem às sociedades locais, nacionais e globais – e, portanto, reivindicações que emanam desses papéis, e sociedades podem entrar em conflito. Por fim, mas não menos importante, os deveres dos historiadores são limitados pelas *concessões* que eles exigem da sociedade de forma a executar bem seus direitos e deveres: como a sociedade se beneficia deles e deles exige serem responsáveis, deveria tolerar uma área de autonomia na qual os historiadores possam trabalhar livremente; além disso, deveria fornecer recursos e políticas de arquivo e de informação.

Retornemos ao ponto de partida. Os deveres dos historiadores que decorrem da DUDH são correspondidos por concessões da sociedade aos historiadores de modo a permitir que exerçam seus direitos e cumpram seus deveres. Essas exigências estão expressas na noção de liberdade acadêmica no nível individual, e na noção de autonomia universitária como a forma institucional de liberdade acadêmica. Liberdade acadêmica é um pré-requisito para compreender os direitos à educação e à ciência, e para prestar atenção à advertência, lançada ao Estado, de respeitar a liberdade científica. Resumidamente, não pode haver responsabilização externa sem autonomia interna. É aqui que eu vejo uma função-chave para um código de ética profissional: a adoção de tal código pela profissão histórica é tanto uma forma de responsabilização para com a sociedade como uma garantia de autonomia profissional.

O tema dos limites dos deveres pode ser ilustrado convincentemente no caso da educação. De acordo com o artigo 26 da DUDH, a educação *deve promover* o respeito pelos direitos humanos e pela paz. Implicitamente, isso também significa a promoção de uma sociedade democrática, porque somente tal sociedade personifica esses valores. É óbvio que a tríade (direitos humanos, paz, democracia) deveria ser um *objeto* de pesquisa e ensino para os historiadores, e que, de qualquer forma, suas ramificações são tão amplas que são virtualmente inevitáveis. O artigo 26 da DUDH, entretanto, é mais radical (fala de “deve promover”) ao exigir que a tríade se torne um *motivo* para escrever e ensinar história. Dado que apenas motivos *intrínsecos*, portanto científicos, para a escrita e o ensino de história são a procura e a revelação de um verdadeiro conhecimento histórico, a tríade se constitui em motivo *instrumental* e, portanto, não científico. Sem dúvida, motivos instrumentais e intrínsecos não necessitam ser mutuamente incompatíveis, e ambos podem promover história plausível, mas existe no mínimo uma tensão entre eles.

Se o motivo instrumental supera, então, o motivo intrínseco de verdade e fornece a perspectiva dominante para escrever história, várias ressalvas devem ser expressas. Primeiramente, a tríade pode ser promovida não apenas através do estudo dos direitos humanos, paz e democracia, mas também através do

estudo de seus equivalentes, tais como abusos dos direitos humanos, guerra e ditadura, os quais podem provar os mesmos argumentos *a contrário*. Em segundo lugar, os valores do sistema social e político atual são, conveniente e frequentemente, definidos como sinônimos dos valores humanísticos incorporados na tríade ou confundidos com eles, quando, na verdade, são promovidos aqueles ao invés destes. Em terceiro lugar, se a tríade representa um papel crucial, torna-se tentador distorcer a seleção de dados em seu favor. Em quarto lugar, se a ênfase da tríade é acrítica ou determinista, um público crítico pode resistir a ela como a uma forma de doutrinação. Por fim, mesmo um estudo histórico crítico motivado pela tríade não necessariamente a promove: as várias falhas e os desempenhos fracos no fronte humanístico, inevitavelmente presentes entre os resultados de um tal estudo crítico, podem desencorajar ao invés de encorajar leitores e alunos a adotar a tríade. Em suma, o objetivo direto da educação histórica *não* deveria ser a promoção de valores de direitos humanos, paz e democracia, mas sim o ensino dessas verdades históricas provisórias que têm sido estabelecidas depois de pesquisa metódica e crítica.

A questão do dever de produzir e disseminar conhecimento histórico é mais complicada. Pode ser argumentado que, mesmo que não haja um dever universal de lembrar-se, tal dever existe *especificamente* para a profissão histórica. Aparentemente isso parece estranho porque, graças à liberdade acadêmica, historiadores individuais têm o direito de escolher seus próprios temas de pesquisa. Eles não podem ser obrigados a estudar tópicos que não queiram estudar. Além disso, não deveriam ser forçados a um dever de se lembrar mais do que qualquer outro ser humano. Existe, entretanto, uma tensão entre as liberdades de historiadores individuais de um lado, e os deveres da comunidade intelectual à qual eles pertencem de outro lado. Como membros de uma comunidade *mundial* de profissionais, historiadores são responsáveis não apenas pela sociedade local e nacional, mas também pela sociedade *global*. Portanto, eles têm a responsabilidade coletiva, pelo menos como uma questão de princípio, de investigar o passado em sua totalidade. Mesmo se muitas pessoas insistem que os historiadores deveriam somente investigar os momentos de orgulho da sociedade local ou nacional, outras pessoas dentro e fora daquela sociedade também deveriam exigir investigações de seus momentos de vergonha. Logo, os historiadores deveriam quebrar silêncios e explodir tabus. Na medida em que abordam o passado como especialistas, deveriam aceitar um moderado dever de lembrar-se.

Esse dever coletivo é "moderado" porque é amenizado pela liberdade dos historiadores individuais e pelo peso de exigências sociais conflitantes. A conclusão desta discussão é de que não existe nenhuma relação *direta* entre a promoção de valores humanísticos recomendados na DUDH e a busca pela verdade histórica na pesquisa e na educação. É questionável, entretanto, que exista uma relação *indireta*, que seja procedimental ao invés de substancial em essência. Uma historiografia confiável, vista como uma forma de erudição ou como

uma profissão, *reflete* uma sociedade democrática (uma sociedade que incorpora valores humanísticos). *Erudição* histórica confiável constitui uma demonstração prática de alguns dos valores – liberdade (regulada) de expressão e informação, pluralidade de opiniões e um debate aberto e crítico – que são centrais na democracia. O mesmo é verdadeiro para os valores centrais da *profissão* histórica – autonomia e responsabilização: o equilíbrio entre esses valores gera confiança social na profissão. Além disso, uma historiografia confiável *fortalece* uma sociedade democrática, porque seu resultado – uma forma de verdade temporária, mas testada – rejeita mitos históricos em que se acredita e os substitui por interpretações históricas mais plausíveis.

O mesmo é o caso da ciência de arquivos: ao tornar a informação acessível, ela facilita princípios democráticos de transparência e responsabilização. Uma historiografia confiável, então, é uma condição necessária (porém, obviamente, não suficiente) para uma democracia *sustentada* e para a cultura de direitos humanos.³⁰ Se o procedimento historiográfico é posto em prática apropriadamente, é por si mesmo um ato de democracia, e como tal contribui para os objetivos da ONU. Portanto, deveria ser permitida aos historiadores uma ampla margem de compreensão ao se interpretar como eles põem em prática seus deveres sociais implícitos na DUDH.

101

O impacto sobre seus temas de estudo

Dignidade humana e póstuma

Tratarei agora do impacto da DUDH sobre os temas de estudo dos historiadores. Como já se tornou claro, a DUDH contém várias referências sutis à filosofia iluminista.³¹ Desde a primeira linha de seu preâmbulo, ela introduz o conceito de dignidade humana como o conceito central a partir do qual todos os direitos humanos são derivados. A DUDH usa o conceito cinco vezes, e o PIDCP e PIDESC o fazem três vezes cada. De fato, a DUDH é uma tentativa de tornar o conceito de dignidade humana – um conceito de lei natural em sua versão kantiana – operacional. Kant afirmava que seres humanos racionais têm uma vontade autônoma ou, em outras palavras, que eles são livres para agir, o que significa que agem moralmente ou não. De acordo com Kant, quando escolhem a primeira opção, os seres humanos seguem o imperativo categórico: em suas ações consideram os outros seres humanos (e eles mesmos) não como meros meios, mas sim como fins em si mesmos. Ao fazerem isso, conferem-lhes dignidade humana. Em resumo, seres humanos livres, moralmente informados, são a fonte de dignidade.³² Já que, para Kant, a dignidade era uma característica de seres humanos racionais, autônomos e livres para agir moralmente, por via de consequência excluiu os mortos.

³⁰ Ver De Baets (2009, p. 68-71).

³¹ Ver também Morsink (1999, p. 281-328).

³² Immanuel Kant (1903, IV, 429, 433-440, 450). A ideia kantiana de que a liberdade é a fonte da dignidade não é claramente expressada no primeiro recital do preâmbulo da DUDH: "Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos

Isso é um problema sério para os historiadores, pois significa que o conceito de dignidade humana usado na DUDH não é aplicável aos mortos – de longe a maior categoria de temas de estudo dos historiadores. Isso é assim porque os mortos não são seres humanos, mas seres humanos *passados*.³³ O fato de a DUDH não se aplicar aos mortos tem cinco consequências importantes. A primeira é que a dignidade que eles possuem é de um tipo especial: como seres humanos *passados*, os mortos têm o que eu devo chamar de *dignidade póstuma*. Dignidade póstuma, não dignidade humana, é o conceito com base no qual eles merecem respeito e proteção. Em outro lugar apresentei um conjunto de argumentos e de suposições como evidência para a existência de dignidade póstuma, que não repetirei aqui.³⁴ A importância crucial da dignidade póstuma, porém, também apresenta perigos potenciais para os historiadores. Um grande número de leis contém provisões para a “proteção da memória dos mortos” e “difamação dos mortos”. Quando se abusa delas – o que acontece com frequência –, tais leis têm um efeito intimidador sobre a expressão e a troca de ideias históricas e não passam, quase sempre, de tentativas sutis de censura.

Em segundo lugar, uma vez que os mortos não são seres humanos, não têm direitos humanos. Isso significa que se conceitos como *privacidade póstuma* e *reputação póstuma* existem (e eu certamente creio que sim) eles não são direitos dos mortos. Ao invés disso, são dimensões empíricas da dignidade póstuma dos mortos. Assim entendidos, podem ser fornecidas demonstrações deles – como é possível fazê-lo para a própria dignidade póstuma.³⁵ Em terceiro lugar, isso significa que não pode existir uma *Declaração Universal dos Direitos dos Mortos*. Entretanto, isto *não* implica não terem os vivos (incluindo os historiadores) deveres para com os mortos. Pelo contrário, inspirado pela DUDH (e instrumentos similares), é possível identificar um conjunto de deveres universais para com os mortos. Esses deveres de respeito e proteção, baseados em dignidade póstuma, formam o esboço para uma *Declaração Universal dos Direitos dos Vivos para com os Mortos*.³⁶ Em quarto lugar, como os vivos têm deveres para com os mortos, eles podem falhar em cumpri-los, por exemplo, ao mutilarem cadáveres ou ao se recusarem a enterrá-los. O Tribunal Penal Internacional declarou mesmo que “ultrajes à dignidade de pessoas mortas” são crimes. Mas o fato de que os mortos não são seres humanos significa que as várias injustiças morais e legais às quais os mortos podem estar e estão sujeitos não são desrespeitos dos direitos humanos. São os vivos mais próximos, familiares, que são ofendidos e ultrajados por essas injustiças, não os

iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade [...]”. Esse recital omite a causa do reconhecimento da dignidade (sobretudo, liberdade informada moralmente) e enfatiza somente a consequência desse reconhecimento (sobretudo, liberdade novamente). Contudo, a liberdade nem sempre conduz ao reconhecimento da dignidade (de si próprio ou dos outros) – somente quando a liberdade é moralmente informada –, e um reconhecimento de dignidade implica, com frequência, limites sobre a liberdade.

³³ Eu discuti essa definição de morto (e a falta de alternativas) em *Responsible History* (p. 115-118).

³⁴ Para o conjunto de fatos que provam que a dignidade póstuma existe, ver De Baets (2009, p. 119-121).

³⁵ Ver nota 23.

³⁶ Esses deveres podem ser resumidos sobre oito tópicos: corpo, funeral, enterro, testamento, identidade, imagem, discurso e herança. A inspiração para eles é encontrada nos artigos 2, 8, 12, 15, 17-19, 29 da DUDH. Ver De Baets (2009, p. 123, 165-166).

próprios mortos.³⁷

Injustiça histórica recente

A última consequência do fato de a DUDH não se aplicar aos mortos é esta: quando a DUDH está preocupada com a injustiça histórica, geralmente é com injustiça histórica recente ao invés de remota. À primeira vista, a situação é confusa porque a DUDH não fala em nenhum lugar de vítimas e perpetradores – as principais partes em qualquer injustiça.³⁸ Somente em 1985 a ONU adotou uma *Declaração* contendo uma definição de “vítima”, distinguindo vítimas diretas (aquelas que sofrem dano mediante o crime, incluindo o abuso de poder) de vítimas indiretas (principalmente a família próxima ou dependentes, excluindo a família mais distante ou outros herdeiros).³⁹ Essa definição é consistente com a posição básica da DUDH: ela exclui os mortos distantes, e na medida em que aparenta incluir os mortos recentes, enfatiza o papel de seus herdeiros. A própria *Declaração* de 1985 fala dos mortos somente uma vez – no contexto de compensação a suas famílias.⁴⁰ Em resumo, ela não deixa espaço para alegações de dano suscitadas depois de longos atrasos ou a grandes distâncias. Portanto, no espírito da DUDH, defino injustiça histórica *recente* como aquela da qual pelo menos algumas das vítimas e alguns dos perpetradores ainda estejam vivos, enquanto injustiça histórica *remota* é aquela da qual todas as vítimas e todos os perpetradores estejam mortos.

103

Muitos artigos da DUDH permitem possibilidades de trabalhar contra a injustiça histórica recente: por exemplo, os direitos a uma personalidade jurídica, à igualdade perante a lei, a um recurso efetivo, e a um judiciário independente para vítimas anteriores e, além disso, o direito de não ser torturado e de um julgamento justo dos perpetradores anteriores, e à igualdade e à não discriminação para todos. Adicionalmente, a ONU adotou uma convenção contra desaparecimentos forçados (isto é, para pessoas das quais não é sabido se estão vivas ou mortas)⁴¹ e desenvolveu dois fortes instrumentos para lidar com os problemas de impunidade de perpetradores anteriores e de reparação para as vítimas anteriores.⁴²

³⁷ Para uma lista de 60 injustiças morais e legais às quais os mortos estão sujeitos, ver De Baets (2009, p. 134-137).

³⁸ O PIDCP usa “vítima” uma vez.

³⁹ ONU. *Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e Abuso de Poder* (*Declaration of Basic Principles of Justice for Victims of Crime and Abuse of Power*) (1985), princípio 1: “Entendem-se por ‘vítimas’ as pessoas que [...] tenham sofrido um prejuízo [...] como consequência de atos ou de omissões violadoras das leis criminais [...]”; princípio 2: “O termo vítima também inclui, conforme o caso, a família próxima ou dependentes da vítima direta. [...]” A *Declaração* de 1985 usa o termo “perpetrador” duas vezes.

⁴⁰ *Ibid.*, princípio 12: “[...] os estados deveriam empenhar-se em promover compensação financeira à [...] (b) família, em particular dependentes de pessoas que morreram [...] como um resultado de tal vitimização”.

⁴¹ ONU. *Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas de Desaparecimento Forçado* (*International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance*) (2006), especialmente o preâmbulo, e os artigos 8 e 24.2. Sua predecessora (a *Declaração da Proteção de Todas as Pessoas de Desaparecimento Forçado* (*Declaration on the Protection of All Persons from Enforced Disappearance*, artigo 17) entende os desaparecimentos forçados não como crime do passado, mas como crimes em curso (como sequestros sem um fim) enquanto os perpetradores continuaram a dissimular o fato do desaparecimento.

⁴² CHR. *Conjunto Atualizado de Princípios para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos através*

Quando esses novos instrumentos começaram a ser discutidos, aproximadamente entre 1990 e 2006, um direito uma vez chamado de “direito de saber” e recentemente renomeado como “o direito à verdade” surgiu gradualmente. A princípio formulado de modo embrionário em meados dos anos 70, ele significa que todos têm o direito de saber a verdade sobre os abusos precedentes de direitos humanos: em primeiro lugar, as vítimas sobreviventes e os parentes de vítimas falecidas, mas também outros indivíduos, e ainda mais importante, a sociedade como um todo. É tanto um direito individual (para alcançar alguma forma de reparação) como um direito coletivo (para prevenir os mesmos abusos de ocorrerem no futuro e para obter acesso à informação essencial para uma democracia sustentada). Vários direitos combinados da DUDH sustentam firmemente esse novo direito: liberdade de expressão e informação, naturalmente, mas também (e não estou sendo exaustivo aqui) o direito a não ser torturado mentalmente, o direito a um recurso efetivo, o direito à privacidade e o direito a uma vida familiar (DUDH art. 5, 8, 12, 16).⁴³

O direito à verdade é mais amplo do que o direito à liberdade de informação em dois aspectos. Enquanto o artigo 19 da DUDH pode ser restrito sob certas circunstâncias (ver, neste artigo, a seção “Limites aos direitos dos historiadores”), o direito à verdade é imprescritível, inalienável e irrevogável: ele não pode ser *nunca* tirado de *ninguém* sob *nenhuma circunstância*.⁴⁴ Isso é assim porque é um *direito procedural*, um direito autônomo que é necessário para proteger outros direitos humanos: como o *habeas corpus*, ele surge após os direitos humanos serem violados; ele mesmo é violado quando a informação relacionada às primeiras violações não é fornecida. O outro fator que torna o direito à verdade diferente é o dever *afirmativo* concomitante aos Estados investigarem violações aos direitos humanos, por eles mesmos cometidas, *mesmo depois de uma mudança de regime*.⁴⁵ Esse dever governamental parece incluir a compilação ativa de informação (independentemente de ela estar de posse do governo) e sua análise, preservação e acesso, bem como a publicação de relatórios sobre essa informação. Nem a troca de governo, nem leis de anistia

de Ação para Combater a Impunidade (Updated Set of Principles for the Protection and Promotion of Human Rights through Action to Combat Impunity) (2005), e ONU. *Princípios Básicos e Diretrizes do Direito a Recurso e Reparação para Vítimas de Violações Brutais da Lei dos Direitos Humanos Internacionais e Violações Sérias da Lei Humanitária Internacional (Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law)* (2005).

⁴³ Para a história do direito à verdade / direito à história, ver CHR. *Conjunto Atualizado*, princípios 1-18; *idem*, *Direito à Verdade*: resolução 2005/66 (2005); HRC. *Direito à Verdade*: Decisão 2/105 (2006) e *Resolução 9/11* (2008); Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Office of the UN High Commissioner for Human Rights), *Estudo do Direito à Verdade* (2006), e *idem*, *Direito à Verdade* (2007) (Ver notas de rodapé dos mais recentes estudos para a principal jurisprudência internacional). Ver também De Baets (2009, p. 154-165). A Organização dos Estados Americanos – OAS (Organization of American States) adotou resoluções do direito à verdade em 2006-2008. Ambas ONU e OEA planejaram relatórios e reuniões sobre o assunto para 2009.

⁴⁴ Na prática, a revelação será devidamente ponderada com respeito aos interesses das vítimas, de seus parentes e das testemunhas.

⁴⁵ Corte Interamericana de Direitos Humanos (Inter-American Court of Human Rights). *Caso Velásquez Rodríguez: Julgamento de 29 de julho de 1988* (1988), §§ 166-181, 184, 194; CCPR. *Comentário Geral 26* (Continuidade de Obrigações) (1997), § 4, e CCPR. *Comentário Geral 31* (Obrigação Legal Geral) (2004), § 15.

ou o passar do tempo (particularmente a morte de perpetradores e vítimas) afetam isso, o que toma, tipicamente, a forma de uma comissão oficial de verdade ou de um tribunal *ad hoc*. Desenvolvimentos nessa área têm-se acelerado com a velocidade da luz. O direito à verdade é de importância cardinal para os historiadores porque, em certo sentido, o que é chamado de “direito à verdade”, no direito internacional hoje em dia, nada mais é do que um componente crucial (embora não o único) do “direito à verdade *histórica*” ou do “direito à história”.

Injustiça histórica remota

Se a DUDH oferece ferramentas eficientes para lidar com a injustiça histórica *recente*, ela não o faz para a injustiça histórica *remota* (injustiça da qual todas as vítimas e perpetradores estão mortos). A DUDH é um instrumento para os vivos, não para os mortos e, vista da perspectiva de um historiador, a definição da ONU de “vítimas” é um tanto estreita. Injustiça histórica remota não cai no âmbito *imediato* da ONU – em forte contraste com a injustiça histórica recente. Quando revisamos os princípios da ONU de 2005 no domínio da reparação de injustiça histórica, as únicas medidas mencionadas que parecem aplicáveis aos mortos remotos são medidas de satisfação – isto é, de reparação *simbólica*, tal como o re-sepultamento solene e a reabilitação social, legal e política póstuma. É aplicável aqui, no máximo, uma versão, interpretada muito amplamente, do direito à compensação para os descendentes imediatos de vítimas falecidas, que exigem tal reparação simbólica e que exigem a verdade.⁴⁶

Entretanto, mais pode ser dito sobre a abordagem da ONU com relação à injustiça histórica remota. Em um estudo de 1997 sobre a impunidade de perpetradores de violações de direitos econômicos, sociais e culturais, a Comissão de Direitos Humanos da ONU explorou quatro práticas de injustiça históricas: *apartheid*, escravidão, pilhagem de herança cultural e colonização. *Apartheid* e escravidão foram rotulados como subcategorias de crimes contra a humanidade em 1973 e 2001 respectivamente (ver a seção “Um direito ao silêncio”). A destruição de monumentos culturais e locais sagrados, se executada sem necessidade militar dominante, é vista pelo Tribunal Penal Internacional como uma forma de perseguição, igualmente uma subcategoria de crimes contra a humanidade. Além disso, vários tipos de colonização foram acompanhados pelo que hoje em dia seria indubitavelmente chamado de crimes contra a humanidade – e em alguns casos até mesmo genocídio. Logo, todas essas práticas históricas entram (no caso da colonização, entram parcialmente) na categoria de crimes contra a humanidade – e esta é uma categoria imprescritível.⁴⁷

⁴⁶ ONU. *Princípios Básicos*, princípio 22. John Rawls (1999, p. 128) estimou que o cuidado intergeracional se estende por pelo menos duas gerações.

⁴⁷ CHR. *Relatório Final da Questão da Impunidade de Perpetradores de Violações dos Direitos Humanos (Final Report on the Question of the Impunity of Perpetrators of Human Rights Violations) (Direitos Econômico, Social e Cultural) (Economic, Social and Cultural Rights)* (1997), §§ 27-52, especialmente o § 32. O argumento de seu autor, El Hadji Guissé, para expandir a definição da ONU de 1985 (no §

Consequentemente, a mesma contradição discutida na seção “Um direito ao silêncio” está em jogo: a ação da ONU em nome das vítimas de injustiça histórica remota é desencorajada por causa da distância no tempo, e é encorajada porque, em retrospecto, as injustiças parecem ser crimes contra a humanidade. Como este problema pode ser resolvido? Por um lado, existem fortes argumentos para não lidar com injustiça remota: argumentos de princípio (os mortos não são seres humanos) e argumentos de eficiência (o passado não pode ser alterado; partes envolvidas em injustiça morrem, o que torna o julgamento e a maioria das reparações gradualmente impossíveis; elas são sucedidas por gerações menos cientes da injustiça; é impossível reavaliar todo o passado a toda hora e assim por diante). Por outro lado, o direito à verdade, como um direito imprescritível das sociedades, implica continuar ele a existir não somente após uma anistia ao último perpetrador litigável, ou após sua morte, mas também após a morte da última vítima. Isso é fortalecido pelo fato de a consciência histórica de um povo frequentemente alcançar eventos dolorosos velhos de muitos séculos. Logo, lidar com injustiça remota histórica é primariamente uma missão não para juízes, mas para historiadores. Estes têm o poder de reabrir casos e desafiar a amnésia predominante e mitos históricos. O conhecimento dos fatos de injustiça histórica, recente ou remota, tem um grande efeito reparador *por si só*; inversamente, falhar em lidar com injustiça histórica é uma injustiça *por si mesma*. Por sua vez, essa conclusão fortalece o moderado dever de se lembrar dos historiadores discutido na seção “Limites dos deveres dos historiadores”. Desnecessário dizer, porém, que pesquisar injustiça histórica é delicado, já que pode resultar em muita recordação ou muito esquecimento.

As críticas

Por mais rico recurso que a DUDH possa ser, ela foi recebida não apenas com entusiasmo mas também com crítica. Muito da crítica estendeu-se à própria ideia de direitos humanos, e foi dirigida a seus fundamentos e a sua universalidade. Filósofos, por exemplo, sustentaram que o conceito de dignidade humana foi “essencialmente contestado”. Muitos deles argumentaram que, na verdade, existiam dois conceitos, ao invés de um: dignidade humana inerente, como valor inerente do ser humano, e a dignidade humana externa, associada ao valor de respeito. Outros afirmaram que a dignidade humana era um axioma sem fundamento adicional, uma ficção útil, ou mesmo que não existia.⁴⁸

137): “O *status* de vítima e os direitos conexos com ela são transmissíveis ao sucessor. Esse conceito de sucessor deveria ser entendido em um amplo sentido [...]” não foi levado adiante. Quase inevitavelmente, por causa de suas ramificações macro-históricas, seu relatório nunca ganhou o *status* de seu gêmeo – o relatório de Louis Joinet sobre impunidade civil e política (1997) –, que se tornou o *Conjunto Atualizado* (2005). Ver também, não obstante, Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. *Reconhecimento de Responsabilidade e Reparação para Violações Massivas e Flagrantes dos Direitos Humanos as Quais Constituem Crimes contra Humanidade e as Quais Ocorrem Durante o Período de Escravidão, de Colonialismo e Guerras de Conquista* (*Recognition of Responsibility and Reparation for Massive and Flagrant Violations of Human Rights Which Constitute Crimes against Humanity and Which Took Place During the Period of Slavery, of Colonialism and Wars of Conquest*) – Resolução 2002/5 (2002) (precedida pela decisão 2000/114 e pela resolução 2001/1).

⁴⁸ Para este debate, ver De Baets (2007, p. 71-85).

O debate sobre a universalidade da DUDH e dos direitos humanos em geral ocorreu em uma escala mais ampla.⁴⁹ Desde o fim do século dezoito, pensadores conservadores, liberais e socialistas discutiram sobre o caráter abstrato e absoluto dos direitos humanos e sustentaram que estes deveriam estar relacionados à sociedade na qual seriam exercidos. O utilitarista liberal Jeremy Bentham, por exemplo, acreditava somente na força da legislação positiva. Para ele, direitos humanos eram imaginários, “absurdo sobre muletas” (*nonsense upon stilts*). Bentham temia que os direitos se tornassem retórica poderosa nas mãos de líderes e um substituto para legislação efetiva. Embora a ideia de direitos humanos tenha sido ofuscada pelo pensamento centrado no estado do século dezenove, ela sobreviveu, e depois da catástrofe de direitos humanos da Segunda Guerra Mundial, foi reabilitada na fórmula da DUDH, que teve ampla aceitação por todo espectro político. As críticas logo reapareceram, porém. Em 1947, antropólogos americanos (AAA 1947, p. 539-543) publicaram um memorando no qual questionaram a universalidade dos direitos humanos e advertiram contra sua dimensão etnocêntrica. Ao mesmo tempo, a UNESCO realizou uma investigação sobre os problemas filosóficos suscitados pela DUDH. Muitos participantes notaram tensões entre seres humanos e suas sociedades e Estados. A maioria achou que só se poderia alcançar, com relação à DUDH, um acordo prático, não teórico. Dos trinta comentários publicados, cinco vieram de historiadores (Edward Carr, Benedetto Croce, Salvador de Madariaga, S. V. Puntambekar e Pierre Teilhard de Chardin). Enquanto todos lançaram advertências, Croce foi o mais crítico: para ele, direitos variavam historicamente e não poderiam ser universais. Mesmo assim, ele requereu um debate sobre os princípios subjacentes à dignidade humana e à civilização (UNESCO 1949).⁵⁰ Quando a Assembleia Geral da ONU adotou a DUDH em 10 de dezembro de 1948, embora 48 países tenham votado a favor e nenhum contra, oito se abstiveram (e dois estavam ausentes): na prática, universalidade significou ausência de desacordo ao invés de unanimidade.⁵¹ Depois de a DUDH ter sido aprovada, uma nova geração de acadêmicos apontou o contraste entre a alegação de universalidade e a influência de fatores históricos (particularmente o Holocausto e a Guerra Fria), visões filosóficas antagônicas, diplomacia e estratégia de voto para o objetivo final e a redação da DUDH. Décadas mais tarde, líderes políticos asiáticos alegaram que existiam valores asiáticos específicos. Em suma, a crítica contemporânea aos direitos humanos vem de longa data.

Embora a Comissão sobre Direitos Humanos da ONU tenha prestado pouca atenção explícita a muitas dessas advertências enquanto esboçava a DUDH (MORSINK 1999, ix-xiv, 301, 337-338, 376-377), intelectuais que estudaram

⁴⁹ Para uma visão geral extensiva dessa crítica, ver De Baets (2001, X, 7.012-7.018).

⁵⁰ As contribuições de Croce estão nas páginas 93-95.

⁵¹ Seis países comunistas guiados pela URSS se abstiveram por causa da falta de ênfase no papel do Estado; a Arábia Saudita por causa dos direitos de casamento igualitário e da liberdade para mudar de religião; e a África do Sul por causa da condenação implícita de sua política de *apartheid*. (MORSINK 1999, p. 21-28).

esse processo de elaboração, complicado e longo, demonstraram que seu caráter multicultural era excepcionalmente amplo e amplamente subestimado, tornando assim infundada a alegação de que a DUDH seria um instrumento puramente ocidental.⁵² Prova adicional do apelo universal da DUDH foi o fato de ela ter sido frequentemente invocada por vítimas não ocidentais de violações de direitos humanos. Além disso, partes substanciais da tradição crítica foram eventualmente levadas em conta na DUDH, particularmente por adicionarem direitos econômicos, sociais e culturais aos direitos civis e políticos. Apesar de toda a crítica, hoje em dia quase todo mundo concorda que um mundo sem a DUDH é pior do que um com tal declaração.⁵³

Uma questão adicional é se minha leitura da DUDH é válida metodologicamente. Com relação às seções sobre os direitos dos historiadores e seus temas de estudo, meu método de identificar direitos pela combinação de artigos e por sua interpretação inter-relacionada é uma abordagem amplamente aceita. Como uma organização autorizada a interpretar o direito público internacional, a Corte de Justiça Internacional reconhece “os ensinamentos dos publicistas mais altamente qualificados de várias nações” como uma fonte válida.⁵⁴ Entre esses publicistas, o Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, por exemplo, ao estudar o direito à verdade, segue esse método de combinação e interpretação. Para as partes relacionadas aos deveres (II.D-F), mais elucidação é necessária. Muitas críticas à investigação da UNESCO recomendaram dar a virtudes e deveres um lugar apropriado na DUDH. Em conformidade com seu nome, entretanto, a DUDH deu um tratamento minimalista ao dever porque Estados (particularmente os ditatoriais) estão sempre tentados a usar a convocação de seus cidadãos ao dever como um pretexto para abusar de seu poder e violar-lhes os direitos. Como mostrado, a DUDH contém somente dois deveres gerais (artigos 1 e 29). Consequentemente, muito da minha análise relacionada ao dever está baseado em inferências que uma leitura detalhada da DUDH, dos dois *Tratados* e dos comentários competentes sobre eles, creio eu, logicamente impõe. A DUDH, em resumo, é uma fonte direta para os direitos dos historiadores e uma fonte indireta para seus deveres.

Conceitos relacionados à história na *Carta Internacional de Direitos Humanos*

A tabela a seguir pode orientar a procura por conceitos relacionados à história na *Carta Internacional de Direitos Humanos (International Bill of Human Rights)*.

⁵² Ver particularmente Verdoodt (1964) e Morsink (1999).

⁵³ Vale a pena lembrar aqui que o primeiro esboço da DUDH, escrito por John Humphrey (diretor da Divisão dos Direitos Humanos na Secretaria da ONU) no início de 1947, foi baseado em treze propostas, uma das quais veio de H. G. Well (1866–1946) – próspero historiador popular e escritor de ficção científica. Ver John Humphrey (1940).

⁵⁴ ICJ. *Estatuto*, art. 38(1)(d).

Conceitos	Explicitamente mencionados em (*) / derivados de:		
	DUDH	PIDCP	PIDESC
abusos e tirania passados	preâmbulo*		
autonomia universitária	18-20, 26-27	18-22	13, 15
avaliações morais	18-19	4.2, 18-19	
ciência, direito à	27*		15*
cultura, direito à	27*		15*
dever de investigar, por Estados	8,19	2.3, 7, 40; primeiro protocolo, 4*	
deveres dos historiadores	1, 7, 12, 18-19,26- 27, 29	18-19	13,15
deveres gerais	1*, 29*	preâmbulo*	preâmbulo*
dignidade humana	preâmbulo*, 1*, 22*, 23*	preâmbulo*, 10*	preâmbulo*, 13*
dignidade póstuma	2, 8, 12, 15, 17-19, 29	2.3, 17-19	
direito moral	27*		
direitos autorais	27		15.1
direitos, limitações de	1*, 29*	4*-5*, 18. 3*-19.3*, 21*-22.2*	4*-5*
discurso do ódio, como incitação	2, 7, 19	20*	
educação, direito à	26*		13*
esquecimento, direito ao	18-19	4.2, 18-19	
história, direito à	5, 8, 12, 19	2.3, 7, 17, 19	
história, visão da	preâmbulo*		
igualdade, direito à	preâmbulo, 1, 2, 7	preâmbulo, 2, 3, 26, 27	preâmbulo, 3, 13
imprescritibilidade		15.2*	
injustiça histórica, recente	1-2, 5-11	<i>passim</i>	
injustiça histórica, remota	8	2.3	
inviolabilidade de direitos		4.2*	
lembrar, <i>sem</i> dever de	18-19	4.2, 18-19	
liberdade acadêmica/científica	18-20, 26-27	18-22	13,15*
liberdade de expressão	19*	19*	
liberdade de informação	19*	19*	
liberdade de pensamento	18*-19*	4.2*, 18*- 19.1*	
memória, direito à	12, 18-19	4.2, 17-19	
mortos, deveres dos vivos para com os	2, 8, 12, 15, 17-19, 29	2.3, 17-19	
não retroatividade de crimes	11*	15*	
petição, direito de		primeiro protocolo*	
privacidade, direito à	12*	17*, 19.3	
propriedade intelectual	27		15.1
rebelião, direito à	preâmbulo*		
reparação, direito à	8	2.3	
reparo, direito à	8*	2.3*	
reputação, direito à	12*	17*, 19.3*	
respeito	preâmbulo*, 26*, 29*	preâmbulo*, 2*, 10*, 19*	preâmbulo*, 13*

Conceitos	Explicitamente mencionados em (*) / derivados de:		
	DUDH	PIDCP	PIDESC
reunião/associação, direito à	20*	21*-22*	
silêncio, direito ao	18-19	4.2, 18-19	
sociedade democrática	21, 29*	14*, 21*-22*, 25	4*, 8*
verdade, direito à (direito a saber)	5, 8, 12, 16,19	2.3, 7, 17, 19, 23	

Conclusões

Minha reflexão acerca do impacto da DUDH e de seus dois tratados sobre o estudo da história leva às seguintes conclusões:

1. A DUDH contém uma visão perpétua da história: ela condena atrocidades e ditadores passados e defende uma sociedade democrática.

No que se refere ao impacto sobre os historiadores:

2. A DUDH é uma fonte *direta* de direitos para os historiadores, particularmente de sua liberdade de expressão e informação, de seu direito de se reunir e de fundar associações, de sua propriedade intelectual e de sua liberdade acadêmica.

3. A DUDH afirma que os historiadores têm um direito ao silêncio que é absoluto para opiniões e limitado para fatos. Avaliações morais retroativas não são obrigatórias, mas se os historiadores as fazem, eles devem resolver a tensão entre anacronismo e imprescritibilidade.

4. A DUDH fornece um procedimento equilibrado para avaliar se restrições aos cinco direitos dos historiadores são justificadas.

5. A DUDH é uma fonte *indireta* de deveres para os historiadores, em primeiro lugar o dever de produzir conhecimento especializado sobre o passado, o dever de disseminá-lo e o dever de ensiná-lo. Ela é, porém, silente sobre outros deveres centrais, particularmente o dever de descobrir e de dizer a verdade.

6. A DUDH sustenta a tese de que todos têm um direito à memória, mas se opõe à tese de um dever de lembrar-se. Os historiadores, entretanto, têm um dever coletivo de (des)cobrir o passado em sua totalidade (incluindo seus períodos de vergonha), constituindo uma comunidade mundial que responde a uma sociedade global.

7. A DUDH estabelece restrições aos deveres dos historiadores porque seus deveres podem conflitar com seus direitos e uns com os outros, e porque ter deveres autoriza os historiadores a exigir da sociedade autonomia para realizar seu trabalho apropriadamente. A exigência da DUDH, de que educação histórica esteja a serviço de valores humanísticos, conflita com o pré-requisito acadêmico de que os historiadores buscam o conhecimento histórico verdadeiro. A contribuição da historiografia aos direitos humanos é menos de substância do que de procedimento: ao invés de suas descobertas, é sua própria operação que sustenta os objetivos da DUDH.

8. A DUDH se aplica aos vivos, mas não aos mortos. Entretanto, como seres humanos passados, os mortos possuem dignidade póstuma e, portanto,

merecem respeito e proteção. A DUDH é uma poderosa fonte de inspiração para nossos deveres para com os mortos.

9. A DUDH oferece orientação firme para lidar com a injustiça histórica recente (injustiça da qual pelo menos alguma das vítimas e perpetradores ainda está viva). Além disso, vários de seus artigos sustentam o direito emergente à verdade, que, em aspectos cruciais, nada mais é do que um direito à história.

10. A DUDH oferece pouca orientação para lidar com a injustiça histórica remota (injustiça da qual todas as vítimas e perpetradores estão mortos). O direito à verdade, entretanto, é um direito imprescritível de sociedade, e o conhecimento oferecido pelos historiadores sobre o passado doloroso pode ter um efeito reparado por si só.

Em suma, o impacto potencial da DUDH é profundo. Uma nova leitura da DUDH demonstra que vários princípios éticos básicos que guiam a profissão histórica em seus direitos e deveres fluem *consistentemente* dela. O documento foi elaborado sob a liderança de Eleanor Roosevelt. Se a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é uma “*Magna Carta* de todos os homens em toda parte” (*Magna Carta of all men everywhere*), como ela declarava, certamente o é para todos os historiadores.

Apêndice: Fragmentos-chave

111

Preâmbulo da DUDH: “considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultam em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade [...]; considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão [...]”.

Artigo 8: “Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei”.

Artigo 11: “Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional” (Artigo 15.2 do PIDCP: “Nenhuma disposição do presente Pacto impedirá o julgamento ou a condenação de qualquer indivíduo por atos ou omissões que, no momento em que foram cometidos, eram considerados delituosos de acordo com os princípios gerais de direito reconhecidos pela comunidade das nações”).

Artigo 12: “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação [...]”

Artigo 18: “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento [e] consciência [...]; este direito inclui a liberdade de mudar de [...] crença e a liberdade de manifestar essa [...] crença, pelo ensino [e] pela prática, isolada ou

coletivamente, em público ou em particular”. [Artigos 18.2-18.3 do PIDCP: “Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha. A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.” Artigo 4.2 do PIDCP: “[N]ão autoriza qualquer derrogação do art. [...] 18.”].

Artigo 19: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (Artigo 19.3 do PIDCP: “O exercício de direito [de liberdade de expressão] implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas”. *Nota:* Artigo 20 da PIDCP: “Será proibida por lei qualquer propaganda em favor da guerra. Será proibida por lei qualquer apologia ao ódio nacional, racial ou religioso, que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência”. O artigo 20 do PIDCP é derivado do artigo 7 da DUDH [“Todos têm direito a igual proteção contra [...] qualquer incitamento a [...] discriminação”], e do artigo 19 da DUDH.)

Artigo 20: “Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação”.

Artigo 21: “[...] A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas [...]”.

Artigo 26: “Toda pessoa tem direito à instrução. [...] A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”.

Artigo 27: “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade [...] e de participar do progresso científico e de seus benefícios. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.” (Artigo 15.3 do PIDESC: “Os estados-partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora”. Artigo 15.4 do PIDESC: “Os estados-partes no presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura”).

Artigo 29: “Toda pessoa tem deveres para com a comunidade [...]. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o

devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. [...]” (Ver também artigo 1 da DUDH (“Todas as pessoas [...] devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”) e preâmbulo, artigos 4-5 dos PIDCP / PIDESC).

Bibliografia

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. Statement on Human Rights. **American Anthropologist**, 49(4):539-543, October-December 1947.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH. Assembleia Geral da ONU, *A/Res/3/217A* (10 de dezembro de 1948).

DE BAETS, Antoon. History of Human Rights. SMELSER, Neil e BALTES, Paul (eds.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier-Pergamon, 2001.

_____. **Censorship of Historical Thought: A World Guide, 1945–2000**. Westport, CT-London: Greenwood Press, 2002.

_____. A Successful Utopia: The Doctrine of Human Dignity. **Historein** (Atenas), 7(2007):71-85.

113

_____. **Responsible History**. New York-Oxford: Berghahn, 2009.

HUMPHREY, John. **The Rights of Man**. Harmondsworth-New York: Penguin, [1940].

KANT, Immanuel. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (1785).: **Kant’s gesammelte Schriften**. Berlin: Preußische Akademie der Wissenschaften, 1903.

KISS, Alexandre. Permissible Limitations on Rights. In HENKIN (ed.). **International Bill of Rights** 290.

KOSKENNIEMI, Martti. The Preamble of the Universal Declaration of Human Rights. In ALFREDSSON, Gudmundur e EIDE, Asbjørn (eds.). **The Universal Declaration of Human Rights: a Common Standard of Achievement**. The Hague, Boston- London: Martinus Nijhoff, 1999.

MORSINK, Johannes. **The Universal Declaration of Human Rights: Origin, Drafting, and Intent**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

NOWAK, Manfred. *U.N. Covenant on Civil and Political Rights: CCPR Commentary*. Kehl am Rhein, Strasbourg-Arlington, VA: Engel, 1993.

PECHOTA, Vratislav. The Development of the Covenant on Civil and Political Rights. In HENKIN, Louis (ed.). **The International Bill of Rights: The Covenant on Civil and Political Rights**. New York: Columbia University Press, 1981.

- RAWLS, John. **A Theory of Justice** [1971]. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ROBINSON, Nehemiah. **The Genocide Convention: a Commentary**. New York: World Jewish Congress, 1960.
- SHILS, Edward. Academic Freedom. In ALTBACH, Philip (ed.). **International Higher Education: An Encyclopedia**. New York-London: Garland, 1991.
- SIMMA, Bruno (ed.). **The Charter of the United Nations: a Commentary**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- TRIFFTERER, Otto (ed.). **Commentary on the Rome Statute of the International Criminal Court**. Baden-Baden: Nomos, 1999.
- UNESCO (ed.). **Human Rights: Comments and Interpretations**. London-New York: Wingate, [1949].
- VERDOODT, Albert. **Naissance et signification de la Déclaration universelle des droits de l'homme**. Louvain: Warny, 1964.
- WILLIAMS, Bernard. **Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy**. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2002.
- WYNGAERT, Christine Van den e DUGARD, John. Non-Applicability of Statute of Limitations. In CASSESE, Antonio; GAETA, Paola e JONES, John (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court: A Commentary**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Lógica histórica, sujeito e criação: temas de pesquisa na história do Brasil, séculos XIX e XX

Historical logic, agents and creation: research issues in Brazilian history,
19th and 20th Centuries

Regina Horta Duarte

Professora Titular
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
reginahd@uai.com.br
Avenida Antonio Carlos, 6627 - Pampulha
Belo Horizonte - MG
30310-770
Brasil

Resumo

A partir do enfoque de uma trajetória individual de pesquisa e ensino da história do Brasil, argumenta-se a pertinência de uma reflexão teórica que abranja lógica, sujeito e criação históricos. A renovação do saber histórico nas últimas três décadas, através da exploração desses temas, reafirmou a história como um conhecimento transformador, útil à vida e relevante para os desafios contemporâneos.

115

Palavras-chave

Conhecimento histórico; Historiografia; Tempo histórico.

Abstract

The article focuses on an individual experience of research and teaching Brazilian history. It argues the pertinence of a theoretical study based in three issues: historical logic, agents and creation. Over the last three decades, the approach of these themes renewed History and pointed it as a relevant knowledge in face of contemporary challenges.

Keywords

Historical knowledge; Historiography; Historical time.

Enviado em: 26/05/2010

Aprovado em: 25/06/2010

Balanco de uma trajetória¹

Há 26 anos, tive a atenção despertada por uma referência encontrada no livro *Nem Pátria, nem patrão*, de Francisco Foot Hardman. Esse autor cita o mineiro Avelino Fóscolo e o aponta como caso raro de militância anarquista no Brasil das primeiras décadas do século XX fora do eixo Rio-São Paulo. Indica ainda sua colaboração em jornais anarquistas de São Paulo e a publicação de romances de cunho libertário, mas também de peças de teatro e de um jornal anarquista, editado em pleno sertão de Minas Gerais, no povoado de Taboleiro Grande, atual cidade de Paraopeba (HARDMAN 1983, p. 120-121).

Já nos primeiros passos da pesquisa, a excepcionalidade de Fóscolo apresentou-se fascinante. Nasceu em Sabará, em 1864, filho natural de uma costureira. Órfão aos 11 anos, trabalhou na Mina de Morro Velho, em Congonhas de Sabará, hoje Nova Lima, Minas Gerais. Ali assistiu ao espetáculo da Companhia de Quadros Vivos Keller, dirigida por um norte-americano. Deslumbrado pelas apresentações dos artistas e certamente desejoso de livrar-se das duras condições de trabalho na mina, o pequeno Avelino pediu aos mambembes que o levassem. Foi aceito e passou alguns anos perambulando como artista. Em 1886, viajando por Minas Gerais, Avelino voltou para Sabará. Ali, além de trabalhar no comércio, envolveu-se nos movimentos republicano e abolicionista, atuou na imprensa local, escreveu e publicou seu primeiro romance, montou peças de teatro. Admirava Zola, Flaubert, Guerra Junqueiro, George Sand, Victor Hugo e Júlio Verne. Conheceu sua futura mulher, que realizava na cidade o curso de normalista. Para casar-se, cumpriu a exigência do sogro de mudar-se para Taboleiro Grande, na região central de Minas, e aprendeu com ele o ofício de farmacêutico. A poucos quilômetros, funcionava uma das primeiras fábricas de Minas Gerais, a Cedro e Cachoeira de Tecidos. Ao longo dos anos, Fóscolo enfrentou conflitos com a poderosa família Mascarenhas, proprietária dessa fábrica, delineou redes de solidariedade com os moradores locais (especialmente os operários), desiludiu-se com os rumos da República e abraçou o anarquismo. Sua atuação destacou-se no plano cultural, simpático às teses do comunismo libertário que propugnavam a transformação cultural como etapa primordial do processo revolucionário. Fundou *A Nova Era*, jornal libertário, organizou uma biblioteca aberta a todos, vendeu livros de Elisée Reclus e Kropotkin a preços módicos em sua farmácia, publicou romances de conteúdo revolucionário, montou um teatro amador, dirigiu peças e nelas atuou, construiu redes de comunicação com o movimento anarquista internacional e nacional (FRIEIRO 1960; LUIZETTO 1984, p. 190-192; MALARD 1987; DUARTE 1991).

Avelino Fóscolo constituiu-se como objeto de pesquisa passível de abrigar algumas indagações especialmente relevantes no contexto historiográfico da década de 1980. Sua eleição como tema de pesquisa foi certamente alimentada pela ressonância, nos meios acadêmicos brasileiros, de obras de Carlo Ginzburg

¹ O presente texto resulta do seminário apresentado no concurso para professor titular em história do Brasil, Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 9 de março de 2010. Agradeço os comentários da banca, formada pelos professores Maria Efigênia Lage de Resende, Maria Helena Capelato, Marieta de Moraes Ferreira, Eliana Dutra e Sidney Chaloub.

(1987), Natalie Davis (1987) e Georges Duby (1987). Esses trabalhos abriram rico caminho para a abordagem histórica de biografias. Também fui estimulada pelo enfoque da cultura como prática social transformadora por autores como Thompson (1981), Jacques Le Goff (1985), Chartier (1988), Michelle Perrot (1988) e Robert Darnton (1986), dentre tantos outros. O tema abria-se ao diálogo com a vertiginosa renovação da história dos movimentos sociais, assim como à crítica ao estruturalismo e suas consequências para o pensamento e a escrita da história. A história de um militante anarquista como Avelino Fóscolo implicava a reflexão sobre a lógica específica da história, instigava a abordagem do papel do sujeito na história e me colocou frente a frente com o tema da criação.

Anos depois, ao rever minha própria trajetória como professora e pesquisadora, percebo como esses três temas estimularam minhas indagações, alimentaram minhas reflexões e justificaram a escolha apaixonada pela história. A lógica histórica, o sujeito e a criação são como três fios que, urdidos, deram sustentação às minhas pesquisas – a militância libertária de Avelino Fóscolo, os artistas de circo e teatro que percorreram Minas Gerais no século XIX, o sonho republicano de Teófilo Otoni de fundar Filadélfia nas densas matas do Vale do Mucuri, as vigorosas populações indígenas habitantes nessas mesmas matas – assim como às minhas práticas na formação de professores e pesquisadores. A seguir, pretendo argumentar a pertinência de uma reflexão teórica que abranja história, sujeito e criação. Postulo que a renovação do saber histórico nas últimas décadas através da exploração desses temas – nos quais insiro meus trabalhos – reafirmou a história como um conhecimento transformador, útil à vida e, sobretudo, relevante para as lutas e desafios que o nosso tempo nos coloca a cada dia.

Na sequência, tratarei de cada uma dessas três questões, privilegiando, sucessivamente, um tema específico de pesquisa. Para abordar a especificidade da história, privilegiarei o estudo do anarquismo no seio da renovação dos estudos históricos sobre os movimentos sociais na década de 1980. Acerca dos sujeitos históricos, a história do Vale do Mucuri, em Minas Gerais, no século XIX apresenta-se como terreno fértil para reflexão. A criação será discutida desde a perspectiva aberta pelos estudos sobre os espetáculos de circo e teatro no século XIX. Como conclusão, apresento algumas respostas possíveis para a questão da utilidade dos estudos históricos e do papel da pesquisa e do ensino da história.

A afirmação da lógica histórica

Para discutir o primeiro fio condutor dos referidos temas de pesquisa (a história e a especificidade de sua lógica), voltarei ao contexto historiográfico da década de 1980, com destaque para a situação nos meios intelectuais brasileiros. Abordarei aqui, portanto, o *lugar social* do historiador na escrita da história (CERTEAU 1982, p. 66).

Esses anos podem ser caracterizados como momento de rica movimentação política e intelectual. O país vivia a ascensão dos movimentos

sociais, e a produção historiográfica brasileira da época expressa esse clima de euforia e renovação, assim como de esperança de transformação. Certos eventos foram decisivos para que muitos historiadores brasileiros – entre outros intelectuais – instrumentalizassem novas leituras e conceitos para interpretar a movimentação pela qual passava a sociedade. Nela ecoavam vozes de operários, estudantes, mulheres, negros e homossexuais, em demandas de poder a repercutir as lutas de uma sociedade instituinte, obrigando os discursos acadêmicos a se desdobrarem num profundo questionamento das vertentes de análise então predominantes e que se mostravam insuficientes para a compreensão dos eventos históricos em curso. A renovação teórica realizava-se em diálogo com inúmeras rupturas e criações. O contexto de vigor político excedia o espaço de partidos e sindicatos, e emergia no interior das fábricas, universidades, periferias urbanas, áreas rurais, reservas indígenas e comunidades de base. Enfim, a própria sociedade explicitava sua heterogeneidade e implementava, através de ações, uma concepção renovada de luta política, mesclada às ações culturais e sociais. A partir daí, realizava-se a crítica de modelos e paradigmas, independentemente de se originarem de teorias de direita ou de esquerda. As práticas culturais e a vida cotidiana emergiram não mais como apêndices ou como elementos “superestruturais”, mas passaram a ser inseparáveis da transformação social e consideradas em sua importância política. A história dos trabalhadores, escravos incluídos, foi verdadeiramente reescrita por autores como Francisco Foot Hardman (1983), Michael Hall (HALL & PINHEIRO, 1979), Maria Celia Paoli (1987, p. 53-102), Kazumi Munakata (1981), Sidney Chalhoub (1986; 2001), Silvia Lara (1989, p. 4-19), Claudio Batalha (1986), Eliana Dutra, Yonne Grossi (DUTRA & GROSSI 1988, p. 77-108; GROSSI 1981) e tantos outros.

As greves de 1978 colocaram a autogestão na ordem do dia, questionaram na prática a condução das lutas por partidos ou lideranças burocráticas, puseram em xeque a neutralidade da técnica, assim como a separação entre trabalho manual e intelectual (MARONI 1982, p. 69-98; CHAUI 1981, p. 3-14). O contexto político estimulava a reflexão sobre formas de contestação social alternativas aos esquemas de uma esquerda ortodoxa, favorecendo um novo olhar sobre o anarquismo, antes rejeitado por interpretações marxistas como um “pré” movimento operário, de tonalidades pequeno-burguesas e distantes da suposta “verdade revolucionária”.

Deslumbrados, e com toda a razão. Assim Maria Célia Paoli definiu, positivamente (incluindo a si própria), os intelectuais e pesquisadores no Brasil da década de 1980, com a emergência de outras falas e novos atores em cena (PAOLI 1987, p. 53). Sidney Chalhoub refere-se a um momento histórico raro, “desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva” (CHALHOUB 2001, p. v). A demolição das análises tradicionais não se devia à evolução interna de categorias, mas especialmente à emergência concreta de movimentos sociais. Nessas condições, alguns autores se tornaram referências importantes para os historiadores brasileiros, certamente não como uma “importação de teorias”, mas

como uma leitura ativa, um diálogo dinâmico em prol da renovação da escrita da história.

É o caso da obra do historiador inglês Edward Thompson, que alcançou uma recepção enorme no Brasil. Data de 1981 a tradução brasileira de *A miséria da teoria* (do original inglês de 1978), obra devastadora contra a influência do estruturalismo de Althusser, argumentando a incompatibilidade entre a rigidez dos seus esquemas explicativos e a lógica histórica. Marcado pelas determinações, pela falta de elasticidade, pela consideração da necessidade como camisa de força e, sobretudo, pela negação contundente do sujeito histórico, o estruturalismo, segundo Thompson, significava a morte da escrita da história. Esse historiador afirma ainda a pertinência de uma "lógica histórica" característica e adequada às especificidades desse conhecimento. A história encontra-se longe das possibilidades de verificação experimental, não tem a garantia da existência de causas suficientes, não está sob o jugo exclusivo da necessidade ou de leis regulares, pois lida constantemente com a contingência (THOMPSON 1981, p. 47-61).

Mas se como afirma o autor, a história não conhece verbos regulares, nem por isso seu discurso e sua escrita abdicam da pretensão de oferecer explicações e possibilitar a compreensão do passado.

No caso de minha pesquisa sobre Avelino Fóscolo (DUARTE 1991), sua trajetória apresentava-se muito condizente com o contexto geral de fins do século XIX e início do XX. Como tantos outros anarquistas – a exemplo de Edgard Leuenroth e Benjamim Mota, líderes importantes do movimento em São Paulo – Fóscolo vinha das fileiras republicanas e tinha vínculos com a maçonaria. Também em consonância com vários outros anarquistas, cultivava o anticlericalismo, partilhava leituras dos mesmos teóricos libertários, exercitava o estilo literário naturalista e apostava no poder revolucionário das práticas culturais, como o teatro, a literatura, a imprensa e a educação. Mesmo o seu declínio a partir de meados da década de 1920 afinou-se à perda de espaço dos anarquistas nos movimentos de contestação social. Assim, era um homem de seu tempo, e as condições históricas em que atuou são importantes para a compreensão de sua trajetória, ao mesmo tempo em que o estudo de sua biografia ganha sentido para o historiador na medida em que possibilita um debate sobre o mundo em que ele viveu, sobre a sociedade brasileira e, especialmente, sobre a sociedade mineira daqueles anos. Fóscolo se movimentava numa sociedade de tradição escravista e latifundiária, na qual predominavam elites ligadas à agroexportação e sob a hegemonia de instituições republicanas liberal-oligárquicas.

Evidenciam-se assim as condições que podem ser evocadas na busca de compreensão histórica. Entretanto, essas são somente "causalidades *soft*" ou "necessidades fracas", nos termos propostos pelo filósofo Ivan Domingues. Tal "causalidade *soft*" diferencia-se das amarras coercitivas e de sujeição presentes na busca de esquemas causais rígidos. Ela considera a permanência e o instituído, admite esquemas de repetição ao mesmo tempo em que valoriza os acontecimentos

no que eles têm de novo e contingente, destaca a emergência da multiplicidade no devir temporal. Cornelius Castoriadis, por sua vez, ressalta a distinção entre causas e condições, afirmando que, se o surgimento do novo não pode ser explicado por causas ou determinações suficientes, nem por isso deixa de realizar-se em certas condições que podem e devem ser consideradas pela história (DOMINGUES 1996, p. 110-114; CASTORIADIS 1992, p. 281-287; 1982, p. 273).

Fóscolo partilhava das necessidades, faltas e desejos de sua época, e muito do interesse que pode despertar em nós decorre dessa condição. Mas justamente no que excedia tais condições reside a importância de sua atuação, e essa tensão possibilita ao historiador privilegiar simultaneamente a necessidade e a contingência, a continuidade e a mudança, a repetição e a diferença, o instituído e o instituinte.

Não desejei destacá-lo do conjunto da sociedade, para um estudo de caso, e enquadrá-lo logo a seguir, demonstrando que mesmo a mais surpreendente de suas iniciativas poderia ser remetida ao seu contexto.² Importava compreender o caminho próprio de exercício da rebeldia, a maneira como Fóscolo foi capaz de articular uma vivência libertária singular, atuando sozinho no sertão mineiro, atento à questão da terra e propugnador de uma revolução cujas soluções incluíam os territórios rurais para a transformação da sociedade, enfoque este que o diferenciou muito da maioria dos anarquistas atuantes no Brasil.

A experiência republicana da década de 1880 contou com a participação de vários dos futuros militantes anarquistas, e Fóscolo é um dos muitos casos. Os anos que antecederam a Proclamação da República tinham uma riqueza de possibilidades que não pode ser esquecida pelo historiador (MELLO 2007). Havia muitos projetos de República em jogo, concepções diferentes do que devia ou não valer nas instituições a serem construídas, interesses em confronto, indefinição dos rumos a serem percorridos. No decorrer desse enfrentamento, parecia plausível a cada um desses grupos que suas propostas teriam chances de prevalecer.

A miríade de possibilidades em jogo em cada momento do passado integra outro aspecto essencial da explicação histórica. O pesquisador debruça-se sobre os documentos, e neles investiga pontos de partida, movimentações e chegada. Entretanto, em cada momento dessa trajetória reconstituída, o futuro não estava dado, havia campos diversos de possibilidades, as contingências por vezes surgiam como elemento perturbador, os vários atores históricos disputavam seus interesses, nem sempre os homens agiam racionalmente, eventos naturais independentes da ação humana exerciam papel muitas vezes decisivo.

Desde a consideração da lógica histórica, o caso de Avelino Fóscolo e as pesquisas para construir sua trajetória evidenciavam-no como ser de carência

² Risco contra o qual alerta Albuquerque Júnior (2007, p. 105).

e de desejo, submetido às necessidades, dependente do contexto em que viveu. Simultaneamente, tornavam visível como ele foi agente, propositor, ser de artifício e de invenção: sujeito histórico. Aqui, o sujeito emerge como segundo ponto primordial para a minha reflexão.

Sujeito e história

Não me refiro ao sujeito autoconsciente, subjetividade cartesiana do “eu penso”, abstração filosófica que Michel Foucault criticou como fonte das quimeras de uma reflexão geral positiva e filosófica sobre o homem. “Uma figura que não tem dois séculos” – escreveu em *As palavras e as coisas*, em 1966 – e que desapareceria assim que o saber ocidental encontrasse novas formas (FOUCAULT 2000, p. xxi). Refiro-me aqui ao sujeito social histórico, amalgamado ao mundo, constituído no devir temporal e nas relações sociais.

A questão do sujeito é fundamental na obra de Thompson, que articulou esse tema à sua contestação ao estruturalismo. Segundo ele, na obsessão da “teoria perfeita” de Althusser, constituíram-se “sistemas teóricos autossuficientes, autoexplicativos, autoextrapolantes” nos quais homens e mulheres apareciam como vetores da história, mas nunca como seus autores (THOMPSON 1981, p. 57). Contra isso, o historiador inglês evoca o conceito de “experiência humana”. Homens e mulheres retornam à análise como sujeitos. Insisto, mais uma vez: não como consciências autônomas ou indivíduos livres e independentes da sociedade na qual vivem, mas pessoas que, em situações de necessidade e antagonismos, elaboram práticas cotidianas e culturais de forma complexa e, muitas vezes, agem sobre o contexto em que vivem, transformando a sociedade ao longo do tempo.

A perspectiva da ação dos sujeitos a desenvolver-se no seio das relações sociais mostrou-se essencial na compreensão da história do Vale do Mucuri no século XIX. Meu primeiro contato com o tema ocorreu casualmente no Arquivo Público Mineiro, quando buscava informações sobre circos e teatros. Na seção dos Municípios Mineiros encontrei dados sobre a concessão, em 1847, pelo governo da província de Minas, para a Companhia do Vale do Mucuri, proposta pelos irmãos Teófilo e Honório Otoni. A pesquisa evidenciaria como o Vale do Mucuri foi palco de um mosaico de encontros protagonizados por atores históricos movidos por diferentes necessidades, expectativas e planos. Intensos conflitos sociais na região envolveram autoridades do governo, fazendeiros ávidos de novas terras, viajantes estrangeiros, soldados, imigrantes europeus, índios nômades, empreendedores como Teófilo Otoni, frades capuchinhos, engenheiros, diretores de índios, homens pobres livres, escravos de origem africana (LEI n. 332, 1847, p. 63-65; DUARTE 1998a, p. 109-120; 2002, p. 13-38; 2004, p. 31-58; WEYRAUCH 1997; ARAUJO 2007).

A ação dos governantes mantinha coerência com políticas de desbravamento de áreas ínvias do território e projetos de construção de estradas e navegação de rios que viabilizassem a movimentação de pessoas, bens e mercadorias. Em 1808, D. João declarou guerra aos indígenas que impediam o

avanço da conquista sobre regiões de florestas do leste de Minas Gerais. Em Carta Régia, determinava o combate ininterrupto até que os indígenas reconhecessem a superioridade das armas reais e se submetessem ao jugo das leis. Essa guerra, na realidade, coroava a ação de inúmeros homens que viviam nas imediações daquelas matas, e que desde cerca de 1760 – como mostra o historiador Hal Langfur – já pressionavam pela sua conquista, entrando em conflitos com as diversas populações indígenas que ali habitavam (LANGFUR 2002, p. 215-256; DUARTE 1998b, p. 33-54).

Ao longo dos anos, quartéis foram construídos em pontos minimamente desbravados, e alguns soldados realizavam o serviço de vigilância. O recrutamento incidia sobre a massa de homens pobres livres, e o serviço militar oferecia precárias condições de pagamento de soldo, sem fornecimento dos apetrechos necessários, por vezes sem suprimento básico de armas e munição. Esses soldados viviam isolados na borda das matas, integrando episódios de violência entre conquistadores e índios. Agiam como senhores absolutos nos territórios sem lei: realizavam emboscadas nas aldeias indígenas, assassinavam os homens e alimentavam os cães com seus cadáveres, escravizavam as crianças, violentavam as mulheres.

No caso específico do Vale do Mucuri, as primeiras iniciativas de ocupação datam de fins do século XVIII, com expedições que adentravam a mata e inicialmente retornavam fracassadas após combates com os indígenas. Em 1829, uma grande expedição foi organizada por um fazendeiro de Minas Novas, reunindo homens livres, escravos e guias indígenas, também sem obter sucesso. Em 1836, o presidente da província de Minas contratou o engenheiro Victor Renault com a missão de investigar um bom sítio para uma colônia de degredados. Percorrendo a região das cabeceiras de alguns afluentes do Mucuri, Renault escreveu relato otimista, acenando com a possibilidade de conquista dos territórios além, cuja fertilidade afigurava-se promissora. Para tanto, avisava, seria indispensável antes dominar os botocudos, nome genérico dado a vários povos que enfeitavam os lábios inferiores e os lóbulos das orelhas com botoques, pedaços circulares de madeira (RENAULT 1903, p. 1.049-1.070).

Aqueles territórios de mata tropical eram caracterizados pela densidade da vegetação em vários estratos enredados por cipoais. Na primeira metade do século XVIII, aos olhos das autoridades, essa impenetrabilidade constituiu útil zona tampão contra possíveis rotas de tráfico de metais preciosos. A região foi representada como área destituída de ocupação humana, domínio de feras (e nessa categoria incluíam-se os indígenas), abrigo de doenças e febres mortais. Habitavam ali vários grupos macro-jê, povos nômades caçadores e coletores, que se autodiferenciavam como malalis, macunis, machakalis, naknenuks, aranaus, bakuês, biturunas, jiporoks. Havia disputas e guerras entre as populações indígenas, acirradas à medida que o avanço das fazendas e da conquista diminuía o território disponível para sua vida nômade, acarretando escassez da caça e da coleta.

Desses grupos, os mais aguerridos na defesa de seus territórios foram os

botocudos, sempre apontados como violentos canibais em narrativas que descrevem a prática como um prazer macabro de bestas de apetite incontrolável. As imagens desses índios como limítrofes entre o animal e o humano foram construídas por intermédio de boatos muitas vezes fantasiosos de suas ações, documentos de poderosos locais e autoridades, e relatos de viajantes. Tinham uma cultura guerreira. Impressionavam pela sua habilidade no manejo do arco e flecha, sua capacidade de sobreviver nos locais mais inóspitos da mata, resistentes aos mosquitos e às doenças febris, suas artimanhas para mesclarem-se à paisagem sem serem percebidos. Detinham conhecimentos que lhes possibilitavam refugiar-se na floresta, obter alimento e água, decifrar rastros, distinguir os vários sons e precaver-se contra perigos. No enfrentamento dos inimigos, desenvolveram táticas de guerrilha, usando a surpresa como estratégia. Segundo o viajante Maximilian Von Wied, suas vitórias eram obtidas exclusivamente à custa de astúcia (MAXIMILIAN 1989, p. 259; DUARTE 1998b; RIBEIRO 1993, p. 71-81). Com o uso preciso do arco, sua adaptação cultural à mata e a criação de táticas guerrilheiras, os botocudos foram inimigos difíceis de combater e se apresentaram como significativo obstáculo à conquista.

Na década de 1840, a ocupação efetiva da região seria iniciada pela Companhia do Vale do Mucuri. Foi pela mudança de estratégia em relação aos indígenas que Teófilo Otoni obteve bons resultados. Crítico da brutalidade com que os indígenas eram tratados, envolveu-se pessoalmente nos contatos com líderes botocudos e obteve suas autorizações para avançar em troca de promessas de paz, ferramentas, presentes e alimentos. Na ocasião, uma derrubada originou três fazendas, com mais de 150 escravos, e o terreno para a construção da freguesia de Filadélfia (OTONI 1858, p. 173-215). Tal paz seria um engodo. Se o período em que Otoni dirigiu a companhia conheceu relativa trégua nos combates, o avanço sobre os territórios em breve se mostrou insaciável, e os conflitos ao longo das décadas seguintes retomaram a violência brutal. Apesar da inegável existência de escravização indígena, citada em várias fontes, essa não se constituía como móvel da conquista. Os objetivos eram as terras, a exploração de madeiras valiosas, a criação de estradas articuladas à navegação dos rios que encurtassem o caminho entre o centro da província de Minas e o litoral (CUNHA 1982, p. 171; 1992, p. 9-25; MATTOS 2004; LANGFUR 2002, p. 227).

Otoni nasceu em 1807 numa família do Serro marcada pela tradição política liberal e pelos empreendimentos comerciais. Desde menino, ajudava o pai nas lides com tropas. Seu pai decidiu mandá-lo estudar no Rio de Janeiro. Teófilo enfronhou-se nos debates políticos, abraçou o republicanismo de colorações americanistas, admirador incondicional de Thomas Jefferson. Foi personagem ativo nos eventos em torno da Abdicação, dedicado às ações pela descentralização na Regência, defensor de práticas de cidadania e representação política. Participou da articulação pela maioria diante do avanço regressista e combateu ardorosamente em 1842, colhendo amarga derrota. Depois da anistia aos rebeldes, em 1844, dedicou-se às atividades da Companhia do Mucuri.

É importante pensar tal empreendimento sob seu viés político. Em 1847, Otoni convidou os principais proprietários de Minas Novas para uma expedição na região. A imensa maioria não apenas aceitou, como tomou a si uma parte dos custos da viagem. Filadélfia – atual cidade de Teófilo Otoni – foi estabelecida em 1852. Otoni a batizou em homenagem à cidade norte-americana, fundada em 1682 pelo *quaker* Willian Penn, o qual garantiu liberdade de culto, proteção da propriedade, julgamento por júri, estabelecimento de um código de leis e um tratado de paz com os nativos. A intenção de Otoni foi estabelecer um paralelo entre a história norte-americana e suas ações para fundar uma cidade de pioneiros. Entre 1847 e 1861, sob sua liderança, foram construídas 50 léguas de estradas regulares, uma linha de navegação a vapor ligando as comarcas do norte de Minas ao Rio de Janeiro, três freguesias (Filadélfia, Capelinha e Jacury) com mais de 25 mil habitantes e diversos núcleos de colonização europeia (DUARTE 2002, p. 109-120; OTONI 1861).

Para o povoamento da região, Otoni empreendeu a captação de imigrantes na Europa, e o Vale do Mucuri recebeu madeirenses, franceses, belgas, holandeses, alguns chineses, suíços, prussianos e austríacos. Muitos acreditavam dirigir-se à Filadélfia norte-americana. Após semanas de travessia pelo Atlântico, iam do Rio de Janeiro à Bahia, de onde viajavam cerca de seis dias pela mata. Segundo relatos escritos, o último trecho constituía-se numa experiência limite, na qual o simples fato de sobreviver já era um acontecimento. Os imigrantes estranhavam as paisagens, o calor, a mata, os insetos, as mudanças bruscas nos hábitos alimentares. O desconhecimento dos parasitas e da maneira de lidar com eles podia ser fatal: muitos morreram de infecção generalizada por bichos de pé. Essas condições seriam agravadas pela seca de 1858, que acarretou escassez de alimentos e carestia. A chegada de novos colonos fazia-se descontroladamente. Muitos se queixavam do autoritarismo dos engenheiros responsáveis e da omissão de Otoni. Este, por sua vez, acusava os colonos de não trabalharem com afinco e de se entregarem ao alcoolismo (WEYRAUCH 1997, p. 268-278; DUARTE 2002, p. 36; OTONI 1859, p. 49-55). O suposto paraíso tropical de abundância e promessa transformou-se num cenário infernal de doença, desilusão, fome e morte.

A grave situação gerou uma polêmica internacional. Em 1859, o viajante Robert Avé-Lallemant visitou Filadélfia e publicou denúncias em Hamburgo, implorando às autoridades que impedissem novas levas de emigração para o Brasil. O suíço Von Tschudi também publicou relato sobre o Mucuri, isentando a Companhia de culpa e apostando nas oportunidades para imigrantes na região. O emissário do governo imperial inocentou a direção da Companhia, mas D. Pedro II decidiu por sua encampação em 1861 (AVÉ-LALLEMANT 1980, p. 138-268; TSCHUDI 1988, p. 131-132; NUNES 1860, p. 58-72).

Para compreender a história do Mucuri é preciso considerar uma miríade de relações: entre as diversas populações indígenas; entre índios, fazendeiros, comerciantes e exploradores de madeira; entre imigrantes e a direção da companhia; entre Otoni e o governo imperial; entre imigrantes e índios, e várias

outras. Homens e mulheres enfrentavam condições não apenas históricas, mas também naturais: a floresta tropical apresentava-se como ambiente inóspito para os que chegavam. No seio dessas condições homens livres, índios, imigrantes e escravos construíram identidades, defenderam seus interesses em contraposição aos outros, conferiram significados para o território, modificaram paisagens, desenvolveram conhecimentos e práticas.

A ação humana possibilita perceber a realização histórica, no tempo, da criação e da transformação. É certo que a criação não abrange tudo: há permanências, e muitas vezes as ações não fazem mais que reatualizar o passado e reforçar escolhas antigas. Afinal, o Vale do Mucuri permaneceu latifundiário, escravista, devastador em relação à natureza, violento e socialmente injusto. Sempre costumo dizer que a história do Vale do Mucuri é muito triste. Isso nos leva ao terceiro tema deste ensaio, a criação histórica. E, desde já, é possível dizer que ela não envolve progressos, não é absoluta (ou seja, nem tudo é criação) e, principalmente, ela não é necessariamente “boa” ou positiva.

A criação histórica

A história, ao evidenciar a criação no tempo, apresenta a possibilidade de enfrentar uma das mais delicadas questões da condição humana, a saber, o enfrentamento da morte. Se, como argumentei, a criação surge em certas condições, ela não o faz segundo determinações que a precedem e a esgotam. A criação implica o surgimento de outras formas, do que não existia antes, a passagem do *nada* ao *ser*. Avaliar a criação é, portanto, avaliar a vida, tornar possível pensar a emergência, o nascimento, o ser que é *vir a ser* pelo tempo e inseparável do tempo (CASTORIADIS 1987, p. 280-285; 1992, p. 261-292). Podemos reafirmar aqui a clássica definição de Marc Bloch da história como o conhecimento sobre os homens *no tempo* (BLOCH s.d., p. 29).

A constatação da criação e do surgimento da alteridade tem, entretanto, um preço. Para admitirmos a passagem do nada ao ser – e com isso, tornar plausível a efetiva transformação da sociedade – é preciso aceitar a passagem do ser ao nada, ou seja, enfrentar a morte e o caráter efêmero das coisas. Isso não é fácil, e o abismo da nossa própria finitude nos ameaça desde a tenra infância. Lembrarei aqui uma passagem marcante do filme *A fita branca*, de Michael Haneke, quando um pequeno menino descobre a dura realidade da morte durante uma conversa com sua irmã, na qual lhe pergunta o que é a morte, como e quando se morre. Através das respostas de sua querida Anni, compreende subitamente o motivo da ausência da mãe e constata que todos irão morrer e que contra isso não há defesa: seu pai, sua irmã, as pessoas do vilarejo em que vive e, finalmente, ele próprio. Em poucos minutos, sua expressão é tomada pela angústia até que, enfurecido, atira no chão seu prato de comida (HANEKE 2009).

Enfrentamos mal a morte, e muito da filosofia, da religião e certamente da ciência tenta nos garantir algum conforto, oferecendo-nos respostas completas, certezas absolutas, explicações coesas e ordenadas. A vida certamente

abriga racionalidades e certezas – um primeiro exemplo reside na certeza da morte – mas é também domínio do aleatório, do errático, da emergência da alteridade e, tantas vezes, do mais completo caos (MLODINOW 2009, p. 11-29; MONOD 2006, p. 18, 56).

O estudo da história, ao lidar com o tempo, coloca-nos diante do abismo, num tempo que nos escandaliza e desafia a sede de completude e a desconfiança em relação ao novo. Nosso terror da morte é tão grande que – para negá-la e obscurecermos a passagem do *ser* ao *nada* – tantas vezes sucumbimos à tentação de negar a passagem do *nada* ao *ser*, abdicando da possibilidade de considerar a criação histórica (DOMINGUES 1996, p. 18). É claro que incluir o tema da criação na reflexão sobre a história não é propriamente uma solução, nem traz muitas garantias. Instaura, na realidade, um novo patamar de responsabilidade, pois o que será criado não significa necessariamente um avanço (já que a história não é progressiva), e pode também não corresponder aos valores e práticas sociais que gostaríamos de ver prevalecer (VOLKER, CORDEIRO & PURI 1981, p. 76). São criações a democracia grega antiga, o pensar filosófico, a imprensa, a universidade, o “Cravo bem temperado” de Bach, o cinema, a demolição do muro de Berlim, a internet. Mas também a Inquisição, a guilhotina, Auschwitz, as armas químicas, o sistema carcerário brasileiro (CASTORIADIS 1987, p. 52).

Seja como for, a criação se oferece ao historiador como ponto estimulante de reflexão. Assim, a história do menino Avelino, encantado com um espetáculo de mambembes e aceito como novo membro da *troupe* constituiu-se numa grande surpresa para mim. A partir desse evento, a pesquisa documental descortinou um intenso movimento de companhias ambulantes e evidenciou como os espetáculos de circo e teatro foram uma criação cultural vigorosa na sociedade mineira do século XIX.

As transformações da província de Minas delineavam-se em torno do fortalecimento de uma economia agrícola e escravista, movimentada por tropas e pela constituição de atividades políticas decisivas no âmbito do Império do Brasil. Em torno da crescente hegemonia dos ideais de civilização e da constituição de uma Nação moderna nos moldes europeus, delineava-se o projeto de conciliar um estilo de vida sedentário com a organização de meios de comunicação e transporte de bens, mercadorias e pessoas, sistematizando e otimizando as movimentações econômicas e sociais entre pontos definidos do território (DUARTE 1995, p. 40-76; LENHARO 1993).

Através da consulta a leis mineiras e imperiais, relatórios de presidentes da província, relatos de viajantes, memorialistas, posturas municipais e imprensa, foi possível acompanhar múltiplas ações empreendidas por diversos atores. Tais iniciativas tiveram maior ou menor alcance, algumas delas não obtiveram nenhum sucesso, mas os argumentos e práticas em sua projeção eram como a ponta do *iceberg* do projeto de civilização em curso. Propunham o mapeamento do território; a estatística da população; a unificação de pesos e medidas e sua efetiva utilização cotidiana nas mais variadas localidades; a obediência a regras

de urbanização; a construção de estradas viáveis e a navegação dos rios; a atenção às condições sanitárias das populações; o controle da vadiagem e do banditismo; o estímulo às atividades de agricultura e pecuária como meio de formar uma população de homens fixos à terra e voltados para o trabalho e o respeito à propriedade; o controle dos indígenas pelo trabalho e pela catequese; a construção histórica de uma identidade para os mineiros que lhes atribuía características como sobriedade, prudência, calma, amor à segurança, gosto pela ordem e pela estabilidade, religiosidade, apego à família, senso econômico e austeridade.

A sociedade mineira viveu ascendente elogio dos ideais civilizadores. Certamente esse não era um movimento homogêneo, e seus atores tantas vezes lutaram por diferentes projetos de nação. Entretanto, havia movimentações radicalmente dissonantes e tensas, delineadas nos trajetos desviantes de homens e mulheres que partilhavam um estilo de vida nômade, escorregadios às iniciativas de alcance civilizador e disciplinar: ciganos, vagabundos, escravos fugidos, índios guerreiros, mas também artistas de circo e teatro. Sem estabelecerem rumos muito definidos, perambulavam ao sabor das possibilidades que se abriam ao longo dos caminhos.

As práticas culturais instauradas pelas companhias de teatro e circo frustram qualquer perspectiva determinista de compreensão. É impossível remetê-las a um contexto que as explique suficientemente. Seria também inadequado entendê-las como contraposição, resistência ou resposta aos projetos de civilização ascendentes. Sua análise exige ainda a disponibilidade intelectual de abandonar lógicas dicotômicas, para percebê-las nas ambiguidades de suas várias faces.

Os artistas eram como bárbaros, vagabundos sem vínculos sociais claros, no seu ir e vir por estradas empoeiradas, sem teto fixo, párias no exercício de uma profissão marginal. Homens de procedência duvidosa e mulheres de vida livre, cujas roupas, hábitos, gestos e comportamentos diferentes causavam grande perturbação.

Eram também civilizadores, pois exerciam vigorosamente funções de produção, transformação e difusão cultural. Sempre se apresentavam como conhecedores de outras cidades e países, desfiavam um rol de pessoas importantes para as quais tinham se apresentado, mostravam-se elegantes, com poses e vestes invejadas, veiculando modas, linguajares, penteados, posturas corporais. Muitas vezes, conseguiram se impor como ídolos amados e admirados, lembrados por suas capacidades de dar vida real aos personagens em *performances* inesquecíveis.

Chegavam como invasores, causando turbulência no cotidiano pacato das cidades e vilarejos. O clima de excitação dominava as ruas desde o "cartaz", quando o palhaço percorria as ruas com grande alarido, seguido de um cortejo de crianças alucinadas, anunciando o espetáculo de forma contagiante. Certamente os artistas despertavam receios e estimulavam preconceitos, ao mesmo tempo em que se apresentavam absolutamente fascinantes. Acenavam

com possibilidades de uma vida de trajetos surpreendentes e bastante aleatórios, em oposição às rotinas estabelecidas e previsíveis. Proporcionavam momentos de alegria, surpresa, emoção, curiosidade, criação, vivências musicais e histórias fascinantes. Entre os habitantes, espalhavam-se boatos de antigas fugas de crianças, de paixões avassaladoras a desestabilizar os lares. Quando finalmente encerrava-se a temporada e os artistas anunciavam sua partida, arrumando seus cacarecos em cima dos lombos dos burros, insinuavam-se desejos íntimos, inconfessáveis de seguir com eles, ou ainda a esperança de seu breve retorno.

Os circos, rivais imbatíveis das companhias de teatro, desvendavam um mundo de magia, regido por uma lógica especial em que a ilusão, o simulacro, a surpresa e o riso levavam a plateia ao delírio. Prestidigitadores eram tanto mais admirados quanto mais capazes de iludir e enganar, dando vida a objetos inanimados, confundindo identidades, desafiando a morte, a gravidade, os limites comumente aceitos pela razão. Lindas moças levavam os homens à loucura, rodopiando em círculos no dorso dos cavalos, braços e pernas bem marcados pela malha fina. Animais domésticos agiam como humanos, feras temíveis obedeciam aos domadores, trapezistas desafiavam a gravidade em saltos mortais de tirar o fôlego, contorcionistas assumiam posturas inacreditáveis. No circo, o corpo parecia ilimitado, pleno de criatividade, simultaneamente grotesco e sublime.

A presença dos artistas e a "suspensão" da normalidade não implicavam o reforço da ordem estabelecida, tão logo a companhia seguisse seu caminho, tal como algumas análises sociológicas interpretam eventos festivos (DUVIGNAUD 1983; SANCHIS 1983, p. 33). Ir ao teatro e ao circo constituía-se como experiência instituinte³ – artística e cultural – da qual homens e mulheres saíam renovados, transformados, inquietos. Na sociedade mineira do século XIX, os artistas agiram como elemento de criação e mudança. Desafiavam o tédio, desfilavam seus corpos poderosos e sensuais, levavam a plateia às gargalhadas estrondosas, mas também ao choro copioso. Fundiam coisas, animais e homens, mesclavam vida e morte. Naquelas noites circenses e teatrais, emoção e arte se conjugavam criando novos significados e ampliando expectativas. No mundo civilizado em que, como afirmou Freud, os homens trocaram uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança (FREUD 1997, p. 72), o romantismo, a aventura e o mistério atribuídos à vida dos artistas estimulavam a possibilidade de escolhas que privilegiassem a felicidade em detrimento da segurança.

128

Da utilidade dos estudos históricos

Além do caráter decisivo das reflexões sobre a lógica histórica, o sujeito e a criação para as práticas de pesquisa – o que procurei demonstrar revisitando trabalhos anteriores –, é importante ainda apontar sua importância na formação de professores. Afinal, serão nossos alunos os futuros difusores de uma sensibilidade

³ E aqui, a ideia de uma sociedade instituinte refere-se diretamente aos conceitos de Castoriadis (1982, p. 222ss).

e conhecimentos históricos em nossa sociedade, através da atuação nas escolas de ensino fundamental e médio. Eles terão de conferir um significado aos estudos históricos para crianças e adolescentes, o que não é tarefa fácil.

Através da consideração das muitas possibilidades em jogo a cada momento do passado, o professor evidencia o campo de ação do presente. Não somos independentes das condições em que atuamos, mas não nos encontramos enjaulados, pois a criação se realiza no diálogo dos sujeitos com os desafios de seu próprio tempo. Certamente somos cercados pelo abismo. A aleatoriedade tantas vezes muda os rumos que acreditávamos certos. A história não eliminará nossa angústia diante da precariedade da condição humana. Lembrando ainda o filme *A fita branca*, o historiador é como a irmã do menino, que não lhe oculta o mistério da finitude.

Considerar a possibilidade de criação também não se apresenta como garantia. Sempre podemos criar um mundo pior. Isso traz, entretanto, a dimensão da responsabilidade humana e a perspectiva revigorante da multiplicidade de nosso presente, e dos futuros possíveis a serem construídos. Enfim, tanto o enfrentamento da incompletude, como a dimensão da responsabilidade fazem da história mais que um conhecimento transformador: é também fonte de maturidade psíquica e autonomia social. Esse é um dos mais importantes sentidos da difusão da história na sociedade atual, em que o consumo desmedido tenta aplacar, sem sucesso, nossa sede de completude, em contextos de niilismo imediatista.

Disciplina que se situa entre os vivos e os mortos, entre o passado e o presente, a história nos possibilita nos diferenciar daqueles que nada mais podem fazer. Enfim, estamos vivos. Essa constatação é fonte de alegria e, nela, o devir se apresenta como tempo de ação, de usufruto das possibilidades disponíveis e de instituição social-histórica. A prática histórica se reafirma como uma elucidação interessada, feita *para* nós, "porque não existimos apenas para dizer o que é, mas principalmente para fazer ser o que não é" (CASTORIADIS 1982, p. 197).

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História, a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.

ARAUJO, Valdeí Lopes de (org.). **Teófilo Otoni e a Companhia do Vale do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2007.

BATALHA, Claudio. **Le sindicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)**. Tese de doutorado – Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), Sorbonne. França, 1986.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 4ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- _____. **As encruzilhadas do labirinto**: os domínios do homem. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **As encruzilhadas do labirinto**: o mundo fragmentado. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1981.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense-Edusp, 1982.
- _____. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa (1984). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre** (1983). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama**: reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo-Belo Horizonte: Iluminuras-UFMG, 1996.
- DUARTE, Regina Horta. O Aventureiro de Filadélfia: Theóphilo Ottoni e a conquista do Vale do Rio Mucuri. **Locus**, 4(2):109-120, Juiz de Fora, 1998a.
- _____. Conquista e civilização na Minas oitocentista. In: OTONI, Teófilo. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri** (organização e notas de Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 13-38.
- _____. Facing the forest: European travelers crossing the Mucuri River Valey, Brazil, 19th century. **Environment and History**, 10(1):31-58, Isle of Harris (U.K.), 2004.
- _____. Histórias de uma guerra: os índios botocudos e a sociedade oitocentista. **Revista de História (USP)**, 139:35-54, São Paulo, 1998b.
- _____. **A imagem rebelde**: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Unicamp-Pontes, 1991.
- _____. **Noites circences**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Unicamp, 1995.

- DUBY, Georges. **Guilherme o Marechal, o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- DUTRA, Eliana; GROSSI, Yonne. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 65:77-108, Belo Horizonte, 1988.
- DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** (1966). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREUD, Sigmund. **Futuro de uma ilusão e O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FRIEIRO, Eduardo. **O romancista Avelino Fóscolo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição** (1976). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho, extração do homem: uma história de experiência operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária No Brasil, 1889-1930: documentos**. 2v. São Paulo: Alfa-Ômega; Brasiliense, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LANGFUR, Hal. Uncertain refuge: frontier formation and the origins of the botocudo war in Late Colonial Brazil. **Hispanic American Historical Review**, 82(2):215-256, 2002.
- LARA, Sílvia. Trabalhadores escravos. **Trabalhadores**, 1:4-19, Campinas, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval** (1983). Lisboa: Edições 70, 1985.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LUIZETTO, Flávio. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, 1900-1920**. Tese de doutorado – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984. Mimeo.
- MALARD, Letícia. **Hoje tem espetáculo: Avelino Fóscolo e seu romance**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru-São Paulo: Edusc-Anpocs, 2004.
- MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A República consentida**. Rio de Janeiro: FGV-UFRJ, 2007.
- MLODINOW, Leonard. **O andar do bêbado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MONOD, Jacques. **O acaso e a necessidade**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 53-102. (Trabalho originalmente apresentado no Museu Nacional/UFRJ, no Encontro da Associação Brasileira de Antropologia, out. 1982, mimeo.)
- PERROT, Michele. **Os excluídos**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RIBEIRO, Renato Janine. O discurso diferente. **A última razão dos reis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 71-81.
- SANCHIS, Pierre. **Arraial, festa de um povo**. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- VOLKER, Paulo; CORDEIRO, Renato Caporalli; PURI, Victor José Bicalho. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: CASTORIADIS, C. **Revolução e autonomia**: um perfil de C. Castoriadis. Belo Horizonte: Cooperativa Editora de Cultura de Ciências Sociais, 1981.
- WEYRAUCH, Cleia Schiavo. **Pioneiros alemães de Nova Filadélfia**: relatos de mulheres. Caxias do Sul: Ecucs, 1997.

132

Fontes

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1980.
- LEI n. 332, 3 abr. 1847. **Leis mineiras**. Ouro Preto: Typographia Impr. de B. S. P. de Souza, 1847. p. 63-65.
- MAXIMILIAN, Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1989.
- NUNES, Sebastião Machado. Relatório/Apenso C. In OTONI, Théophilo. **Relatório apresentado aos accionistas da Companhia do Mucury**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860. p. 58-72.
- OTONI, Teóphilo. **A colonização do Mucury**: memória justificativa, em que se

explica o estado actual dos colonos estabelecidos no Mucury e as causas dos recentes acontecimentos naquella colônia. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859.

_____. Notícia sobre os selvagens do Mucury. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, XXI:173-215, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1858.

_____. **Relatório apresentado aos accionistas da Companhia do Mucury**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

RENAULT, Victor. Exploração dos rios Mucury e Todos os Santos e seus afluentes feito por ordem do governo da Província. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, VIII(3/4):1.049-1.070, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, jul.-dez. 1903.

TSCHUDI, Jacob Von. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.

Filme

HANEKE, Michael. **Das weisse band**. Alemanha, 144 min, 2009.

Aby Warburg e a pós-vida das *Pathosformeln* antigas

Aby Warburg and the afterlife of ancient *Pathosformeln*

Felipe Charbel Teixeira

Professor Adjunto
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
fcharbel@uol.com.br
Largo de São Francisco de Paula, 1 - Centro
Rio de Janeiro - RJ
22051-070
Brasil

Resumo

O artigo analisa os conceitos de "pós-vida" da Antiguidade (*das Nachleben der Antike*) e de "fórmula de *páthos*" (*Pathosformel*), como pensados pelo historiador da arte e da cultura o alemão Aby Warburg (1866-1929) em seus escritos sobre o Renascimento. Argumenta-se aqui que o conceito de "pós-vida" da Antiguidade diferencia-se tanto das ideias de redespertar da Antiguidade, como pensada pelo historiador suíço Jacob Burckhardt, como de imitação dos antigos, tal qual sugerida pelo historiador da arte Johann Joachim Winckelmann, devendo ser compreendido à luz dos conceitos nietzscheanos de "apolíneo" e "dionisiaco" e da noção de *Pathosformel*, um neologismo do próprio Warburg. Em seguida, são discutidas algumas das formas de "pós-vida" da Antiguidade estudadas por Warburg, como o tema da Ninfa.

Palavras-chave

Florença; História da arte e arquitetura; História cultural.

Abstract

This article analyzes the concepts of "afterlife" of Antiquity (*das Nachleben der Antike*) and "pathos formula" (*Pathosformel*), employed by the German historian of Renaissance's art and culture Aby Warburg (1866-1929). One argues that the idea of "afterlife" of Antiquity differs from both the notions of reawakening of the ancient world, as conceived by the Swiss historian Jacob Burckhardt, as Johann Joachim Winckelmann's concept of imitation of the ancients. One also argues that the concept of "afterlife" should be understood in light of Nietzsche's ideas of "Apollonian" and "Dyonisian" and Warburg's notion of *Pathosformel*. One finally discusses some of the forms of "afterlife" of Antiquity studied by Warburg, as the topic of the Nymph.

Keywords

Florence; History of art and architecture; Cultural history.

134

Enviado em: 03/09/2010
Autor convidado

A história da arte de Aby Warburg

Filho mais velho de um importante banqueiro alemão de origem judaica radicado na cidade de Hamburgo, conta-se que Aby Warburg (1866-1929), aos treze anos de idade, renunciou aos seus direitos de primogenitura em favor do irmão Max; este, como contrapartida, deveria lhe fornecer daí por diante todos os livros que viesse a desejar. O fato é que, ao longo de sua vida, Warburg utilizou parte da fortuna de sua família para adquirir dezenas de milhares de livros, gravuras e fotos, formando uma das mais impressionantes bibliotecas privadas de que se tem notícia. Na década de 1920, Warburg transformou a própria casa num instituto de pesquisa, a Biblioteca Warburg sobre Ciência da Cultura, transferida em 1933 para Londres, depois da morte de seu fundador e ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha.¹

Deslumbrado com Florença e com a arte renascentista, Warburg decidiu estudar história da arte na Universidade de Bonn, onde foi aluno do historiador das religiões Hemann Usener (1834-1905), do historiador social Karl Lamprecht (1856-1915) e do historiador da arte Carl Justi (1832-1912), figuras de destaque no cenário acadêmico alemão de fins do século XIX. Na cuidadosa biografia intelectual de Warburg, publicada em 1970 e ainda hoje a principal referência no que diz respeito ao estudo da sua formação intelectual, E. H. Gombrich, então diretor do *Warburg Institute*, destaca a importância, para o autor hamburguês, da leitura e diálogo com Usener, Lamprecht e Justi. Da obra do primeiro, Warburg interessou-se especialmente pelas discussões sobre a sobrevivência e “tenacidade da tradição primitiva” (GOMBRICH 1970, p. 29). Já Lamprecht, um dos mais respeitados historiadores alemães de fins do século XIX e início do XX, exerceu um papel ainda mais marcante na formação de Warburg. Em suas pesquisas, Lamprecht procurou desenvolver o que chamava de psicologia dos fenômenos históricos. Nesta, a arte tinha um papel de destaque, revelando-se um campo privilegiado para as análises dos historiadores interessados na reconstrução dos traços socioculturais de certas épocas. No que diz respeito à “constatação do valor sintomático de todas as relíquias pictóricas do passado”, afirma Gombrich (*ibid.*, p. 34), “Warburg manteve-se ao longo de sua vida um seguidor de Lamprecht. Ele também se manteve profundamente impressionado pelas ideias de Lamprecht acerca dos problemas da transição de um período a outro”. Carl Justi, ainda segundo Gombrich (*ibid.*, p. 52), teria sido importante na formação de Warburg por representar uma espécie de polo oposto às grandes especulações de Lamprecht: “no longo prazo, o ceticismo de Justi pode ter salvado Warburg de se tornar um novo Lamprecht. Ele o estimulou a acumular evidências concretas e minimizar abstrações evolucionistas”.²

¹ A biblioteca por ele montada tornou-se uma espécie de “Meca” para a qual se voltaram os olhares de importantes intelectuais europeus da década de 1920, como Ernst Cassirer, interessados no estudo da cultura antiga, medieval e do Renascimento. A partir de 1933, o *Warburg Institute*, constituído com vistas ao “estudo da continuidade, rupturas e sobrevivências da tradição clássica” (GINZBURG 1999, p. 42), consolidou-se como uma respeitável instituição de pesquisa, pela qual passaram alguns dos mais importantes historiadores intelectuais e da cultura do século XX, como Fritz Saxl (diretor do Instituto após a morte de Aby Warburg), Erwin Panofsky, Edgar Wind, Delio Cantimori, Frances Yates, E. H. Gombrich, Eugenio Garin, Arnaldo Momigliano, Carlo Ginzburg, Anthony Grafton e muitos outros.

Como requisito para a conclusão do doutorado em história da arte, Warburg compôs em 1891 uma inovadora dissertação tratando de duas pinturas do florentino Sandro Botticelli (1445-1510): *O nascimento de Vênus* e *A primavera*. No ensaio, publicado em 1893, Warburg se propõe a estudar uma questão que nunca deixará de reaparecer em seus escritos: a pós-vida, ou sobrevivência, da Antiguidade (*das Nachleben der Antike*), mais precisamente os modos com que certos motivos característicos da arte e literatura pagãs foram retomados nos séculos XV e XVI por artistas como Botticelli, Ghirlandaio e Leonardo, não necessariamente como tópicos figurativas, mas como forças psíquicas ativadas pela memória cultural.³

Pode-se atestar aqui um diálogo com o capítulo "O redespertar da Antiguidade" de *A cultura do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt, que, todavia, terá por efeito a problematização da própria ideia de "redespertar". Como nota Georges Didi-Huberman (2006, p. 137), o conceito de *Nachleben der Antike* torna mais complexo o tratamento do problema da transmissão da tradição antiga, ao menos do modo como fora pensado por Winckelmann (a partir da categoria de imitação) e pelo próprio Burckhardt. Warburg (1990a, p. 103) foi um grande admirador do historiador suíço, a quem considerava uma espécie de "pioneiro exemplar", responsável por abrir "à ciência o domínio da civilização do Renascimento italiano".⁴ Para Burckhardt (2003, p. 111), o interesse dos italianos dos séculos XIV, XV e XVI pela cultura antiga – visto por ele mesmo como crucial para o surgimento de uma representação do tempo presente como era de redespertar, em oposição a uma *media aetas* – não deveria ser superestimado. Somente à luz do que denomina "espírito italiano", momento representativo da aurora de uma civilização que, na ótica do historiador suíço, seria a "mãe" da civilização moderna; apenas no quadro das profundas

136

² Não me aprofundarei no exame do importante papel exercido pelas figuras de Lamprecht, Usener e Justi na formação intelectual de Warburg, uma vez que este tema é tratado em recente artigo de Cássio da Silva Fernandes (2004, p. 134-137), intitulado "Aby Warburg entre a arte florentina do retrato e um retrato de Florença na época de Lorenzo de Medici". Para um estudo focado na apropriação warburguiana da obra de Lamprecht, conferir Kathryn Brush (2001).

³ A expressão *Nachleben der Antike* é de difícil tradução. Giorgio Agamben (2007) opta por "vida póstuma da Antiguidade", alternando-a com "sobrevivência da Antiguidade". Georges Didi-Huberman (2006) refere-se, em algumas passagens, a "transmissão do antigo", optando, porém, na maior parte das vezes, por "sobrevivência" (termo que servirá de base, inclusive, para a comparação que faz da obra de Warburg com a antropologia de E. B. Tylor, a que farei referência adiante). E. H. Gombrich (2001, p. 55) traduz a pergunta "Was bedeutet das Nachleben der Antike?", recorrente em diversos momentos da obra de Warburg, por "How are we to interpret the continued revival of elements of ancient culture in Western civilization?", optando assim por ressaltar o caráter continuado do processo de redespertar da cultura antiga. Em português, Cássio da Silva Fernandes (2004, p. 150) opta por "vida póstuma", enquanto Cláudia Valladão de Mattos (2007, p. 133) fala em uma "pós-vida" das imagens antigas. Optei aqui por "pós-vida", precisamente em função do estranhamento e da desfamiliarização que a expressão é capaz de produzir. "Sobrevivência" pode indicar uma permanência passiva, quando, como demonstrou com muita propriedade Giorgio Agamben em seu estudo sobre a Ninfa, a ideia warburguiana de *Nachleben* tem um caráter dialético, associado a um processo de cristalização e posterior liberação das imagens – processo que o autor aproxima da ideia benjaminiana de "imagem dialética" (*dialektisches Bild*), e que E. H. Gombrich procura preservar em sua opção por "continued revivals". Já o termo "vida póstuma" pode produzir a impressão de uma descontinuidade completa, aproximando-se assim do sentido oitocentista de renascer ou redespertar da Antiguidade, criticado por Warburg.

⁴ Para um ótimo estudo em português sobre as relações entre Burckhardt e Warburg, com ênfase na apropriação que este faz de importantes categorias e reflexões do historiador suíço, conferir Cássio da Silva Fernandes (2007). Conferir também Gertrud Bing (1965), Georges Didi-Huberman (2006, p. 69-78) e Kurt Forster (2005).

transformações encenadas na Itália da Renascença, caracterizadas tanto pelo inaudito “tratamento *objetivo* do Estado e de todas as coisas deste mundo” como pelo erguimento, “na plenitude de seus poderes”, do individualismo; unicamente como pano de fundo de uma tendência histórica forte por si mesma (quase autônoma), o redespertar da Antiguidade poderia ser avaliado de maneira rigorosa. Para ele, o caráter modernizador revelado no espírito italiano teria “agitado e amadurecido a nação mesmo sem a presença dessa Antiguidade, assim como sem ela seriam decerto igualmente concebíveis a maioria das novas tendências intelectuais” (BURCKHARDT 2003, p. 139). Desse modo, pode-se dizer que o redespertar da Antiguidade foi entendido pelo historiador suíço mais como um efeito do desenvolvimento de certas particularidades culturais caracteristicamente italianas que como agente detonador de novos impulsos intelectuais; logo, como uma forma de ressignificação das obras e vestígios materiais da Antiguidade no horizonte do processo de modernização e da consequente formação do indivíduo, entendido como “valor espiritual”.

Nos escritos de Warburg, porém, o Renascimento não é representado como “marco zero” da modernidade. Antes de tudo, ele procura enfatizar as mais variadas formas de atrito oriundas da coexistência de duas concepções de mundo distintas, entendidas, todavia, como polos não necessariamente antagônicos: a visão de mundo pagã,⁵ associada à cultura greco-latina tão admirada na Renascença, e a visão de mundo cristã, arraigada entre os italianos dos séculos XIV, XV e XVI. Warburg entende o Renascimento como um período de transição, marcado por uma atmosfera de aturdimento psíquico e conflitos intelectuais, numa espécie de “amalgama cultural dinâmico e cambiante, repleto de tensões, em que o antigo, o tradicional e o novo se impregnaram de uma vitalidade desconhecida que deu luz, finalmente, ao mundo dos Estados, das cortes, das artes e dos saberes modernos”, para empregar palavras de José Emílio Burucúa (2007, p. 13-14). São precisamente esses os elementos que ele procura trazer ao primeiro plano de suas reflexões, na proposta de uma renovação da história da arte.

Seria um erro, contudo, atribuir a Warburg uma negação completa das interpretações de Burckhardt, uma vez que o historiador suíço formulara, em estudo sobre a arquitetura do Renascimento publicado em 1867, a hipótese de que arte e cultura deveriam ser estudadas em conjunto (FORSTER 2005, p. 17; FERNANDES 2006, p. 129). Pode-se falar, nesse sentido, de uma continuidade entre as propostas de Warburg e de Burckhardt, ao menos no que diz respeito à delimitação dos métodos e objetivos da história da arte. Na já citada dissertação sobre Botticelli, Warburg se orienta precisamente pela rejeição de vieses puramente formalistas ou estetizantes de compreensão da arte, procurando compreendê-la como parte de uma psicologia social mais ampla. Para tanto, ele se recusa a abordar as composições do pintor florentino a partir de uma hermenêutica

⁵ De acordo com E. H. Gombrich (2001, p. 59), a noção de paganismo, em Warburg, “significava menos um conjunto de crenças que uma série de impulsos primitivos e reações que distinguem o selvagem do homem civilizado racional”, devendo ser entendida, portanto, como o conjunto de impulsos opostos à ética cristã e à noção grega de *sophrosyne*.

puramente formal, caracterizada pela interpretação dos registros pictóricos do passado a partir de chaves analíticas encontradas exclusivamente nas pinturas e/ou na subjetividade do analista. Seu método era abertamente contextualista, sem, todavia, enveredar por uma teoria do reflexo – Warburg recusava terminantemente quaisquer tendências interpretativas que concebesses os fenômenos artísticos como simples retratos passivos da cultura ou das estruturas socioeconômicas. Seu interesse voltava-se precisamente para a análise das relações complexas entre o artista e seu meio, com destaque para aspectos como o papel do comitente na produção artística e a relação dos artistas com modelos literários circulantes, especialmente no que diz respeito ao exame dos mecanismos de transmissão e sobrevivência da memória cultural da Antiguidade. Daí a importância conferida, já no estudo sobre Botticelli, ao estudo da mobilização inconsciente, em pinturas e esculturas, de forças emotivas (patéticas) herdadas do (e reavivadas no) contato com a tradição antiga – as *Pathosformeln*, “fórmulas de *páthos*”, conceito cunhado por ele em 1905, em estudo sobre Dürer, mas cujas linhas gerais já se fazem presentes em seus primeiros escritos. Cabe frisar, nesse sentido, que Warburg não fazia distinção entre “grande arte” e “arte menor”, ao menos como objetos de estudo da história da arte. Decisivo, para ele, era o potencial emotivo suscitado por cada obra particular.

Logo na abertura do ensaio sobre Botticelli, Warburg (2005, p. 73) é bastante claro em relação aos seus métodos de pesquisa:

Proponho-me, no presente trabalho, a comparar os conhecidos quadros mitológicos de Sandro Botticelli, *O nascimento de Vênus* e *A primavera*, com as representações equivalentes da literatura poética e teórico-artística contemporânea, com o objetivo de clarificar quais foram os aspectos da Antiguidade que interessaram ao artista do *Quattrocento*.

Fica evidente que Warburg tinha por intento praticar uma história da arte fundamentada em critérios diametralmente opostos aos que predominaram nos meios intelectuais europeus de meados do século XVIII a início do século XX, tidos por ele como “puramente formais” (WARBURG 1990b, p. 249). Adotando posição contrária à de renomados autores como Winckelmann, Lessing, Morelli e Wölfflin, que defendiam, cada qual a seu modo, o ideal de uma disciplina autônoma, orientada para a apreciação de ideais artísticos, modos de representação ou estilos de época, Warburg concebia a história da arte como uma espécie de “apêndice” da história da cultura. Ou, se quisermos empregar a terminologia que lhe era própria, como parte constitutiva de uma ambiciosa ciência da cultura, entendendo-se por cultura uma espécie de “entidade unitária” composta por “arte, literatura, filosofia e ciência”, mas também por “superstições a atividades manuais” (GINZBURG 1999, p. 48), numa concepção que combina traços do ideal germânico de *Kultur* com definições antropológicas similares às defendidas pelo etnólogo E. B. Tylor.⁶

⁶ De acordo com Georges Didi-Huberman (2002, p. 62), Aby Warburg, ao mobilizar as reflexões de E.

Diante disso, podemos atestar que as obras de arte, para Warburg, não eram consideradas “objetos válidos em si mesmos e por si mesmos”, mas “veículos selecionados da memória cultural” (FORSTER 2005, p. 33). Tome-se o caso das composições de Botticelli por ele analisadas na dissertação de 1891: elas são escolhidas como objeto de análise não por seu potencial estético, embora este seja evidente, e sim porque constituíam, em sua ótica, extraordinárias vias de acesso para a compreensão de certas sutilezas da cultura do Renascimento italiano.

Georges Didi-Huberman (2004, p. 15) é muito feliz quando define o projeto warburgiano de ciência da cultura, ao menos no que diz respeito ao estudo do Renascimento italiano, como uma efetiva “ciência arqueológica do *páthos* da Antiguidade e seu destino na Renascença italiana e flamenga”. Tome-se o exemplo da aludida dissertação sobre Botticelli. No texto, Warburg (2005, p. 73) estabelece como um de seus objetivos analisar como o pintor florentino “se apoiava em modelos antigos sempre que se tratava de representar motivos acessórios em movimento – tanto na roupagem como nos cabelos”. Ele se refere, aqui, não apenas à sobrevivência de certas formas representacionais, como a Ninfa, entendidas como tópicos figurativas, ou seja, lugares-comuns visuais mobilizados conscientemente pelos pintores – como na sugestão de Gertrud Bing reproduzida por Carlo Ginzburg (1999, p. 45) –, mas ao revigorecimento mesmo de certas forças psíquicas arraigadas na memória coletiva, cristalizadas como espectros em imagens dotadas de intensa força.

Ao se referir ao *páthos* da Antiguidade, Warburg tinha em mente aquilo que o filósofo Friedrich Nietzsche chamou de conflito entre dionisíaco e o apolíneo no mundo grego.⁷ O caráter dionisíaco representaria o desequilíbrio e o excesso (*hybris*), a bebida, os impulsos carnais, o erotismo, a violência, enquanto o apolíneo

139

B. Tylor em seus estudos, “abre o campo da história da arte à antropologia, não apenas no sentido de reconhecer novos objetos de estudo, mas também como modo de abrir o tempo”. Para Tylor, prossegue Didi-Huberman, “o que faz sentido em uma cultura é com frequência o sintoma, o impensado, os aspectos anacrônicos da cultura”. Nesse sentido, argumenta o filósofo francês, a obra de Tylor é comumente mal-interpretada, à luz do conceito de “evolucionismo”, que tende a obscurecer a atenção conferida pelo etnólogo ao estudo das sobrevivências dos elementos “primitivos” da cultura, especialmente aqueles relativos às práticas mágicas e astrológicas. “Antes de Warburg e Freud, Tylor admirava a capacidade com que os ‘detalhes triviais’ podiam fazer sentido” (idem, p. 64). Em uma das passagens mais instigantes do artigo (p. 65), Didi-Huberman se pergunta: “devemos notar, todavia, que a noção de sobrevivência nunca foi bem recebida – e não apenas pela história da arte. No tempo de Tylor, o conceito de sobrevivência era acusado de muito estrutural e abstrato, um conceito que desafiava toda precisão e verificação factual. A objeção positivista consistia em perguntar: mas como se pode datar uma sobrevivência? [...] Hoje, poder-se-ia acusar [o conceito de] sobrevivência de falta de estrutura, de ser um conceito, por assim dizer, marcado por uma pecha evolucionista, logo ultrapassado e desatualizado; em resumo, um velho fantasma científico do século XIX”.

⁷ A importância da filosofia de Nietzsche vem sendo cada vez mais apontada por estudiosos da obra de Warburg, como Margaret Iversen (1993), Georges Didi-Huberman (2004, 2006), Philippe-Alain Michaud (2004) e Giorgio Agamben (2007), que procuram desconstruir, ou ao menos problematizar, a interpretação da obra do autor hamburguês sugerida por Erich Gombrich em sua influente biografia intelectual, caracterizada pela ênfase nos aspectos iluministas e evolucionistas do pensamento de Warburg, oriundos da admiração que este sempre nutriu pelo trabalho de autores como Charles Darwin e Karl Lamprecht (RUSSELL 2006, p. 24). Didi-Huberman (2006, p. 134) chega a afirmar que a “invenção” de um “Burckhardt hegeliano” por Gombrich, em sua conferência sobre a história cultural, pode ser interpretada como uma “tentativa de remover o aspecto nietzschiano da constelação iconológica warburgiana”. O fato é que Gombrich nunca deixou de reconhecer a importância da obra de Nietzsche para Warburg, fazendo questão de destacar, contudo, que este foi um crítico de certos aspectos da obra do filósofo alemão, como sua interpretação do elemento dionisíaco da religião antiga (GOMBRICH 2001, p. 59).

remeteria à harmonia das formas, ao equilíbrio, à serenidade e à tranquilidade. A concepção de Winckelmann da arte grega era fundamentalmente apolínea, com seus ideais de “nobre simplicidade” e “grandeza serena”.⁸ Warburg, em estudos como *Dürer e a Antiguidade italiana*, *Arte italiana e astrologia internacional no Palazzo Schifanoia de Ferrara*, *Ritual da serpente* e muitos outros, procura enfatizar precisamente o polo dionisíaco da cultura do Renascimento, com ênfase nos modos com que as energias psíquicas conservadas da Antiguidade constituíam forças estéticas motivadoras das representações pictóricas e esculturais, numa efetiva pós-vida das *Pathosformeln* antigas, que se materializavam, por exemplo, no tratamento do corpo em movimento, “pego em um jogo de forças esmagadoras”, com “membros se contorcendo na luta ou em apertos de dor, cabelo soltos, roupas torcidas pelo vento” (MICHAUD 2004, p. 28).⁹ Porém, como percebe Mark Russell (2007, p. 29), deve-se tomar cuidado com as sugestões, cada vez mais correntes, de um Warburg nietzschiano, uma vez que “a historiografia e as teorias da expressão pictórica de Warburg são construídas a partir de contrastes dinâmicos entre lógica e magia, razão e desrazão, e ele concebe essas energias em termos de polaridade, não em termos de contradição”. Como modo de destacar essa polaridade atuante no pensamento de Warburg, Philippe-Alain Michaud (2004, p. 260) e o próprio Mark Russell (2007, p. 26) sugerem que Burckhardt e Nietzsche representavam, respectivamente, os polos apolíneo e dionisíaco de um autor que nunca deixou de se mover entre extremos e de explorar limiares.¹⁰

140

Aspectos da pós-vida da Antiguidade: Ninfa, ritual da serpente e *Atlas Mnemosyne*

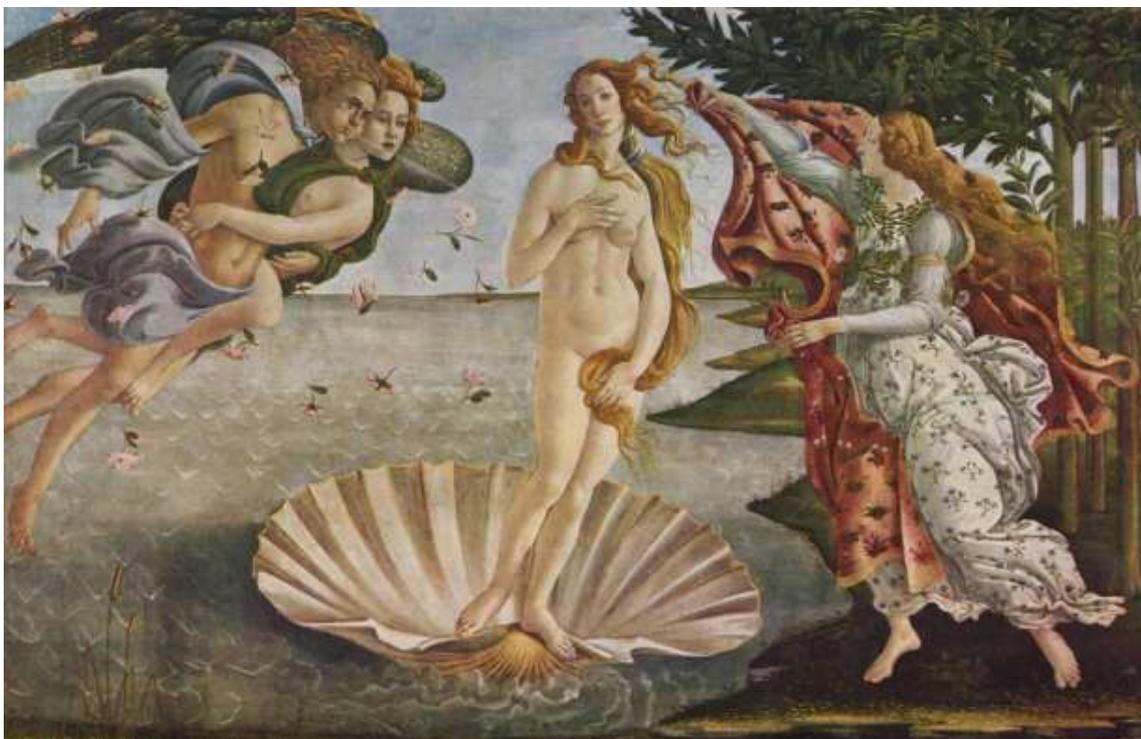
Desde o período de estudante universitário na cidade de Bonn, Aby Warburg teve sua atenção despertada para um elemento visual bastante específico, recorrente em diversas manifestações artísticas do Renascimento italiano: a representação de acessórios em movimento, especialmente quando associados

⁸ Pode-se dizer que o historiador da arte prussiano Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) foi o principal responsável pela definição e difusão de um ideal “clássico” de beleza. Em sua visão, tal ideal, materializado nas esculturas e pinturas do mundo antigo, seria eterno e atemporal, constituindo-se como uma espécie de modelo perfeito a ser imitado pelos artistas modernos (SÜSSEKIND 2007). O *Laocoonte*, grupo escultural grego de autoria desconhecida, representava para ele a consumação máxima desse ideal de beleza. A estátua representa Laocoonte e seus dois filhos imobilizados por uma serpente marinha, representação que remete a episódio da Guerra de Troia. Sobre a estátua, afirma Winckelmann (1975, p. 53, grifos meus) em suas *Reflexões sobre a arte antiga*: “o caráter geral, que antes de tudo distingue as obras gregas, é uma *nobre simplicidade* e uma *grandeza serena* tanto na atitude como na expressão. Assim como as profundezas do mar permanecem sempre calmas, por mais furiosa que esteja a superfície, da mesma forma a expressão nas figuras dos gregos mostra, mesmo nas maiores paixões, uma alma magnânima e ponderada”.

⁹ O interesse pelo polo dionisíaco da cultura do Renascimento levou Warburg a se dedicar ao estudo de elementos então secundarizados, ou tido como puramente ancilares, pela história da arte, pela *Geistgeschichte* e pela história da cultura, como a magia e as práticas divinatórias pagãs, especialmente a astrologia, discussões que foram retomados, não necessariamente na mesma linha interpretativa, por seguidores de Warburg, como Fritz Saxl e Erwin Panofsky, e por autores ligados, na segunda metade do século XX, ao Instituto, como Frances Yates e Carlo Ginzburg.

¹⁰ Na introdução ao *Atlas Mnemosyne*, Aby Warburg (2009) refere-se a essa polaridade: “A memória não apenas cria espaço para o pensamento como reforça os dois polos-limite da atitude psíquica: a serena contemplação e o abandono orgiástico. Ou, melhor, ela utiliza a herança indestrutível das impressões fóbicas em modo mnêmico. Em tal modo, em vez de procurar uma orientação protetora, a memória tenta acolher a força plena da personalidade passional-fóbica abalada entre os mistérios religiosos para criar um estilo artístico”.

a mulheres jovens e belas. Repare na figura central da pintura *O nascimento de Vênus*, de Botticelli, aqui reproduzida.



141

Sandro Botticelli. *O nascimento de Vênus* (1485). Têmpera sobre tela, 172,5 x 278,5 cm. Galeria Uffizi, Florença

Vemos, no centro do quadro, emergindo nua de uma concha aberta, a própria deusa, Vênus. Observe como seus cabelos ruivos parecem tocados por uma brisa suave, porém intensa. À direita do observador percebemos uma jovem (a deusa da Primavera), também com os cabelos esvoaçantes. Ela realiza uma série de movimentos sutis: repare nas dobras de suas vestes, nas contorções do manto que segura, na posição da mão direita. Nada no quadro remete a uma pose artificial, a uma imagem estática: as figuras parecem ter sido surpreendidas enquanto se moviam com a leveza que somente deuses e figuras míticas podem emanar. O ar soprado pelo Cupido (à esquerda do observador) fornece o detalhe final para a construção de uma atmosfera toda especial.

A hipótese defendida pelo autor era a de que tais figuras femininas, recorrentes em diversas pinturas florentinas dos séculos XV e XVI, remetiam a uma tópica constantemente aludida na literatura antiga, especificamente em autores como Ovídio, Apuleio, Virgílio e Lucrécio: a Ninfa, “tipo generalizado da mulher em movimento”, segundo definição de Warburg (1990a, p. 120), sempre uma moça muito jovem, representada com movimentos graciosos, nas vestes, no cabelo e no corpo, uma criatura entre o humano e o divino – como Psique, levada pelo sopro de um Zéfiro ao encontro de Eros em Apuleio (2007, p. 111): “Psique tremia de receio e debulhava-se em lágrimas no cume da fraga, até que o bafejo ameno de um suave Zéfiro lhe agitou as franjas do vestido e

lhe enfunou as pregas. Levantou-a insensivelmente e, com um sopro tranquilo, começou a transportá-la e pouco a pouco ao longo da encosta rochosa, até a deixar, docemente reclinada, no sopé de um profundo vale, no regaço de um tufo de céspede em flor”.

Na mitologia grega, as Ninfas são deusas; em suas “aparições” na arte florentina, porém, elas são muitas vezes transformadas em donzelas da cidade, circulando entre membros da burguesia mercantil. É o caso da jovem vestida de azul representada no *Nascimento de São João Batista* de Ghirlandaio (1449-1494), disposta, na imagem que se segue, à direita do observador. Ela entra por uma porta, e as dobras de sua roupa indicam não apenas uma agitação corporal ligeira, mas também a ação do vento, tipicamente associada às imagens míticas da Ninfa.



Domenico Ghirlandaio. *Nascimento de São João Batista* (detalhe). Florença, Santa Maria Novella

As representações pictóricas de Ninfas por artistas como Botticelli e Ghirlandaio eram para o historiador hamburguês muito mais que meras citações visuais de elementos da cultura antiga. Elas constituíam, para Warburg, efetivas personificações do paganismo renascentista, revelando-se registros da presença de *Pathosformeln* primordiais – conjunto de posturas e gestos que, segundo ele, remetiam a condições especiais de excitação psicológica.¹¹ Como sugere E. H. Gombrich (1970, p. 125), Warburg via na “Ninfa a erupção de uma emoção primitiva através da crosta do autocontrole cristão e decoro burguês”.

Em estudo recente, de inspiração reconhecidamente warburguiana, Giorgio Agamben (2007, p. 18) define as *Pathosformeln* como “cristais de memória histórica” dotados de uma dupla dimensão: originalidade e repetição. A própria

¹¹ Salvatore Settis (2006, p. 27) explica que o conceito de *Pathosformel* pode ser entendido de dois modos, todavia convergentes: (a) “como repertório de formas de expressar o movimento e as paixões, desenvolvidas pelos artistas antigos, passadas adiante e apropriadas no Renascimento”; (b) “como classificação das fórmulas usadas na tradição figurativa europeia, classificação operada pelos historiadores da arte (Warburg em particular)”.

noção de “fórmula” sugere a necessária dimensão repetitiva do fenômeno, precisamente a condição para que sejam estudadas, com ênfase nos processos de transmissão – e conseqüentemente no reviver – das imagens primordiais que condensam tais energias.¹² “A sobrevivência das imagens não é, na verdade, um dado, mas requer uma operação”, percebe Agamben, tratando-se assim de uma complexa dialética associada à transmissão e pós-vida das fórmulas de *páthos*. Afirma o filósofo italiano (*ibid.*, p. 22):

As imagens que compõem nossa memória tendem incessantemente, no curso de suas transmissões históricas (coletiva e individual), a se enrijecer em espectros, e trata-se justamente de restituí-las a vida. As imagens são vivas, mas, sendo feitas de tempo e de memória, a sua vida é sempre já *Nachleben*, sobrevivência, estando sempre já ameaçada e prestes a assumir uma forma espectral.¹³

O conceito de *Pathosformel* deve ser compreendido à luz da teoria psicanalítica de fins do XIX e início do século XX. Embora alguns paralelismos com a teoria do inconsciente coletivo de Carl Jung possam ser estabelecidos, Warburg nunca fez referência direta a este autor. Já o livro *Mneme* (1908), de Richard Semon, é por ele bastante citado. Segundo Gombrich (1970, p. 242), a memória, no livro de Semon, é concebida como a

143

capacidade de reagir a um evento ao longo de um período de tempo; ou seja, uma forma de preservar e transmitir energia desconhecida para o mundo físico. Qualquer evento que afete a matéria viva deixa um traço que Semon chama de “engrama”. A energia potencial conservada neste “engrama” pode, em condições adequadas, ser reativada e descarregada.

Para Warburg, a arte era um mecanismo privilegiado de concentração de tais energias, as quais se condensavam precisamente em *Pathosformeln* capazes de “evocar, num caminho oposto ao do procedimento habitual da memória, os engramas originais, e suscitar com isso a recordação de experiências primárias da humanidade” (BURUCÚA 2007, p. 29).

O exame da permanência das *Pathosformeln* associadas às práticas primordiais de paganismo era considerado por Warburg uma etapa decisiva para a compreensão dos impulsos que, como forças inconscientes em conflito com a visão de mundo cristã, constituíram uma espécie de “fermento espiritual” da arte renascentista, condição decisiva para que ela alcançasse um historicamente reconhecido grau de excelência. Afirma Warburg (1990a, p. 110) em importante passagem do ensaio “A arte do retrato e a burguesia florentina”:

Quando maneiras contraditórias de conceber a vida se acomodam nas almas dos membros de uma mesma sociedade [...] produz-se uma inevitável

¹² “Warburg não escreve, embora fosse possível, *Pathosform*, mas *Pathosformel*, fórmula de *páthos*, sublinhando o aspecto de estereótipo e de repetição do tema imaginário com o qual o artista sempre se detinha para dar expressão à ‘vida em movimento’ (*bewegtes Leben*)” (AGAMBEN 2007, p. 16).

¹³ Em outra passagem do texto, Agamben (2007, p. 35) desenvolve com mais detalhe os termos desta operação: “Como as imagens dialéticas em Benjamin e o símbolo em Vischer, as *Pathosformeln* – que Warburg compara a dinamogramas carregados de energia – são recebidas em um estado de ‘ambivalência latente não polarizada’ (*unpolarisierte latente Ambivalenz*) e somente deste modo, no encontro com um indivíduo vivo, podem reconquistar polaridade e vida”.

decadência social: porém não deixam de ser estas as mesmas forças que geram o mais elevado florescimento cultural quando, equilibradas no interior de um mesmo indivíduo, no lugar de se aniquilarem uma a outra, fecundam-se mutuamente ampliando com isso as fronteiras de sua personalidade. O florescimento cultural do primeiro Renascimento florentino se deu sobre esta base. [...] Foi exatamente esta atitude, esta força entusiástica e, ao mesmo tempo, reprimida, o que alimentou os frutos artísticos nascidos da conciliação entre Igreja e mundo, entre passado antigo e presente cristão.

O interesse pelas energias psíquicas primordiais, assim como pela “pós-vida” desses fenômenos, levou Warburg a estabelecer novos horizontes para suas pesquisas, depois da publicação de seu estudo sobre Botticelli. Em 1895, ele empreende uma viagem aos Estados Unidos, para pesquisar o ritual da serpente dos índios *pueblos* – designação atribuída ao conjunto de diversas tribos sedentárias do oeste norte-americano, como os hopis e os mokis. Como ele afirma em conferência proferida em 1926 no sanatório suíço Bellevue, onde ficou internado por muitos anos para se tratar de severos distúrbios psíquicos, a motivação principal de sua viagem havia sido a seguinte indagação: “em que medida podemos reconhecer as características essenciais da humanidade primitiva e pagã?” (WARBURG 2008, p. 12). Warburg pretendia, por meio do estudo dos cultos animistas dos índios *pueblos* – vistos por ele como manifestações vivas, em plena passagem do século XIX para o XX, de uma concepção de mundo similar àquela dos povos gregos e latinos da Antiguidade –, compreender aspectos importantes da passagem do “paganismo primitivo à modernidade” (WEIGEL 1995, p. 138).¹⁴ Ele concentrou sua atenção num ritual praticado com serpentes vivas pelos índios mokis, entendido pelos indígenas como modo de catalisar forças naturais.

Na conferência de 1926, Warburg (2008, p. 48) chega à conclusão de que o ritual da serpente poderia ser associado, por sua natureza, às práticas mágicas da Antiguidade greco-romana:

Na dança da serpente, esta não é sacrificada, mas transformada em mediadora, através da consagração e da dança mimética, e enviada de volta junto às almas dos mortos para que, em forma de raio, provoque a tormenta no céu. Isto demonstra que, no que concerne às culturas primitivas, o mito está intrinsecamente entrelaçado com as práticas mágicas.

Fundamentalmente, Warburg procura estabelecer pontos de conexão entre a magia antiga, os rituais cosmológicos dos índios *pueblos* e a sobrevivência do paganismo no Renascimento, uma vez que, como ele afirma em texto sobre a adivinhação pagã no tempo de Lutero, “mesmo após o fim da Antiguidade, as divindades antigas jamais cessaram [...] de fazer parte das forças religiosas da da Europa cristã” (WARBURG 1990b, p. 250).

¹⁴ Trata-se de uma visão não linear da história da arte e do próprio tempo, “em que as imagens, portadoras de memória coletiva, romperiam com o *continuum* da história, traçando pontes entre o passado e o presente. Funcionando como ‘sintomas’, no sentido freudiano, as imagens sobreviveriam e se deslocariam temporal e geograficamente, criando fenômenos diacrônicos complexos” (MATTOS 2007, p. 133). Essas ideias foram desenvolvidas originalmente por Georges Didi-Huberman.

Seu último e mais ambicioso projeto foi o *Atlas Mnemosyne*, no qual Warburg procurara registrar, em diversas pranchas compostas de imagens diversas, a variedade e a riqueza do potencial expressivo-figurativo da humanidade. De acordo com Warburg (2009, p. 126), o *Atlas* deveria “ser um inventário das pré-cunhagens de inspiração antiga que concorreram, no período renascentista, para a formação do estilo de representação da vida em movimento”. A temática da vida em movimento, como vimos, pode ser associada a um dos temas dominantes nas pesquisas de Warburg: a Ninfa. Mas remete também à própria transmissão dos “engramas da experiência emotiva”, efetivos “patrimônios hereditários” da memória, como diz Warburg na introdução ao *Atlas*. Nas diversas pranchas que compunham o projeto, o que estava em jogo era o exame dos mecanismos de pós-vida das *Pathosformeln* antigas, por meio do estabelecimento e do exame de diversas linhas sutis de sobrevivência das energias psíquicas primordiais. Nas palavras de Agamben (2007, p. 36), “o *Atlas* é uma espécie de estação de despolarização e repolarização [...] em que as imagens do passado, que perderam seu significado e sobrevivem como pesadelos ou fantasmas, são mantidas em suspenso, nas sombras em que o sujeito histórico, entre o sono e a vigília, se confronta para lhes restituir a vida”. O *Atlas Mnemosyne* deveria sintetizar, assim, os esforços intelectuais de Warburg, indicando as diversas linhas de pós-vida das imagens antigas e de suas energias. Porém, sua morte repentina, em função de um ataque cardíaco, deixou o *Atlas* incompleto. Mas a incompletude talvez fosse a sina de um pesquisador que jamais escreveu um livro, que esteve por muitos anos entre a sanidade e a loucura, e que acabou por se tornar mais conhecido pela Biblioteca que reuniu que pelos ensaios que escreveu.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. **Ninfe**. Torino: Bollati Boringhieri, 2007.
- APULEIO. **O burro de ouro**. Lisboa: Livros Cotovia, 2007.
- BING, Gertrud. A. M. Warburg. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, vol. 28, 1965.
- BRUSH, Kathryn. Aby Warburg and the Cultural Historian Karl Lamprecht. In. WOODFIELD, Richard (org.). **Art History as Cultural History**. Warburg's Projects. Amsterdam: G+B Arts International, 2001.
- BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. Um ensaio. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- BURUCÚA, José Emílio. **História, arte, cultura**. De Aby Warburg a Carlo Ginzburg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. The Surviving Image: Aby Warburg and Tylorian Anthropology. **Oxford Art Journal**, 25(1), 2002.

- _____. Foreword. Knowledge: Movement. In: MICHAUD, Philippe-Alain. **Aby Warburg and the Image in Motion**. New York: Zone Books, 2004.
- _____. **L'immagine insepolta**. Aby Warburg, la memoria dei fantasmi e la storia dell'arte. Torino: Bollati Boringhieri, 2006.
- FERNANDES, Cássio da Silva. Aby Warburg entre a arte florentina do retrato e um retrato de Florença na época de Lorenzo de Medici. **História: Questões & Debates**, nº 41, 2004.
- _____. Jacob Burckhardt e Aby Warburg: da arte à civilização italiana do Renascimento. **Locus: Revista de História**, 12(1), 2006.
- FORSTER, Kurt W. Introducción. **El renacimiento del paganismo**. Aportaciones a la historia cultural del Renacimiento europeo. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: Notas sobre um problema de método. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- GOMBRICH, E. H. **Aby Warburg**. An Intellectual Biography. London: The Warburg Institute: University of London, 1970.
- _____. The Nineteenth Century Notion of a Pagan Revival. WOODFIELD, Richard (org.). **Art History as Cultural History**. Warburg's Projects. Amsterdam: G+B Arts International, 2001.
- IVERSEN, Margaret. Retrieving Warburg's Tradition. **Art History**, 16(4), 1993.
- MATTOS, Cláudia Valladão. Arquivos da memória: Aby Warburg, a história da arte e a arte contemporânea. **Concinnitas**, 2(11), 2007.
- MICHAUD, Philippe-Alain. **Aby Warburg and the Image in Motion**. New York: Zone Books, 2004.
- RUSSEL, Mark A. **Between Tradition and Modernity**. Aby Warburg and the Public Purposes of Art in Hamburg, 1896-1918. New York-Oxford: Berghahn Books, 2007.
- SETTIS, Salvatore. Pathos ed Ethos, morfologia e funzione. **Moderna. Semestrale di Teoria e Critica della Letteratura**, 6(2), 2004.
- SÜSSEKIND, Pedro. A Grécia de Winckelmann. *Kriterion*, 117. Belo Horizonte, 2008.
- WARBURG, Aby. L'art du portrait et la bourgeoisie florentine. **Essais florentins**. Paris: Klincksieck, 1990a.
- _____. La divination païenne et antique dans les écrits et les images à l'époque de Luther. **Essais florentins**. Paris: Klincksieck, 1990b.
- _____. El *Nacimiento de Venus* y la *Primavera* de Sandro Botticelli. **El renacimiento del paganismo**. Aportaciones a la historia cultural del Renacimiento europeo. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

_____. **El ritual de la serpiente.** Madrid: Sexto Piso, 2008.

_____. "Mnemosyne". **Arte & Ensaios**, nº 19, 2009.

WEIGEL, Sigrid. Aby Warburg's Schlangenritual: Reading Culture and Reading Written Texts. **New German Critique**, nº 65, 1995.

WINCKELMANN, J. J. **Reflexões sobre a arte antiga.** Porto Alegre: Movimento, 1975.

Historia a Debate, un paradigma global para la escritura de la historia*

History under Debate, a global paradigm for the writing of history

Carlos Barros

Profesor titular
Universidad de Santiago de Compostela
cbarros@wanadoo.es
Praza da Universidade, 1
Santiago de Compostela
15782
España

Resumen

Versión escrita de la conferencia dictada por Carlos Barros en el III Congreso Internacional Historia a Debate (Santiago de Compostela, 14-18 de julio de 2004) sobre el desarrollo internacional de la red Historia a Debate, cuyos orígenes convencionales se remontan a 1993 (I Congreso) y en Internet a 1999 (fundación de la comunidad digital), como tendencia historiográfica global de iniciativa latina, europea y americana, en relación comparativa con la experiencia oficial del Comité Internacional de Ciencias Históricas, por un lado, e iniciativas promovidas también recientemente por la historiografía norteamericana, por el otro.

Palabras-clave

Historia; Historiografía; Paradigma.

Abstract

Written version of Carlos Barros' conference, held during the 3rd International Congress "Historia a Debate" (Santiago de Compostela, 14th-18th July 2004). The conference is about the international development of the Historia a Debate's network, whose roots are in 1993 (1st Congress) and 1999 (in Internet), when the digital community was founded. The Historia a Debate network is a global historiographical trend, resulted from a Latin, European and American initiative, compared to the related official experience of the International Commission of Historical Sciences, at one side, and also newly initiatives by the north-american historiography, on the other.

Keywords

History; Historiography; Paradigm.

148

Enviado em: 06/07/2010

Autor convidado

* Versión escrita, y revisada en el verano de 2009, de la tercera conferencia plenaria del III Congreso Internacional Historia a Debate (coordinado por el propio autor), dictada el viernes, 16 de julio de 2004, a las 16 horas, en el Auditorio de la Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de Santiago de Compostela (España) y transmitida en directo (video en www.h-debate.com/congresos/3/videos/menu.htm).

Como he hecho en otras ocasiones con mis conferencias historiográficas, empezaré por el título¹. Lo primero, hablar de qué significa "Historia a Debate", si bien en este nuestro tercer congreso, otros colegas ya han hablado sobre, y desde, la experiencia y la posición de HaD². Por mi parte quiero subrayar aquello que, según yo lo veo, hace de HaD una experiencia internacional hoy por hoy inédita, y nos distingue tanto de otras redes digitales de historiadores³ como de otros posibles proyectos colectivos de investigación y/o intervención historiográficos⁴: el carácter mestizo y en consecuencia global de HaD (que no es ajeno a su origen latino), puesto que somos ambas cosas al tiempo, red temática y proyecto historiográfico.

Foro y alternativa, debate y consenso

Historia a Debate es bien conocida nacional e internacionalmente como comunidad de intercambio libre y plural de historiadores, lo que no es poco. Somos muchos y compartimos elementos básicos de un nuevo paradigma o consenso que dice y practica, dentro y fuera de Internet, eso de que el saber y la escritura de la historia también necesitan de la democracia para crecer⁵. Pero, simultáneamente, Historia a Debate eleva la práctica a teoría⁶ generando una alternativa historiográfica, plasmada breve y públicamente, en una primera aproximación colectiva, en el Manifiesto historiográfico dado a conocer el 11 de septiembre del año 2001. Eric J. Hobsbawm ha publicado, el 13 de noviembre de 2004, un magnífico *Desafío de la razón. Manifiesto para la renovación de la historia*⁷, confirmando, cuatro años después del Manifiesto de HaD, aspectos importantes de nuestro diagnóstico y alternativa, que nos llevaron a organizar el I Congreso en 1993 y a redactar *La historia que viene* en 1994, convencidos ya entonces de que lo que Hobsbawm llama la coalición progresista y modernizadora, *Annales – Past and Present*, "está a la defensiva" desde 1984.

149

¹ La razón es formal y de contenido: conveniente es que la forma del título sintetice el fondo de la intervención, primero oral y después escrita, si bien lo que se requiere en este caso y otros, dada la temática teórico-historiográfica, una explicación adicional a modo de introducción, puesto que nos dirigimos mayoritariamente a colegas de práctica empírica interesados por la disciplina, su situación y perspectivas, y en menor medida a especialistas en reflexiones sobre la escritura de la historia, a veces de espaldas al oficio, lo que reduce la eficacia de sus trabajos y condiciona sus propuestas.

² En el III Congreso, ha tenido lugar por vez primera una "convocatoria específica" de ponencias acerca de la primera década de experiencia de HaD y su plataforma historiográfica, véase "Primeras conclusiones del III Congreso Internacional Historia a Debate (14-18 de Julio de 2004)", *E-I@atina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, Universidad de Buenos Aires, vol. 3, nº 11, abril-junio 2005, pp. 37-51 (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/conclusiones.../primeras%20conclusiones.htm); texto asimismo incluido en estas Actas.

³ Véase la nota 96.

⁴ Si nos resulta difícil encontrar ejemplos, más allá de una actividad académica individual, de proyectos de reflexión y/o investigación historiográfica de dimensión internacional que traten sobre la situación actual, más todavía que privilegien la relación académica y el debate a través de la red.

⁵ Siendo la universidad una institución secular que transmite el conocimiento en función de una relación desigual (jerarquía triple e interdependiente: entre maestros y alumnos, entre los propios profesores y entre comunidades académicas nacionales, idiomáticas y continentales), suele pasar desapercibida, a menudo interesadamente, la radical novedad que implica la normalización horizontal y permanente del debate académico, a través de HaD y otras experiencias.

⁶ Práctica colectiva internacional que es consecuencia –y causa– de una estrategia historiográfica, metodológica y epistemológica, iniciada con *La historia que viene*, 16 tesis redactadas inmediatamente después del I Congreso de HaD de 1993 (www.h-debate.com/cbarros/spanish/historia_que%20viene.htm); véase la nota 48.

⁷ Se puede consultar en <http://www.h-debate.com/Spanish/manifiesto/opiniones.htm>.

Más de veinte años después habría que hablar más bien –añadimos nosotros– de agotamiento⁸. Hobsbawm denuncia incluso una marcha atrás de la historiografía francesa –sin mencionar explícitamente la situación actual en Gran Bretaña– cuando escribe que “los otros componentes de la coalición de entonces renunciaron, como la escuela de los *Annales* [y el estructural-funcionalismo] a reconstruir el frente de la razón” histórica e historiográfica.

Somos una red de historiadores que ejerce a la vez, pues, la divergencia y la convergencia, pioneros de una suerte de historiografía deliberativa por oposición a cualquier historiografía integrista (no confundir con integral), basada en la imposición o el dogma de fe, incluyendo la creencia (levemente posmoderna) en la fragmentación como ideal historiográfico. Si nuestra “rareza” como red temática y al mismo tiempo movimiento académico hiciese necesario lemas, este podría ser: debate y consenso, consenso y debate⁹. Entendemos ‘consenso’ como sinónimo de la nueva acepción que Thomas S. Kuhn, esto es, la historia –y la filosofía– de la ciencia posterior a Karl Popper, ha atribuido desde los años 60 a la palabra ‘paradigma’: “conjunto de valores y creencias que comparte una comunidad de especialistas”¹⁰. Con lo que aclaramos el sentido de la inclusión de este término –nuevo, en su significación más compleja, científica– en el título de este trabajo. Una explicación indispensable por si algún oyente o lector piensa que nos estamos refiriendo simplemente a la vieja acepción del diccionario, coloquial, de la palabra ‘paradigma’ como ejemplo, referencia ejemplar, modelo..., asimismo susceptible de utilización, desde luego subsidiaria del paradigma-consenso, por parte de una historiografía avanzada¹¹.

150

⁸ Nos referimos al agotamiento colectivo de *Annales* (véase la nota 61) y marxismo como tendencias historiográficas activas, lo que supondría una participación organizada en los debates sobre los paradigmas de la historia en el siglo XXI, más allá por tanto de un saludable continuismo de orden individual que genera innovaciones sectoriales pueden y deben aprovecharse para el gran debate sobre la adecuación de nuestra disciplina a los nuevos retos (véase la nota 56).

⁹ Los historiadores que se interesan en HaD por nuestra propuesta historiográfica concretada en el Manifiesto no siempre son los mismos que participan en los debates, y viceversa, si cabe con más razón; igual que los que participan a través de la web son distintos de los que lo hacen mediante las listas; tampoco coinciden con los participantes en nuestros congresos internacionales plurianuales con los que comparten nuestro trabajo diario en Internet; podríamos representar la nueva forma de sociabilidad académica que representa HaD como un universo pluridimensional (incluyendo lo presencial) de órbitas entrecruzadas, más allá por tanto de la telaraña (‘web’ en inglés) como metáfora bidimensional que define, de forma restrictiva, el ciberespacio.

¹⁰ Es error generalizado, entre quienes que no se han interesado por Kuhn y la nueva historia de la ciencia, reducir el concepto de ‘paradigma’ a lo que viene en los diccionarios tradicionales: “ejemplo, ejemplar, modelo, arquetipo”; empezando por el Diccionario de la Real Academia Española, que sigue ignorando la nueva acepción epistemológica que, no obstante, se abre paso en actualizados diccionarios online como *Merriam-Webster Online Dictionary*, *The Free Dictionary by Farlex* o *Wikipedia*.

¹¹ Las experiencias de las vanguardias historiográficas, teóricas e intelectuales del pasado siglo (marxismo, *Annales*, estructuralismo, etc.), vistas ahora por muchos de sus antiguos seguidores como sectarias o dogmáticas, conducen a algunos a una errónea identificación de ‘paradigma’ con ‘teoría’ (incluso lo dicen autores que proponen hoy nuevos paradigmas, como Kalmanovitz en la nota 82) en contra de lo que está escrito: “Lo más importante es que los paradigmas no pueden equipararse con las teorías” (KUHN 1993, p. 376); eludiendo o ignorando el término de consenso, el empirismo fragmentador reinante traduce consciente o inconscientemente paradigma en algo cerrado, coercitivo, de obligado cumplimiento por-no-se-sabe-qué-autoridad, sesgo favorecido por la restrictiva y extendida noción de ‘paradigma’ como ejemplo o modelo, anterior a la nueva acepción del término como consenso o matriz disciplinar; para manejarse con la **historiografía de paradigmas** léase, cuando menos, Thomas S. Kuhn (1975) especialmente la posdata de 1969, así como “Las relaciones entre la historia y la filosofía de la ciencia” en la citada obra *La tensión esencial*; sobre la aplicación actualizada, ampliada y crítica, a la historiografía de los descubrimientos de Kuhn (para nuestras diferencias y desarrollos a sus aportaciones, ir a la nota 23), véase Carlos Barros (1995, p. 95-117; 1997, p. 235-262; 1999, p. 223-242); así como el punto VI del Manifiesto de HaD y el largo artículo “Defensa e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate” (2003); para más información (en inglés)

Si 'paradigma' en nuestra estrategia pospositivista viene a ser 'consenso disciplinar', hablar de 'nuevo paradigma' no es más, pero tampoco menos, que la proposición, debate y construcción de un 'nuevo consenso' para la escritura de la historia (o el ejercicio de cualquier disciplina). Tarea que unos venimos asumiendo conscientemente, otros participan en el proceso sin reflexionar demasiado sobre lo nuevo y específico de la experiencia compartida, y algunos tal vez rechacen¹² ("en lo esencial")¹³ con un grado diverso de conocimiento y buena fe acerca lo que propugnamos y practicamos como Historia a Debate en cuanto a contenidos y formas, medios y fines, foro y tendencia, en nuestro caso factores interrelacionados. De ahí los permanentes esfuerzos pedagógicos que hacemos con el objeto de clarificar los términos y su función en nuestro proceso de reconstrucción paradigmática, que imaginamos como un serie de anillos entrecruzados de órbitas distintas¹⁴. Hemos demostrado en la práctica que, después de la crisis de las "grandes escuelas", la dialéctica debate / consenso es viable, además de imprescindible, y se puede compatibilizar una discusión constante con la defensa de posiciones claras, al tiempo que complejas. Demostrando una y otra vez que el viejo racionalismo cartesiano no tenía razón cuando decía que si una cosa se opone a otra, una es verdadera y la otra falsa. Después de tanto proclamar que hay que reflexionar, debatir y acordar, y sin embargo hacer lo contrario (no pensar, discutir sin consensuar, consensuar sin discutir), sabemos que estamos experimentando, aquí y ahora, una nueva frontera historiográfica que prefigura (con bastante anticipación) nuevas formas de producción y difusión de los movimientos académicos e intelectuales.

Gonzalo Pasamar insistía en la amigable presentación de esta conferencia¹⁵ que compartimos un acuerdo historiográfico mínimo. Ello dicho en términos de subjetividad, porque objetivamente el consenso se ha alcanzado con el Manifiesto, y más allá con la práctica tan prolongada de la diversa comunidad académica de HaD (1993-2009), no es tan mínimo¹⁶. El amplísimo margen de autonomía que de manera consciente e individualmente nos concedemos –empezando por el propio coordinador– tiene a ver con nuestra variedad en cuanto a origen, ubicación y evolución como miembros del Grupo Manifiesto¹⁷, con el método (dialógico)

sobre el concepto de paradigma y la obra de Thomas S. Kuhn recomendamos, finalmente, visitar <http://www.takeitheleap.com>.

¹² Si bien mantenemos una línea permanente de debate sobre el Manifiesto historiográfico, que va ya en el mensaje nº 184 (18-6-09), la discrepancia frontal es rara, permanece generalmente larvada y/o externa a nuestra comunidad digital, sin que podamos distinguir claramente las diferencias reales de los prejuicios malsanos derivados de la "competencia" propia de nuestro medio ante un fenómeno internacionalmente emergente como HaD.

¹³ En el formulario de adhesión al Manifiesto se dice "Sí, coincido en lo esencial con el Manifiesto y deseo suscribirlo", a fin de dejar a salvo la necesaria e inevitable heterogeneidad de los firmantes, sin la cual hablar de debate, confluencia y consenso no tendría interés ni sentido.

¹⁴ Véase la nota 9.

¹⁵ Pese a la elaboración posterior en forma académica de este documento, es de nuestro gusto mantener alguna referencia a su origen oral (que agiliza la relación del historiador y su objeto), común a muchos de nuestros trabajos tanto de tema historiográfico como de tema medieval (véase www.cbarros.com).

¹⁶ En la mesa de presentación de HaD en la Universidad Andina de Quito, el 15 de setiembre de 2005, hemos argumentado el Manifiesto como la punta del iceberg de HaD como movimiento historiográfico (<http://www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/lugares/quito.htm>).

¹⁷ Los firmantes de la plataforma historiográfica de HaD somos producto de una formación más o menos común que, en lo personal, pudo hacernos más inclinados al marxismo, al *annalisme*, al (neo) positivismo e incluso –más recientemente– a un posmodernismo (llamado crítico), a lo que hay que

de trabajo elegido y la complejidad de las tareas reestructurativas historiográficas en un momento de aceleración histórica. Pero si la mirada la dirigimos hacia el conjunto de la disciplina, la valoración de HaD como red temática y tendencia historiográfica es distinta, y puede que esté infravalorada por los propios protagonistas. Visto desde fuera, la interrelación y convergencia historiográficas conseguidas por HaD no son tan mínimas, habría que hablar de máximos paradigmáticos, si tomamos en consideración el actual estado de fragmentación e hiperindividualismo imperantes en nuestra disciplina¹⁸, precipitados por la crisis de las "grandes escuelas" que la vertebraron en la centuria pasada, y la cierta falta de organización y explicitud en las tendencias historiográficas más actuales (BARROS 2008).

A fin de poder abordar lo que falta por hacer, el balance sobre lo logrado en la primera década de HaD ha de ser autocrítico pero lúcido, objetivo pero subjetivo, como la escritura de la historia que preconizamos, sin dejar de referirnos a la paradójica situación de brillante estancamiento¹⁹ de una buena parte de nuestra profesión²⁰. Conforme HaD se ha constituido en una específica comunidad²¹ historiográfica en base a un contacto diario, multilateral y transversal, intra e interdisciplinar, interuniversitario e internacional, establecimos una especie de burbuja, virtual pero también real, que nos puede llevar a aquellos que participamos más del "estilo HaD" a pensar, inocentemente, que todos los colegas se interesan por lo mismo que nosotros en cuanto a formas (debate más Internet igual a democracia) y contenidos (método e historiografía, teoría y compromiso, pasado y actualidad).

152

Historiografía de paradigmas

Aquí se ha hablado mucho, en comparación con nuestros anteriores congresos, lo que resulta significativo, de la historia de la ciencia que sigue a *La estructura de las revoluciones científicas* (1962) de Thomas S. Kuhn²². La

añadir la disparidad de especialidades académicas y tradiciones geo-historiográficas de pertenencia: de alguna forma las posiciones actualmente en debate, dentro y fuera de HaD, están presentes en la alternativa de síntesis autocrítica, con nuevas respuestas y nuevas preguntas, que asumimos con el Manifiesto académico de 2001.

¹⁸ El diagnóstico fragmentador es bastante común a otras humanidades y ciencias sociales, aunque más grave para la historia por su función objetivamente social, tal vez por ello desconocemos que en otras disciplinas se estén llevando a cabo esfuerzos de recomposición disciplinar con parecido nivel de ambición y resultados a los que vivimos en HaD.

¹⁹ Cualquier somero acercamiento a la bibliografía histórica más reciente en cualquier rama temporal o temática ha de reconocer, en aparente contradicción, su buen nivel académico (super) especializado a la vez que una importante continuidad en temas y enfoques con la historiografía de los años 60 y 70 y sus secuelas, además de los retornos añadidos de la historia tradicional.

²⁰ La representatividad y conexiones de HaD remiten a una franja internacional de la comunidad de historiadores, muy importante por su perfil vanguardista –siempre relativamente– para el futuro de la disciplina, pero cuantitativamente minoritaria, como no podía ser de otro modo (BARROS 2005).

²¹ Sentimiento de pertenencia que se refleja de manera directa en las intervenciones de las 87 presentaciones colectivas de HaD a fecha 19/5/09 (www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/menu.htm), pero también en aspectos y datos como las formas breves y coloquiales de autodenominarnos ("hache-a-de", "jad", "historidebatistas"...), o los mensajes de felicitación que recibimos en el centro de coordinación con motivo de los aniversarios de HaD, fiestas navideñas, pausas veraniegas o muertes de colegas (<http://www.h-debate.com/Spanish/aniversarios/menu.htm>); por otro lado, y paradójicamente, existe más vida comunitaria entre los miles de colegas que siguen y participan, diariamente, los debates y actividades de la HaD que entre la parte de ellos en principio más comprometida: los 529 firmantes del Manifiesto (Grupo Manifiesto) a fecha de primavera de 2009, salvo un grupo reducido que se mantiene en todo el mundo más en contacto con el coordinador.

²² Bibliografía mínima sobre Kuhn, y su aplicación a la historia, en la nota 11.

aportación de Kuhn supone, desde luego, un antes y un después para la historia, la epistemología y la filosofía de la ciencia; iba siendo hora, pues, de que suponga algo parecido para la historia, epistemología y filosofía de la historia como ciencia, dejando atrás la historiografía de autores y obras de corte positivista (útil pero insuficiente) a favor de un nuevo enfoque que hemos denominado historiografía de paradigmas²³. Precisamos una nueva historia de la historia, y de los historiadores, centrada en el estudio de los paradigmas colectivos con sus rupturas, continuidades y comunidades académicas correspondientes. Propugnamos una nueva forma de hacer historiografía que tenga por objeto el devenir histórico del conjunto de la disciplina, a través de paradigmas-consensos, mayoritarios *versus* minoritarios, fruto de la peculiar dialéctica de convergencias y divergencias de las tendencias que dinamizan la disciplina, alargando el análisis paradigmático hasta las historias e historiografías más inmediatas²⁴. Historiografía de paradigmas aplicable, por consiguiente, no sólo al presente –como ya hacemos en *Historia a Debate*– sino al pasado, y viceversa, a la historia internacional de la disciplina –ámbito preferente de la nueva historiografía– y a las historiografías nacionales, las tendencias historiográficas e incluso las especialidades temáticas o cronológicas, tratadas ahora de forma interconectada y contextual²⁵.

Desgraciadamente la historiografía que se escribe hoy en día sigue siendo demasiado clásica en su mayoría²⁶, produciendo en el mejor de los casos balances

153

²³ Tres son las razones del nombre que hemos propuesto de *historiografía de paradigmas*, en lugar de otro aparentemente más lógico por literal como *historiografía kuhniana*, para denominar la historia de cualquier disciplina que utilice conceptos creados por Kuhn como ciencia normal y ciencia extraordinaria, paradigma y cambio de paradigmas, viejo y nuevo paradigma, comunidad de especialistas, revolución científica... 1) Devolver las contribuciones de Kuhn al seno de la historia y la historiografía. 2) Marcar distancia con otras lecturas del autor que nos resultan extrañas –aunque legítimas– por su lógica contradictoria (como decir que no es el aplicable a la historia y las ciencias sociales) y por nuestra propia experiencia de aplicación a la evolución reciente de la historia académica. 3) Incorporar cinco elementos que matizan, rectifican o van más allá, de la alternativa analítica y epistemológica pospositivista lanzada por Thomas S. Kuhn en el contexto historiográfico tradicional, positivista, de los años 60 en EE. UU.: a) subrayar la sinonimia paradigma, paradigma común, paradigmas compartidos; b) redefinir ‘revolución científica’ como un proceso complejo de rupturas y continuidades; c) revalorizar la interacción entre comunidad de especialistas y sociedad; d) sostener la importancia del debate en periodos de ‘ciencia normal’, y no sólo en periodos de crisis o “ciencia extraordinaria”; e) incluir de manera destacada el presente disciplinar y social (véase la nota 68) en el análisis histórico de paradigmas, entendido éste como una investigación participante y dialógica donde se propongan y promuevan nuevos paradigmas, sobre todo en tiempos críticos de rivalidad de paradigmas.

²⁴ Realmente, nosotros hemos comenzado por lo inmediato, urgidos por la crisis finisecular de la historia, que nos ha obligado a una revisión kuhniana de la historiografía del siglo XX (BARROS 1997, p. 235-262, www.h-debate.com/cbarros/spanish/paradigma_comun.htm), en una suerte de *historiografía regresiva* (parafraseando a Bloch) que podría llegar con los interrogantes e influencias actuales hasta los orígenes más remotos de la historia, previos a la historia como ciencia; sea, de adelante hacia atrás o de atrás hacia adelante, la *historiografía de paradigmas*, ha de aprovechar y revisar los viejos y sectoriales análisis de autores, obras y escuelas, en los que se basan por cierto la práctica totalidad de los manuales al uso para la enseñanza universitaria de la metodología histórica, la historiografía y las tendencias historiográficas.

²⁵ La aplicación de los nuevos conceptos de paradigma, comunidad de especialistas y revolución científica, a una parte concreta, recortada, de la profesión sólo tiene sentido mediante un enfoque relacional (nada fácil para la mentalidad académica parceladora y cartesiana en la que hemos sido formados) con otras tendencias, historiografías nacionales, áreas y, ante todo, con el conjunto de la matriz disciplinar, sin olvidar la posible conexión con la sociedad (movimientos), la política (partidos) y la economía (mercado).

²⁶ Podemos presumir al respecto de la excepcionalidad mundial de los macrocongresos de Historia a Debate, y de la obra historiográfica –y docente– de los colegas más vinculados a HaD, si bien queda mucho trecho para implementar nosotros mismos en la llamada “historia de la historiografía” las tres herramientas conceptuales citadas en la nota 25 (mejor aún con las cinco matizaciones de la nota 23), cuya eficacia está sobradamente probada por el mismo éxito colectivo de HaD como tendencia historiográfica actual y comunidad académica de nuevo tipo.

historiográficos de contenido especializado²⁷, abandonando algunos manuales²⁸ para la historiografía más reciente la intermedia y meritoria historiografía de tendencias promovida directa e indirectamente por la nueva historia de los años 60 y 70²⁹, de cuya ulterior crisis resurgió, junto con la (supuestamente) derrotada historia de los “grandes hombres”, un tipo de historiografía regresiva³⁰ de “grandes historiadores” que ha borrado del recuerdo académico que éstos no cayeron del cielo son, han sido y serán expresión, mayor o menor, se reconozca o no, de hondas corrientes colectivas³¹. Los cambios en la percepción de la historiografía vanguardista del siglo XX son claros. En los propios años 70 se veían como corrientes colectivas activas representadas y/o dirigidas por Bloch, Febvre, Braudel, Le Goff..., por un lado, o Pierre Vilar, Hobsbawm, Thompson..., por el otro. Hoy, solamente se les ve a ellos, y otros, como “grandes clásicos” individuales. Retrospectivamente se olvida frecuentemente, o no se quiere recordar, que en los 60 y 70 lo fundamental era la tendencia colectiva con miles de historiadores de base comprometidos: cuando éstos desaparecen, queda la punta de iceberg y sus obras personales, como referencia para las futuras generaciones, que les costará entender, como ya pasa, que los autores citados son “vacas sagradas” por lo que representaban, por el apoyo de muchos, no sólo por méritos propios..

La cuestión es que, en rigor, más allá del imaginario académico al uso, ni la historia ni la historiografía tienen una “marcha atrás”: la única manera de hacer en el siglo XXI una buena historiografía de tendencias –lo mismo diríamos de la historiografía de especialidades o de ámbitos geopolíticos (balances historiográficos)–

154

²⁷ Los balances de tipo cronológico y descriptivo sobre autores y obras de determinado tema o período temporal, son bien útiles para extraer bibliografía y enseñanzas para las investigaciones especializadas, y nos pueden servir como fuentes para una historiografía más avanzada (sea de tendencias, sea de paradigmas), pero son también una forma de santificación de una fragmentación historiográfica que sólo HaD ha ido superando, no sin dificultades, de Congreso a Congreso; véase el punto primero de las “Primeras conclusiones del III Congreso Internacional Historia a Debate (14-18 de Julio de 2004)”, *loc. cit.*; lo cual no quiere decir que los componentes de HaD no participemos como historiadores empíricos en mayor o menor medida del demigajamiento general; eso sí, somos pecadores, lo proclamamos y tenemos un claro propósito de enmienda, lo que no es poco si se comparamos con la autocomplacencia conformista de tantos retornados y posmodernos.

²⁸ El problema se agudiza cuando las empresas editoriales “encargan” manuales para el mercado generando por asignaturas como “Tendencias historiográficas actuales” (plan anterior a Bolonia), y nuestros urgidos y bienintencionados colegas ofrecen como tales “tendencias” fragmentos especializados o simples líneas de investigación, normalmente con una antigüedad de más de una década, obviando referirse –al menos, descriptivamente– a las verdaderas tendencias actuales tanto nacionales como internacionales (véanse BARROS 2008 y la nota 123).

²⁹ Autocríticamente tenemos que reconocer que la escasa pero valiosa (auto) historiografía que nos legaron los promotores de *Annales* y el marxismo historiográfico, animando en su momento publicaciones e induciendo incluso manuales que describían el cambio historiográfico por corrientes, cayó en el defecto de analizar, en los años 60, 70 y principios de los 80, las nuevas tendencias aisladas entre sí, haciendo más hincapié en los disensos que en los consensos, desentendiéndose en definitiva del estudio de la disciplina en su conjunto, sus paradigmas compartidos y su relación dinámica con la sociedad; el fracaso colectivo del paradigma compartido de la “historia total”, y las supervivencias positivistas en general, impidió plantearse una “historiografía total”: de ahí la doble novedad de la historiografía de paradigmas y global que propugnamos, que también denominamos “nueva historiografía”, para distinguirnos de los años 60 y 70.

³⁰ Véase la nota 24.

³¹ Con la finalidad de recobrar este aspecto clave de la memoria historiográfica hemos incluido, por motivos didácticos e investigativos, en el III Congreso una mesa redonda sobre “Tendencias colectivas y ‘grandes historiadores’ en la historiografía” (publicada en este mismo tomo I de las Actas), considerando la dimensión que ha alcanzado el olvido del papel de la representatividad colectiva en el prestigio reconocido de los historiadores más conocidos, sobre todo internacionalmente; véase al respecto el apartado IV.1 sobre “historiografía colectiva” en Carlos Barros (2004a, p. 427-443).

es estudiar la "parte" en la relación con el "todo", esto es, las interacciones parcial / global, inclusión / exclusión, sincronía / diacronía de los paradigmas historiográficos. Sin que ello quiera decir, naturalmente, que no valoremos una historiografía puramente descriptiva de autores y obras en un contorno de escuela o especializado, local, regional, nacional o internacional, condición previa a veces³² para ordenar el material antes de buscar una explicación más profunda y científica de las realidades y los cambios historiográficos. Una historiografía de los paradigmas particulares de una tendencia, especialidad o ámbito territorial, que distinga entre sus paradigmas concretos y los generales de la disciplina, entre paradigmas propios y/o importados, específicos o compartidos con otros movimientos, géneros o espacios historiográficos, ha de valer también para perfilar el paradigma principal o consenso mayoritario de la disciplina³³, objetivo prioritario de cualquier buena historia o epistemología de la historia, sobre todo cuando atravesamos un periodo de crisis, "ciencia extraordinaria" o rivalidad de paradigmas como es nuestro caso, hoy por hoy.

Privilegiando el trasvase historiográfico, epistemológico y teórico entre las diferentes ciencias, disciplinas académicas y/o saberes culturales³⁴, la historiografía de paradigmas que venimos practicando cuestiona, ensancha y pone al día, desde el mundo académico latino, la vieja y fructífera idea de la interdisciplinariedad³⁵. El intercambio igual con la nueva filosofía e historia de la ciencia ha alumbrado un nuevo tipo de interdisciplina destinado a reforzar, en lugar de fraccionar³⁶, la identidad de la disciplina de los historiadores³⁷, amenazada en su unidad interna por exceso de especialización, en tanto que objeto y sujeto de nuestro trabajo profesional. Coherencia disciplinar muy craquelada en el pasado siglo por el fracaso final de la "historia total" y las prácticas de intercambio desigual con otras ciencias, disciplinas y saberes, que contribuyeron a minusvalorar

155

³² Nosotros hicimos algo mucho mejor para analizar la historiografía actual: una encuesta internacional 1999-2001 (véanse las notas 20, 42).

³³ Desde que iniciamos nuestra tarea de recomposición historiográfica hemos denominado "paradigma común" o "paradigmas compartidos" al paradigma o consenso general de una disciplina en un momento dado, constituido a su vez por paradigmas singulares como la historia económico-social, la relación pasado/presente/futuro, la historia total, la interdisciplinariedad, etc., de la nueva historia de los años 60-70; véase Carlos Barros (1997, p. 235-262).

³⁴ Kuhn disuelve por definición las fronteras en cuanto a epistemología e funcionamiento historiográfico entre ciencia e historia, y en menor medida también entre ciencia y arte, como se puede comprobar leyendo el primero (historia y ciencia) y el último (ciencia y arte) de los artículos de *La tensión*⁶. Hemos planteado la urgencia de volver la interdisciplinariedad hacia el interior de la historia (intradisciplinariedad) como disciplina académica y científica en el punto 11 de *La historia que viene* (1994), en el punto IV del Manifiesto historiográfico (2001) y más extensamente en Carlos Barros (2002).

³⁵ En el punto IV del Manifiesto historiográfico planteamos extender la tradicional colaboración de la historia con las ciencias sociales en cuatro direcciones: 1) filosofía y epistemología de la ciencia, en primer lugar; 2) ciencias de la naturaleza, más cerca que nunca hoy de las ciencias humanas; 3) literatura, arte y otras humanidades, sin caer en la pura ficción; 4) ciencias de la comunicación, indispensables en la sociedad de la información.

³⁶ La interdisciplinariedad propuesta por los fundadores de *Annales*, causa y efecto del largo impulso de renovación de esta escuela y de otras nuevas historias, tuvo, como es bien sabido, el efecto perverso de la segmentación de los estudios históricos, incrementada exponencialmente por la crisis de la "revolución historiográfica del siglo XX" y la influencia posterior de una posmodernidad que justifica y promueve el despiece de la historia como disciplina.

³⁷ Hemos planteado la urgencia de volver la interdisciplinariedad hacia el interior de la historia (intradisciplinariedad) como disciplina académica y científica en el punto 11 de *La historia que viene* (1994), en el punto IV del Manifiesto historiográfico (2001) y más extensamente en Carlos Barros (2002).

el rol del pensamiento histórico en la investigación histórica, abriendo camino al retorno posterior de la historia "tal como fue"³⁸.

Si algo debiéramos haber aprendido los historiadores en más de cien años de existencia profesional, investigadora y docente, es que el desprecio positivista por la dimensión intelectual, reflexiva y autorreflexiva, del trabajo global del historiador, ha impedido afrontar con éxito el reto crucial de combinar unidad disciplinar y crecimiento bibliográfico especializado. Por otro lado, los actuales partidarios o practicantes "inconscientes" del retorno a Ranke no perciben –o tal vez sí, y no les importa– hasta que punto el reduccionismo empirista, y la ausencia de inquietud conceptual, historiográfica y de debate, han beneficiado –y benefician– una interdisciplinariedad disolvente. La falta de hábitos e inquietudes teóricas, historiográficas y metodológicas, nos hizo finalmente vulnerables ante otras disciplinas como la sociología, la antropología, la filosofía..., encantadas –lo digan o no– en relegar a los historiadores de oficio –con la complicidad de los más positivistas– a una suerte de técnicos proveedores de datos, negando simplemente la parte más intelectual de nuestro trabajo³⁹. Llegando a ser presa fácil de quienes influyen o quieren influir malintencionadamente en la escritura de la historia, desde otra disciplina, saber o práctica sociocultural, incluyendo a literatos, políticos y periodistas⁴⁰. La solución no es, por descontado, volver atrás y enrocarse en los búnkeres individuales y especializados de una historia academicista, alejada de cualquier otra especialidad y disciplina, sino pensar, replantear y acrecentar, hacia dentro y también hacia fuera, el concepto y la práctica de la interdisciplinariedad en el siglo XXI.

Es menester, en resumen, estimular y propagar el rearme epistémico en todas sus dimensiones iniciado en el seno de HaD de lo que hemos tradicionalmente llamado "historia científica"⁴¹ a fin de contrarrestar las presiones

³⁸ Está por ver el futuro estatus académico y la correlación entre este retorno conservador y las otras tres tendencias historiográficas actuales, más o menos organizadas, que nombramos en el preámbulo del Manifiesto historiográfico (nuevo paradigma, continuismo marxista-analista y posmodernismo; véase asimismo BARROS 2008); hemos planteado en otro lugar ("X Aniversario de Historia a Debate: balance y perspectivas", *I Jornada Historiográfica de Historia a Debate*, Biblioteca Nacional de México, 1 de setiembre de 2003) las coaliciones que se están estableciendo prácticamente entre partidarios de nuevos paradigmas y continuadores de las pasadas nuevas historias, por un lado, y retornados a Ranke y posmodernos (sobre esta convergencia paradójica volveremos más adelante), por el otro.

³⁹ Incluso un filósofo tan avanzado como Jürgen Habermas ha defendido esa peculiar división del trabajo entre la historia y otras ciencias sociales, contradiciendo a los propios fundadores del marxismo: "La investigación histórica cumple una función instrumental... para la comprobación (y desarrollo posterior) de teorías científico sociales (...) la historia, como tal, no es susceptible de teorización" (HABERMAS 1976, p. 183, 185).

⁴⁰ Es por ello que practicamos una historiografía de valores de carácter universal, contraria por consiguiente a cualquier monopolio académico o marginación historiográfica de los sujetos actuales: la historia la hacemos todos y es de todos, no cuestionamos a nadie el derecho a incidir sobre la historia que se hace, se escribe y se recuerda, más bien lo contrario, pero tampoco aceptamos que se limiten, condicionen o cuestionen nuestros deberes (públicos) y derechos (autónomos) como profesionales de la historia, incluido el *devoir de mémoire*; véase Carlos Barros ("La Historiografía y la Historia Inmediatas: ...")

⁴¹ Suelo emplear poco, cuando hablo y escribo, el nombre de "historia científica", huyendo de malentendidos con el cientifismo de la historia positivista universal, la historia-ciencia social neopositivista (USA) o algunas definiciones objetivistas divulgadas por parte de *Annales* y el marxismo historiográfico, que contribuyeron a sus crisis finiseculares; véanse los puntos 3 ("Es una falsa alternativa decir que la historia, como no puede ser una ciencia 'objetiva' y 'exacta', no es una ciencia") y 4 ("La redefinición de la historia como ciencia y la nueva física") de *La historia que viene*; así como el audio y el vídeo de la conferencia *Por un nuevo concepto de la historia como ciencia* (2005) en <http://www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/lugares/quito.htm>.

que buscan devolver la escritura de la historia a su etapa pre-paradigmática, literaria ficcional, o a un positivismo del siglo XIX al servicio preferente de los viejos Estados nacionales, paradójicamente revividos por las globalizaciones en curso. En 1994 escribíamos que “el historiador del futuro reflexionara sobre metodología, historiografía y teoría de la historia, o no será”⁴²: doce años después podemos constatar con alegría (avances del nuevo paradigma) y pesar (retorno visible al positivismo) que el futuro nos ha alcanzado.

Tres cosas hemos aprendido en estos largos años de dedicación historiográfica: la reflexión del historiador debe ser inmediata⁴³, colectiva (congresos, debate, manifiesto, presentaciones) y estar vinculada a la práctica empírica, que ocupa a la mayor parte del tiempo de trabajo individual de los historiadores de oficio, sujeto y objeto de nuestra labor historiográfica. Nos hemos preocupado, desde 1993, por incorporar historiadores de base a la reflexión historiográfica y al debate sobre el método y la teoría, así como por ofrecer una plataforma internacional a colegas reconocidos con alguna dedicación historiográfica, y lo seguiremos haciendo, aunque nuestra voluntad de futuro nos lleva a procurar la contribución de historiadores más jóvenes, que tienden a ser mayoría en la nueva historiografía digital y en nuestras actividades más convencionales. Desde el I Congreso desciende la edad media de los ponentes en nuestros sucesivos congresos, y la nueva sociabilidad académica digital de funcionamiento continuo está en si misma condicionada por el relevo generacional. La historiografía digital está cargada de futuro: es la forma que se impone de relacionar académicamente lo individual y lo colectivo, trabajando en tiempo real, potenciando nuevas formas de comunicación académica como mensajes cortos y espontáneos, audios y vídeos, mesas de presentación, manifiestos en red..., con reconocimiento curricular en retraso (prueba de su novedad), todo hay que decirlo⁴⁴. Dos tipos de actividad, clásicas⁴⁵ e innovadoras,

157

⁴² La frase corresponde al encabezamiento del punto 13 de *La historia que viene* (1994), que no fue incluido en su literalidad, pero si concretado y desarrollado en el primer borrador del Manifiesto de Historia a Debate (2001); pensaba entonces que podía ser una formulación excesivamente exigente y radical para el consenso amplio que queríamos construir, pueda que me haya equivocado porque el análisis (posterior) de los resultados de nuestra Encuesta Internacional 1999-2001, sobre el estado de la historia (<http://www.h-debate.com/encuesta/resultados/epigrafes.htm>), mostró claros y altos porcentajes bastante-mucho en las respuestas a la pregunta 24 sobre el interés que tiene para el historiador profesional la reflexión metodológica (56 %), historiográfica (55%) y teórica (44%); en todo caso, en la última década, también creció (fuera del ámbito de HaD y su encuesta) el número de colegas partidarios -aunque no lo digan- de una historia puramente empirista que piensa, muy escasamente o nada, sobre el método, la historia de la disciplina y la teoría de la historia (véase la nota 38).

⁴³ Lo urgente historiográficamente es saber dónde estamos y adónde vamos, incluso adónde nos lleva cada una de las tendencias en liza, desarrollando capacidades colectivas de discernimiento que desbordan la percepción personal, lo que exige visitar críticamente la historiografía de dónde venimos.

⁴⁴ Los jóvenes historiadores o futuros historiadores que participan activamente en la red de HaD, no siempre coinciden con los que toman parte con comunicaciones en los congresos (iguales a las ponencias desde HaD II): sectores ambos necesarios para influir en el relevo generacional en marcha en nuestra disciplina (véase sobre el relevo generacional el punto XII del Manifiesto de HaD).

⁴⁵ En la medida en que los Congresos de HaD son actividades “clásicas”, más allá de lo formal, pues sus temáticas para nada son usuales y convencionales, ni podemos considerar habitual y tradicional el peso del debate en nuestra práctica congresual, su menor jerarquía y el lugar creciente que ocupa Internet en la preparación y la difusión; véase el apartado “Congreso diferente” en “Primeras conclusiones del III Congreso Internacional Historia a Debate (14-18 de Julio de 2004)” (2005) en www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/conclusiones.../primeras%20conclusiones.htm.

necesariamente complementarias, salvo que logremos en adelante una parecida eficacia comunicadora orientada a la reflexión, el debate y el consenso, mediante intercambio en la red de redes de *papers*, artículos y libros, aprovechando la espectacular difusión de publicaciones que, de manera imparable⁴⁶, viene implementado la red⁴⁷.

Nuevos paradigmas, historia y ciencias sociales

Cuando redactamos después del I Congreso, 16 tesis para una alternativa historiográfica con el título prospectivo de *La historia que viene*⁴⁸, estábamos vagamente insatisfechos por la falta de nuevas iniciativas, a principios de los años 90, por parte de *Annales* y *Past and Present*, ante la "crisis de la historia" y los nuevos desafíos, que contrarrestasen el retorno anunciado de la vieja historia (H. Coutau-Begarie, 1983) y una posmoderna (*avant la lettre*) *histoire en miettes* (F. Dosse, 1987)⁴⁹, movimientos historiográficos de carácter global⁵⁰ que afectaron de manera señalada –por su vanguardismo anterior– a la historiografía francesa, que actuó típicamente como termómetro anticipador. En mi inicial intervención oral⁵¹ en el I Congreso, que aparece en el programa como *La historia que viene: balance, innovación, compromiso*, reivindicaba todavía –no sin nostalgia– volver a cierta convergencia entre el marxismo historiográfico y *Annales*⁵². Pero esta primera versión de *La historia que viene* que se transformó, después de la experiencia relativamente frustrante del

158

⁴⁶ Marca el camino la masiva digitalización de libros por parte de Google, siete millones en el verano de 2009, y el subsiguiente paso –iniciado por Amazon– de ofrecer por Internet libros recién editados a menor precio que en papel.

⁴⁷ Predicando con el ejemplo, hemos creado el 21/2/00 una página web personal, www.cbarros.com (conectada ahora a www.h-debate.com) con 80 artículos, conferencias y trabajos breves y largos sobre reconstrucción paradigmática, historiografía, metodología, historia medieval e historia de Galicia, que ha recibido 388.126 visitas totales hasta julio de 2009; una parte importante de estos trabajos de investigación y reflexión son consecuencia de mi función como fundador y coordinador de Historia a Debate, y tienen como fin divulgar y acompañar, dilucidar y orientar nuestro movimiento académico internacional; tan extraordinaria difusión de los trabajos colgados en www.h-debate.com/cbarros, muy por encima de lo que se puede conseguir por la vía tradicional de la edición en papel, me ha llevado a primar la producción de artículos (relacionados entre sí, generalmente) mientras no vaya siendo más normal la doble y simultánea edición de libros, en red y en papel.

⁴⁸ Trabajo editado en castellano en las Actas del I Congreso Internacional Historia a Debate (Santiago de Compostela, 1995), así como en México, Argentina, Brasil, Cuba, Chile...; publicado, en inglés, en la revista *Storia de la Storiografía* (nº 30, 1996) y, en francés, en los *Cahiers du Centre de Recherches Historiques* (EHESS, París, nº 22, 1999); *La historia que viene* es el precedente más remoto del Manifiesto historiográfico de HaD y está disponible en www.h-debate.com/cbarros/spanish/historia_que%20viene.htm.

⁴⁹ Véase Carlos Barros (1991a, p. 83-111).

⁵⁰ En los años 80, François Dosse y Hervé Coutau-Begarie, con su dura crítica cruzada a la escuela de *Annales*, pensaban que la fragmentación y el regreso de la historia tradicional cuyos inicios observaban eran un fenómeno francés, sin percatarse de su dimensión internacional y del papel de víctimas que jugaron los "nouveaux historiens" (que desaparecieron como corriente organizada) y la historiografía francesa (que vio restringida, sin *Annales*, su influencia internacional).

⁵¹ Igual pasó con mi conferencia en el III Congreso, por razones distintas (evitar un texto demasiado largo), este trabajo poscongresual está orientado a explicar la experiencia y alternativa de HaD (1993-2009), actualizando otros anteriores, y la intervención oral (disponible en www.h-debate.com/congresos/3/videos/menu.htm) estuvo más bien dirigida a analizar el origen y las características de la fragmentación de la historia académica y nuestras respuestas al respecto.

⁵² Véase la reseña de mi conferencia en Luis Domínguez e Xosé Ramón Quintana (1994, p. 275); posición analista-marxista que estaba ya presente en el trabajo mencionado *La Nouvelle Histoire y sus críticos* de 1991, y que, en lo que podía tener de correcto, proyectamos hacia adelante en *La historia que viene*, donde replanteamos de forma autocrítica importantes paradigmas compartidos por el marxismo historiográfico y la escuela de *Annales*, parcial y finalmente fracasados, como la "historia total", teoría e historia, pasado/presente/futuro, interdisciplinariedad, etc.

congreso de 1993⁵³, en la propuesta, influida por viejas y renovadas lecturas de la nueva historia de la ciencia, de un cambio de paradigma historiográfico que dio sentido y orientación a los siguientes congresos de Historia a Debate⁵⁴, nos impulsó a asumir Internet –generando una de sus primeras redes sociales, anterior a Facebook (2004)⁵⁵– y otras novedades. Simultáneamente, una parte nada desdeñable –por su representatividad más que por su cantidad⁵⁶– de la historiografía *annaliste* y marxista siguió girando⁵⁷, dentro y fuera de España, hacia la tradicional⁵⁸ historia biográfica, acontecimental y rankeana, aceptando como inevitable e incluso provechoso (si “todo vale”, también vale la “vieja historia”) una progresiva especialización, pluralización y dispersión de temas, enfoques y métodos, que engendró un vacío que justificó y animó el crecimiento de Historia a Debate.

Tengo que confesar ahora que, a fuer de pionero me sentí en alguna forma incomprendido⁵⁹ al lanzar, a mediados de los 90, la necesidad y la posibilidad de avanzar colectivamente hacia un nuevo paradigma historiográfico⁶⁰, cuando tenían aún alguna actividad organizada las “grandes escuelas”⁶¹, el retorno de Ranke no era tan evidente, no se trabajaba en red⁶² y la globalización alternativa tampoco se había manifestado (Seattle, 1999). Tres lustros después nos sentimos ampliamente reconfortados cuando encontramos, a través de Google⁶³ (13/7/09), en la red de redes 1.820.00 referencias a los términos “nuevo paradigma”, y 7.240.000 si indagamos por “new paradigm”. Concretando

159

⁵³ Después del I Congreso, vista su heterogeneidad, el agotamiento de *Annales* y *Past and Present*, y la caída del Muro de Berlín, intuí que “la historia que viene” que querríamos algunos tenía bastante de “la historia que fue”: había que construir algo nuevo... sin hacer tabla rasa del pasado histórico e historiográfico, naturalmente.

⁵⁴ Sin esa orientación “hacia delante”, los grandes congresos de 1999 y 2004 hubiesen sido una fotocopia del primero: balances sin proposiciones, o historiografías por temas y cronologías, en gran medida hechos y publicados en 1993 y 1995 (Actas).

⁵⁵ Véase la nota 63.

⁵⁶ Una buena parte de los historiadores marxistas y *annalistes* continuaron practicando, individualmente, las nuevas historias de los años 60 y 70 y sus secuelas, con acumulación de conocimiento e innovaciones parciales de tipo especializado, y formando a sus discípulos en las pasadas “grandes escuelas”; tal vez falta por analizar con mayor atención como inciden, o pueden incidir, tanto las continuidades como las novedades de la investigación con dichos enfoques, en el debate actual y general sobre el futuro de la historia.

⁵⁷ Nuestra conferencia plenaria en el II Congreso estuvo dedicada a la crítica constructiva –que no hubiera sido posible sin el previo sesgo propositivo de *La historia que viene*– de este giro positivista de la historiografía, Carlos Barros (2000).

⁵⁸ Pocas veces esa recuperación de géneros tradicionales, condicionada por las editoriales, los medios de comunicación y algunos intereses políticos, tuvo los nuevos contenidos (sociales y mentales) que en 1993 nos predicó, justamente, Jacques Le Goff (1995, p. 157-165).

⁵⁹ Dispongo de una gruesa carpeta con opiniones contrarias y favorables a *La historia que viene* de colegas y amigos, que tal vez algún día publicaremos.

⁶⁰ Cualquiera que conozca la inercia del medio académico sabe que todo nuevo paradigma que se precie encuentra resistencias, como ya advirtió y estudió Kuhn, lo que no quiere decir que todo lo que encuentre resistencias sea *ipso facto* un nuevo paradigma.

⁶¹ Por ejemplo, el *tournant critique* de *Annales* (1989) y el debate sobre posmodernismo (Gabrielle M Spiegel, Lawrence Stone) en *Past and Present* (1991); los protagonistas de ambas iniciativas estuvieron en nuestro I Congreso (Bernard Lepetit, Stone, Spiegel) y en el II Congreso (Jacques Revel, Patrick Joyce); sobre la evolución final de *Annales* como tendencia activa nacida en 1929, véase Carlos Barros (1991b, p. 193-197; 2001).

⁶² Véase la nota 63.

⁶³ No es casualidad que el 29 de abril de 1999 nazca la web de Historia a Debate (www.h-debate.com), y el 21 de setiembre de 1999 la web definitiva (no beta) del mejor buscador de Internet (www.google.com), en sí mismo representativo del nuevo paradigma digital de la comunicación académica, cultural y social, que hemos implementado antes de las redes sociales (Wikipedia nace en 2001, MySpace en 2003, Facebook en 2004 y Youtube en 2005).

más y buscando textos que contengan “nuevo paradigma historiográfico” encontramos 47.900 enlaces, y diez veces más (448.000) si ponemos las palabras en inglés⁶⁴: en ambos casos, el primer link seleccionado por los buscadores⁶⁵ es mi artículo *Hacia un nuevo paradigma historiográfico* (1999), y su versión inglesa *Towards a New Historiographic Paradigm*⁶⁶. Siguen a continuación referencias digitales a otros textos y actividades vinculados a HaD. Se trata, pues, de una terminología científica, educativa y divulgativa cuya utilización se ha generalizado, exponencialmente, en la primera década del nuevo siglo, para entender e intervenir en el cambio de paradigmas que están viviendo hoy múltiples disciplinas, saberes, prácticas culturales y técnicas⁶⁷. El haber acertado nosotros tan tempranamente con las categorías adecuadas para el análisis histórico –incluyendo la inmediatez⁶⁸– de la escritura de la historia, nos sitúa en la delantera de un giro inevitable de la mentalidad científica en el siglo XXI.

Las nuevas formas de medir el impacto público y académico⁶⁹ vienen a ratificar y ampliar el peso actual del universo español y latinoamericano, representado por HaD, en la renovación historiográfica internacional, sin precedentes en la “historia de la historiografía” Carlos Barros (2004b, p. 84-90), cuyo fundamento reside en la justeza del uso anticipado y original (no mimético) del instrumental revolucionario de la epistemología y la historia de la ciencia según Kuhn⁷⁰. Ventaja historiográfica latina todavía más relevante si

160

⁶⁴ El interés de la academia anglófona por el nuevo paradigma historiográfico de HaD se ha visto favorecido por la amplia difusión digital en inglés de las convocatorias de los II y III Congresos (1999, 2004), de la misma web de Historia a Debate mediante H-Net (<http://www.h-net.org/announce/show.cgi?ID=125388>, desde 2000), y, sobre todo, por la propagación en Amazon y Google Books de la publicación colectiva de Carlos Barros e Lawrence J. Mccrank (edits, 2004c).

⁶⁵ No sólo en Google, también en Yahoo, MSN, etc.

⁶⁶ Se encuentra en www.h-debate.com/cbarros/spanish/hacia_ingles.htm; llama la atención su divulgación, toda vez que fue traducido para la web y no llegamos a gestionar su publicación en papel.

⁶⁷ A veces se pretende adaptar los conceptos de paradigma y revolución científica, creados para estudiar la evolución de las comunidades académicas a la historia misma, no estamos muy de acuerdo, habría que diferenciar ambos objetos por rigor y eficacia investigadora; el nuevo paradigma que construye HaD afecta a la metodología, teoría e historia de la historia, y sus relaciones con la sociedad, pero no es una propuesta o alternativa ideológica, política o social, histórica en sentido estricto, por mucho que nos consideremos parte activa de una globalización alternativa y de progreso: “queremos cambiar la historia que se escribe y coadyuvar a cambiar la historia humana” (punto XVIII del Manifiesto), que tiene sus propios sujetos y vías de orden político-social.

⁶⁸ Según aclaramos en la nota 23, una de las diferencias de la historiografía de paradigmas de HaD con la aportación fundacional de Kuhn, es que nos planteamos incidir sobre la revolución científica en ciernes, interviniendo en la actual lucha de paradigmas con propuestas y debates, practicando una historiografía inmediata con vistas al futuro, superando, en suma, cualquier actitud contemplativa sobre las salidas en marcha a la crisis de la historia.

⁶⁹ El valor creciente de Internet en la academia, y el uso de elementos de inteligencia artificial por parte de los buscadores (destacan Google y Google Scholar), hace de éstos instrumentos un medio más eficaz que los tradicionales (incluso para buscar citaciones en publicaciones) para medir el impacto global de un concepto, obra, corriente o autor (independientemente del acostumbrado retraso de nuestras instituciones en reconocerlo, véase la nota 92).

⁷⁰ Otro ejemplo español y americano, en el campo de las “ciencias duras”, es el interesante libro de José Almenara y otros (2003); el enfoque es bien próximo a nuestra historiografía de paradigmas: “donde otros ven un cúmulo de nombres y fechas, nosotros hemos intentado distinguir esos paradigmas. No presentamos una historia al uso, longitudinal y sin crítica. Pretendemos también aportar un mirada transversal, vertebrada a momentos álgidos y momentos de ‘crisis’ e incluso interpretar el presente desde esa perspectiva” (*op. cit.*, p. 20); en el libro se estudia, por tanto, la evolución paradigmática de la bioestadística en un ámbito global, disciplinar e internacional, y sus sucesivas influencias en España hasta la actualidad, posicionándose nuestros autores (hispanos y cubanos) por un nuevo paradigma bayesiano, originado en la Ilustración, marginado posteriormente y ahora recuperado con el fin de superar en el siglo XXI al positivismo estadístico, tanto inductivista (clásico) como hipotético-deductivo (neo), introduciendo el sujeto cognoscente –ahí está la novedad, realmente– sin renunciar a la

consideramos el lento, escaso y confuso desarrollo de otras ciencias humanas y sociales⁷¹, a la hora de adaptarse al profundo, inacabable y paradójico proceso de cambio histórico que ha seguido a la caída del Muro de Berlín.

El millonario número de citas digitales de las palabras 'nuevo' y 'paradigma' en un mismo texto, juntas o separadas, tiene causas varias que debemos relacionar: 1) la cada vez más usual identificación entre ambos términos⁷²; 2) lo novedoso y actual se manifiesta principalmente en los nuevos espacios salidos de las nuevas tecnologías de la comunicación; 3) el enfoque de paradigmas se está aplicando a las ciencias y las humanidades, los saberes y las prácticas, pero también a los objetos de estudio, a la misma realidad y su historia⁷³; 4) se entiende por 'paradigma' más lo que dicen los diccionarios (modelo, referencia ejemplar, cuando no dogma o pura teoría)⁷⁴ que la acepción de la ciencia pospositivista; 5) reduccionismo conceptual éste que, junto con el espectacular avance de la fragmentación, induce a valorar y comprender los cambios de paradigmas solamente en una parcela académica, autocalificándose de "nuevo paradigma" propuestas de tipo temático o metodológico especializado, olvidando –en la hipótesis de que se sepa– el concepto primordial de 'paradigma' como epistemológico conjunto de valores y creencias que comparten una comunidad de especialistas de una disciplina determinada⁷⁵. Vemos muy positivo, así y todo, que se divulgue tan pródigamente la palabra 'paradigma' vinculado a lo 'nuevo'⁷⁶, ya que manifiesta, se quiera o no, una honda tendencia colectiva de que nuestras disciplinas no queden académicamente rezagadas de las grandes transformaciones históricas e historiográficas en curso.

161

objetividad de los datos (no es casual que coincida con la historia objetiva / subjetiva del punto I de nuestro Manifiesto), gracias a la informática; Almenara y su grupo comentan, por último, la "marginalidad" de su avanzada propuesta paradigmática en los departamentos de estadística y bioestadística de los EE.UU. (*op. cit.*, p. 138-139).

⁷¹ Viene de atrás cierta desconexión con las realidades inmediatas por parte de las humanidades y las ciencias sociales, que permitió la colonización posmoderna a partir de la literatura, única salida que encontraron muchos en EE.UU., Gran Bretaña y otros países para reintroducir el sujeto –omnipotente– en la epistemología de las ciencias humanas.

⁷² En los años 70, pese a la anterior publicación del libro original de Kuhn sobre las revoluciones científicas en 1962 (1971, en español; 1972, en francés), pocos aprovecharon los conceptos de la nueva historia de la ciencia para hacer historiografía (Georg Iggers y la "nueva arqueología", entre ellos), nociones que pasaron después al olvido hasta la presente eclosión, derivada de los cambios revolucionarios en las formas de comunicación y sociabilidad que siguieron al fin del pequeño siglo XX (1917-1989).

⁷³ Ya vimos que, a veces, se confunde con escasa eficiencia la dialéctica de los viejos y nuevos paradigmas de la historiografía con el análisis –que tiene otras categorías y bases epistemológicas– de los mismos acontecimientos y procesos, inmediatos o mediatos, que investigamos; véase la nota 68.

⁷⁴ Véase la nota 11.

⁷⁵ Lo más paradójico son los "nuevos paradigmas" que, implicando potencialmente cambios epistemológicos de fondo, devinieron simples especialidades académicas de tipo empírico como la historia oral, de las mujeres, ecológica, del tiempo presente, etc., abandonando el general "combate por la historia", que exige esfuerzos transversales y teóricos disciplinares; véase el apartado III.1 sobre historiografía convergente en *Defensa e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate* en www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/defensamanifiesto.htm.

⁷⁶ La tendencia, que nosotros alentamos, es reemplazar la terminología "nuevas historias" de los años 70 por "nuevos paradigmas" en los 90, y el nuevo siglo, que entrañan transformaciones más profundas de la matriz disciplinar: la historia académica en nuestro caso, cuya reconstrucción –en nuestra opinión– han de superar dialécticamente los dos extremos del debate, los "retornos" a Ranke y los géneros tradicionales de escribir la historia, de un lado, y el posmodernismo en su versión más radical y auténtica (véase la nota 92), del otro; posmodernismo hoy en decadencia, reemplazado cada vez más por un posmodernismo pragmático, crítico y (trans) moderno con el que se puede dialogar mejor desde nuestra posición (re) moderna y partidaria de una nueva Ilustración.

En fin, las palabras se adelantan a los conceptos y sólo una parte de lo que encontramos en la red de redes bajo la etiqueta de "nuevo paradigma" se refiere, en rigor, a una nueva matriz disciplinar (sinónimo kuhiano de 'paradigma'), a un consenso o propuesta de consenso orientada, de entrada e independientemente de los resultados⁷⁷, a la comunidad académica como un todo, con el objetivo –compartido con otras tendencias divergentes / concurrentes– de rebasar las reconocidas "crisis"⁷⁸ de la historia y demás ciencias humanas y sociales, respondiendo a los retos del cambio de siglo.

Podemos definir los nuevos paradigmas históricos en marcha como propios y/o originados en otras disciplinas, importados de otros países –siguiendo el viejo esquema– o surgidos de las diversas realidades históricas y académicas nacionales o geolingüísticas: balance mixto de intercambio *Import-Export* de algún modo inexcusable en tiempos de interconexión y globalización.

Veamos algunos ejemplos de nuevos consensos o paradigmas, diferentes a Historia a Debate, de origen estadounidense⁷⁹, transdisciplinares, con alguna influencia en el campo de la historia: 1) El posmodernismo como "nuevo paradigma"⁸⁰, que se ha extendido, a partir de la literatura, la teoría y la crítica literarias, por medio de la epistemología y de las propuestas concretas de "giro lingüístico" y "estudios culturales", al resto de las humanidades y las ciencias sociales⁸¹. 2) El neoinstitucionalismo de los economistas que, dejando atrás el neopositivista cuantitativismo y desde una crítica inicial a la economía clásica, se ha difundido hacia la ciencia política, la sociología o la historia⁸². 3) El "nuevo paradigma educativo" de origen pretendidamente constructivista, muy relacionado con la enseñanza laboral y empresarial y con bastante peso por causas exógenas entre especialistas en pedagogía y didáctica⁸³. Pensado para

162

⁷⁷ Decimos en el punto XVII, titulado "Nuevo paradigma", del Manifiesto 2001 de HaD: "Según evolucione el debate historiográfico, y la historia más inmediata, nuestras propuestas recibirán más o menos consenso académico, las variaremos o no según interese, si bien hay planteamientos que, aun siendo por el momento minoritarios, nos parecen ineludibles para condicionar críticamente el nuevo paradigma en formación: el conjunto plural de valores y creencias que va a regular nuestra profesión de historiador en el nuevo siglo. Por todo ello, la historia nos absolverá, esperemos" (www.h-debate.com/Spanish/manifiesto/menu1.htm).

⁷⁸ Una de las propuestas paradigmáticas –que hemos denominado "continuista" en el preámbulo del Manifiesto de HaD– a la crisis de la historia busca en ocasiones, por propio interés, enmendar la mayor y negar incluso su existencia (véase "Hacia un nuevo paradigma historiográfico", *op. cit.* p. 223-225); sobre los efectos benéficos de la continuidad de las historias novedosas practicadas desde los años 60 y 70, véase las notas 8, 20, 56, 120.

⁷⁹ Véase la nota 95; el agotamiento de los genuinos focos europeos de Francia y Gran Bretaña, junto con la tendencia unipolar de gran potencia metropolitana, la mundialización y el auge del inglés, han potenciado la academia estadounidense como plataforma internacional de iniciativas, contrarrestadas en todo caso por una alternativa globalizadora, multicultural y multilateral, que está dificultando y mucho la reproducción en el siglo XXI del mimetismo unifocal, cultural y académico, característico de los eurocéntricos siglos XIX y XX; sobre el nuevo paradigma realmente poscolonial de HaD, véase *Defensa e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate* en www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/defensamanifiesto.htm.

⁸⁰ En la periferia de la influencia norteamericana no siempre se presentó el posmodernismo como un "nuevo paradigma" subjetivista si no como un "no-paradigma" (!), a fin de eludir el encontronazo con otros paradigmas más implantados y beneficiarse, además, del posmodernismo ambiental engendrado por la fragmentación y del escaso conocimiento de lo que significa 'paradigma'.

⁸¹ La irradiación posmoderna (véanse las notas 71, 76) tiene especial incidencia en Gran Bretaña (donde compite con ventaja con la historiografía marxista en los temas teóricos) y suele acompañar en Europa, y otras zonas, al uso del inglés como lengua académica, pero es claramente marginal en España y la Europa latina, con una presencia tardía y paradójica en sectores académicos iberoamericanos, como hemos comprobado en el III Congreso.

⁸² Sobre el neoinstitucionalismo, véase Manuel Artaza y también Salomón Kalmanovitz.

⁸³ El origen angloamericano explica la desproporción existente (mucho mayor que para "nuevo

la enseñanza secundaria es ahora de "obligado cumplimiento", desde la Declaración de Bolonia (1999), en Europa y sus enseñanzas universitarias.

La conversión del *new paradigm in education* en "paradigma oficial" de la Comisión Europea, ha alterado evidentemente las condiciones del debate y la libre generación del consenso, propios de una definición más académica y democrática de la noción de 'paradigma'. Tiene mucho interés, con todo, esta "propuesta" de un nuevo paradigma de raíz unidisciplinar (didáctico) y proyección transversal, que busca responder a la crisis paradigmática de la escuela con un apoyo decisivo de tipo administrativo e institucional⁸⁴. Pecado original que nos llevó a proponer, en 2007, ante su aplicación a la enseñanza de la historia, una depuración constructiva de los elementos posmodernos (v.g., el profesor como un desvalorizado y pasivo "facilitador"), empiristas, instrumentales o tecnocráticos (enseñar competencias⁸⁵, olvidando los saberes). Urge vincular, pues, el "nuevo paradigma" de las competencias a la educación en valores, actualizando críticamente lo que aprendimos de las "nuevas escuelas" del siglo XX (Dewey, Bruner, Piaget, Freire, Vigotsky...). De forma que sea posible hacer frente, y superar, dos problemas vinculados: retorno de la escuela tradicional, y graves dificultades socioeducativas como indisciplina, acoso escolar, brecha digital, violencia, drogas, desempleo y desmotivación. En definitiva, nos planteamos transformar un paradigma-modelo impuesto, "desde arriba", por un paradigma-consenso engendrado, "desde abajo", que recoja del primero lo mejor y no renuncie a influir en las directrices oficiales, sobre todo a través de la rectificación de una puesta en práctica que depende, y mucho, del profesorado y las comunidades educativas. A tal fin hemos aplicado la experiencia de análisis, crítica e intervención paradigmática de Historia a Debate a la tendencia actual de la didáctica anglosajona de la educación en competencias, elaborando un texto pensado para discutir y redefinir el nuevo paradigma de la enseñanza de la historia, en el marco de nuestro Manifiesto historiográfico: *Propuestas para el nuevo paradigma educativo de la historia*⁸⁶.

Desde el II Congreso, al tiempo que la Unión Europea aprobaba la Declaración de Bolonia donde se toma como referencia una didáctica claramente inclinada a las "competencias", el mercado y la "competitividad", hemos prestado creciente atención metodológica y teórica en Historia a Debate a la enseñanza

163

paradigma historiográfico, véase este texto a la altura de la nota 64) entre los resultados encontrados (Google 31/8/09) sobre "nuevo paradigma educativo", poniendo las palabras sin comillas, en inglés (2.780.000) y en español (390.000; en su mayor parte latinoamericanos).

⁸⁴ El papel de las instituciones internacionales (OCDE, CE...), y de una gran parte de las autoridades educativas nacionales, a favor de una nueva educación secundaria y superior basada en competencias y orientada al mercado laboral, explica tanto su éxito como los problemas de implementación que está teniendo en las comunidades educativas (ante todo, humanidades y ciencias duras), agravados en lo ideológico por la crisis de 2008 y sus efectos negativos sobre el fundamentalismo del mercado.

⁸⁵ Hemos distribuido en HaD (2/12/05) un manifiesto de profesores universitarios españoles críticos con la "educación en competencias" y su conexión ideológica y práctica con el mundo de la empresa (www.h-debate.com/listahad/a_2005/diciembre/2_12_05.htm).

⁸⁶ Versión escrita y ampliada de una ponencia presentada en el Seminari Internacional Taula d'Història "El valor social i educativo de la història", organizado por el Departament de Didàctica de les Ciències Socials (Universidad de Barcelona, 9 de julio de 2007); disponible en Carlos Barros (2008) y otras publicaciones (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/npeducativo.htm).

de la historia⁸⁷, concluyendo que era necesario relacionar más estrechamente la nueva historiografía con la didáctica de la historia, demanda a la que tratamos de responder sin recetas, aportando praxis y proposiciones, animando a los profesores de secundaria a construir con nosotros, investigadores y profesores de enseñanza superior, desde un ámbito latino y global, un nuevo paradigma válido para la historia enseñada conectado con el nuevo paradigma historiográfico⁸⁸.

En contraste con los tres nuevos paradigmas citados, de origen estadounidense e importados de otras ciencias humanas, el nuevo paradigma historiográfico de Historia a Debate responde, tanto en su versión explícita como implícita⁸⁹, a una iniciativa euroamericana, española y latina, que: 1) tiene híbridas raíces teóricas, intelectuales e historiográficas (*Annales*, marxismo, ciencia pospositivista, y otras) procesadas críticamente desde un historiografía inmediata; 2) dialoga permanentemente con otras propuestas actuales, generales y parciales, asumiendo unas partes y criticando otras⁹⁰, desde una posición base (epistemológica) de carácter mixto pero sistémicamente coherente⁹¹; 3) aplica creativamente las infrautilizadas posibilidades⁹² de la

⁸⁷ Véase la reseña de Rafael Valls (1999), *historia y otras ciencias sociales*, Madrid, 2000, nº 4; seis meses después (3/1/00) iniciamos el debate educativo on-line "¿Qué historia enseñar en el nuevo siglo?" en el que participaron a 31/8/09 unos 135 colegas (http://www.h-debate.com/Spanish/amenudebates_def.htm).

⁸⁸ La demanda de una posición didáctica para HaD se ha concretado, hasta la fecha y por mi parte (en cuanto coordinador / orientador), en cuatro intervenciones: (1) videoconferencia "La nueva historiografía y la enseñanza de la historia" (20/9/02), dirigida a docentes y alumnos de la Maestría en Educación de la Universidad Virtual del Instituto Tecnológico de Monterrey (vídeo disponible, junto con transcripciones en español e italiano, en www.h-debate.com/videos/videos/mexico.htm); (2) conferencia "Nuovi paradigmi della ricerca storica" (20/10/04), en el marco del Congreso Internacional *Storiografia e insegnamento della storia: è possibile una nuova alleanza?*, organizado precisamente por la universidad de Bolonia (audio en www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/lugares/bologna.htm); (3) conferencia "Historia a Debate y la reconstrucción del paradigma historiográfico" (9/1/06), en el marco del III Curso de Invierno "Da teoria da história à didática da história", organizado por la Universidad de Coimbra; y, por último, (4) la citada ponencia (nota 88), a modo de conclusión (provisional), "Propuestas para el nuevo paradigma educativo de la historia" (9/7/07), ampliamente difundida en Internet y resumida en "Insegnari storia, competenze e valori", *Patrimoni culturali tra storia e futuro* (a cura di Beatrice Borghi, Cinzia Venturoli), Bologna, marzo 2009, pp. 51-54 (trad. esp., "Enseñar historia, competencias y valores" en *Monografias.com* (<http://www.monografias.com/trabajos918/historia-competencias-valores/historia-competencias-valores.shtml#Relacionados>)).

⁸⁹ Dada la amplitud de HaD como red académica-social y movimiento historiográfico, y su relativa juventud, no todos los colegas que vienen participando con alguna continuidad en nuestras actividades desde 1993, presenciales y digitales, activa o pasivamente, son –o podemos ser– plenamente conscientes de la novedad y trascendencia que puede implicar la interrelación de nuestras prácticas, investigaciones y reflexiones sobre el método, la historiografía y la teoría; de ahí que, desde el III Congreso, dediquemos un espacio a estudiar colectivamente nuestra propia experiencia.

⁹⁰ Con los partidarios de los retornos biográficos, políticos, narrativos..., podemos coincidir en la valoración positiva de un inédito pluralismo historiográfico (tesis 8 de *La historia que viene*; véase la nota 122), pero cuestionamos la subyacente teoría del conocimiento de una historia tradicional "tal como fue", protagonizada ante todo por "grandes hombres" en detrimento del sujeto social; con la posmodernidad genuina (véase la nota 76) podemos coincidir en el papel determinante –tanto como las fuentes, corregimos nosotros– del sujeto cognoscente (punto I del Manifiesto de HaD) o en que la Historia no tiene un final preestablecido (punto XIV), pero discrepamos de la pretensión epistemológica de igualar historia y ficción o de que la historia deba prescindir de "cambiar el mundo", queremos coadyuvar con los sujetos sociales a perfilar renovados objetivos históricos.

⁹¹ Pensar con dos ideas a la vez, sintéticamente, requiere de mentalidades científicas y académicas complejas, actualizadas, que huyan de las falsas e improductivas disyuntivas tipo blanco / negro, individual / colectivo, subjetivo / objetivo, conmigo / contra mí, que tanto daño han hecho, y todavía hacen, a la ciencia y a la sociedad.

⁹² Por simple desconocimiento y el peso retardatario de las mentalidades, lo que se hace académicamente en Internet suele estar por debajo de lo que se puede hacer técnicamente, aunque la situación evoluciona con rapidez, un ejemplo son las en su momento novedosas páginas webs de recursos, reemplazadas en la práctica por Google y otros buscadores; nuestra contribución es haber

globalización de la comunicación, la academia y la sociedad de nuestro tiempo; 4) construye, en definitiva, un nuevo consenso disciplinar con componentes diversos, multi e intradisciplinarios, desde una óptica sintética y global, sin perder de vista la experiencia acumulada durante más de un siglo por la historia como dedicación, con sus viajes pendulares de la literatura a la historia, de la filosofía a la empiria, de la política a la sociedad, de lo subjetivo a lo objetivo, y viceversa. No conocemos internacionalmente otro proyecto tan claro de debate y reconstrucción paradigmática global, lo que no quiere decir que no pueda y deba surgir en otros ámbitos y/o disciplinas. Estamos lógicamente interesados en establecer intercambios y alianzas con otras redes y tendencias historiográficas con intereses comunes⁹³, y lo estamos haciendo, sin renunciar a la discusión y la bilateralidad, para lo cual nos servimos de nuestra original, inacabada y multifacética experiencia, en su forma y su contenido, en su método (digital, comunitario⁹⁴, en debate, desde abajo) y en sus resultados. Ahora bien, en lo que podamos representar como adelanto científico social, no todo el mérito es nuestro, también cuenta el retraso general.

Mercado, ficción y positivismo

Hay que preguntarse, desde luego, porque las comentadas propuestas de nuevos paradigmas de origen norteamericano no vienen directamente de la historia sino de la literatura o de otras ciencias humanas y sociales. Pasa algo parecido en otros lugares⁹⁵. Una primera respuesta es que la historia académica, a diferencia por ejemplo de la literatura y la filosofía (posmodernas), desaprovecha los descubrimientos del físico norteamericano reconvertido hace cuatro décadas en historiador, en su propio país, aplicándolos en el mejor de los casos a "nuevos paradigmas" parciales, que no pueden, ni por lo regular pretenden, dar una solución global, y de progreso, a la complicada crisis de la disciplina incubada desde fines del siglo XX. La finalidad especializada de muchas de las proposiciones que se proclaman como neoparadigmáticas explica que algunas –como la historia de género– fueran en buena medida recuperadas, en medios anglosajones, por el paradigma teórico de la posmodernidad, basado en la preeminencia del discurso sobre la realidad social. Todavía fue peor lo que pasó con la historia poscolonial india de comienzos sociales y "subalternos" que desembocó, al atravesar el Océano Pacífico, en un fenómeno principalmente subjetivo, lingüístico y cultural –"superstructural", decíamos peyorativamente en los años 70– por falta de un

165

sido de los primeros historiadores y académicos en dar el paso de la web 1.0 a la web 2.0, superando las páginas webs de servicios (información académica, siempre necesaria), al crear hace ya un década una comunidad académica digital que de verdad combina debate y consenso, reflexión e investigación histórica e historiográfica.

⁹³ Véase la nota 38, y el apartado III.1 sobre historiografía convergente en "Defensa e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate" (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/defensamanifiesto.htm).

⁹⁴ Somos ciertamente "enanos a hombros de gigantes", pero los gigantes son las corrientes colectivas, más o menos organizadas o latentes.

⁹⁵ Escogimos Norteamérica como ejemplo actual, y contrapunto, porque se dan con más claridad y radicalidad situaciones historiográficas, académicas y públicas de dimensión internacional gracias al uso académico del inglés y su papel geoestratégico de primera potencia (en decadencia, según Paul Kennedy y otros científicos sociales).

paradigma norteamericano avanzado en el que englobarse, donde fuese posible conciliar, la óptica subalterna de Gramsci con una alternativa historiográfica y teórica más actual, que combata el colonialismo y los rebrotes neoimperiales tanto en el discurso historiográfico y cultural como en la realidad política, social y económica, pasada y presente.

Esta falta de iniciativa epistemológica, global y actual de la historia profesional, más allá de los ámbitos sectoriales⁹⁶, refleja asimismo algo a lo que ya hemos hecho referencia en otro lugar⁹⁷. Trascendentes debates internacionales que han relacionado historia y actualidad, pasado y futuro, filosofía e historia, como el "final de la historia" (1989) o el "choque de civilizaciones" (1996), se lanzaron desde los Estados Unidos, pero sus protagonistas (Francis Fukuyama, Samuel P. Huntington) no fueron historiadores sino filósofos y politólogos. El historiador Paul Kennedy⁹⁸ lo había intentado meritoriamente años atrás, con menos éxito, con *The Rise and Fall of the Great Powers* (1987). Demostrando estos lanzamientos basados en la historia, en cualquier caso, que existen, o existían, en el centro del "imperio" mejores condiciones objetivas para la irradiación internacional de los debates globales de Historia Inmediata⁹⁹. Es por ello que nos interesa seguir la evolución historiográfica reciente en los EE.UU.¹⁰⁰, por mucho que su influencia sea menor en el ámbito académico en que nos movemos los miembros activos de Historia a Debate.

¿Qué estaría impidiendo a los historiadores norteamericanos jugar un mayor papel internacional de manera directa hablando de historia y actualidad, aprovechando las ventajas que, hoy por hoy, les facilita la globalización¹⁰¹? ¿Qué imposibilita a los historiadores de los EE.UU. aprovechar, como nosotros en el plano iberoamericano, la ventaja histórica del relativo retraso¹⁰² en la

⁹⁶ Hay avances sectoriales y puntuales de la historiografía estadounidense muy aprovechables a tono con los retos actuales: el caso de la *World History* discutida en el III Congreso de 2004, o de la *Public History*, cuya inclusión está prevista –Clío mediante– en el IV Congreso de 2010; además de importantes experiencias innovadoras, paralelas a HaD, en el uso historiográfico de las nuevas tecnologías como H-Net (portal de listas, desde 1993) o HNN (*History News Network*, desde 2001), de compromiso sociopolítico de los historiadores como HAW (*Historians Against the War*, desde 2003), en todos los casos con la triple limitación (o virtud, según se vea) de su carácter primordialmente nacional, con una proyección internacional en todo caso subordinada al uso del inglés (*English-only*), además de una general ausencia de inquietudes explícitas (más allá de la especialidad) de tipo metodológico, historiográfico o teórico-histórico.

⁹⁷ Véase el apartado I.2 sobre desfocalización, multiculturalismo y red, en "Defensa e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate" (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/defensamanifiesto.htm).

⁹⁸ De todos modos, Paul Kennedy se trata de un caso particular, la historia del presente o inmediata, no es demasiado cultivada por los historiadores, dentro y fuera de Norteamérica, lo que contribuye a entender mejor la poca influencia de los historiadores académicos sobre la actualidad.

⁹⁹ La realidad es que, en otros países de Europa y América Latina, cuando hay debates públicos que relacionan historia y actualidad, donde intervienen historiadores, no suelen rebasar el territorio, la historia y la memoria nacionales.

¹⁰⁰ Véase la nota 95.

¹⁰¹ Si la constitución de Historia a Debate (4.406.743 visitas en la web entre abril 1999 y julio 2008) como "comunidad académica de nuevo tipo", promotora de un nuevo paradigma historiográfico de orden global, ha sido posible gracias al segundo lugar que ocupa el español entre las lenguas occidentales, dentro y fuera de Internet, más fácil sería difundir desde los EE.UU. un nuevo paradigma historiográfico (como se hizo con el *new paradigm* educativo), después del acabamiento de las escuelas europeas de *Annales* y *Past and Present*...

¹⁰² Hemos escrito en otro lado sobre la ventaja del retraso de algunos países cuando, después de haber actuado miméticamente de receptores, los focos emisores se consumen (en cuanto a novedades) y dificultan, por el peso y la inercia de la tradición, la imprescindible adaptación a los cambios, "Historia a Debate, tendencia historiográfica latina y global", *Aula-Historia Social*, Valencia, nº 13, primavera

producción mundial de novedades historiográficas, antaño procedentes de Alemania (siglo XIX), Francia y Gran Bretaña (siglo XX)? Lo primero que se hizo historiográficamente mal –en la medida en que hubo *rational choice*– fue la marginación después de la II Guerra Mundial¹⁰³ de las nuevas historias europeas, marxistas y *annalistes*¹⁰⁴: ello engendró, andando el tiempo, un bloqueo estéril del debate entre positivismo y posmodernismo¹⁰⁵. La historia positivista con fuerte y antiguo arraigo en Norteamérica, se ha beneficiado después (años 80) de la decadencia de importantes novedades historiográficas *made in USA* de los 60 y 70¹⁰⁶, y más aún del auge (años 90) de un neoconservadurismo político y académico, cultural y mental, que llegó a su paroxismo con el *Project for the New American Century*¹⁰⁷, implementado por la Administración Bush y contestado, a partir de la guerra de Irak (2003), por buena parte del universo¹⁰⁸. Neoconservadurismo ideológico que, incrustado en la cúspide del Estado y con una evidente influencia universitaria, favoreció más que nada una historia simplista de héroes y villanos, grandes hombres, acontecimientos y batallas, de base positivista, sin que el posmodernismo hiciese nada efectivo por combatirla¹⁰⁹.

En el contexto “reaccionario”¹¹⁰ de los años 90 y principios del nuevo siglo, tenemos que reconocer que el efecto principal del debate sobre la historia académica provocado por el posmodernismo en Norteamérica, y sus zonas de influencia, ha sido empujar al conjunto de los historiadores –involuntariamente, suponemos¹¹¹– en los brazos de una *Old Old History* temida –o deseada– desde hace años¹¹². Tan cierto es que muchos de los historiadores de posiciones

167

2004, p. 86 (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/tendencia.htm).

¹⁰³ Ayudó no poco el contexto desfavorable de la guerra fría y el macartismo, véase la nota 121.

¹⁰⁴ Vanguardias que quedaron circunscritas, en los años 60 y 70 estadounidenses, a la *Radical History* (marxismo) y a los historiadores especialistas en Europa (*Annales*), de manera que el ulterior retorno de la vieja historia no fue tal (véase la nota 112), permaneció en forma larvada, igual que pasó en otros países (véase la nota 95).

¹⁰⁵ Véase la nota 109.

¹⁰⁶ Loables innovaciones neopositivistas fueron, en su momento, la *History Social Science* y la *New Economic History* que introdujo en la historiografía internacional el cuantitativismo (asumido por *Annales* como *Histoire Sérielle*, sin reconocimiento de la deuda, por cierto, véase *Dictionnaire des Sciences Historiques*, París, 1986, pp. 631-633), refugiadas hoy en la pura especialización como casi todas las nuevas historias del siglo XX.

¹⁰⁷ Véase como se justifica en la historia del siglo XX la “guerra preventiva” y la necesidad de una hegemonía militar norteamericana en el siglo XXI: “The history of the 20th century should have taught us that it is important to shape circumstances before crises emerge, and to meet threats before they become dire. The history of this century should have taught us to embrace the cause of American leadership”, *Statement of Principles of PNAC*, manifiesto fundacional firmado el 3 de junio de 1997 por Cheney, Fukuyama, Wolfowitz, Kagan, Rumsfeld y otros académicos y/o políticos (<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>).

¹⁰⁸ Este texto ha sido inicialmente redactado después del III Congreso (2004), cuando gobernaban los *necons* en los EE.UU., y revisado en 2009 (para la edición de sus Actas), después por tanto de la victoria de Barack Obama en noviembre de 2008 que supone un gran cambio histórico, cuya profundidad y efectos están por ver, así como la incidencia que puede tener sobre la historiografía estadounidense y sus seguidores en todo el mundo.

¹⁰⁹ El posmodernismo y el positivismo se retroalimentan, respetándose tácitamente –pese a las críticas mutuas– las posiciones ocupadas en el mundo académico de influencia anglosajona: el primero en la teoría y la epistemología de la historia; el segundo en la investigación y la práctica de la historia.

¹¹⁰ En el sentido de “opuesto a las innovaciones”, véase la segunda acepción del término en el *Diccionario de la Real Academia Española* (<http://buscon.rae.es/diccionario/drae.htm>).

¹¹¹ No siempre se sabe –o se quiere valorar– la relación de las proposiciones académicas con los contextos ideológicos, políticos y sociales, menos aún si las consecuencias de la propia actividad contradice lo que se defiende.

¹¹² La gran pregonera del retorno de la vieja historia en los EE.UU. ha sido Gertrude Himmelfarb con su *The New History and the Old: Critical Essays and Reappraisals*, Harvard, 1987; que la autora sea especialista en Europa (Inglaterra, época victoriana) convierte en más significativo y exitoso el “giro

teóricas posmodernas que investigan historia “en concreto” suelen hacerlo de manera clásica, puramente empírica, cualquiera lo puede comprobar, salvo excepciones que se vuelven raras conforme el retorno de la vieja historia (revalorizada académicamente) y el mercado hacen sonar, al unísono, sus cantos de sirena.

Un caso paradigmático de interés general sobre la deriva final de la historia posmoderna es, sin duda, la evolución del brillante historiador angloamericano, Simon Shama, que intentó más que nadie llevar la genuina posmodernidad a la investigación, pasando de meritorios e impenitentes ensayos que igualaban historia y ficción¹¹³ como *Dead Certainties: Unwarranted Speculations* (1991)¹¹⁴ a una entretenida superproducción, *A History of Britain*¹¹⁵ (2000), para la BBC, conmemorativa del nuevo milenio, con un claro enfoque historiográfico de datos y fechas, grandes acontecimientos y grandes hombres, adobado con curiosas anécdotas, buena escritura y mucho esencialismo de Estado-nación inglés que deja de lado a Escocia y Gales en la historia de la Gran Bretaña¹¹⁶. La involución de Shama es modélica por lo que tiene de típica y cualificada adaptación¹¹⁷ a un mercado que fue premiando o castigando¹¹⁸ cada una de sus obras, según fuesen más o menos clásicas historiográficamente¹¹⁹.

La confluencia de mercado y ficción empuja *par tout* a una parte de la historia profesional (otros se quejan de no estar invitados, y la mayoría se mantiene en lo académico) hacia sus primeras certezas (positivistas) y demandas

168

conservador” que promovió hace dos décadas; retorno anunciado y temido con anticipación por Lawrence Stone en “The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History”, *Past and Present*, nº 85, 1979; historiador inglés fallecido, uno de cuyos últimos actos académicos fue la participación en el I Congreso Internacional de HaD, miembro fundador de *Past and Present*, profesor de la Universidad estadounidense de Princeton y especialista en la Revolución Inglesa y su época.

¹¹³ Somos partidarios de una **historia mixta** que utilice a fondo los recursos narrativos de la literatura –introduciendo incluso al historiador como narrador, como hace Shama en la serie de la BBC– pero sin caer llanamente en la ficción, “El retorno de la historia”, *Historia a debate. I. Cambio de siglo*, Santiago, 2000, pp. 153-173.

¹¹⁴ Trad. esp. *Certezas absolutas*, Barcelona, 1993.

¹¹⁵ Véase el índice de los 15 capítulos de la serie en http://www.napoleonguide.com/dvd_brithist.htm.

¹¹⁶ Es significativo que la única crítica histórica recibida por el documental sea identitaria, pese a su tradicionalismo historiográfico, como se puede comprobar en Amazon, H-Net y Wikipedia: http://www.campingguiden.no/cgi-bin/apf4/amazon_products_feed.cgi?Operation=ItemLookup&myOperation=CustomerReviews&ItemId=B00004Y3NW&ReviewPage=2, <http://hnn.us/comments/10421.html>, http://en.wikipedia.org/wiki/Simon_Schama%27s_A_History_of_Britain.

¹¹⁷ Desgraciadamente se ven cosas mucho peores cuando se trata de trabajos de encargo.

¹¹⁸ Esta tendencia de algunos historiadores a trabajar para el mercado es hoy, como sabemos, un fenómeno geográficamente extendido, dado el interés de los viejos Estados en reafirmar y actualizar en tiempos de globalización sus identidades nacionales, hacia adentro y hacia fuera; es habitual entre nosotros devaluarlos *sotto voce* como “historiadores mediáticos”, no estamos de acuerdo con dicha descalificación en lo que toca al necesario uso de los medios de comunicación para difundir la historia, ni siquiera con la crítica larvada de sus motivaciones económicas –¿no estamos acaso en una economía de mercado?–; es bueno que los historiadores escriban para un público más amplio, donde vemos que puede chocar el interés individual con el interés colectivo es cuando se sacrifica la historia en la que honestamente uno cree (o ha creído) en favor de una historia-mercancía, profesionalmente devaluada, al servicio de diferentes poderes (véase el punto VIII del Manifiesto de HaD).

¹¹⁹ *A Chronicle of the French Revolution* recibió en 1990, el premio NCR considerado el más lucrativo para libros de *Non-Fiction* en toda Gran Bretaña (sobre su carácter pro-absolutista y el escamoteo del sujeto social, véase la reseña de Chris Nineham en el nº 215 de *Socialist Review*, enero 1998); en el año siguiente, sin embargo, el citado libro experimental *Dead Certainties* se vendió bien poco (y recibió además críticas académicas), a diferencia de *Landscape and Memory* (1995) “more traditionally structured” y por consiguiente mejor tratado; hasta llegar al apoteosis de los documentales televisivos: un posterior contrato, en 2003, de Shama con la BBC y HarperCollins para producir series y libros fue presupuestado en 5, 3 millones de dólares (http://en.wikipedia.org/wiki/Simon_Schama).

públicas (entretenimiento, pero también función política), con más incidencia si cabe en el país donde el neoliberalismo y el posmodernismo han recibido más impulso, y donde académicamente las nuevas historias vinculadas al marxismo y *Annales* no tuvieron, a partir de la segunda posguerra, demasiada fuerza¹²⁰ por razones asimismo relacionadas con la historia¹²¹. En cambio, la historiografía española ha asumido, aunque tardíamente (por culpa de una dictadura) (véase “La historia que queremos”, 1995), la renovación historiográfica de *Annales* y el materialismo histórico, al igual que las historiografías latinoamericanas (en desigual medida, ciertamente). Lo cual contuvo el retorno a Ranke y la historia de las “grandes figuras” en la historiografía académica¹²², al tiempo que relegó a los márgenes –si cabe con más fuerza– la pulsión desprofesionalizadora de la posmodernidad, frustrando el “efecto tenaza” que tanto ha facilitado el “giro conservador” de la historiografía norteamericana y sus zonas de influencia.

Contexto distinto que ha permitido, en la última década, la emergencia en y desde España de HaD y otras dos corrientes historiográficas de ámbito nacional, si acaso más comprometidas políticamente que nosotros: la Idea Histórica de España y la Recuperación de la Memoria Histórica¹²³. Tres tendencias verdaderamente actuales que han roto, conjunta y diversamente, con una tradición historiográfica que nos ha hecho depender en el pasado, para bien y para mal, de otros países, resultando que todas ellas, y no por casualidad, se sienten, a diferencia de lo que sucede en otros países y lugares, en mayor o menor medida “compatibles” con el marxismo y el *annalisme* de los años 60 y 70¹²⁴.

169

¹²⁰ En los países europeos donde se generaron dichas nuevas historias, como Inglaterra, sigue en pie una *New Social History* (807.000 referencias en Google a 7/9/09) como línea de investigación y Hobsbawm todavía lanza, en noviembre de 2004, un Manifiesto (valorado al comienzo de este trabajo) por la historia reivindicando la tradición historiográfica marxista inglesa (www.h-debate.com/Spanish/manifiesto/opiniones/barros17.htm); en Francia se continúa investigando con un buen nivel en historia social e historia de las mentalidades, y late todavía una historia humanamente comprometida a la manera de Bloch, aunque ya no es mayoritaria, como se puede ver en dos documentos firmados (2005) por historiadores académicos sobre las *lois mémorielles*, el primero contra el rol positivo de la colonización francesa, el segundo reivindicando la vuelta de Seignobos y su principio positivista “la historia se hace con documentos” con el fin de defender, contra el movimiento memorialista, que la historia “sólo” compete a los historiadores (véanse los dos textos en <http://www.h-debate.com/Spanish/historia%20inmediata/memoria/barros.htm>).

¹²¹ La represión macartiana de los años 1950-1956 produjo efectos duraderos en las academias norteamericanas, no sólo en Hollywood: el número de historiadores represaliados y censurados (entre ellos Moses Finley, Natalie Z. Davis, Norman Birnbaum y Eugene Genovese) pasan de 9 en los años 40 a 47 en los años 50, bajando después progresivamente hasta llegar a 3 en los años 90, sobra decir que se les persiguió por marxistas, liberales y radicales..., véase Antoon Baets (2002).

¹²² El género biográfico ha penetrado poco en la universidad española en cuanto a tesis doctorales y otros trabajos académicos, fue sobre todo iniciativa de algunas editoriales, medios de comunicación e instituciones políticas; la moda de la biografía reflejó más los “usos públicos de la historia” (véase la nota 125) que una evolución historiográfica interna, valorada y debatida en nuestro propio medio, lo cual no le resta valor como muestra de un pluralismo historiográfico que defendimos (1994) en la tesis 8 de *La historia que viene*: “Lo que decide que un tema de investigación o un género historiográfico sea válido o no, es la aportación del historiador”; en ello estamos, pues, combatiendo en cualquier caso un “todo vale” que sirva de anastésico de la responsabilidad profesional y social del autor.

¹²³ Véase las “Primeras conclusiones del III Congreso Internacional Historia a Debate (14-18 de julio de 2004)” (www.h-debate.com/congresos/3/conclusiones/primeras%20conclusiones.htm); tratamos este tema con mayor detalle en “Últimas tendencias de la historiografía española” (2007) (www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/lugares/montevideo3/audio.htm).

¹²⁴ Parte de los historiadores españoles marxistas y pro-*Annales* que han organizado o se han adherido a estos movimientos historiográficos recientes, incluida la Idea Histórica de España, no tienen demasiada

El hecho comprobado del imaginario y la realidad "continuista" en la historiografía española reciente no contradice que las instancias intermediarias, empresariales e institucionales, que orientan el mercadeo de la historia hayan impuesto en los lectores, como en otros países, un gusto en buen grado artificial y políticamente interesado¹²⁵, por una historia individualista y elitista manifestada en el auge de las biografías de reyes y otros "grandes personajes", desde la "Reconquista" a la "Transición". Un proceso exitoso anterior, más masivo y menos coyuntural, como la novela histórica muestra –me refiero a las mejores, de ayer y de hoy– que el público culto antes bien se interesa por gente como ellos, seres anónimos, humanamente ricos en su relación social, afectiva y política, con un protagonismo regularmente coral que sitúa al fondo... las "grandes figuras". Todo lo contrario de la ya pasada demanda mediática y política de "grandes biografías", que ciertamente –una cosa no quita a la otra– ha ganado en algunos casos con sus autorías académicas, pese su lastre original como obras de encargo, cuando no simples empeños comerciales¹²⁶.

Descartado por "optimista" que el *boom* que hemos vivido de la biografía histórica sea debido al "brillante desarrollo alcanzado por la investigación histórica en España", Carlos Martínez Shaw (2002)¹²⁷, lo vincula con el retorno de la idea histórica de España: el problema de una "naciente" democracia española¹²⁸ que tenía que asumir la tarea de "cimentar un nuevo concepto de España que encuentre la aceptación de las distintas sensibilidades ideológicas y regionales" (MARTINEZ SHAW 2002). Todavía estamos lejos de haberlo conseguido, precisamente porque no se trata tanto de una iniciativa académica como política, directa o indirectamente. El impulso que recibió la idea histórica de España con la victoria del Partido Popular en marzo de 1996 potenció como referentes históricos, mediante centenarios conmemorativos, a nuestros reyes imperiales (Carlos V, Felipe II, Reyes Católicos)¹²⁹ y, por extensión, a la historia de los "grandes

170

conciencia o pesar sobre la diferencia de la historia que hacen y dicen ahora con lo que hicieron y dijeron en su juventud, cambios personales que se suelen considerar benévolamente fruto lógico de los dispares momentos histórico-historiográficos vividos, peculiar sentimiento de continuidad / discontinuidad que no percibimos tanto en las historiografías que se mantuvieron ajenas a la "revolución historiográfica del siglo XX".

¹²⁵ El fenómeno editorial se fue agotando, en la segunda parte de la primera década del siglo, por la propia saturación del mercado y las consecuencias del cambio político que tuvo lugar en 2004, como luego veremos.

¹²⁶ Véase un debate sobre el retorno de la biografía en España en Flocel Sabaté & Joan Farré (2003); se suele poner como ejemplo (también en la publicación de la nota siguiente) al modernista y académico Manuel Fernández Álvarez de reconversión de una historia social (v.g., *La sociedad española en el Siglo de Oro*, 1985) a las biografías de reyes y la novela histórica (bajo el impulso de Espasa-Calpe), sin embargo este historiador publica como prueba de continuidad, en 2002, *Casadas, monjas, ramerías y brujas. La verdadera historia de la mujer en el Renacimiento* (reed. en rústica, 2005).

¹²⁷ Véase asimismo la nota 122.

¹²⁸ A finales de 1995, antes de la primera victoria del Partido Popular y sus consecuencias historiográficas, planteamos ya cómo era posible que casi 30 años después de la transición a la democracia no se hubiera generado y divulgado un concepto democrático y pluralista de la idea histórica de España en "La historia que queremos" (p. 332-337).

¹²⁹ La conmemoración de los Reyes Católicos tuvo menor alcance, suponemos que para evitar polémicas (expulsión de los judíos, centralización del Estado, etc.); por otro lado, se dijo que Felipe V no tuvo su gran conmemoración por la firme oposición de Convergència i Unió, partido catalán del cual dependía por entonces parlamentariamente el Gobierno del PP: en la fiesta nacional de Cataluña del 11 de setiembre se "celebra" justamente la entrada *manu militari* de Felipe V en Barcelona (1714), quien abolió dos años después, con el "Decreto de Nueva Planta", el idioma y las instituciones de Cataluña que se integró así en el Estado absolutista borbónico.

hombres". La participación de importantes historiadores marxistas y analistas de los años 60-70 en este movimiento, que tuvo y tiene como referencia una remozada Real Academia de la Historia, no impidió cierto tono general de regreso a la vieja historia de España como reacción a la continua y general influencia historiográfica, desde antes de la transición, de los nacionalismos y regionalismos periféricos, con el frecuente apoyo de sus Comunidades Autónomas. Cualquiera que sea el balance, la irrupción de la Idea Histórica de España llenó con todo un peligroso vacío historiográfico, según denunciarnos en la conferencia de clausura del congreso "La historia en el horizonte del año 2000: compromisos y realidades" (Zaragoza, noviembre de 1995)¹³⁰.

La victoria electoral del PSOE en marzo de 2004 implicó un cambio relevador de contexto histórico e interés historiográfico público. La Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales abandonó la historia de los "grandes reyes" por aniversarios y temas de la historia de España más diversificados y progresistas, como minorías sociales, Ilustración, República, guerra civil y mayo del 68, ampliando además el abanico temático hacia la historia de la literatura y la cultura iberoamericana, con un perfil de actividades menos llamativo en cuanto a tamaño e impacto¹³¹. También fue moderado, aunque significativo, el apoyo a las asociaciones para la recuperación de la memoria histórica, concretado en la Ley de Memoria Histórica de 2007 (Véase <http://leymemoria.mjjusticia.es/>). Podemos decir que el PSOE no se obsesionó tanto como el PP por animar e incidir en la interpretación de la historia de España, que así y todo siguió evolucionando en el último quinquenio con autores más en consonancia con las nuevas circunstancias políticas, sociales y mentales. La *Historia de España* (Crítica-Marcial Pons, 2007) en 12 volúmenes coordinada por Josep Fontana y Ramón Villares, con la intención lograda, y necesaria, de actualizar las Historias de España de la transición (Miguel Artola, Alfaguara, 1975; Tuñón de Lara, Labor, 1980); si bien adolece de la fragmentación cronológica y temática de este tipo de obras colectivas, además de un excesivo contemporaneísmo¹³². No es el caso de *España, una nueva historia* (Gredos, 2009), de José Enrique Ruiz Domènec que reincide (reivindicando una "españolidad de izquierdas" y el referente de Américo Castro)¹³³ en la búsqueda de una interpretación narrativa de conjunto, ordenada eso sí por acontecimientos y grandes fechas, que considera más significativos los elementos comunes que la diversidad en la formación de España, con una clara intención finalmente de que sirva para la comprensión y resolución de problemas actuales. Jalones para una historia plural y común de España en construcción, con la que todos (nacionalidades, ideologías y clases sociales) nos

171

¹³⁰ Véanse la nota 128 e "La historia que queremos" (1995).

¹³¹ La Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales del Gobierno de España organizó en 2005 varios congresos por el IV Centenario del Quijote; en 2006, sobre la guerra civil española y la guerra de sucesión (siglo XVIII); en 2007, sobre las Tres Culturas, Mayo del 68, la Ilustración y Valencia durante la II República; en 2008, historia del republicanismo, época de Carlos IV y guerra de la independencia; en 2009, historia y expulsión de los moriscos (www.secc.es).

¹³² La mitad de los tomos están dedicados a los siglos XIX y XX, con lo que difícilmente se puede contribuir a la comprensión histórica de una diversidad que viene de muy atrás.

¹³³ Entrevista en Radio Granada 7/5/09. En

<http://www.radiogranada.es/modules.php?name=News&file=article&sid=53798>.

consideremos realmente representados: tarea historiográfica al tiempo que política y social, desde luego.

Referencias

- ALMENARA, José y otros. **Historia de la bioestadística**: la génesis, la normalidad y la crisis. Cádiz, 2003.
- ARTAZA, Manuel. "El Nuevo Institucionalismo: el retorno de la historia y de las instituciones a la Ciencia Política". En <http://www.h-debate.com/congresos/3/cdigital/debates/mesas/F/artaza.htm>.
- BAETS, Antoon. **Censorship of Historical Thought**. A World Guide, 1945-2000. Connecticut, 2002, p. 560-589.
- BARROS, Carlos. "La 'Nouvelle Histoire' y sus críticos". **Manuscrits. Revista d'Història Moderna**, 9:83-111, Barcelona, 1991a. (www.h-debate.com/cbarros/spanish/nouvelle.htm).
- _____. "El 'tournant critique' de Annales". **Revista de Història Medieval**, 2:193-197. Valencia, 1991b. (www.h-debate.com/cbarros/spanish/tournant.htm).
- _____. "La historia que viene". **Historia a debate. I. Pasado y futuro**, p. 95-117, Santiago, 1995.
- _____. "El paradigma común de los historiadores del siglo XX". **Medievalismo**, 7:235-262, Madrid, 1997.
- _____. "Hacia un nuevo paradigma historiográfico". **Memoria y civilización**, 2:223-242, Pamplona, 1999.
- _____. "El retorno de la historia". **Historia a debate. I. Cambio de siglo**. Santiago, 2000, p. 153-173. (http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/retornohistoria.htm).
- _____. "La Escuela de los 'Annales' y la historia que viene". **La historia que se fue**. Suplemento Cultural del *Diario de Sevilla*, nº 99, 18 de enero de 2001. (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/historiografia_inmediata/escueladeannales.htm).
- _____. "La historia mixta como historia global" (2002). En www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/historia_medieval/mixta.htm.
- _____. "Defensa e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate. **Historiografía crítica del siglo XX** (Boris Berenzon, comp.). México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004a, p. 427-443. En www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/defensamanifiesto.htm.
- _____. "Historia a Debate, tendencia historiográfica latina y global". **Aula-Historia Social**, 13:84-90, Valencia, primavera 2004b. (www.h-debate.com).

- debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/tendencia.htm).
- _____. & MCCRANK, Lawrence J. (edits). **History under Debate**: International Reflection on the Discipline. New York-London, Haworth Press, 2004c.
- _____. "El estado de la historia. Encuesta internacional". **Vasconia. Cuadernos de Historia y Geografía**, 34, 2005. Eusko Ikaskuntza-Sociedad de Estudios Vascos, San Sebastián-Donostia. En www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/estado.htm.
- _____. "Tendencias generales de la historiografía actual" (2008). En www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/lugares/caceres/caceres1.htm.
- _____. "Propuestas para el nuevo paradigma educativo de la historia". **Sarmiento. Anuario Galego de Historia da Educación**, 12:127-152. A Coruña y Vigo: Universidades de Santiago, 2008.
- _____. "La Historiografía y la Historia Inmediatas: la experiencia latina de Historia a Debate (1993-2006)". En www.h-debate.com/Spanish/presentaciones/lugares/Toulouse/Toulouse_es1.htm.
- "DEFENSA e ilustración del Manifiesto historiográfico de Historia a Debate". **E-I@atina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, 1(3-4), UDISHAL, Buenos Aires, 2003. Em <http://www.iigg.fsoc.uba.ar/elatina.htm>.
- DOMÍNGUEZ, Luis & QUINTANA, Xosé Ramón. "Tempo de revisións historiográficas. A propósito do Congreso Internacional 'A Historia a Debate'". **Historia y Crítica**, 4:275. Santiago de Compostela, 1994.
- "LA HISTORIA que queremos". **Revista de Historia "Jerónimo Zurita"**, 71:309-345, 1995. En www.h-debate.com/cbarros/spanish/historia_queremos.htm.
- LE GOFF Jacques. "Les retours dans l'historiographie française actuelle". **Historia a debate. III. Otros enfoques**. Santiago.
- HABERMAS, Jürgen. **La reconstrucción del materialismo histórico**. Madrid, 1986 (1ª ed. en alemán, 1976).
- KALMANOVITZ, Salomón. "El neoinstitucionalismo como escuela". En www.banrep.gov.co/junta/publicaciones/salomon/El_%20neoinstitucionalismo_como_escuela.pdf
- KUHN, Thomas S. **La tensión esencial, Estudios selectos sobre la tradición y el cambio en el ámbito de la ciencia**. México, 1993 (ed. original en inglés, 1977).
- _____. **La estructura de las revoluciones científicas**. México, 1975 (ed. original en inglés, 1962).
- MARTÍNEZ SHAW, Carlos. "Las razones del *boom* historiográfico". Dossier "La historia como *best seller*" en **Leer**, 130:24, marzo 2002.
- SABATÉ, Flocel & FARRÉ, Joan (coord.). **Medievalisme: noves perspectives**.

Leida, 2003, pp. 216-221. En www.h-debate.com/cbarros/spnish/inmediata/debates/balaguer1.htm.

VALLS, Rafael. "La importante presencia de los problemas relacionados con la enseñanza de la historia en el II Congreso Internacional Historia a Debate" (Santiago de Compostela, julio, 1999). **Con-Ciencia Social. Anuario de didáctica de geografía, historia y otras ciencias sociales**. Madrid, 2000, nº 4. En <http://www.h-debate.com/Resenhas/rafael.htm>

Polifonia e consenso nas páginas da *Revista do IHGB*: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação

Polyphony and consensus in the pages of the *Journal of IHGB*: the question of workmanship in the process of consolidation of the nation

Fabiana Dias

Mestre

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

fabi.uerj@gmail.com

Rua Almirante Alexandrino, 3.780, bl. G, ap. 202 - Santa Teresa

Rio de Janeiro - RJ

20241-266

Brasil

Resumo

O presente artigo se propõe a investigar o papel da *Revista do IHGB* como veiculadora de uma postura consensual consoante os pressupostos políticos e disciplinares estabelecidos pelas comissões avaliativas e pela mesa diretora como paradigmáticos. Para alcançar tal coerência em suas publicações, os versáteis membros do Instituto, ora atuando nas Câmaras, ora nas reuniões quinzenais da agremiação, valiam-se do recurso da censura, o que gerava uma gama de textos aptos à publicação e outra de trabalhos não adequados aos moldes da *Revista*. O debate em torno da questão da mão de obra foi eleito para demonstrar, portanto, a polifonia cotidiana por de trás da aparente harmonia exteriorizada. A partir do cotejo entre as atas das sessões ordinárias, os originais de trabalhos não publicados e a *Revista*, tornou-se possível identificar elementos que reiteram o compromisso político do Instituto com o Império. Explorar esse uso pragmático da História em pleno momento de disciplinarização do conhecimento histórico constitui, pois, o alvo desta investigação.

175

Palavras-chave

Historiografia; IHGB; Nação.

Abstract

This article aims to investigate the role of the *Journal of IHGB*, as a vehicle for a consensual approach according to the political assumptions and disciplinary committees established by the evaluative and the board of directors as paradigmatic. To achieve such consistency in their publications, the versatile members of the institute, now serving in parliament, now in the fortnightly meetings of the club, drew on the use of censorship, which generated a range of texts suitable for publication and other work not suitable molds to the *Journal*. The debate surrounding the issue of manpower was elected to demonstrate, so the polyphony daily from behind the apparent outward harmony. From the comparison between the minutes of the regular sessions, the original unpublished work and the *Journal*, it became possible to identify elements that reaffirm the political commitment of the Institute with the Empire, mainly because the story was plausible and pragmatic use of government actions expected to consistency.

Keywords

Historiography; IHGB; Nation.

Enviado em: 06/06/2010

Aprovado em: 21/07/2010

A partir de 1834, com a morte de D. Pedro I e o consequente esvaziamento da motivação restauradora, as forças políticas se reorganizaram. Sob a liderança de Aureliano de Sousa Coutinho, líder liberal moderado e remanescente da Sociedade Defensora da Independência Nacional do Rio de Janeiro, agregaram-se veteranos caramurus formando a facção política que os partidários da oposição, liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamaram de *áulica* (GUIMARÃES 1995, p. 481-483).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha fortes vínculos com esse grupo palaciano. Fora fundado em 21 de outubro de 1838 pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos, através de proposta apresentada à assembleia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a qual eram filiados. Meses depois, em março de 1839,¹ o Instituto passaria a desfrutar da proteção perpétua de Sua Majestade. Por sinal, ao longo dos anos, no plano intelectual ou no financeiro, o jovem monarca se mostraria cada vez mais presente no IHGB, concretizando as aspirações de Januário da Cunha Barbosa.²

O reduto intelectual se propunha a reunir as condições indispensáveis à posterior escrita de uma história pátria. Tal objetivo, adequando-se às demandas de um Estado recém independente e que corria o risco da fragmentação, fez com que o Instituto procurasse fornecer todo o aparato acadêmico para forjar suas tradições, àquela altura indispensáveis à construção da nação. O IHGB foi, assim, moldando e direcionando suas atividades no sentido de articular a formação da nacionalidade em um Estado carente de unidade. Através de sua *Revista*, difundia um discurso coerente, em consonância com os limites impostos pelo compromisso que seus fundadores haviam firmado com o ideal monárquico desde os tempos da independência. Nessa perspectiva, como mais um dos sustentáculos do Império que se afirmava, arquitetava a história, de modo que sua divulgação pelas províncias servisse à disseminação do espírito de pertencimento a uma identidade comum.³

De acordo com os Estatutos do IHGB, publicados em 1838, as comissões de geografia e de história incumbiam-se de receber as memórias, documentos e artigos, de dar o seu parecer indicando-os ou ao periódico, ou à publicação avulsa, ou ainda ao arquivo do Instituto. Tais comissões encarregavam-se, portanto, de julgar toda a gama de escritos apresentados, contemporâneos ou de época, assinados por sócios ou não. Dentre esse manancial havia dissertações originadas das provocações dos programas históricos, as quais, apesar de produzidas pelos agremiados, eram avaliadas com o mesmo rigor dispensado aos manuscritos enviados de toda a parte do território.

¹ No dia 13 de março de 1839 foi deslocada ao Paço Imperial uma deputação integrada por sócios do Instituto com o intuito de solicitar a proteção de Sua Majestade à agremiação que acabavam de instituir, no que foram imediatamente atendidos pelo jovem monarca, que ainda não havia sido coroado imperador. Ver: *RIHGB* (tomo I, 1839, p. 66-67).

² As aspirações foram expostas por Januário da Cunha Barbosa no discurso de inauguração do IHGB (*RIHGB*, tomo I, 1839, p.10-21).

³ O clássico de Raimundo Faoro, intitulado *Os donos do poder* (2008), bem como as reflexões de José Murilo de Carvalho (2003) sobre *a dialética da ambiguidade* contribuem para esta nossa construção quando tratam a articulação entre as províncias e o poder central.

De um modo geral, as interpolações às dissertações realizavam-se por agremiados, membros ou não das comissões, que usavam da oratória para exprimir suas impressões e críticas a respeito do trabalho em pauta. Os pareceres assinados pelos sócios avaliadores refletiam o produto dos debates travados nas reuniões ordinárias, por conta da apreciação dos textos expostos oralmente.

Por conseguinte, a censura permitiria ao público conhecer somente aquilo que convinha à instituição difundir. Nesse sentido, no âmbito do IHGB, um contingente considerável de produções inéditas seria privado de chegar às páginas da *Revista* porque era desqualificado pelas comissões. Tais pareceres tomavam por base, invariavelmente, tanto o mérito acadêmico, quanto a conveniência da divulgação dos trabalhos. As dissertações apresentadas pelos sócios só seriam relevantes à publicação se coadunassem com os pressupostos da crítica documental e, ainda assim, se estivessem em acordo com o posicionamento político que se estabelecia como consensual.

Além de atender a esses requisitos, as monografias não deveriam abordar temas, eventos ou circunstâncias que pudessem afetar personalidades vivas. Portanto, os critérios avaliativos abrangiam também a função de assegurar que a *Revista* se mostrasse coerente a uma elite letrada carregada de experiências políticas polêmicas, que permearam o processo de consolidação do Estado monárquico.

177

Comprometidos em publicar somente aquilo que corroborasse as prerrogativas da monarquia em vias de consolidação, os sócios avaliadores garantiriam, com seus pareceres, não apenas sua fidelidade à Coroa, mas também ao Augusto Protetor do Instituto. Efetivava-se, pois, uma via de mão dupla, em que a elite intelectual da Corte, através do IHGB, servia aos seus próprios interesses na qualidade de elite política.

Para além da produção divulgada nas páginas da *Revista*, era travado um intenso debate em suas sessões, sobre o que dali deveria ser extraído para integrar o periódico. Sintomaticamente, essa vivacidade intelectual seria mencionada apenas de maneira superficial, como na ata da sessão de 8 de fevereiro de 1840, na qual há o registro de uma "ampla discussão em que tomaram parte ativa diversos membros do Instituto" (*RIHGB* 1840, p. 146-8), por conta de uma proposta de Justiniano José da Rocha sobre a necessidade da publicação de um bom "compêndio de história do Brasil", que o embasasse para lecionar no Colégio de Pedro II. Tais intervenções se efetivavam, portanto, sobretudo no âmbito da oralidade, mesmo porque não seria conveniente difundir a heterogeneidade que havia por detrás daquela aparente harmonia.

Não obstante, o cotejo entre as atas das sessões ordinárias, os originais dos trabalhos redigidos pelos sócios e os pareceres emitidos pelas comissões revertem a impressão de um Instituto estático. Permitem, ainda, compreender que a versatilidade do exercício intelectual praticado nas suas atividades cotidianas era contida em nome da coesão acadêmica, do compromisso com a Coroa e do mecenato do Imperador.

Vejamos o caso dos programas históricos propostos em torno da temática

da mão de obra. Imbricados nessa querela estavam índios, negros e a catequese jesuíta. E o interessante é que o debate sobre o lugar do índio na nação brasileira não se dava de maneira harmoniosa no interior do Instituto. Enquanto o Legislativo discutia qual seria a melhor maneira de catequizar e civilizar os gentios, os sócios do Instituto, muitas das vezes membros do próprio Legislativo, polarizaram-se entre aqueles que, como Francisco Adolfo de Varnhagen, apoiavam a escravização temporária dos índios, e aqueles que realizavam uma defesa humanitária dos mesmos, como era o caso de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Tanto assim, que a obra de fôlego de Varnhagen, a *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal* (GUIMARÃES 2001, p. 76-96) não obteve a chancela do IHGB para que fosse publicada, como ele tanto desejava.

Enquanto alguns dos expoentes do romantismo brasileiro produziam seus escritos pautados pelas diretrizes que se afirmavam desde o lançamento da *Nictheroy*,⁴ os partidários do futuro Visconde de Porto Seguro sustentavam um projeto de nação que, a despeito do índio como elemento nativo ou autêntico, sobressaltasse a colonização portuguesa e seu caráter civilizador.

Aliás, em 1841, antes mesmo do debate em torno do indianismo ganhar mais consistência dentro do Instituto, Januário da Cunha Barbosa já justificava a preponderância de publicações relativas aos indígenas. Segundo o cônego, a pauta constituía-se relevante para o Instituto, pois quanto mais o tema fosse debatido, mais os sócios poderiam se apropriar do tempo em que os nativos viviam em seu estado original. Para enxergar além da colonização, não havia outro caminho senão o do árduo trabalho de pesquisa, cotejo, e seleção das fontes. Tanto assim, que Cunha Barbosa expunha os motivos pelos quais a época anterior à descoberta fora tão privilegiada pelo Instituto durante o exercício do ano de 1841:

[...] notareis nessa coleção (refere-se à Revista) que nos temos particularmente ocupado do que diz respeito aos indígenas; porque sendo muito obscura a história da Terra de Santa Cruz em sua descoberta, e convindo investigar o grau de civilização a que haviam chegado os povos do Novo Mundo antes de aparecerem as vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos índios procurássemos o fio, que nos deve conduzir a tempos muito mais anteriores (*RIGHB*, 1842, p. 522).

Entretanto, a questão indígena não remetia apenas a um “Brasil” original, ou autêntico. Ela também tinha implicações contemporâneas. À época da fundação do Instituto o problema da mão de obra escrava era uma pauta recorrentemente visitada pelos letrados. Em meio a debates políticos e a elucubrações intelectuais, vinham à tona sugestões passíveis de solucionar o impasse provocado pela lei de 1831, que declarou livres todos os escravos que, a partir de então, chegassem ao Brasil, vindos do exterior, impondo penas severas aos traficantes (GRINBERG 2007). Embora não tenha surtido efeito

⁴ Vale salientar que os célebres românticos reunidos pela publicação da *Nictheroy*, *Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes* não integravam o quadro dos fundadores do Instituto, tendo sido admitidos como sócios posteriormente. A esse respeito, ver: Lucia Maria Paschoal Guimarães (1995, p. 581).

prático, pois africanos escravizados continuaram a adentrar os portos brasileiros, a lei sinalizava que a legitimidade da escravidão estava ameaçada. Por conseguinte, discutir alternativas para o trabalho servil configurava-se pertinente.

Os letrados da Corte, reunidos no IHGB a propósito de escrever a história nacional, transportavam as demandas originadas na esfera política para o interior da agremiação, buscando nesse ambiente de debate intelectual, possíveis encaminhamentos às indagações postas pela conjuntura de então. Se, por um lado, o Estado reclamava por soluções a tais questões, por outro, no Instituto, os programas históricos abriam espaço para a sua discussão. O início da década de 1840 seria profundamente marcado por debates parlamentares a respeito da política de “catequização e civilização” dos indígenas, os quais culminariam na promulgação do Regulamento das Missões, em 1845 (KODAMA 2009, p. 17).

Na confluência desses interesses foram propostos programas destinados a discutir o aproveitamento da mão de obra indígena como uma das possibilidades de substituição ao trabalho escravo. E, a reboque da sugestão de utilizar o índio como força de trabalho, vinha a argumentação em torno da catequese e da obra dos jesuítas. Portanto, convergiam nos programas históricos três polêmicas contemporâneas: a que envolvia a mão de obra escrava; a relacionada à incorporação do nativo à sociedade imperial; e aquela que dizia respeito à conveniência da volta dos jesuítas ao Brasil.

179

Expulsos de Portugal e de seus domínios em 1759, durante a administração do Marquês de Pombal, os religiosos da Companhia de Jesus deixaram na América portuguesa um legado considerado, sobretudo, civilizador, fosse pela educação de brancos, fosse pela conversão e civilização de gentios. Extinta por Bula Papal em 1773, a Companhia de Jesus seria restaurada pelo Vaticano em 1814 (DOMINGOS 2009, p. 51). Livres para retomar seus projetos missionários disseminados por todo o mundo, os loyolanos ainda enfrentavam a desconfiança laica dos Estados, mesmo porque a própria heterogeneidade dos membros da Companhia estava longe de vincular-se a um sentimento nacional.

Herança do período colonial, o *padroado* foi mantido pela Constituição de 1824, o que implicava a subordinação da Igreja ao Estado brasileiro (VAINFAS 2002, p. 608-611). Tal condição tornava obrigatório que o retorno dos jesuítas ao Império fosse autorizado pelo governo. Apesar de desprovidos dessa permissão formal, por volta de 1840, um grupo de jesuítas vindos da região do Rio da Prata conseguiu estabelecer-se na província de Santa Catarina, alegando promover a educação secundária. Diante da presença dos loyolanos na conturbada região sul do Império, e da possibilidade do aproveitamento da mão de obra indígena, instaurava-se o debate: o monarca deveria, ou não, consentir o retorno da Companhia de Jesus?

Nesse sentido, já na segunda sessão ordinária do Instituto, o cônego Januário da Cunha Barbosa ofereceu à discussão o seguinte enunciado: “qual seria *hoje* o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente

na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais?" (*RIHGB* 1839, p. 61). Na ocasião, o secretário perpétuo enfatizou que buscava definir os métodos a serem utilizados àquela altura para dar continuidade à missão de civilizar os nativos. A tarefa, na sua opinião, não era apenas do governo de D. Pedro II, mas "[...] também de outros Estados, em cujas matas vagam milhares de nações indígenas, privadas dos cômodos da civilização" (*RIHGB* 1840, p. 3).

Apesar dos debates que despertou, o programa acabaria desenvolvido pelo próprio autor. Em 5 de outubro de 1839, Januário discorreu oralmente sobre a questão, argumentando que a catequese jesuíta parecia-lhe o modo mais adequado de tratar os índios alheios à civilização. Tais reflexões seriam apoiadas por Silvestre Rebelo, pelo padre Encarnação, e pelo Visconde de São Leopoldo. Todavia, embora os três concordassem com a premissa do cônego, divergiriam dele em relação aos meios pelos quais se deveria promover a dita catequese, assunto, aliás, recorrentemente debatido no Legislativo (*KODAMA* 2009, p. 244).

Em 25 de janeiro de 1840, Cunha Barbosa apresentou por escrito o programa desenvolvido, acrescido dos argumentos de seus três confrades. Nele concluía que: "a catequese é o meio mais eficaz, e talvez único, de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade" (*RIHGB* 1840, p. 4). Porém, o prudente Januário, comprometido com o Estado desde os tempos da Independência, não apostaria na catequese promovida pelos jesuítas, sem antes admitir que o Governo deveria preservar-se da suposta ameaça política, que existiria subjacente aos ensinamentos difundidos pelos seguidores de Inácio de Loyola. Nesse sentido, o cônego ponderava: "quererei que deles se colha o melhor das suas Missões, rejeitando-se a influência política, que se arrogavam, e que foi causa de muitos transtornos no sistema da civilização dos indígenas, e até mesmo de sua final expulsão" (*RIHGB* 180, p. 4).

Cunha Barbosa abordou mais uma vez o tema, propondo um novo programa histórico na sessão de 4 de fevereiro de 1839, que indagava "quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve numerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas?" (*RIHGB* 1839, p. 60). O questionamento induzia os prováveis autores a formularem suas dissertações de acordo com as opiniões que o cônego, de antemão, defendia sob a forma de uma sugestão hipotética.

Cabe notar que a historiografia oitocentista, apesar de pautada na crítica documental, costumava valer-se de hipóteses como uma espécie de elo entre o que se podia comprovar e o que se supunha. Não por acaso, a esse respeito, o próprio Januário alegava: "em história, Senhores, os vestígios conduzem a conjecturas, que subindo pelos degraus da probabilidade, muitas vezes nos aproximam de fatos, que o tempo tem coberto com seu pesado manto" (*RIHGB* 1841, p. 525-526).

Pela própria formulação do cônego percebe-se que a resposta adequada àquele programa deveria apontar a expulsão dos jesuítas como a principal causa da extinção dos indígenas. Por sinal, a indagação seria alvo da pena de José Silvestre Rebello. Contudo, diante do parecer desfavorável da comissão de história, a dissertação não seria publicada.

O trabalho censurado foi oferecido em 1º de junho de 1839, em resposta ao supracitado programa. Apesar da recorrente presteza do autor em desenvolver o programa e da atualidade do tema, a comissão julgou: “estar longe de concordar com todas as proposições emitidas na memória” (RIHGB 1839, p. 251). O parecer, “deixava a explicação de suas [refere-se à dissertação] ideias emitidas a respeito para a discussão verbal” (RIHGB 1839, p. 251). Os avaliadores limitaram-se, então, a “indicar que a memória fosse enviada à comissão encarregada da redação do periódico do Instituto, afim de [que fosse] aproveitada da indicada memória o que julga[sse] conveniente” (RIHGB 1839, p. 251). É provável que a discussão oral não tenha sequer convencido aos redatores da *Revista* de publicar extratos da dissertação, já que não há qualquer menção ao trabalho no periódico do Instituto.

Porém, o manuscrito original dá pistas de quais teriam sido os “equivocos” cometidos por Silvestre Rebello. É possível que um deles tenha a ver com a franqueza do autor que, em momento caro à disciplinarização do conhecimento histórico, reconheceu que como “não se encontra[va]m documentos autênticos, por [ele] conhecidos, e[ra] preciso pois que [se] funda[sse] em conjecturas” (Coleção IHGB, DL 45,16). Arriscando uma difícil quantificação dos nativos existentes no Novo Mundo à época das conquistas europeias, o renomado comerciante da praça do Rio de Janeiro, ousou asseverar, desprovido de “documentos autênticos”, que a população de toda a América deveria alcançar “[...] quando Colombo se esbarrou com ela na sua viagem para a Ásia, [...] provavelmente doze milhões de criaturas” (Coleção IHGB, DL 45, 16), as quais teriam sido reduzidas a menos da metade.

O argumento central da dissertação gira em torno da ideia de que a “extinção das famílias indígenas” deveu-se “[...] a destruição que produziram a escravidão, a Mita, as Comendas, e outros nomes que se deram ao serviço forçado dos índios, [...], pois antes da vinda de tão despóticas criaturas os índios trabalhavam [...], como por recreio” (Coleção IHGB, DL 45,16). Mais adiante, o texto sugere que a culpa pela “extinção” deveu-se aos colonizadores, posto que suas atitudes fizeram com que os nativos “[...] perde[ssem] o gosto de tudo, até o natural de reproduzir-se e assim foi rapidamente desaparecendo a população entre os que viviam com os seculares, e foi por isso que entrou a crescer a importação de Africanos [...]” (Coleção IHGB, DL 45, 16).

No enunciado do programa em questão, Januário explicita sua afinidade com os inácianos. Certamente atento à postura do cônego, José Silvestre Rebello, autor da dissertação, além de argumentar contra os colonizadores, construiu alegações favoráveis aos jesuítas. Na sua percepção, se os ditos missionários “[...] não tivessem sido interrompidos [...] por medidas tão impolíticas

[sic], como iníquas, é possível que tivessem [sic] completado a conversão e civilização de todas as tribos indígenas [...] antes dos imediatos horrores e bárbaras consequências da guerra civil” (Coleção IHGB, DL 45, 16).

Embora os avaliadores não tenham nos legado os registros dos argumentos desabonadores, talvez a ponderação do autor a respeito das “fraquezas” inicianas os tenha desagradado. Apesar de reconhecer a fragilidade dos clérigos, Silvestre Rebello, contudo, os defendia das exageradas acusações realizadas por autores interessados em benesses. Em suas palavras:

[...] os jesuítas e os outros missionários eram homens, portanto não admira nenhum ente sensato que tivessem faltas e caíssem em fraquezas; todas as corporações e sociedades têm sido e serão sempre assim compostas de bons e más (sic). Escrever e imprimir que uma corporação compunha (sic) só de malvados é uma mentira e vilania quase incompreensível, sustentar que uma sociedade devia ter só homens perfeitos, é estupidez consumada. Na terra sempre os homens temos sido e seremos assim. Perfeição completa só existe nos céus. É notável o poder que teve em todos os escritores de tais mentiras [...] de adular o celebre Marquês de Pombal, a fim de obter algum emprego (Coleção IHGB, DL 45,16).

Há ainda uma outra assertiva do autor, que possivelmente comprometeu de forma definitiva a sua explanação. Em meio ao ferrenho debate parlamentar, sobretudo em torno da disputa entre párocos nacionais e estrangeiros pela catequização e civilização dos nativos, José Silvestre Rebello, polemizou ao salientar os aspectos positivos da catequese promovida pelo *barbadinho* italiano Padre Mazarata, como um modelo para outras ordens, assim aconselhava: “[...] trata-se pois de imitar esse meritório Padre e ninguém o fará melhor do que os mesmos jesuítas, sempre que o convidem para isso, e com o expressado fim de irem fundar missões nas localidades aonde elas muito, e muito se precisam e aonde necessariamente [...] com rapidez” (Coleção IHGB, DL 45, 16).

No âmbito do Instituto, entretanto, a ideia que parecia prevalecer era aquela externada pelo secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa, que defendia o retorno dos jesuítas. Recorrer a tal exemplo pode ter comprometido o juízo sobre o trabalho de José Silvestre Rebello, uma vez que o Instituto, representado na figura de Cunha Barbosa, mostrava-se solidário aos interesses inicianos. A *Revista* dificilmente publicaria uma opinião divergente, sobretudo, em uma época na qual se travava uma querela a respeito do consentimento do governo à volta dos seguidores de Inácio de Loyola.

Não obstante, José Silvestre Rebello finalizou a dissertação valendo-se de um argumento de autoridade, mencionando trechos do sermão proferido pelo padre Antônio Vieira ao Rei D. João IV, em 1655. Nele o emblemático missionário dividia com o rei a responsabilidade pela perda de almas na África, na Ásia e na América. Assim, respaldado, José Silvestre Rebello concluiria que “[...] como o governo Imperial herdou do governo Português os Direitos Políticos sobre o nosso Império, assim também herdou a obrigação de preencher os deveres morais; um destes é sem dúvida a catequese dos Indígenas” (Coleção IHGB, DL 45,16).

A postura política e narrativa de José Silvestre Rebello parecia de fato desagradar aos censores da *Revista*. Em outra ocasião, a dissertação por ele elaborada acerca do programa: “qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo?” não seria contemplada pelas páginas do periódico do Instituto. Embora não haja parecer que desabone o respectivo texto, o manuscrito original do trabalho encontra-se no arquivo do IHGB, o que possibilitou a análise das alegações do autor.

Cotejando as missões do Brasil, Paraguai e Uruguai, o autor conclui que a administração das missões brasileiras não desfrutava da propriedade da terra, como no Paraguai. Por aqui também não havia câmara municipal nem magistrados, além do que “[...] os reis da Espanha davam, como já disse, um salário aos missionários. [Enquanto] os de Portugal nunca lhes deram nada [...]” (Coleção IHGB, DL 45,31).

Sua argumentação segue sugerindo, inclusive, as medidas a serem tomadas pelo governo no sentido de solucionar a questão contemporânea em torno da catequização e civilização dos nativos. Em suas palavras:

Havendo entre nós pelo menos cento e cinquenta mil índios bravos, e sendo o primeiro dos deveres do governo o tratar da salvação e civilização destes pobres infelizes, é claro que disso se deve seriamente ocupar. Os jesuítas, segundo as suas instituições, foram em outro tempo os mais próprios para isso, ora como as instituições são ainda as mesmas, é evidente, que deles se deve o governo servir em preferência. Deve o governo pois propor ao Corpo Legislativo a abolição da Lei que os exterminou do Brasil, e convidar os mesmos a vir de novo fundar Missões no novo Império (Coleção IHGB, DL 45,31).

183

O texto de Silvestre Rebello mostrava-se, portanto, coerente com a postura defendida pelo secretário perpétuo acerca do papel dos inacianos. Mas, eis que o autor realizou uma ponderação relativa às suas fontes, que talvez o tenha desabonado à publicação, posto que, disse: “[...] o programa sobre o qual tenho exposto as ideias, que pude coligir, as quais excitarão algum dos nossos consócios a investigar a matéria mais miudamente, consultando documentos que a mim me faltam e que não procurei, por ignorar aonde os acharia” (Coleção IHGB, DL 45,31).

Como se não bastasse, ao finalizar sua dissertação, Silvestre Rebello recorre a uma fala que prejudicaria toda a sua argumentação. Ele apela ao reverendíssimo e excelentíssimo Sr. Antônio da Madre de Deus, bispo da diocese de São Paulo, que à época do cumprimento da lei que expulsou os jesuítas, disse: “a expulsão dos jesuítas trava consigo primeiramente a ruína da religião, e depois a subversão do governo.” Silvestre Rebello complementa a citação de maneira contundente: “os que sabem quais têm sido as balburdias e revoluções porque têm passado a Europa e América depois de 1789 acreditam que o Excelentíssimo Bispo foi um profeta” (Coleção IHGB, DL 45,31). A ousadia de Silvestre Rebello, em apresentar diante do cônego tais conclusões, possivelmente, comprometeu sua reputação diante do Instituto que defendia em suas publicações, de modo veemente, o retorno dos jesuítas ao Brasil.

Seja como for, os manuscritos originais das reflexões de Silvestre Rebello oferecem a possibilidade de recuperação daquilo que de alguma maneira não atendia às exigências políticas, disciplinares e narrativas postas como paradigma pelas comissões censórias da *Revista*. De todo modo, oferecem ainda uma pista da forma como a questão seria encaminhada na década de 1840. A catequização e a civilização dos nativos, de fato, se tornariam cada vez mais “um ramo do serviço público” (KODAMA 2009, p. 244), o que, no entanto, não evitaria tensões e disputas acerca da responsabilidade e da execução de empreendimento tão complexo.

A discussão política em torno da integração dos “filhos das brenhas” à civilização ainda serviria de mote para os agremiados abordarem a escravidão africana, tema que parecia interdito no Instituto Histórico. Se por um lado o tratamento acadêmico da questão revelava a contradição patente entre o racionalismo ilustrado e a falta de liberdade, por outro, afetava interesses muito próximos, pois se havia personalidades tal como Januário da Cunha Barbosa, que vinculava a escravatura ao atraso e, por isso, defendia a sua supressão, também havia outras, como Cunha Matos que dizia ser ela um “mal menor”. O tema causava tanta controvérsia, que o próprio Marechal ponderava:

Eu não cairia no indesculpável absurdo de sustentar no dia de hoje e no meio dos sábios de primeira ordem da nação brasileira, uma doutrina que repugna as luzes do século, e se acha em contradição com os princípios de filantropia geralmente abraçados. O que me proponho é mostrar que ainda não chegou o momento de abandonarmos a importação dos escravos (SOARES, 1931, p. 92-93).

184

O assunto era tão melindroso, que apenas dois dos sessenta programas aprovados para dissertação trataram diretamente dos cativos. O primeiro deles, proposto pelo cônego Januário, em 1839, indagava “se a introdução dos africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios cujo trabalho lhes foi dispensado pelo dos escravos. Neste caso, qual é o prejuízo da lavoura brasileira entregue exclusivamente aos cativos?” O sócio Silvestre Rebello e o próprio secretário perpétuo desenvolveram trabalhos no mês imediatamente posterior à proposição, o que contribuiu para que o programa fosse publicado na *Revista* correspondente ao mesmo ano de 1839. Cabe frisar que o encaminhamento à publicação, tão eficazmente realizado, por certo se deveu ao fato de as dissertações terem enaltecido as virtudes indígenas, em detrimento da mácula causada pelos cativos africanos.

Cabe ressaltar que apesar do parecer da comissão de história ter remetido ambos os trabalhos à comissão de redação para que fossem publicados em separado, ou que seus melhores extratos fossem contemplados em um único artigo, a dissertação que ganhou as páginas da *Revista* carregava a assinatura de apenas um deles: Januário da Cunha Barbosa. Nela firmava-se a noção de que a mão de obra negra era responsável pelo “retardamento da civilização”, pois, no seu entender, ela teria sido prejudicial ao progresso, uma vez que embaraçara não só a “indústria agrícola”, como também a civilização dos índios.

Em última instância, o cônego argumentava que se os índios eram capazes de exercer as mesmas atividades que os negros, tornava-se, então, possível fazer cumprir a lei de 1831, já que os autóctones supririam a carência de mão de obra provocada pela interrupção do tráfico. Além de apontar uma solução para o impasse criado em torno da dita lei, a dissertação de Januário indicava que a utilização do braço indígena não causaria nenhum ônus financeiro aos cofres públicos, pois as verdadeiras recompensas se resumiriam ao contato com a fé cristã e com as noções de civilidade (DOMINGOS 2009, p. 48).

Seja como for, as censuras impostas pelas comissões se faziam necessárias na medida em que o mérito acadêmico e a conveniência política dos escritos precisavam ser resguardados em nome da coerência da *Revista*. Por fim, os juízos elaborados pelas comissões serviam à composição de uma publicação que não deixasse transparecer as tensões entre as distintas filiações intelectuais que conviviam no Instituto. No relatório anual do exercício do ano de 1843, assinado pelo secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa, os elementos determinantes desses vetos das comissões de história, geografia, e redação parecem nítidos quando a seguinte justificativa foi exposta:

[...] se ainda não se tem dado publicidade a outros escritos por diversas pessoas efetuados, deve-se isso atribuir-se, ou a versarem sobre matérias alheias aos nossos fins, ou a não serem tão exatas as notícias que dispensem alguma correção, para que possam aproveitar pela sua publicidade (*RIHGB* suplemento ao tomo V, 1843, p. 17).

185

Formulados sob a forma interrogativa, os temas propostos sob a nomenclatura de programas históricos especulavam sobre questões pertinentes à construção da História, como também aos impasses que ocupavam as pautas contemporâneas, constituindo assim uma oportunidade para que os sócios, na maioria políticos e funcionários dos altos escalões do governo, discutissem as questões que estavam em pauta no Estado sob um viés acadêmico. Expressões concretas das inquietações provocadas pelos imperativos que se colocavam impreteríveis às nações que se quisessem civilizadas, as dissertações oriundas dos questionamentos propostos pelos programas históricos externam, ao lado das memórias históricas, o labor da pena dos sócios do IHGB e deixam escapar, nas suas entrelinhas, as sensações que os acometiam.

Enquanto o arcabouço documental se enrijecia com as compras e doações de documentos, aqueles letrados apresentavam suas “contribuições historiográficas”, de acordo com as contingências postas pelo cotidiano de suas atividades intelectuais e políticas. Tais enunciados programáticos foram, portanto, condicionados pelos interesses da elite que necessitava de legitimação acadêmica às suas intervenções práticas. Aqueles agremiados participavam tanto da formulação das questões, como da aplicabilidade de seus resultados à realidade, atuando, portanto, em um e outro papel. Fazendo uso pragmático da História, os autores do IHGB produziam narrativas acerca das necessidades que se impunham, arriscando-se na difícil tarefa de pensar o presente, e de atender às problemáticas que emergiam da exigência pela construção da nacionalidade.

Bibliografia

- ARAUJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo**: modernidade e historicização no Império do Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e memória**: a polêmica sobre os jesuítas na *Revista do IHGB* e a política imperial (1839-1886). Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. Com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti da Costa. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- GRINBERG, Keila. **Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista**: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio de liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIERE, Annick. **Los espacios públicos en iberoamérica**: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.
- _____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, 156(388):459-613, jul./set. 1995.
- _____. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. Vol. II. São Paulo: Senac, 2001, p. 76-96.
- _____; PRADO, Maria Emília (org.). **O liberalismo no Brasil Imperial**: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan-UERJ, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- _____. **As luzes para o Império: história e progresso nas páginas de O Patriota.** In: KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814).** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- _____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, p. 184-200, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia**, 1(1):5-27. Rio de Janeiro, 1988.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité.** Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.
- IGGERS, Georg. **Historiography in the Twentieth Century.** From Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover-London: Wesleyan University, 1997.
- KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos:** historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo-Salvador: Hucitec-Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil:** a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro-São Paulo: Fiocruz-Edusp, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise:** uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj-Contraponto, 1999.
- _____. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC-Rio, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo:** paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUNET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão.** Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a História:** indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SILVA, Ana Rosa Coclet. **Inventando a nação:** intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.
- SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que me parece.** Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1979, 2 v.

SOARES, Gerusa. **Cunha Matos (1776-1839)**: fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Paulo, Ponguetti e C., 1931.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da eloquência**. Retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ-EDUFF, 1999.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALE, Renata William Santos do. **Lições da história**: as concepções de história dos fundadores do IHGB. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1983.

WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.

Fontes primárias impressas

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I ao tomo XX, 1839 a 1857; tomo XXVI, 1863.

Estatuto do IHGB. Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 nº 2.

Fontes primárias manuscritas

Coleção IHGB

DL 44,30 – “Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais.”, por Januário da Cunha Barbosa.

DL 45,16 – “Quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve numerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas?”, por José Silvestre Rebelo.

DL 45,31 – “Qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de índios que estavam a seu cargo?”, por José Silvestre Rebello.

Pensar a história e seu risco de sangue: o momento drummondiano*

Thinking about history and your risk of blood

Henrique Estrada Rodrigues

Professor adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
henriqueestrada@hotmail.com
Rua Apucarana, 85/103
Belo Horizonte - MG
31310-520
Brasil

Resumo

O artigo analisa a visão de história de Carlos Drummond de Andrade. Pretende-se mostrar que o poema "Os bens e o sangue", publicado em *Claro enigma*, corresponde a um momento privilegiado de meditação sobre o tempo e o passado. Essa meditação pode ser descrita como a forma poética de um pensamento sobre a história.

Palavras-chave

Carlos Drummond de Andrade; Pensar poeticamente; História.

189

Abstract

This essay discusses the vision of the history of Carlos Drummond de Andrade. The article aims to demonstrate that the poem "Os Bens e o Sangue", published in the book *Claro Enigma*, is a privileged moment of meditation on the time and the past. This meditation could be regarded as the poetic form of a thought about the history.

Keywords

Carlos Drummond de Andrade; Thinking poetically; History.

Enviado em: 29/01/2010

Aprovado em: 08/04/2010

* Este artigo retoma, modificando, dissertação desenvolvida com o apoio da CAPES no Departamento de Filosofia da USP.

“Os acontecimentos me entediam”: a frase, tomada de empréstimo a Paul Valéry, encontra-se como epígrafe do livro de poemas *Claro enigma*, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1951. A partir dela, muito se falou sobre um autor resignado, que adentrava a nova década com um espírito bem diferente do poeta participante dos anos 40. A livros como *Sentimento do mundo* (1940) e *A rosa do povo* (1945), nos quais as contingências da história e da luta contra a barbárie encontraram sua expressão poética, parecia se seguir uma obra cujos recursos literários, atravessados por um classicismo renovado, seriam o corolário formal de uma poesia meramente contemplativa ou metafísica. O tédio drummondiano, de fato, causara alguma estranheza aos leitores de sua poesia. Ele acusava uma reviravolta radical em uma trajetória que ainda se estenderia por *Fazendeiro do ar* (1953) e *A vida passada a limpo* (1958), além da prosa poética de *Passeios na ilha* (1952).¹

Certamente, antes dessa reviravolta, quando o poeta ainda desenhava um compromisso entre a linguagem poética e a participação social, era sempre tempo de viver e contar: “Certas histórias não se perderam. / [...] / Ó conta, velha preta, ó jornalista, poeta, pequeno historiador urbano” (“Nosso tempo”). Por essa razão, não foram poucos os que, como Haroldo de Campos, criticaram Drummond quando sua obra adentrou os anos 50 pela via de um “tédio absenteísta” (CAMPOS 1978, p. 250). Entretanto, esta não será a interpretação do artigo que aqui se inicia. Afinal, *Claro enigma* também abriga uma série de poemas que parece desmentir a epígrafe tomada de Valéry. Trata-se, no caso, daquela série reunida numa seção nomeada “Selo de Minas”, que, com os versos de “Morte das casas de Ouro Preto”, “Museu da Inconfidência” ou “Os bens e o sangue”, registraram, a partir de diversos acontecimentos, algo muito específico: a percepção de feitos que, na história de Minas, antes de entediarem, terminaram provocando o espanto diante da frágil identidade entre o presente e o passado.

Esse espanto, entretanto, não gerou um conhecimento preciso dos acontecimentos. Ele apenas anunciou, com “O selo de Minas”, uma representação da história que fizera da meditação sobre as ruínas passadas não a resposta a algum problema, mas o que torna possível a própria interrogação sobre o significado de eventos desagregadores dos legados da tradição e de suas referências estáveis. Este artigo pretende analisar, justamente, como Drummond constrói essa interrogação a partir de um conjunto de procedimentos poéticos, e também pretende investigar até que ponto tais procedimentos concebem uma experiência da passagem do tempo acompanhada de certa concepção de

¹ Sobre a poesia drummondiana dos anos 40 e 50, ver, por exemplo, Francisco Achcar em *A rosa do povo e Claro enigma: roteiro de leitura* (1993). Quanto à epígrafe de Valéry, Leda Tenório da Mota localizou a sua fonte, proveniente de “Mauvais pensées et autres regards sur le monde actuel”, publicados em 1941 por um autor já septuagenário. Recorde-se a passagem completa do texto: “Os acontecimentos me entediam. Dizem-me: ‘Que época interessante!’ E eu respondo: ‘Os acontecimentos são a espuma das coisas. Mas é o mar que me interessa’” (*Apud* MOTA 2002, p. 148). Vale lembrar a semelhança entre essa passagem e as notas de um historiador como Braudel, que, em *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II*, de 1949, respondeu às metáforas marinhas de Valéry pensando o “acontecimento” dessa maneira: “uma agitação de superfície, as vagas levantadas pelo poderoso movimento das marés, uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas” (BRAUDEL 1983, p. 25). Sobre a relação entre Valéry e Braudel, ver, de François Hartog. “Tempo, história e escrita da história: a ordem do tempo” (2003, p. 24).

de história. A rigor, tal problema já foi objeto de comentário de intérpretes que, debruçando-se sobre a relação entre poesia e história, reconheceram a obra drummondiana dos anos 50 – ou o livro *Claro enigma* – como fonte inequívoca de reflexão. Luiz Costa Lima, por exemplo, procura identificar o princípio que anima a representação drummondiana de um mundo feito de perdas e de ruínas. Sua análise reconhece a presença de um “princípio-corrosão” nos poemas de Drummond, que, nos anos 50, assumiu a feição de um “abismo sem fundo”. Para o autor, se o semblante da história “é algo de permanente corroer”, *Claro enigma* desvelaria uma espécie de “corrosão-opacidade”, também chamada de “cega destinação para um ignorado” (LIMA 1995, p. 131).

Mas, seguramente, foi Sérgio Buarque quem primeiro chamou a atenção para a capacidade reflexiva dos poemas publicados em *Claro enigma*, cujo contraste com a poética drummondiana dos anos 40 – sobretudo com seus poemas participantes – desenhava algo bem diferente que um percurso em direção ao “tédio”, como sugerira Haroldo de Campos. Em uma série de quatro artigos publicados no *Diário Carioca*, em 1952, o historiador e crítico literário comentava a obra mais recente de Drummond, assinalando as especificidades de um poeta que percorria o terreno da história pelos caminhos de uma meditação sobre o tempo e a tradição.² Sérgio Buarque adotou a gramática de *Claro enigma* como fonte de reflexão sobre os possíveis elos entre o passado, a memória e a linguagem. Com esse procedimento, ele buscou compreender os caminhos de uma reflexão sobre a história que não separava o poder de figuração da linguagem poética da capacidade especulativa do poema, evitando justificar a poesia, exclusivamente, como objeto inerte de outro discurso, no caso, o do próprio historiador.

A análise de Sérgio Buarque, porém, apenas tangenciou esse problema, pois ficou restrita ao pequeno espaço de um rodapé de jornal. Costa Lima, por sua vez, terminou por recusar, mais tarde, suas conclusões sobre a “opacidade” drummondiana, embora sua abordagem sobre o tempo histórico, tal como estruturado pela linguagem poética, seja parte de uma trajetória crítica que fez da literatura fonte de reflexão para a teoria da história (LIMA 1995b). Seja como for, os dois autores se diferenciam das duas principais matrizes de leitura de *Claro enigma*: a primeira, proveniente da crítica literária ou da linguística, deteve-se sobre os aspectos formais de uma obra composta, majoritariamente, por versos metrificados e rimados; a segunda, elaborada na fronteira entre teoria literária e filosofia, destacou a formação de um lirismo de caráter metafísico e existencial.³ Que se retome, então, o caminho aberto por Costa Lima e Sérgio

² Os textos foram republicados pelo próprio autor na segunda edição de *Cobra de vidro*, de 1978, com o título único de “Rebelião e convenção”. Antônio Arnoni Prado, por sua vez, os recolheu separadamente em *O espírito e a letra* (1996), anotando os dias de sua publicação no *Diário Carioca*: 20 e 27 de abril, e 9 e 30 de novembro.

³ Sobre a primeira vertente, ver, por exemplo, Gilberto de Mendonça Teles e sua obra *A estilística da repetição* (1997). Já para a segunda matriz de leitura, dedicada a analisar a formação de uma “escrita do pensamento”, ver os livros *Verso universo em Drummond*, de José Guilherme Merquior (1975), e *Drummond: o gauche no tempo*, de Affonso de Romano Sant’Anna (1992). Mais recentemente, porém, caberia destacar a tese de doutorado de Vagner Camilo, publicada em 2001 com o título de *Da rosa do povo à rosa das trevas*. O autor renova o estudo sobre o problema da história em *Claro enigma* ao

Buarque, explorando-o a partir de um ponto de vista específico. Em outros termos, talvez seja possível repensar a obra drummondiana como portadora de um pensamento poético que se contrapõe a uma visão de história fundamentada em um conhecimento certo e verificável.⁴

Cabe lembrar, de início, que essa contraposição foi sugerida pelo próprio Drummond em *Passeios na ilha* (1952), livro de ensaios cuja intensidade reflexiva pode ser tomada como a contrapartida, em prosa, dos poemas de *Claro enigma*. No texto "Contemplação de Ouro Preto", por exemplo, a reconstituição de fatos econômicos ou políticos é assumida como distinta da imaginação literária, "de pungente meditação sobre a poesia das ruínas" (DRUMMOND 1973, p. 823). Já na prosa-poética de "Segredos", quando são lembrados os amigos mortos, a recordação "nem se equipara ao conhecimento científico do pesquisador", diz Drummond, "nem é uma luz funerária que nos dê o ar lívido de mortos antecipados. É também inteligência da vida. Interações secretas e caprichosas, de que não suspeitávamos, enfim se desvendam a nossos olhos" (DRUMMOND 1973, p. 801-802). Interações secretas e insuspeitadas, na linguagem poética, teriam um nome específico: metáfora, que, através de uma particular combinação de palavras – uma "inteligência dos mortos", para usar um exemplo de "Segredos" –, cria relações inovadoras, correspondências imprevistas entre dessemelhantes, alargando o alcance semântico das palavras e potencializando sua capacidade em prospectar novos significados para os acontecimentos. Desse ponto de vista, pensar poeticamente a história – tantos seus feitos como sua possibilidade de representação – não é obra da desrazão; a metáfora tem sua sede no pensamento, vale dizer, na faculdade da razão em especular significativamente sobre o desconhecido ou o incognoscível (ARENDR 2000, cap. 2).

Recorde-se, então, um poema como "Os bens e o sangue", no qual são representados acontecimentos dramáticos de uma história pautada pelo selo da morte e pela dissipação dos bens de família. Aqui, Drummond articula a aguda consciência da linguagem poética com uma construção subjetiva herdeira da memória, restituindo ao pensamento sua capacidade de se espantar diante de uma experiência que, desenraizando o poeta dos bens de família e das referências ancestrais, deu nascimento ao "fazendeiro do ar". A bem da verdade, tal poema, mais do que um exemplo retirado ao acaso, parece ser o mais significativo de um procedimento reflexivo que, àquele tédio da epígrafe de *Claro enigma*, respondera com uma poética – implícita – dos acontecimentos. E a própria experiência do desenraizamento não seria, de fato, o acontecimento

recompôr a historicidade das decepções do poeta mineiro, notadamente com relação à ação política e à poesia participante dos anos 40. Por fim, Leda Tenório da Mota, em "Drummond 'engomado': *Claro enigma* diante do crivo crítico de uns e outros" (2002), faz uma ótima síntese da recepção da obra drummondiana.

⁴ Sobre essa possibilidade, ver, mesmo que em outro contexto, o ensaio "História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória", de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007). Destacando na poesia de Manoel de Barros sua particular relação entre linguagem, memória e acontecimento, o autor reconhece uma "visada teórica" na palavra poética, passível de ser retomada como fonte de reflexão para uma teoria da história preocupada em não se petrificar em sentidos unívocos ou lugares-comuns.

central dessa poética?⁵ O enfrentamento dessa questão não pode prescindir de uma detida análise de “Os bens e o sangue”. Ao fim e ao cabo, talvez se possa explicitar, ainda, o próprio motivo que levou um historiador como Sérgio Buarque a reconhecer, nesse poema, a síntese da visão drummondiana da história.

Essa síntese se inicia quando os versos de *Claro enigma* ecoam apelos de ancestrais há muito desaparecidos, sem sacrificar as diferentes vozes do fundo dos séculos. Misturando mito, diálogo dramático e acontecimentos históricos, o poema “Os bens e o sangue” explora o significado desse drama familiar, assim o fazendo numa das peças mais longas de toda a poesia drummondiana. Com mais de 130 versos, dividido em oito partes e alternando diferentes metros e recursos poéticos – redondilhas, diálogo dramático, arcaísmos, cultismos barrocos –, “Os bens e o sangue” incorpora temas recorrentes da poesia drummondiana, do complexo do itabirano à recordação do passado familiar, passando por uma longa meditação sobre as desventuras das minas do ouro e do ferro. Sobretudo, deve-se ficar atento ao traço mimético do poema, através do qual Drummond se oculta sob a voz dos antepassados, fazendo com que os mortos se dirijam ao presente de maneira direta.⁶ E, assim, misturando elementos líricos e dramáticos, o poeta começa a problematizar aquela epígrafe de *Claro enigma*, retirada de Paul Valéry: pleno de acontecimentos, há toda uma história contada pelo poema, que começa reproduzindo, na primeira de suas oito partes, um suposto documento cartorial sobre a venda de terras auríferas já esgotadas:

193

I

Às duas horas da tarde deste nove de agosto de 1847
nesta fazenda do Tanque e em dez outras casas de rei, *q* não de valete
em Itabira Ferros Guanhões Cocais Joanésia Capão
diante do estrume em *q* se movem nossos escravos e da viração
perfumado dos cafezais *q* trança na palma dos coqueiros
fiéis servidores de nossa paisagem e de nossos fins primeiros,

⁵ Compreenda-se “poética implícita” como as “reflexões metalinguísticas ou metaliterárias contidas nos próprios textos”, em contraposição às chamadas poéticas explícitas, ou seja, “as que se apresentam sob a forma de reflexão teórica sobre a poesia (como teorias da literatura)” (BRANDÃO 2005, p. 18). Por sua vez, se o “acontecimento” se distingue pela singularidade, irreversibilidade e efemeridade (DOMINGUES 1996, p. 102), uma “poética dos acontecimentos” trata da possibilidade de se analisar um jogo literário que, mesmo representando eventos particulares, explora-os em seu caráter significativo, ao invés de reconstituí-los em sua veracidade ou em demonstrá-los como a face sensível de valores universais.

⁶ Para a *Poética* de Aristóteles, a atividade mimética significa a “representação” de ações pela composição de uma intriga, em que o poeta se dissimula na fala de seus personagens. Por sua vez, leituras contemporâneas como as de Ricoeur (1983) ou Costa Lima (1995b) buscam redefinir a mimesis não como “imitação”, mas como recriação dos acontecimentos e da experiência histórica. Nesse sentido, tais autores buscam no filósofo grego uma matriz teórica que, reconfigurada, abrangeria uma nova teoria da representação. Quanto a este artigo, cabe lembrar essas leituras como forma de redefinir o próprio modo “poético” de se tratar o “acontecimento”, a despeito da conhecida separação entre poesia e história vinda da *Poética* aristotélica – a primeira ocupada com o que “poderia acontecer”, a história com o “que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu” (IX, 1451b). De resto, a mistura entre o “acontecido” e o que “poderia acontecer”, entre fato e significado, esteve na mira até mesmo dos poetas clássicos. Na língua portuguesa, Camões é o seu caso paradigmático. Nesse sentido, conferir dois poemas de Drummond sobre o autor dos *Lusíadas*: “História, coração, linguagem” e “Poeta”, ambos de *A paixão medida*. Sobre o conceito de mimesis, antigo e moderno, ver também o livro organizado por Rodrigo Duarte e Virgínia Figueiredo sobre *Mimesis e expressão* (2001), notadamente o artigo de Tereza Calvet de Magalhães (“Poesia-tragédia, mimesis e filosofia”). Por outro lado, sobre a estilização do gênero trágico em Drummond, ver, de Marlene de Castro Correia, o ensaio “A inteligência trágica do universo” (2002).

na medida em que são intercalados com aquilo que, no passado, é memorável por ser significativo. E algo pleno de significação, no poema, não é tanto a decadência ou a perda das propriedades rurais pela família, mas o movimento de alguém que se sente desterrado em sua própria terra. Palavras como “despojados” e “desapego”, enunciadas nos versos finais da primeira parte do poema, falam sobre a singularidade dessa experiência. Por sua vez, termos como “deserdamos”, “desenganado”, “desfazendo”, inscritos na segunda parte de “Os bens e o sangue”, continuam a sugerir o desterro de “filhos netos bisnetos / tataranetos” de qualquer referência precisa no tempo e na história:

II

Mais que todos deser damos
deste nosso oblíquo modo
um menino inda não nado
(e melhor não fora nado)
que de nada lhe daremos
sua parte de nonada
e que nada, porém nada
o há de ter desenganado.

E nossa rica fazenda
já presto se desfazendo
vai-se em sal cristalizando
na porta de sua casa
ou até na ponta da asa
de seu nariz fino e frágil,
de sua alma fina e frágil,
de sua certeza frágil
frágil frágil frágil frágil

mas que por frágil é ágil,
e na sua mala-sorte
se rirá ele da morte.

195

Não há tédio perante esses acontecimentos. Escapando do quadro de referências de um documento cartorial, essa experiência franqueia as fronteiras entre o passado e o presente, colocando em diálogo distintas gerações. Razão pela qual aqueles dados documentais, como elementos desencadeadores do conflito entre os antepassados mortos e o poeta, circunscrevem, antes de qualquer coisa, o preâmbulo da própria estrutura dramática do poema. Esse drama, não por acaso, se desdobrara no vaticínio imposto pelos antigos familiares ao filho “inda não nado”, tal como lido nas próximas três partes do poema. A passagem é longa, mas sua unidade rítmica e temática não recomenda seu fracionamento:

III

Este figura em nosso
pensamento secreto.
Num magoado alvoroço
o queremos marcado
a nos negar; depois

de sua negação
nos buscará. Em tudo
será pelo contrário
seu fado extra-ordinário.
Vergonha da família
que de nobre se humilha
na sua malincônica
tristura meio cômica,
dulciamara nux-vômica.

IV

Este hemos por bem
reduzir à simples
condição ninguém.
Não lavrará campo.
Tirara sustento
de algum mel nojento
Há de ser violento
sem ter movimento.
Sofrerá tormenta
no melhor momento.
Não se sujeitando
a um poder celeste
ei-lo senão quando
de nudez se veste,
rogando à escuridão
abrir-se em clarão.
Este será tonto
e amará no vinho
um novo equilíbrio
e seu passo túbio
sairá na cola
de nenhum caminho.

196

V

- Não judie com o menino,
 compadre.
- Não torça tanto o pepino,
 major.
- Assim vai crescer mofino,
 sinhô!

- Pedimos pelo menino porque pedir é nosso destino.
Pedimos pelo menino porque vamos acalentá-lo.
Pedimos pelo menino porque já se ouve planger o sino
do tombo que ele levar quando monte a cavalo.

- Vai cair do cavalo
de cabeça no valo.
Vai ter catapora
amarelão e gálico
vai errar o caminho
vai quebrar o pescoço
vai deitar-se no espinho
fazer tanta besteira
e dar tanto desgosto
que nem a vida inteira
dava para contar.
E vai muito chorar.

(A praga que te rogo
para teu bem será.)

Sobre esses versos, já se disse serem representativos da transformação daquela operação comercial numa espécie de maldição: “vendendo suas terras, os antepassados deserdaram todos os seus descendentes e, entre eles, o poeta”. Essas palavras são de Merquior (1975, p. 167-168), para quem o poema poderia ser lido como um momento catártico do lirismo drummondiano, um instante em que se fundiriam o complexo do itabirano, o destino do *gauche* e o motivo existencial da dissipação – três motivos recorrentes em sua obra. Por isso, segundo Wagner Camilo, essas estrofes reafirmariam o poema como catalisador das tendências trágicas disseminadas na obra de Drummond, justificando, assim, um sentimento de retrocesso e sujeição ao passado vivenciado como fatalidade, “destino, maldição, tara congênita” (1999, p. 217-218).⁷ As vozes provenientes do fundo dos séculos não parecem consolar o poeta. Antes disso, reafirmam a presença de um passado a ainda assombrar o mundo dos vivos. De resto, essa assombração não seria interrompida nem mesmo com a irrupção de novos acontecimentos:

VI

Os urubus no telhado:

197

E virá a companhia inglesa e por sua vez comprará tudo
e por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada
e secado o ouro escorrerá ferro, e secos morros de ferro
taparão o vale sinistro onde não mais haverá privilégios,
e se irão os últimos escravos, e virão os primeiros camaradas;
e a besta Belisa renderá os arrogantes corcéis da monarquia,
e a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o menino doentio,
e o menino crescerá sombrio, e os antepassados no cemitério
se rirão se rirão porque os mortos não choram.

Esses versos retomam, em boa medida, o tom da primeira parte do poema. De fato, mais uma vez, Drummond joga com dados que permitem reconstituir uma história da região mineradora, na qual a exploração do ouro era substituída pela do ferro. E assim o faz em uma notação típica de sua poesia, incomodada com as transformações da paisagem natural diante do esgotamento das minas. Por outro lado, se essa parte do poema termina com o retorno do tom blasfematório dos mortos, isso não parece ser o mais importante. Enquanto no início de “Os bens e o sangue” os antepassados ganharam um longo espaço para a veiculação de suas vozes, o triste cenário das Minas Gerias prepara, neste momento, a passagem para uma outra escuta, desta feita da própria voz de alguém despojado “dos bens mais sólidos e rutilantes”. Desequilibrando “sua parte de nonada”, essa voz lança um desafio ao vaticínio dos ancestrais:

⁷ Para uma leitura do poema preocupada em assinalar o desmembramento da rígida estrutura patriarcal das Minas em favor do indivíduo, que se afirmaria em contraposição ao ambiente e à família tradicionais, ver, de Afonso Romano de Sant’Anna, *Drummond, o gauche no tempo* (1992, p. 67-70; 95).

VII

Ó monstros lajos e andridos que me perseguis com vossas barganhas
sobre meu berço imaturo e de minhas minas me expulsais.
Os parentes que eu amo expiraram solteiros.
Os parentes que eu tenho não circulam em mim.
Meu sangue é dos que não negociaram, minha alma é dos pretos,
minha carne, dos palhaços, minha fome, das nuvens,
e não tenho outro amor a não ser o dos doidos.

Onde estás, capitão, onde estás, João Francisco,
do alto de tua serra eu te sinto sozinho
e sem filhos e netos interrompes a linha
que veio dar a mim neste chão esgotado.
Salva-me, capitão, de um passado voraz.
Livra-me, capitão, da conjura dos mortos.
Inclui-me entre os que não são, sendo filhos de ti.
E no fundo da mina, ó capitão, me esconde.

“Não se procure em dicionário o significado de lajos e andridos”, dissera Drummond naquelas notas da revista *Anhembi*. Essas são “palavras existentes no contexto, e que são meras variações de nomes de família da região” – dos Lajes e Andrades (1951, p. 39). Famílias de negociantes, pode-se acrescentar, herdeiros que, em meados do século XIX, barganharam as antigas terras auríferas de João Francisco, como se o amor da pecúnia – “q trocar é nosso fraco e lucrar é nosso forte” – sucedesse à ousadia turbulenta daquela primeira Itabira.⁸ Os “monstros lajos e andridos” são, pois, de uma ambição paciente, ensinando a medir e a calcular as oportunidades com boa dose de previdência.⁹

Entretanto, se os bens se perderam, “meu sangue é dos que não negociaram”, diz Drummond, como se buscasse uma inserção afetiva em outra descendência que aquela dos tantos negociantes. Então, num jogo poético de identificações, o poeta assume uma nítida posição: “os parentes que eu amo” – como o capitão João Francisco de Andrade – “expiraram solteiros”, interrompendo a linha “que veio dar a mim neste chão esgotado”. E essa identificação imaginária, quebrando a linha genealógica dos “monstros lajos e andridos”, não ocorre por acaso. Ela também pode ser lida como o auto de anunciação nem tanto do “fazendeiro do ar”, e sim de um olhar circunspecto,

198

⁸ Quanto ao papel de João Francisco de Andrade na exploração do ouro em Itabira, há, por parte de Drummond, uma outra referência na crônica “Vila de utopia”, de *Confissões de Minas* (publicado em 1944), quando chegara a perguntar: – “Onde estão, Itabira, os escravos e faiscadores de João Francisco de Andrade e do Capitão Tomé Nunes, varejando os regatos e as encostas de Santana e da Conceição e produzindo mais de sete mil oitavas de ouro, quando já a mineração declinava no Brasil? [...] Porque a primeira Itabira, a Itabira do ouro, essa não tinha outra forma senão a que lhe traçaram, com a ponta do pé, os desbravadores sequiosos, na sua “exploração insensata e ruínosa das lavras”, de que fala Eschwege” (DRUMMOND 1993, p. 770). Por outro lado, para uma genealogia das famílias citadas no poema, ver, de Gonzales Cruz, *No meio do caminho tinha Itabira* (2000, p. 62), que esclarece alguns dados sobre o próprio Major Laje (1777-1857), sobrinho e sócio de João Francisco. O major, de quem Drummond é trineto, foi líder na mineração do ouro, fazendeiro e chefe político (segundo presidente da Câmara Municipal de Itabira entre 1844-1848). Visitando as minas do morro da Conceição por volta de 1815, Saint-Hilaire fora recepcionado por ele – possivelmente o Sr. Lage da narrativa (SAINT-HILAIRE 1975, p. 124).

⁹ Sobre a passagem do traço ancestral da aventura – dos grandes fazendeiros e mineradores, herdeiros das bandeiras paulistas do século XVII – para a virtude burguesa do cálculo das oportunidades, ver, de Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras* (1994, 1ª parte).

“encerrando uma partícula / de fogo embriagador, que lavra súbito, / e, se cabe, a ser doidos nos inclina” (“Prece de mineiro no Rio”).

Esse último olhar reapareceria, alguns anos depois, em outro jogo significativo da memória e da imaginação com o passado: “Esta paisagem? Não existe. Existe espaço / vacante, a semear / de paisagem retrospectiva / [...] / à margem de gravuras, documentos, / quando as coisas existem com violência” (“Paisagem: como se faz”). Já em “Os bens e o sangue”, esse olhar circunspecto, fiel servidor “de nossas paisagens e de nossos fins primeiros”, atravessa as sombras e as memórias do passado. Mas assim o faz para recuperar, com a *persona* de João Francisco, os traços congênitos daquela “primeira Itabira” e de seus mineiros, “balançando / entre o real e o irreal”, entre uma lei moral inflexível e absoluta – de madeira mais de lei que qualquer lei de seu tempo – e um espírito de aventura – das lutas cotidianas contra um meio inóspito e pouco familiar, a partir das quais a imaginação adquiria novos direitos.

É certo que a lembrança desses traços poderia representar apenas uma ilusão de possibilidade, ao menos no início daqueles anos 50, tão cheio de promessas em relação a uma história que acelerava seu curso no ritmo de um país em vias de urbanização e industrialização. Apesar disso, também era verdade que uma prosperidade sempre prometida e muitas vezes adiada tem isto de retrógrado: mastigar indiferente a carne da vida, a ponto de o poeta desconfiar menos do passado que se esvaía do que do compasso mecânico dos novos tempos.¹⁰ Seja como for, o poema “Os bens e o sangue” continuava a correr sobre um fio de navalha, entre uma ordem familiar e emotiva prestes a desaparecer e um amor por “um novo equilíbrio”. De fato, aquele “menino inda não nado” das primeiras estrofes reaparece nos versos finais do poema, já adulto, como o possível autor de uma obra que se expande em meio a um chão de ruínas. Assim, ao menos, dizem os “monstros lajos e andridos” quando, retomando a fala, concluem o drama encenado:

VIII

– Ó meu, ó nosso filho de cem anos depois,
que não sabes viver nem conheces os bois
pelos seus nomes tradicionais [...] nem suas cores
marcadas em padrões eternos desde o Egito.
Ó filho pobre, e descorçoado, e finito
ó inapto para as cavalhadas e os trabalhos brutais
com a faca, o formão, o couro [...] Ó tal como quiséramos
para tristeza nossa e consumação das eras,
para o fim de tudo que foi grande!
Ó desejado,
ó poeta de uma poesia que se furta e se expande
à maneira de um lago de pez e resíduos letais [...]
És nosso fim natural e somos teu adubo,

¹⁰ A esse respeito, ver, por exemplo, o ensaio “Divagações sobre as ilhas”, com o qual Carlos Drummond de Andrade abre seu livro *Passeios na ilha*. Para o autor, militantes e pedagogos da prosperidade, em geral, não “pedem companheiros, mas cúmplices. E esse é o risco da convivência ideológica. Por outro lado, há certo gosto em pensar sozinho. É ato individual, como viver e morrer” (1973, p. 798).

tua explicação e tua mais singela virtude [...]
 Pois carecia que um de nós nos recusasse
 para melhor servir-nos. Face a face
 te contemplamos, e é teu esse primeiro
 e úmido beijo em nossa boca de barro e sarro.

Esses versos reafirmam a imersão do poeta no interior do clã mineiro e de seus valores, bem como a preocupação em escavar uma história significativa de seu passado. Drummond sondou as profundezas de Itabira e, como filho da mineração, retornou com os olhos vacilantes quando saiu “da escura galeria para o dia claro”, como disse na crônica intitulada “Vila de utopia” (1973, p. 773). Talvez procedesse à maneira dos antigos “fiscadores” de João Francisco de Andrade e do capitão Tomé Nunes. Os fiscadores eram homens pobres de bens ou completamente despossuídos, que se entregavam à labuta de lavar e relavar as sobras da mineração, incansáveis na busca das partículas de ouro que ficavam, malgrado a ambição dos mineradores, entre os destroços de seus trabalhos. Certamente, o poema “Os bens e o sangue” é uma dessas partículas. Ou, quem sabe, ele apenas se encarregue de mostrar o próprio processo de escavação poética do “chão esgotado” das minas; uma escavação capaz de trazer novamente à existência o ouro dos que fizeram a história – “o fino ouro do passado”, comentara Sérgio Buarque (1978, p. 158), desvendado em meio aos riscos de sangue da paisagem mineira.

Retome-se, então, o título do poema drummondiano. Se a palavra “sangue” é signo tanto da genealogia familiar como da compleição daqueles que “não negociaram”, os “bens” indicam não apenas um patrimônio que se perdeu, mas também o que o próprio poeta ganhou: uma tradição ainda viva e atuante, uma “riqueza de sugestões que jaz no interior da própria ideia de morte, e não raro a confundem com a ideia de vida” (ANDRADE 1973, p. 883).¹¹ Essa riqueza, antes de ser fonte de tédio, provoca desorientação: o que aconteceu em “Os bens e o sangue” aconteceu com os antepassados mortos ou com o poeta “de cem anos depois”? As certezas vacilam nessa aproximação de distintas temporalidades – o passado não é um lugar fixo; a passagem do tempo perde as formas estáveis de sua sucessão; e o próprio poeta, que parecia buscar suas raízes mineiras, concluiu pelo seu desenraizamento. Num poema como “Os bens e o sangue”, a relação entre o autor de *Claro enigma* e os antepassados mortos seria, por assim dizer, uma relação teatral, a partir da qual a história, fragmentando-se em atos distintos, propicia o reconhecimento de correspondências ou semelhanças entre épocas e personagens distantes entre si.¹² Se essa fragmentação funda a experiência do desterro, é porque a temporalidade não seria pensada, pelo poeta, segundo os planos escalonados da duração. “Pensar! é perder o fio”, lembra Valéry (1943, p. 242).

200

¹¹ Essa última passagem é do ensaio “Henriqueta Lisboa: um poeta conta-nos a morte”, publicado em *Passeios na ilha*.

¹² Mesmo que em outro contexto, o reconhecimento desse “instante cênico” da palavra poética, bem como do “desmedido do tempo”, deve-se, aqui, a Olgária Matos em *O iluminismo visionário* (1993, p. 123-154).

Mas também é provável que o desterro tenha sido pensável, nos anos 50, quando Drummond retoma os passos de um autor como Cláudio Manuel da Costa, para quem o *topos* do exílio – na própria terra – seria força fecundante da história, e não apenas convenção literária. Foi Sérgio Buarque de Holanda, aliás, quem percebeu que o desterro, representado pelo poeta árcade como um modo de ser e de existir no mundo, ganhara as terras mineiras como uma ação fecunda, como uma promessa de novos acontecimentos. Depois de detida análise sobre o ideal árcade, o historiador conclui, com termos de *Raízes do Brasil*, que o bucolismo de Cláudio Manuel tivera efeito estimulante sobre os homens da inculta América, livrando-os dos sentimentos de insegurança “que os faziam sentir-se desterrados na sua terra. Procurando exprimir-se livremente, fizeram-no, apesar de todas as convenções a que se viam atados, com uma consciência nova de suas possibilidades e direitos” (HOLANDA 2000, p. 225). De resto, essa leitura de Cláudio Manuel, bem como aquele comentário sobre o poema “Os bens e o sangue”, testemunham a própria visão de mundo de Sérgio Buarque, que, semelhante à de Drummond, fez do desterro uma metáfora viva para pensar e dizer a condição histórica do brasileiro.¹³

Este artigo, porém, não pretende concluir sua leitura do poema “Os bens e o sangue” demonstrando-o como mera ilustração, versificada, da abertura de *Raízes do Brasil*. A singularidade de Drummond está em mesclar os modos discursivos do drama pessoal, da evocação fúnebre e da história coletiva, fazendo do desterro uma imagem inseparável da subjetividade. Pela intermediação de apelos que se escutam e se transformam de geração a geração, talvez valha, para “Os bens e o sangue”, aquilo que o poeta, em *Passeios na ilha* (1952), chamou de “inteligência dos mortos”:

essa inteligência não nos afasta do mundo vivo e dialeticamente agitado, nem é uma luz funerária, que nos dê o ar lívido de mortos antecipados. É também inteligência da vida. Interações secretas e caprichosas, de que não suspeitávamos, enfim se desvendam a nossos olhos, e ninguém poderá afirmar que a verificação desse comércio constitua coisa triste em si, ou que o conhecimento em geral seja algo de especificamente doloroso, quando é antes libertador e, como tal, fonte de alegria. Voltam assim à vida civil, e não por meio de elegia, os amigos mortos. Sublime derivação da amizade é essa, que se realiza tacitamente, de nos conduzir à compreensão de nós mesmos, de nos articular com a nossa própria vida, que de outro modo se escoaria sem remissão; de fazer com que a recuperemos, depois de inteiramente perdida (1973, p. 801-802).

¹³ A abertura de *Raízes do Brasil*, cujo trecho mais evocado afirma que somos “ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (1998, p. 31), poderia ser relida, pois, como o ponto de inflexão de uma poética – implícita – da história do Brasil, inclinada a iluminar uma experiência que, pensada em seus possíveis significados, não se demonstra de maneira unívoca. Talvez porque, como já sugeriu Flora Süssekind, tal inflexão pressuponha, em Sérgio Buarque, o antigo crítico literário. O exercício da crítica diante de códigos narrativos e recursos poéticos os mais variados teriam se convertido num método de escrever a própria história, onde se mesclariam metáforas, tempos, vozes e modos diversos. E isso teria ocorrido a ponto de provocar “uma espécie de ‘discurso do talvez’, de ambiguidade propositada, variações de ritmos e de linguajar” (1992, p. 141) com os quais o historiador fugira do raciocínio dogmático.

Se a prosa de *Passeios na ilha* pressupõe a poesia de *Claro enigma* (da mesma maneira que *Raízes do Brasil* pressupôs o crítico literário), e se um poeta lírico como Drummond dramatizou acontecimentos (enquanto um historiador como Sérgio Buarque lidou, metaforicamente, com uma condição histórica específica), é porque pensar o desterro parece desordenar a repartição das especializações. Ao menos para Drummond, uma poética dos acontecimentos talvez implique, precisamente, isto: desterrar-se. De fato, sem ser historiador, Drummond valeu-se, em “Os bens e o sangue”, de uma delicada arte do equívoco, que, misturando o sensível e o inteligível, o passado e o presente, o lírico e o dramático, cortou as raízes com a afirmação de que o rigor do pensamento está ligado à divisão estrita das competências – velha afirmação platônica “pela qual a ordem do discurso e a ordem das ocupações sociais selam sua comunidade” (RANCIÈRE 1995, p. 20).¹⁴

Bibliografia

- ACHCAR, Francisco. **A rosa do povo e *Claro enigma***: roteiro de leitura. São Paulo: Ática, 1993.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.
- _____. “Os bens e o sangue”. **Anhembi**. 1(3), São Paulo, fevereiro de 1951.
- BRANDÃO, Jacynto Lins. **Antiga musa**: arqueologia da ficção. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- CAMILO, Vagner. **Da rosa do povo à rosa das trevas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- CAMPOS, Haroldo de. Drummond, mestre de coisas. In Sônia Brayner (org.). **Carlos Drummond de Andrade**: fortuna crítica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORREIA, Marlene de Castro. **Drummond**: a magia lúcida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

202

¹⁴ Sobre essa “velha afirmação”, ver também Maria Cristina Franco Ferraz em *Platão: as artimanhas do fingimento*. Para a autora, reler a discussão platônica sobre a poesia, subjacente a uma teorização sobre diferentes regimes discursivos, significa rever uma fonte da negatividade atribuída ao que é misturado, multicolor, relacionada a um demoníaco embaralhamento da visão (1999, p. 79-80). Ao mesmo tempo, um livro como *A República* explicitaria o que muito se dissimula: que a delimitação de diferentes áreas de conhecimento, com a qual a mimesis é esvaziada de sua potência pensante ou de sua eficácia no mundo, é fruto não apenas de um debate epistemológico sobre o estatuto da verdade, mas também de uma luta política pela repartição do poder ou pela legitimação de novas autoridades do saber.

- CRUZ, Gonzales Cruz. **No meio do caminho tinha Itabira**. Rio de Janeiro: BVZ, 2000.
- DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama**: reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo-Belo Horizonte: Iluminuras-UFMG, 1996.
- DUARTE E FIGUEIREDO (orgs.). **Mímesis e expressão**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- HARTOG, François. Tempo, história e escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, n. 148, 1º semestre de 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Rebelião e Convenção. Cobra de vidro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia das letras, 1995.
- _____. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Cia das letras, 1994.
- _____. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LIMA, Luís Costa. O princípio-corrosão na poesia de Carlos Drummond de Andrade. **Lira e antilira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- _____. **Vida e mimesis**. Rio de Janeiro: 34, 1995b.
- MATOS, Olgária. **O iluminismo visionário**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MERQUIOR, José Guilherme. **Verso universo de Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- MOTA, Leda Tenório da. **Sobre a crítica literária no último meio século**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1975.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. **Drummond, o gauche no tempo**. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- SÜSSEKIND, Flora. Comentário ao texto "Nota breve sobre Sérgio crítico". **3º Colóquio UERJ: Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- TELES, Gilberto de Mendonça. **Drummond: a estilística da repetição**. 3ª ed. São Paulo: Experimento, 1997.
- VALÉRY, Paul. **Tel Quel**. Paris: Gallimard, 1943.

Resenhas

review essays

Acerca del “renacer de los estudios sobre el Populismo”: una (nueva) mirada comparativa del Peronismo y el Varguismo

GROPPO, Alejandro. *Los dos príncipes: Juan D. Perón y Getulio Vargas. Un estudio comparado del populismo Latinoamericano*. Villa María: EDUVIM, 2009, 479 p.

Gabriel Carrizo

Investigador
Universidad Nacional de la Patagonia Austral (UNPA)
gabo.carrizo@gmail.com
Avenida Comodoro Rivadavia, 716 - Standar Norte
Comodoro Rivadavia - Chubut
9005
Argentina

205

Palabras-clave

Populismo; Historiografía; Análisis del discurso.

Keywords

Populism; Historiography; Analysis of discourse.

Enviado em: 01/02/2010

Aprovado em: 20/03/2010

En los estudios acerca del populismo en América Latina ha primado una explicación historicista de dicho fenómeno político. En efecto, la tradición latinoamericana ha entendido que el populismo se encuentra circunscrito en un período histórico particular de América latina, desde la década del '30 hasta la desaparición del modelo de desarrollo de industrialización mediante la sustitución de importaciones a fines de la década del '60. En esta perspectiva es clara la fuerte asociación entre la política populista (entendida como una alianza de clases bajo la conducción de un líder carismático) y la estrategia de desarrollo mediante la industrialización por sustitución de importaciones (ISI). Asimismo, en cuanto estudio historiográfico del populismo exista, se ha destacado su uso reduccionista, su vaguedad e imprecisión, su estiramiento conceptual, su carácter pantanoso que obligaría a su olvido. Se lo ha postulado como sinónimo de Estado interventor y asistencialista y / o como negación de los valores elementales de la democracia representativa al poner énfasis en la cuestión del liderazgo demagógico, las relaciones clientelistas y la manipulación de masas, lo que ha implicado no pocas veces considerar al populismo como un “peligro”. Por ello se lo ha destacado como una anomalía que aparece en los sistemas políticos que no son estables y dinámicos y que una vez en el poder, el populismo busca debilitar las instituciones al privilegiar la relación directa con la gente.

Para Francisco Panizza (2009), el problema de este enfoque historicista es que presenta serias limitaciones en el momento de explicar fenómenos populistas que trascienden la etapa histórica y el lugar geográfico. Además, los aportes provenientes en su mayoría de la sociología política, nos siguen mostrando que el populismo es un término que todavía hoy evoca una serie de significados contradictorios. Como ha apuntado Gerardo Aboy Carlés (2003), en algunas utilizaciones “anárquicas” del concepto, algunos autores han concebido al populismo como un mero estilo de liderazgo, asociando dicha categoría con la demagogia.

En el año 2009 se editó un nuevo libro acerca del populismo en América Latina, en el marco de lo que Paula Biglieri ha denominado “el renacer de los estudios sobre el populismo” (2007). La obra de Alejandro Groppo no solamente presenta una serie de novedades teóricas y empíricas que seguramente habrán de revitalizar los estudios del peronismo y el varguismo, sino que además presenta una mirada comparativa entre Brasil y Argentina (no muy usual) a partir del enfoque de Ernesto Laclau desarrollado últimamente en su *Razón Populista* (2005).

Para Alejandro Groppo, el populismo estaría dado por un nombramiento político o inclusión radical que le da una existencia simbólica a aquellos sujetos que no habían sido incluidos simbólicamente en la política. Este nombramiento político implica tanto la expansión como la redefinición de los límites de la comunidad política, al incorporar a aquellos sujetos que estaban relegados en los márgenes de la política. En el caso del peronismo, la profundidad dislocatoria del mismo radica en que es el Estado (a través de Perón) el que produce dicha nominación perdiendo su neutralidad para tomar partido por un sector específico.

Además, este nombramiento político se da de manera paralela con una visión no condicionada de la justicia social, produciendo estos dos procesos la politización del campo de las relaciones laborales y sociales.

Lo novedoso de la estrategia de investigación desarrollada por Groppo es que él se desplaza desde el sistema de enunciación y producción del discurso hacia su enunciación y recepción, pues el autor entiende que al indagar y analizar cómo otros discursos políticos existentes reaccionaron ante una enunciación dada, conoceremos cómo ellos percibieron esa enunciación y por qué lo hicieron así.

En el caso argentino, en ese nombramiento político mucho tuvo que ver la intervención ideológica de Perón, la cual será determinante para otorgarle una nueva dirección a la revolución de Junio de 1943. El contexto político de la revolución sin una dirección definida, la falta de liderazgo presidencial en el proceso iniciado en Junio, así como también la ausencia de una definición clara de identidad en los partidos políticos y otros actores sociales, fueron factores que le facilitaron a Perón iniciar un proceso de rearticulación de las fuerzas socio-políticas. Esa nueva dirección tuvo que ver con una re-descripción de la revolución como una revolución esencialmente social, operación ideológica que fue acompañada por el significante justicia social. Groppo afirma:

207

la nueva interpretación de la revolución como revolución social se fue convirtiendo progresivamente en el significado mismo de la revolución como tal. La principal *operación retórica* de Perón fue *introducir en la arena pública una profunda re-descripción del proceso revolucionario en nuevos términos*. Al hacer esto, Perón borra del imaginario de la revolución su contenido político – institucional y lo llena y dota con un nuevo contenido. Desde ese momento en adelante el significante “justicia social” proveyó el *principio de fijación que nombraba* al proceso en curso (GROPPO 2009, p. 195-196).

Al definir el significante justicia social como el contenido de la Revolución de Junio, Perón además criticó la no intervención del Estado en el área de las relaciones laborales y con esta operación generó una inédita politización de la cuestión laboral en Argentina. Asimismo, el discurso de la revolución social adquirirá con Perón un carácter nacional. Y la institución específicamente diseñada para tal pretensión será la Secretaría de Trabajo y Previsión y la instalación de las respectivas delegaciones regionales. Dicha Secretaría se constituyó en el primer ejemplo de centralización y expansión a nivel nacional de una oficina estatal a cargo de la política y la previsión social. A partir de aquí, la extensión de la revolución a través del territorio nacional fue precisamente una manera de politizar la “cuestión laboral”, cuyo impacto ha comenzado a analizarse en algunos casos provinciales (ERBETTA 2008; ROMANUTTI 2008).

Es interesante ver cómo esa nueva dirección que le imprime Perón a la Revolución de Junio afecta el espacio rural. Para Groppo, fue fundamental el nombramiento político de Perón del trabajador rural como “esclavo”, es decir, que dicho actor social encarnaba la idea misma de injusticia social. El Estatuto del Peón de 1944 vino a aumentar el nivel de antagonismo en el campo y su

resultado fue tanto la reactivación de demandas rurales anteriormente postergadas como un incremento en los niveles de organización y sindicalización de los trabajadores rurales. Como se muestra en la obra, tanto la Sociedad Rural Argentina como la Federación Agraria Argentina, se oponían a los dos elementos centrales que implicaba el Estatuto: la imposición de patrones de nacionalización en el modelo de salarios mínimos en todo el país, y la estrategia política de burocratización de las relaciones laborales.

Tanto la SRA como la FAA discutían la definición del trabajador rural como una esclavo (para ellos las relaciones laborales estaban basadas en términos de paternidad); se oponían a la nacionalización de los salarios mínimos (para ellos era contraproducente porque debían tenerse en cuenta los aspectos económicos y las diferencias regionales); y cuestionaban la política de Perón que favorecía el conflicto y generaba antagonismo político (para ellos, en el campo debía seguir primando la armonía social, es decir, un ámbito libre de conflictos).

Como vemos, en el caso del peronismo, el Estado no fue considerado por los grupos económicos dominantes como un factor externo formando parte de una alianza policlasista como ha entendido gran parte de la historiografía dedicada al tema, sino todo lo contrario: fue percibido como un agente antagónico ubicado totalmente del lado de los trabajadores.

Esta intervención discursiva de Perón generó una serie de dislocaciones traumáticas en todas las fuerzas políticas opositoras. Tanto el Partido Socialista, el Partido Comunista como la Unión Cívica Radical tenían una visión condicionada de justicia social, no entendían los derechos de los trabajadores en términos de antagonismo político, se opusieron a la estrategia impulsada por Perón de nacionalización de los salarios mínimos y demonizaron al peronismo, colocándolo en el lugar de lo abyecto. Como bien muestra Groppo, al analizar los discursos de las fuerzas políticas opositoras en la emergencia del peronismo, se percibe que no había tanta diferencia entre ellos, explicando la aparente heterogeneidad de la Unión Democrática. Para las fuerzas políticas opositoras al peronismo

como es inexplicable que haya sido posible ese vínculo tan íntimo entre sujetos del pueblo y la propuesta de Perón, esta relación se ve como anti natural en el sentido que es necesario explicarla como una reversión misma del sujeto humano. El argumento anti humanista explica esa galvanización identitaria peronismo –sujetos apelando precisamente al carácter bestial, calculador, hedonista, materialista del ser humano (GROPPO 2009, p. 263).

Lo interesante del libro de Groppo es que muestra de qué manera, a partir de otros presupuestos teóricos que leen la evidencia empírica, se puede llegar a una interpretación distinta acerca de los populismos en América Latina. La tradición latinoamericana no solamente postulaba a los casos de Argentina, Brasil y México como ejemplos clásicos de Populismo, sino que también establecían determinadas periodizaciones para cada caso. El enfoque propuesto por Groppo permite revisar estas afirmaciones.

En el caso de Brasil, 1930 era considerado un punto de ruptura en tanto la

Revolución cerraba la etapa de la República Vieja para dar paso al Varguismo, al romperse el pacto del café con leche. Para Groppo, esta ruptura no es tal por varias razones. En primer lugar, porque Vargas representaba la estabilidad de los grupos dominantes en el poder. En segundo lugar, porque el proyecto político de la elite paulista era vista como cercana a la política de Vargas. Y lo que es más importante, porque Vargas no era descrito como un peligro a los ojos de la elite paulista. Vargas no era expresión de fuerzas largamente reprimidas sino que era su barrera de control.

El actor político que sí va a generar un trauma, que según Groppo lo asemeja a Perón, fue Luis Carlos Prestes. En efecto, el líder intelectual y político de los tenentes introdujo en la formación política brasileña la idea de revolución social. Entonces, Prestes y no Vargas representó la radicalización de la revolución, introdujo el antagonismo y facilitó la extensión de fronteras discursivas. Con esto, Prestes era representado como una amenaza más peligrosa que Vargas. En su Manifiesto de Mayo de 1930, Prestes politiza el conflicto social, interpela a la población marginal de la sociedad brasileña (hablando de "proletariado sufriente", "trabajadores oprimidos" y "masa miserable") y expone una clara visión de la articulación entre áreas urbanas y rurales. Para Prestes, el programa político de la Alianza Liberal era un simple cambio de hombres, y que no prometía una verdadera revolución, al garantizar virtudes liberales solamente. En la recepción en los demás actores políticos, la intervención discursiva de Prestes fue considerado un evento dislocatorio, que remitía a imágenes del "abismo", tratando de evitar llegar a opciones radicales.

Groppo también explica la imposibilidad de la politización de la cuestión social en Brasil, aun bajo el Estado Novo. Esto se debió a que el gobierno no la institucionalizó como una política nacional y universal eficaz en todo Brasil, articulando trabajadores urbanos y rurales, como sí lo hizo Perón. Esto se debió a que los sectores dominantes en Brasil postulaban una visión condicionada de la justicia social, respecto de las posibilidades económicas, productivas o regionales. La justicia social debía ser establecida de acuerdo con la capacidad sistémica y económica de sostenerla.

Lo revelador del trabajo de Groppo es que para él la concepción de justicia social en Vargas estaba también sujeta a consideraciones económicas o al logro de ampliación del mercado interno. Dice el autor:

Tanto Vargas como los sectores económicos dominantes tenían una visión similar acerca del rol de la "justicia social" en la formación política. Esto explica el apoyo de esos sectores al varguismo. Es más, estos sectores no mostraron una identidad dislocada en términos del liberalismo económico ni sostuvieron una visión de la intervención del Estado como una "amenaza" al patrón establecido de relaciones sociales, ni tampoco articularon una idea monetarista – cuantitativista del incremento de salarios (...) como sí fue el caso de los sectores dominante contra Perón en Argentina (GROPPA 2009, p. 408).

Lo mismo es posible de ser observado con la Ley de Salarios Mínimos de 1936. Aquí el análisis de Groppo muestra que las demandas del empresariado se

mantuvieron firmes en torno a la institucionalización de la regionalización de los salarios.

A diferencia del caso del Peronismo, donde la lucha política era entre una tendencia a la nacionalización (la política social de Perón) y sus escollos regionales (sectores económicos y políticos opositores), en el caso de Brasil tenemos una discusión entre la política oficial ya mediada por las demandas regionalizantes y los sectores que impulsan una profundización de esta segmentación. Entonces, el desarrollo desigual entre regiones y estados fue efectivamente en Brasil un factor estructural condicionante, pero lo fue precisamente porque estaba inscrita tanto en el discurso político de los sectores económicos como en la estrategia política del gobierno de Vargas (GROPPO 2009, p. 414).

Es por ello que, al observar la recepción discursiva que la ley tuvo en los sectores del trabajo, Vargas fue percibido como alguien ajeno a sus intereses. Es más, para los trabajadores Vargas representaba los intereses del bloque de poder.

La legislación laboral no fue un factor de conflicto entre las asociaciones de empleadores y sectores empresarios y Vargas. Tampoco produjo una dislocación generalizada en la identidad de las elites económicas dominantes, y por lo tanto, no vieron de manera traumática a la política social de Vargas.

En definitiva, el libro de Groppo nos muestra que si tomáramos al populismo como sólo un estilo carismático de liderazgo beneficiado por la rápida industrialización de algunos países latinoamericanos desde la década del '30, no se advertirían las diferencias en las estrategias ideológicas discursivas entre Vargas y Perón, como veremos a continuación.

En primer lugar, las condiciones estructurales iniciales, esto es, una estructura histórica nacionalizada y desarrollo más homogéneo, facilitaron la emergencia del peronismo. En segundo lugar, con respecto a la inclusión radical de un sujeto subalterno, en Perón la estrategia discursiva vinculó a los trabajadores urbanos y rurales como un modo de articular el campo y la ciudad, mientras que en Vargas ese lazo estaba ausente. Ese acto de inclusión radical en Perón cuestionó las bases que organizaban la comunidad hasta ese momento, convirtiéndose para los demás discursos en un peligro para el orden social. Es en este último punto donde Groppo señala cierta equivalencia entre Perón y Prestes. Sin embargo habían dos diferencias sustanciales: en primer lugar Perón gobernó el país, lo que le permitió introducir el antagonismo desde el Estado y a través de decisiones de política pública; en segundo lugar, introdujo desde el Estado el antagonismo en un espacio donde no existía. Por último, la introducción de un tipo específico de significante vacío también muestra diferencias. Si en Perón el significante “justicia social” originó las reacciones en su contra, en el caso de Vargas el significante “unidad nacional” evitó la formación de una oposición política.

Referencias

- ABOY CARLÉS, Gerardo. Repensado el Populismo. **Política y gestión**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, vol. 4, 2003.
- BIGLIERI, Paula. El concepto de populismo. Un marco teórico. En BIGLIERI, Paula & PERELLÓ, Gloria (comps.). **En el nombre del pueblo. La emergencia del populismo kirchnerista**. Buenos Aires: UNSAM Edita, Universidad Nacional de General San Martín, 2007.
- ERBETTA, María Cecilia. "Rápida, justa y barata". La implementación de la justicia del trabajo en Santiago del Estero (1943-1955). Ponencia, **Primer Congreso de Estudios sobre el Peronismo. La Primera década**. Universidad Nacional de Mar del Plata, 6 y 7 de Noviembre, 2008.
- LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- PANIZZA, Francisco. Introducción. El Populismo como espejo de la democracia. En PANIZZA, Francisc (comp.). **El Populismo como espejo de la democracia**, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- ROMANUTTI, Virginia. Discurso político e instituciones. La Delegación Regional de la Secretaría de Trabajo y Previsión como organizadora de la cuestión social en Córdoba durante el Peronismo. Ponencia, **Primer Congreso de Estudios sobre el Peronismo. La Primera década**. Universidad Nacional de Mar del Plata, 6 y 7 de Noviembre, 2008.

Caminhos da historiografia latino-americana

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 146 p.

Hugo Hruby

Doutorando
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
hugohruby@yahoo.com.br
Rua Assunção, 395/101
Porto Alegre - RS
91050-130
Brasil

Palavras-chave

Conhecimento histórico; História da historiografia; América Latina.

Keywords

Historical knowledge; History of historiography; Latin America.

212

Enviado em: 20/01/2010
Aprovado em: 08/04/2010

O recente livro de Jurandir Malerba atesta o rico momento no qual os historiadores se encontram. Recuperando o que lemos em número recente neste periódico, “a História da Historiografia vai ocupando um espaço cada vez mais importante no ateliê dos historiadores” (GUIMARÃES 2009, p. 258). Espaço assaz fértil de reflexão sobre o nosso próprio *métier*. O autor é professor com trânsito por várias instituições, pesquisador experiente e escritor/tradutor de difundidos e instigantes trabalhos. A editora é renomada pela qualidade de suas publicações e especial atenção dedicada à História. Momento propício, autoria qualificada e editoração incentivadora reúnem-se em *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*.

Oriundo de pesquisas do autor para compor a volumosa *Colección Unesco de Historia General de América Latina* (MALERBA 2006a), o livro tem por objetivo refazer os itinerários da historiografia latino-americana, a fim de perceber o processo de mudanças a partir da década de 1960. O intuito de compreender essa trajetória parte de duas premissas: considerar os anos 60 ponto de inflexão da cultura ocidental e não perder de vista as fortes e ambíguas relações que os intelectuais latino-americanos mantêm com os centros hegemônicos, Estados Unidos, Inglaterra e a França.

Pequeno em suas dimensões, o livro é grande na pretensão analítica e pesado nas críticas. Introdutoriamente, o autor nos dá uma ampla visão da historiografia ocidental através do contexto intelectual na “transição paradigmática”, que tem os anos de 1968 e 1989 como dois marcos simbólicos. De um a outro se observa o paulatino recrudescimento do “pós-estruturalismo” desembocando nas proposições “pós-modernas”. Ressalvados o sincretismo e as imprecisões que tais termos carregam, o autor problematiza dois postulados ligados a essas correntes de pensamento: a teoria da linguagem e a negação do realismo. O texto preliminar fecha com uma questão de suma importância e próxima a muitos pelo impacto nos cursos de graduação de onde somos. Malerba reflete, com muita propriedade, sobre a presença do marxismo na historiografia latino-americana: aparato teórico, metodológico e ideológico fomentador de forma vivaz do debate a partir da segunda metade do século XX. Aqui inicia a análise crítica do autor sobre trabalhos específicos de intelectuais latino-americanos, nos quais vislumbramos o pulsar da tradição marxista na Argentina, Peru, México, Brasil. Tal tradição criativa e influente, deveras afetada pelas grandes transformações mundiais, passou a sofrer pesadas críticas, suscitando o chamado “pós-marxismo”. Se esses momentos “pós” na América Latina recebem atenção pela perda da referência na totalidade em que se inserem, Malerba aponta, igualmente, para a saudável retomada de uma tradição problematizadora, que mistura os ensinamentos do marxismo mais arejado com os aportes do movimento historiográfico francês dos *Annales*.

Esse diálogo dos *Annales* com o marxismo renderia, conforme o autor, o que de melhor se produziu nos últimos 30 anos na historiografia latino-americana nos campos da história econômica e história social. A produção na América Latina, nessas duas modalidades de escrita histórica, é mapeada no primeiro

capítulo, intitulado “Décadas de 1970 e 1980”. Nele, o autor nos apresenta o labor de historiadores econômicos no Brasil, Argentina e Chile, ainda na primeira metade do século XX, cujos esforços foram conjugados na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A partir dos problemas de desenvolvimento da região, o autor analisa a eclosão de teorias da dependência como pensamento genuinamente formulado por intelectuais latino-americanos para explicar o presente através do passado. A validade de teorias como essas, sob visão macrossocial e histórica, acabaria por sucumbir no cenário acadêmico diante do contexto de fragmentação da “transição paradigmática”.

Ao longo da década de 1970, a História econômica, gradualmente, assumiu grande prestígio e vitalidade. De maneira muito didática, Malerba esquematiza os temas abordados pela história econômica distribuídos nos períodos colonial, nacional e século XX. Destes, o campo da economia colonial foi um dos que mais impulsionou a historiografia econômica na América Latina. Guiados pelo autor, acompanhamos os trabalhos de vários pesquisadores, com destaque para os estudos de história agrária no Brasil. Ainda no primeiro capítulo, o diálogo do marxismo com os *Annales* nos é mostrado ao seguirmos o itinerário da história social através da pertinente seleção de publicações. A ampliação dos horizontes temáticos da história social deu-se, principalmente, pelas pesquisas sobre escravidão, trabalho e movimentos sociais.

Especificamente sobre a história social do trabalho, para além da constatação de renovação acarretada pelo marxismo britânico, Malerba nos mostra como a abordagem tradicional, concentrada quase exclusivamente nas ideologias das classes trabalhadoras, seus líderes e suas relações formais com os partidos políticos, vai sendo superada. A produção historiográfica sobre a classe operária e o mundo do trabalho na América Latina se altera mediante o impacto das profundas transformações globais. Através da “nova história social”, os pesquisadores passam a enfatizar a diversidade das experiências entre as massas trabalhadoras, fugindo das pretensões generalizantes. Questões de gênero, etnicidade, desenvolvimento da cultura popular, formação de identidades e vida cotidiana (daqueles que não participaram de sindicatos ou partidos políticos de trabalhadores) são exemplos que Malerba nos traz para mostrar a incorporação de leque mais amplo de tópicos na história social do trabalho nesses países.

No período de transição democrática, na década de 1980, os pesquisadores latino-americanos se esmeraram por conhecer o papel de resistência da sociedade civil organizada. O tumultuado momento contribuiu para a força desse campo através do tema dos movimentos sociais. Novas preocupações e objetivos acabaram por transformar a natureza dos movimentos sociais e as relações entre eles (sindicalistas, gays, feministas, ambientalistas). Não obstante tal diversificação, o foco do interesse dos historiadores recaiu sobre as questões de identidade e cultura. No entanto, de forma perspicaz, Malerba mostra como a produção acadêmica passa a adotar postura mais cautelosa do que a celebrativa inicialmente. Posição que, no entanto, ainda não conseguiu afastar a militância das pesquisas.

No segundo capítulo, "Décadas de 1980 e 1990", Malerba avança na análise tendo a "nova história política" e a "nova história cultural" como dois campos que melhor caracterizam a produção latino-americana nos últimos decênios do século. No primeiro campo, o autor seleciona dois temas de destaque na historiografia. Nas pesquisas sobre a construção do Estado e da Nação na América Latina independente (século XIX) percorremos os estudos na Argentina, México, Colômbia, Peru e Brasil. O movimento de revitalização na história política é observável quando os pesquisadores tornaram mais complexas questões como a emergência de identidades nacionais, ruptura do pacto político entre colônia e metrópole, variedades de federalismos, participação de grupos camponeses e indígenas. Os trabalhos historiográficos sobre os regimes populistas e ditatoriais, igualmente, foram merecedores da atenção dos pesquisadores na história política. Até então trabalhando com foco nos sujeitos, processos político-partidários e na história do Estado e das elites no poder, as historiografias nacionais começaram a renovar essa abordagem tradicional.

Considerando a "nova história cultural" como outro campo importante de estudos no período, Malerba problematiza o seu próprio advento e caracterização na historiografia. Mais recentemente, segundo o autor, apesar das amplas pretensões, os pesquisadores envolvidos neste campo se identificariam pela referência a um corpo canônico de obras, referências teórico-metodológicas, escolha de certas fontes e uso de "jargão" especializado sobre representações, textualidade, relações de poder, subalternidade e identidades sexuais e raciais, intimidade e privacidade, cultura popular. Se, aparentemente, a agenda do campo está definida, Malerba aponta que sua forma de execução se caracteriza por certa "mestiçagem" na abordagem e "liberdade criadora" na prática para além do receituário prescrito. A pujança da história cultural pode ser percebida nos dois exemplos selecionados pelo autor. Tanto na história do cotidiano e da vida privada, como na de relações de gênero, fica visível o imbricamento desse campo com os demais trabalhados ao longo do livro.

Seguindo a forma clara e didática que acompanha os parágrafos do livro, a parte final comporta importante orientação bibliográfica. Complementa aquelas referências trabalhadas ao longo do texto, indicando sucintamente uma série de trabalhos de pesquisadores em diferentes países, não só latino-americanos. A rica bibliografia apresentada e trabalhada pelo autor nos permite adentrar em balanços historiográficos gerais e regionais, e nas discussões teóricas.

O ensaio de crítica historiográfica de Jurandir Malerba, em sua pretensão de síntese, delineaia tendências na historiografia latino-americana ao selecionar publicações de maior representatividade nos campos e momentos historiográficos. Autores, livros e grupos de pesquisas em diversos países da América Latina alicerçam o ensaio como linhas mestras ou tendências majoritárias na historiografia. Linhas ou tendências que se cruzam, mesclam, dialogam através de fronteiras porosas. O caráter seletivo, pois panorâmico, como o próprio autor adverte, fez com que outras vertentes na produção historiográfica não fossem contempladas. Somos precavidos, ainda, para o descompasso entre

as trajetórias nas diversas historiografias nacionais, em que os campos escolhidos assumem, em alguns casos, rótulos distintos. Porém, ao final da leitura do livro, ficamos convictos de que os quatro campos selecionados – história econômica, política, social e cultural – são expressivos para mostrar o turbilhão que varreu o ateliê de Clio, a partir da década de 1960, fragilizando teorias, projetos, modelos, métodos, certezas, verdades. E para mostrar também o quanto os profissionais da História, ainda hoje, se encontram afetados por uma transição em aberto.

Diante dessa caminhada pela historiografia latino-americana, em um momento de guinada radical nas formas de se conceber e praticar a história, a análise de Malerba permite enxergarmos, claramente, três questões. Os historiadores latino-americanos reiteraram seu papel de importadores de pensamentos, modismos, pastiches, cópias. As problemáticas “vindas de fora”, típicas de sociedades liberais desenvolvidas, refletiram, muitas vezes, os anseios e as demandas da cultura do pesquisador estrangeiro (latino-americanista) e não necessariamente os dos povos pesquisados. Haveria a hegemonia de uma literatura estrangeira como “substrato teórico da produção local”. Através de “clichês”, avulta a dificuldade dos historiadores em assimilar as reflexões teóricas daquela literatura na orientação de suas pesquisas e na própria construção dos textos. Mas fugindo do “imperialismo científico” ou da “expansão do capitalismo no Terceiro Mundo”, Malerba adverte para a complexidade do intercâmbio acadêmico Norte-Sul. A crescente aproximação dos intelectuais latino-americanos da *intelligentsia* nos centros hegemônicos, em especial estadunidense, permitiu a entrada de novos personagens e temáticas na agenda dos pesquisadores. Esse ingresso conduziu a uma sofisticação metodológica ao exigir novos tratamentos para certos tipos de fontes. A segunda questão está na importância do pós-estruturalismo e seus sucedâneos na destruição de “velhas verdades engessadas”. No entanto, contribuíram negativamente para a perda da percepção global da sociedade latino-americana, de sua história e de suas relações com o resto do mundo. O afastamento epistemológico das abordagens holísticas e totalizantes fez diminuir o alcance das “teorias”, fragmentando-as. Por fim, a análise de Malerba indica a premência da democratização da produção e circulação de informações pelo ambiente acadêmico latino-americano para possibilitar a definição de nova agenda para os estudos históricos que atenda aos interesses de seus povos.

Se a proposta do autor não consegue iluminar todo amplo espaço que o título do livro alude, aceitemos o estímulo dado por Malerba a fim de que problematizemos as hipóteses e percepções lançadas, perscrutemos outros campos e a produção dos demais colegas latino-americanos. O importante é não perdermos de vista a abrangência dos estudos históricos, já que a carreira acadêmica nos conduz a questões cada vez mais reduzidas, descoladas muitas vezes do todo. Em razão disso, a leitura dessas sínteses é extremamente importante, não só para o estudante, mas para o próprio pesquisador experimentado

que se preocupa em se ver (para se colocar) como integrante de uma disciplina em crise de crescimento.

Para finalizar essa resenha crítica, permito-me lançar quatro indicações suscitadas pela provocante leitura do ensaio. Como exemplos recentes da salutar dinâmica entre os historiadores latino-americanos, lembremo-nos do II Encontro da Rede Internacional Marc Bloch de Estudos Comparados em História (Porto Alegre, outubro de 2008) e do IX Congresso Internacional da Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHILAC), em maio de 2010, na Colômbia. Esperanças de trocas fecundas, igualmente, estão focadas na nascente Universidade Federal da integração Latino-Americana (UNILA). Outro ponto está na possibilidade de pensarmos, desde já, a trajetória da historiografia latino-americana na primeira década do século XXI. Somente no Brasil, além da irrigação nesses campos trabalhados por Malerba, tivemos a proliferação de novas “plantações”. Por exemplo, a quantidade de simpósios temáticos nos dois últimos encontros da Associação Nacional de História (ANPUH) é expressiva: 76 em 2007 e 85 em 2009.

Na visada historiográfica pós-muro, para além dos centros citados – Estados Unidos, França e Inglaterra – poderíamos ir além refletindo sobre a relação dos historiadores latino-americanos com os centros de pesquisa alemães e italianos através da pós-graduação e/ou crescente aumento das publicações aqui traduzidas. Por fim, reitero os esforços do professor e pesquisador Jurandir Malerba na problematização da historiografia contemporânea materializados, principalmente, em *Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil* (MALERBA 2006b), *A história escrita* (MALERBA 2006c) e *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica* (MALERBA; ROJAS 2007), ao lado dos quais este novo livro sobre a historiografia na América Latina passa a fulgurar.

217

Bibliografia

- GUIMARÃES, L. M. P. Entrevista para Valdei Lopes de Araujo. **História da historiografia**, 3:237-258, Ouro Preto, set. 2009.
- MALERBA, J.; ROJAS, C. A. (org.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. Nuevas perspectivas y problemas. MARTINS, E. de R.; PEREZ BRIGNOLI, H. (org.). **Teoría y metodología en la Historia de América Latina**. Madrid: Trotta, 2006a. p. 63-90. (Colección Unesco de Historia General de América Latina, v. 9)
- _____. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002). In: _____. (org.). **A independência brasileira**, novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006b. p. 19-52.
- _____. (org.). **A história escrita**, teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006c.

Métodos e perspectivas na teoria da história de Jörn Rüsen

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: UnB, 2007, 188 p.

Cristiano Alencar Arrais

Professor Adjunto
Universidade Federal de Goiás (UFG)
alencar_arrais@yahoo.com.br
Rua 1044, 129/903, Ed. Imperial - Setor Pedro Ludovico
Goiânia - GO
74825-110
Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Sistemática; Metodologia.

Keywords

Theory of history; Systematic; Methodology.

218

Enviado em: 31/08/2010
Aprovado em: 23/09/2010

Fruto de um projeto de pesquisa que demandou aproximadamente uma década de reflexões sobre os fundamentos, limites e possibilidades do conhecimento histórico, *Reconstrução do passado* é parte integrante da trilogia de Jorn Rüsen sobre teoria da história que teve sua publicação original iniciada em 1983 com *Razão histórica* e finalizada em 1989, com a publicação de *História viva*. O conjunto desses três livros constitui-se numa das mais importantes contribuições desse historiador e filósofo da história que, desde a década de 1960, com a publicação de sua tese de doutoramento sobre J. G. Droysen, vem militando no campo da teoria da história e da história da historiografia.

Como observou Rocha (2008), a relação sistêmica entre os volumes faz com que a importância de cada um deles deva ser pensada, num primeiro momento, de maneira mais ampla. Essa relação está explícita na tentativa do autor de cobrir os principais elementos constituidores da história como ciência, tomando como referência a estrutura experimental desenvolvida por Droysen (2009) – uma autojustificativa sobre o significado da teoria da história e sua função para a constituição do saber histórico, uma reflexão sobre os fundamentos do método histórico, desenvolvidos a partir dos conceitos de metódica e sistemática, e um exame da função tópica do saber histórico.

Evidentemente que essa referência sintética não dá conta do vigoroso empreendimento de apropriação desenvolvido pela trilogia. A utilização do termo apropriação não é injustificada, na medida em que, para além dessa dívida intelectual com a obra de Droysen, pode-se perceber também a utilização de um dispositivo heurístico que comanda as reflexões produzidas nos três volumes. Se como nos próprios termos de J. Rüsen, a teoria da história é uma metateoria (um pensar sobre o pensamento histórico), nada mais coerente que esse tipo de reflexão nortear também o seu próprio projeto filosófico. Nesse sentido, o primeiro volume é dedicado a questões relativas aos *interesses* (as carências de orientação na mudança temporal), o segundo volume, aos *métodos* (as regras da pesquisa empírica) e às *perspectivas* de interpretação (modos de explicação, perspectivas e categorias de análise) e o terceiro e último volume às *formas* (de representação do passado, associado à historiografia) e às *funções* (a didática como instrumento capaz de direcionar o agir humano).

Essa retomada das reflexões produzidas ainda no século XIX também pode ser em parte percebida, por exemplo, em *Memória, história e esquecimento*, de Paul Ricoeur, na medida em que este autor estrutura seu projeto filosófico segundo uma tríade sustentada por uma proposta fenomenológica para a relação entre história e memória (a história como herdeira erudita da memória), epistemológica (a metódica, sistemática e tópica, identificadas, respectivamente, com a fase documental, explicativa e de representância) e hermenêutica (uma crítica à pretensão da história como saber absoluto, uma ontologia da condição histórica e uma fusão de horizontes, no sentido gadameriano) (RICOEUR 2008). Mas no caso da trilogia de Rüsen, existe uma dimensão pragmática que procura associar o produto da pesquisa em sua forma expositiva – a historiografia – às necessidades de socialização humana, visto que a mesma se torna instrumento formador da identidade histórica.

Dentro desse grande projeto de análise é que se situa, portanto, *Reconstrução do passado*. Em que pese a mudança de tradutor, que acarretou uma sensível modificação na forma do texto e afetou a inteligibilidade de algumas passagens – demandando ao leitor uma atenção redobrada às suas torções e à linguagem adotada neste volume – considero importante destacar três temas que demonstram a vitalidade dessa obra específica.

Primeiro, a inversão da relação entre metódica e sistemática, visto que nos tradicionais manuais dedicados à teoria e metodologia da história, a parte dedicada à “teoria” tem apenas valor provisório e acessório. Na proposta do autor, a regulação metódica depende das determinações prévias sobre o que deve ser elaborado como “história”, ou seja, existe uma dependência explícita entre os métodos empregados na pesquisa e os pontos de vista que o pesquisador aplica à matéria. Assim, “O conhecimento histórico não é construído apenas com informações das fontes, mas as informações das fontes só são incorporadas nas conexões que dão o sentido à história com a ajuda do modelo de interpretação, que por sua vez não é encontrado nas fontes” (RÜSEN 2007, p. 25).

Daí porque, partindo da crítica ao uso análogo que certas filosofias da história fazem de suas teorias, com as ciências da natureza – uma aproximação que parte, por um lado, de uma suposição equivocada de que só é racional uma explicação que recorra a leis, e que trata um determinado tipo de racionalidade como o único existente, como percebeu Perelman (2004), e por outro, de uma preocupação de tornar a história tecnicamente útil, sem levar em consideração que essa pragmática no interior das ciências humanas não deve ser julgada a partir de critérios técnicos, mas existenciais – o autor analisa duas formas de explicação na história: a nomológica e a intencional, apontando suas limitações. O intuito, neste caso, seria determinar uma forma mediana do procedimento explicativo na ciência da história. A superação desses dois modelos seria encontrada na explicação narrativa associada às considerações desenvolvidas por Danto (1965). Entretanto, há que se ressaltar que elas pouco avançam sobre as teses de Ricoeur (1994) ou White (1995), denotando, portanto, uma necessidade de atualização dessa discussão, tão importante à época da publicação de *Reconstrução do passado*.

Um segundo importante elemento a ser destacado na obra está associado ao tratamento dado às filosofias da história, no âmbito de uma teoria da história, ou seja, a solução encontrada pelo autor para o problema da possibilidade de uma teoria da história que incorpore a noção de totalidade para a ciência da história. Neste caso, a primeira tarefa empreendida é a de destruir o edifício teleológico das filosofias da história de tipo especulativo, seja com um argumento formal (a história “não pode deixar de ser concebida como universal sem deixar de ser história, isto é, estruturada narrativamente” [RÜSEN 2007, p. 58]), seja sob o ponto de vista material (a crítica de uma concepção de humanidade derivada de uma dimensão biológica, sem levar em consideração suas implicações para o mundo histórico). Tais questões, segundo o juízo do autor, implicam a

inviabilidade de um tipo de teoria da história que possa ser considerada sob o ponto de vista absoluto, total e fora do próprio processo que narra.

Isso não implica, entretanto, um alinhamento a um ponto de vista que imponha uma concepção de experiência histórica marcada pela diversidade e pela diferença. Como opção a essas duas alternativas, Rüsen propõe uma antropologia histórica teórica que, formalmente, apresente a mudança como cognoscível por meio de seus conceitos elementares. Nesse sistema de categorias históricas, o tempo seria caracterizado como história, de maneira a ser apreendido pela pesquisa. É importante notar que se trata aqui de uma distensão da concepção kantiana de tempo como categoria *a priori*, na medida em que o tempo da natureza torna-se humano. Além disso, materialmente, uma antropologia histórica teórica explicaria os fatores que são determinantes nesse processo, dimensionando um "sistema de suposições quanto às razões da mudança temporal do homem e do mundo" (RÜSEN 2007, p. 67) e construindo um quadro de referências das interpretações históricas, além de funcionar como instrumento de reconhecimento de uma identidade coletiva. Dessa forma a noção de totalidade poderia ser recuperada por meio do conceito de humanidade (agora uma concepção normativa que procura responder às perguntas sobre como o homem realiza sua historicidade), cujo sentido seria gerado pela própria mobilidade temporal do agir e sofrer humanos. A proposta do autor, entretanto, carece de um desenvolvimento maior, na medida em que não analisa a forma como essa proposta se realizaria historiograficamente, assim como suas consequências para interpretações da experiência temporal baseadas em sistemas de categorias que tematizam a própria mudança.

221

Por último, o autor efetua um reposicionamento do conceito de heurística no âmbito da metodologia histórica nesse momento de redefinição das fronteiras da ciência da história. A julgar pela forma como a heurística é geralmente tratada na maioria das obras dedicadas a este tema, este parece ser um aspecto menor, meramente técnico, de catalogação e tipologização das fontes. Na direção contrária dessa perspectiva, Rüsen entende a heurística como o momento em que o saber teórico toma a forma de questionamentos claros e abertos à experiência, ao mesmo tempo em que produz uma estimativa metodologicamente regulada do que as fontes podem dizer (de modo a superar a limitação dos campos de experiência já apreendidos e direcioná-las ao historicamente estranho). É, além disso, o momento de exame e classificação das informações das fontes relevantes para responder às questões levantadas (visto que a relevância de uma fonte depende das perguntas históricas elaboradas) e da ampliação do conteúdo informativo das mesmas. Nesse sentido, o autor proporciona à heurística um *status* até então esquecido, afinal "uma hipótese é heurísticamente fecunda se corresponder às carências de orientação das quais, em última análise, se originou" (RÜSEN 2007, p. 119).

Há que se ressaltar também o esforço do autor em abordar as operações substanciais da pesquisa, ou seja, a forma como o conteúdo experiencial do passado, projetado nas fontes, pode ser apreendido. Entre a abordagem analítica

e a abordagem hermenêutica existiria a abordagem dialética, com uma função análoga ao modelo narrativo de explicação histórica, desenvolvido no primeiro capítulo da obra. Muito embora a pretensão dialética esteja explícita, a tentativa de aproximação dos dois modelos denota uma clara submissão da analítica à hermenêutica. Nesse sentido, não se realiza exatamente um movimento dialético, mas uma incorporação de contextos de causalidade e de processos estruturais e sistêmicas do agir humano aos processos reconstrutivos de sentido desse agir. Assim, embora mascarado, o privilégio dado por Rüsen continua associado pela tradição hermenêutica da qual é um legítimo representante.

Finalmente, a ênfase dada pelo autor aos problemas lógicos e conceituais que envolvem os princípios da pesquisa histórica revela uma marca própria e inovadora que permeia todos os três livros que compõem suas reflexões para o campo da teoria da história. Ao invés de um conhecimento enciclopédico e de catalogação, típico dos mais populares manuais, *Reconstrução do passado* é um convite ao aprofundamento sobre os fundamentos da ciência da história e dos fatores que articulam o pensamento histórico com vistas à sua racionalização. Nesse sentido e na medida em que supera uma concepção eunuca do exercício teórico na pesquisa histórica, Rüsen denota a face mediadora da teoria da história, expondo sua capacidade de articular a abstração conceitual com as determinações empíricas do processo de constituição do saber histórico-científico.

222

Bibliografia

- DANTO, A. **Analytical philosophy of history**. London: Cambridge University Press, 1965.
- DROYSEN, J. G. **Manual de teoria da história**. São Paulo: Vozes, 2009.
- PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.
- _____. **Tempo e narrativa** – V. 1. Campinas: Papyrus, 1994.
- ROCHA, S. M. Resenha do livro *História viva*. In **História da historiografia**, nº 1. 2008. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/29/26>. Acesso em 25 de julho de 2010.
- WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

As metamorfoses da “escrita da história”

ANHEZINI, K. *Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia)*. Guarapuava: Unicentro, 2009, 80 p.

Diogo da Silva Roiz

Doutorando
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
diogosr@yahoo.com.br
Rua Tibagi, 404/100 - Centro
Curitiba - PR
80060-110
Brasil

Palavras-chave

História narrativa; Discurso histórico; História científica.

223

Keywords

Narrative history; Historical speech; Scientific history.

Enviado em: 01/05/2010
Aprovado em: 22/06/2010

A história mestra da vida possui certidão de nascimento grega [com a obra de Tucídides], o nome cunhado em latim [por Cícero], os primeiros exemplos que a compunham eram profanos. [...] Todavia, no século XVIII, essa forma de conceber a história se dissolveu. Um novo espaço de experiência criou um novo horizonte de expectativas e, nesse processo, a concepção de tempo foi transformada. (ANHEZINI 2009, p. 76).

Nesses termos, Karina Anhezini (professora de teoria da história na UNESP, *campus* de Assis) sintetiza as mudanças da “escritura da história”, entre os séculos IV antes de Cristo e o século XVIII, como uma passagem da *história mestra da vida* (e *fornecedora de exemplos*) para a *história enquanto processo contínuo*, empreendida originalmente pelas “filosofias da história”, produzidas pelo “movimento iluminista” na Europa. Sua obra é voltada para o aluno que está ingressando no curso de história – estando inserida no projeto de ensino semipresencial da Universidade Estadual do Centro-Oeste (a Unicentro/PR), de oferecimento do curso de licenciatura plena em história à distância –, mas por suas qualidades pode facilmente ser útil ao especialista e a todo interessado em temas de história. Por outro lado, o livro chega também em boa hora, pois, se acrescenta a uma bibliografia ainda escassa em nosso meio, de obras introdutórias ao campo da teoria da história, da historiografia e da introdução aos estudos históricos, durante muito tempo limitados aos manuais acadêmicos de Jean Glénisson, José van den Basselaar, José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias, e, mais recentemente, por obras como *História e teoria* (2003) de José Carlos Reis e *Teorias da história* (2004) de Astor Antônio Diehl.

Seu principal objetivo foi, tomando de empréstimo a ideia de “operação historiográfica” de Michel de Certeau (1925-1986), mostrar que o “fazer história” inevitavelmente carrega as marcas de um “lugar” (um recrutamento, um meio, uma profissão), de “procedimentos de análise” (uma disciplina) e de uma “escrita”, que é a construção de um “texto” (uma literatura), que fazem com que o exercício de “escritura da história”, seja uma “prática” efetuada pelo historiador. Com esse intento, a autora procurou mostrar a importância do contexto para o indivíduo, e como ele age na produção da obra, na formação e nas experiências do autor (que limitado à sua época, carrega as suas marcas), como e por que ele escreve a sua obra e a quem ele a direciona, quais as estratégias narrativas que foram utilizadas e como o autor forma o seu estilo, de que modo a obra foi publicada e qual a herança crítica que ela deixou.

Mas que não se engane o leitor mais apressado, imaginando que pelo texto ter esse perfil didático, não deixe de carregar erudição. A própria simplicidade com que o leitor é conduzido pelo livro, fruto de um estilo de exposição dos dados, lhe deixará com a impressão de superficialidade. Entretanto, esse não é o caso, e vejam-se tão somente alguns pontos para se demonstrar o argumento.

O primeiro ponto importante diz respeito à forma como a autora demonstra que embora a *história mestra da vida* constituísse um modelo de escrita da história, houve muitas variações no modo sutil com que cada autor, grego ou romano da Antiguidade (e mesmo depois no período medieval e moderno), apropriou-se dele na sua apresentação dos dados, por meio de uma narrativa. Ela inicia essa demarcação fornecendo subsídios para que o leitor possa perceber como a História, antes de se distinguir como gênero específico, utilizou-se da epopeia, porque a “narrativa heroica de ações grandiosas, a construção da memória do aedo e a descoberta de um regime de historicidade são, nas palavras de Hartog, as condições que possibilitaram o que, alguns séculos mais tarde, será nomeado por Heródoto, história” (p. 16). Nesse processo, demonstra que questões como: verdade, testemunho, diferenças entre realidade e imaginação, real e ficção, e “o fato de ver paralelamente os dois lados abre a possibilidade de pensar [...] [qual o] papel para o historiador” (p. 17). Por isso, também ressalta o que caracterizou a epopeia, com os exemplos da *Ilíada* e da *Odisseia*, e quais as diferenças e aproximações entre ela e a (escrita da) História, por que:

A organização do texto épico se pautava na narrativa dos feitos dos homens e dos deuses. Com Heródoto, a história não pretendeu romper completamente com essa característica central da palavra épica, mas, sem dúvida, provocou algumas fraturas. [...] a preocupação com a memória; a renúncia às certezas do aedo; a narrativa dos feitos dos homens, pois os feitos dos deuses escapam às possibilidades do historiador investigar; diferente do aedo o historiador viaja com os próprios pés e pelos relatos de outros e não mais por inspiração divina (p. 21).

225

Com Tucídides (455-404 a.C.), a escrita da história agrupa o valor de “prova”, seja com a participação direta do historiador quanto aos eventos narrados, seja por demarcar uma abordagem adequada ao espaço do observador no presente (que, evidentemente, será depois criticada por visualizar a “história política”, com esta exclusividade). Ao eleger a Guerra do Peloponeso, um fato marcante em sua época, Tucídides começou a dar ênfase à história baseada em “exemplos”. Ainda que ambos considerassem “a tradição oral superior à tradição escrita” e confiassem “em primeiro lugar em seus olhos e ouvidos e depois nos olhos e ouvidos de testemunhas confiáveis”, diferenciavam-se na medida em que “Tucídides nunca se contentava em registrar algo sem assumir a responsabilidade pelo que registrava” e também “raramente indicava as fontes porque queria ser digno de confiança” (p. 25-26). Outro aspecto importante, ao comentar tais autores, foi o destaque que a autora deu ao informar os diferentes usos (e abusos) que tanto a obra como os autores tiveram ao longo do tempo, em função das características políticas e culturais de cada momento, que fará com que em cada período histórico “os textos” tenham “significados diferentes e que, por isso, precisamos ficar atentos para questionarmos os cânones literários, filosóficos e, sobretudo, historiográficos” (p. 29).

Com Aristóteles (384-322 a.C.) e Políbio (210-130, aprox.) houve uma preocupação especial em se diferenciar os papéis de cada campo do saber, que,

para o primeiro, a História seria incumbida do “particular”, enquanto a Poesia (épica) do “geral” (fato marcante durante séculos, por excluir a capacidade de reflexão filosófica nos estudos históricos), e o segundo lhe responde ao pretender escrever a “primeira história universal”. Com Cícero (106-43 a.C.), a escrita da história passará a dar importância sobre alguns temas, como: “exemplos, imparcialidade, biografia, história dos grandes homens e imitação”. Para ele, “a história, para ser verdadeiramente escrita, para deixar de ser apenas o registro nos anais, deve ser escrita para o orador e ninguém melhor que ele, o próprio orador, para escrever tal história, pois domina a arte da palavra, a eloquência”. Não será sem razão que a história passara a ser *mestra da vida*, ao fornecer os exemplos descritos pelo orador. E:

Para escrever a história são necessários fatos e palavras. O historiador pode ordenar esses fatos, apresentá-los por meio das palavras, mas nunca poderá instaurá-los, criá-los, instituí-los. Os fatos são verdadeiros, eles existem, seu aproveitamento e composição pertencem à competência do orador (p. 37).

Por outro lado, as críticas levantadas por Luciano de Samósata (125-181) são descritas pela autora como um momento de reflexão teórica pouco usual na Antiguidade, e de profundo interesse para se entender os caminhos da escrita da história, e os usos políticos a que foi submetida. Ao demonstrar como Flávio Josefo se utilizou das características desse modelo de “escritura da história”, com vistas a criticar tanto gregos como romanos que foram seus criadores, por a praticarem de forma inconsistente e inadequada, este acreditará que “sua história é verdadeira não somente pelos procedimentos da autópsia aprendidos com Tucídides, mas porque uma instituição [a Igreja] atesta a veracidade dos fatos narrados” (p. 47). O aparecimento de uma instituição, neste caso a Igreja, para demarcar a autenticidade e veracidade dos fatos narrados pelo historiador, constitui o início da fundação do “lugar”. Com Eusébio de Cesareia (265-340) e Santo Agostinho (354-430) essa questão será ainda mais marcante nos contornos que tomaram a escrita da história, tendo em vista a importância que terá a instituição na demarcação dos temas e objetos a serem escolhidos, analisados e descritos pelo historiador.

Depois de descrever as variações e a durabilidade da *história mestra da vida* na “escritura da história”, a autora, tendo por base a obra de Reinhart Koselleck (*Futuro passado*), passará a demonstrar a sua dissolução no século XVIII. Para isso foi necessária a formação de “novas” expectativas sobre o passado, o presente e o futuro. E que se deram em função de uma mudança na compreensão da História (*enquanto processo contínuo*), não mais como fornecedora de exemplos sobre o passado, mas como indicação da maneira que se dará o processo histórico (no presente e no futuro), apreendendo o “conceito de coletivo singular”, ao destacar que “acima das histórias” está a *História*. Nesse aspecto, o surgimento, nesse momento, das “filosofias seculares da história” fará com que a história adquira “um caráter processual cujo fim é imprevisível” (p. 72) e, com isso, favorecerá a inauguração de um novo futuro,

por meio da reelaboração do passado. Além disso, a modernidade marcará o aparecimento de uma experiência conjunta de aceleração e de retardamento, com as revoluções e suas contraofensivas. Para ela, Koselleck explicará como a “aceleração causada pela Revolução Francesa modifica a forma de compreensão do tempo e, portanto, altera o próprio tempo” (p. 74).

Nesse sentido, além de fornecer subsídios para que o ingressante ao ofício de historiador possa compreender o que é a teoria da história, e de que modo a escrita da história muda com o tempo, a autora também dá base para que este perceba que qualquer modelo de “escritura da história” não é homogêneo, que sua elaboração é mediada por questões políticas e culturais, que este traz as marcas de seu tempo, que seus fundamentos visam atingir a um fim e este fim pode também direcionar a maneira com que os dados são apresentados (seja numa forma narrativa ou outra). Contudo, mesmo considerando seus objetivos didáticos, não há como negar que em alguns pontos os argumentos poderiam ter ficado mais consistentes, com o aporte de outros autores, como: Carlos Ginzburg (de *Relações de força*, e de *O fio e os rastros*), Luiz Costa Lima (de *História.Ficção.Literatura*, e de *O controle do imaginário & a afirmação do romance*), François Cadiou (de *Como se faz a história*) e Maria das Graças de Souza (de *Ilustração e história*) – para ficar apenas em alguns. Muito embora essa questão e alguns pequenos erros tipográficos da edição, que em nada interferem nos méritos da obra, esta deve ser muito elogiada pelo seu caráter didático. A lamentar apenas a política editorial da Universidade Estadual do Centro-Oeste (a Unicentro/PR), que, com pequenas tiragens (como a deste livro de 400 exemplares, ainda que reconheçamos a especificidade do projeto em questão), não comercializa suas obras, que seriam fundamentais para um intercâmbio entre outros cursos de história e de ciências sociais, além de disponibilizar as obras para um público mais amplo.

A historiografia na América Latina em questão

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 146 p.

Carlos Eduardo Millen Grosso

Doutorando
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
machadosartre@yahoo.com.br
Rua Trindade, s/n
Florianópolis - SC
88040-900
Brasil

Palavras-chave

História; Historiografia; América Latina.

Keywords

History; Historiography; Latin America.

228

Enviado em: 04/06/2010
Aprovado em: 09/07/2010

O livro de Jurandir Malerba, *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*, vem se juntar à escassa bibliografia em português sobre a historiografia latino-americana. A proposta do livro consiste em apresentar, sinteticamente, as vertentes historiográficas do Continente em uma perspectiva histórica, possibilitando ao leitor perceber o processo de mudança da historiografia a partir da década de 1960.

Ainda que o autor classifique esta análise historiográfica como heurística, seu texto é bem mais que um conjunto de hipóteses de investigação a ser testada à luz de pesquisas futuras, não só pelo rigor com que é apresentada, mas também pela perspectiva histórica empregada. Jurandir Malerba, na tentativa de explicar como as grandes linhas da historiografia foram desenhadas nas últimas quatro décadas, argumenta que a história da historiografia da América Latina, entre os anos de 1960 até os dias atuais, é marcada por uma radical transição paradigmática que levou à recusa das histórias de caráter holístico e sintético, em detrimento de novas modalidades analíticas de escrita histórica, centradas em objetos construídos em escala reduzida.

As tendências historiográficas estão agrupadas em dois capítulos cujos títulos já demonstram a abordagem histórica que ultrapassa os enfoques tradicionais, que, normalmente, resultam em “uma classificação estática e não mais que descritiva das vertentes historiográficas do continente” (MALERBA 2009, p. 14): “Décadas de 1970 e 1980 – a história econômica e a história social”; “Décadas de 1980 e 1990 – nova história política e nova história cultural”. No entanto, é preciso sublinhar, o livro de Jurandir Malerba não tem como objetivo abarcar todo o material historiográfico latino-americano produzido no período em questão. Trata-se de destacar as “tendências majoritárias” dessa historiografia, analisando os trabalhos mais representativos.

É justamente na análise das principais obras das correntes historiográficas da América Latina que reside o ponto alto do livro. O autor expõe, com clareza, as referências teóricas, as problemáticas, os temas e os debates que orientaram e vem orientando tais estudos, sem se eximir do contexto histórico local e mais amplo de transformações sociais e epistemológicas catalisadas na década de 1960.

A partir dos anos 60, assiste-se à reorganização do modo de funcionamento social e cultural das sociedades de capitalismo central. Salientam-se, neste contexto, as contestações ao colonialismo europeu, a rápida expansão do consumo e da comunicação de massa, o enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares e o impulso de individualização. Vê-se, além disso, o abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e o fracasso das grandes ideologias da história. Nos termos de Gilles Lipovetsky, tal movimento se deu sob o signo da “descompressão *cool* do social” (LIPOVETSKY; CHARLES 2004, p. 50). De fato, os neologismos pós-moderno, pós-estruturalista tinham um mérito: evidenciar a grande transformação que se desenvolvia nas sociedades de democracia liberal, caracterizada pela redução das pressões e imposições sociais.

No meio de toda essa ebulição elevam-se novas perspectivas historiográficas,

que se alicerçam, essencialmente, em quatro axiomas: a preocupação com o popular, os objetos construídos em escalas reduzidas, a valorização das estratificações e dos conflitos, os socioculturais como objetos de investigação. Esse movimento é uma reação contra os modelos de se conceber e praticar história que insistiam em seguir abordagens holísticas e totalizantes, promovendo a discussão de temas aos quais as grandes narrativas haviam deixado de fora da disciplina: mulheres, negros, índios, crianças, gays etc.

Com a abertura dessas perspectivas teóricas e temáticas ligadas, basicamente, aos campos da história social e da nova história cultural, foram e estão sendo gestados inúmeros trabalhos em todo mundo. No caso específico da América Latina, o ingresso ocorreu de forma acentuada a partir dos anos 80. Jacques Le Goff (1996, p. 541) descreve uma revolução quantitativa e qualitativa realizada pelos historiadores, na qual o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens e os acontecimentos. A história que avança depressa, a história política, diplomática, militar, interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos.

Por óbvio, o espaço de uma resenha não possibilita esquadriñar todo caminho analítico percorrido pelo autor. A despeito de todo valor intrínseco dos novos objetos (escravos, índios, mulheres, trabalhadores rurais, população rural) e dos modelos teórico-metodológicos, altamente pertinentes e relevantes, Jurandir Malerba conduz o leitor à reflexão de que certas práticas repetidas, sem muito esforço analítico ao longo dos anos, são merecedoras da atenção dos historiadores. Por exemplo, a excessiva fragmentação do objeto de estudo resulta numa visão setorizada da cultura, de modo a dificultar a obtenção de um panorama cultural de um determinado local com um conjunto de miniaturas etnográficas.

Além disso, Malerba parece tentar mostrar que as problemáticas advindas de sociedades típicas liberais não comportam todas as particularidades históricas da América Latina:

Sem entrar no mérito do valor intrínseco daquelas temáticas, cada uma delas altamente pertinente e relevante, desejo aqui apenas destacar o fato de que chegaram à América Latina "vindas de fora", como problemáticas urgentes, típicas de sociedades liberais desenvolvidas que já não têm as mesmas questões estruturais para resolver, como, por exemplo, aquelas que caracterizam a totalidade das nações latino-americanas em virtude de circunstâncias históricas que as chamadas "teorias da dependência" começaram a denunciar e estudar na década de 1960, *vis-à-vis* as relações econômicas assimétricas com as economias centrais e as consequentes formas injustas de inserção dessas mesmas nações no mercado mundial como exportadoras de matéria-prima e importadoras de produtos industrializados e tecnologia. (MALERBA 2009, p. 34-35)

Na posição do autor, que é questionável, a historiografia da América Latina parece incorrer no erro da mimese. Segundo o qual, "o que há de novo na historiografia latino-americano se encontra no passado, estando o presente

pleno de pastiche e cópia” (MALERBA 2009, p. 120). A seu ver, as novas perspectivas teóricas e temáticas ligadas aos campos da história social e da nova história cultural frearam o desenvolvimento de teorias, especialmente a teoria do desenvolvimento, e temas condizentes com os problemas estruturais da América Latina, como a histórica concentração da propriedade da terra e a má distribuição de terras. Ao contrário de muitos autores, que destacam justamente uma série de problemas na teoria da dependência, Malerba tende a enfatizar o caráter genuíno do pensamento formulado na América Latina, para explicar sua história e situação presente.

Enfim, o livro é leitura interessante e provocativa – num universo editorial em que os livros cada vez menos arriscam –, e nos estimula a continuar refletindo sobre a historiografia da América Latina. Na conta dos aspectos negativos mencione-se que, em certos momentos, o autor parece refutar o legado positivo do pós-estruturalismo, refletido nas novas tendências historiográficas na América Latina a partir dos anos 60.

Bibliografia

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Les temps hypermodernes**. Paris: Grasset & Fasquelle, 2004.

MALERBA, Jurandir. **A história na América Latina**: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Um desconstrucionista *desconstruindo a história*

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009, 272 p.

Ricardo Marques de Mello

Doutorando
Universidade de Brasília (UnB)
ricardo.mm@hotmail.com
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Subsolo, Sala 679
Brasília - DF
70910-900
Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Linguagem; Desconstrucionismo.

Keywords

Theory of history; Language; Deconstructionism.

232

Enviado em: 15/08/2010
Aprovado em: 01/10/2010

Alun Munslow é professor visitante de teoria da história da universidade inglesa de Chinchester. É também editor de *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, um dos principais periódicos internacionais dedicado a publicar textos inseridos nas discussões a respeito das condições cognitivas do saber histórico a partir de perspectivas comumente nomeadas pós-modernas, que, em certo sentido, são desdobramentos de considerações nietzschianas, de *insights* da linguística saussuriana e de discussões oriundas da filosofia da linguagem.

Desconstruindo a história, cuja primeira edição data de 1997, insere-se nesse debate. Especificamente, Munslow questiona-se sobre as possibilidades de recuperação e representação precisa do conteúdo do passado por meio da narrativa. Ele é adepto da tese de que a linguagem, diferentemente do que acreditam muitos historiadores, não é um meio transparente para descrever e explicar a realidade pretérita, mas um fator que impõe ao passado um dado formato que não lhe é próprio, criando, destarte, um significado para os indivíduos do presente.

O livro de Munslow, porém, não se reduz à defesa de uma perspectiva teórica sobre o conhecimento historiográfico. Nele, seu autor identifica e descreve três abordagens, coexistentes contemporaneamente, sobre o saber historiográfico, o *reconstrucionismo*, o *construcionismo* e o *desconstrucionismo*, de modo que o leitor possa situar-se a respeito dos principais argumentos usados pelos praticantes dessas três vertentes.

233

Na Introdução, Munslow apresenta as quatro questões que nortearam os sete capítulos e a conclusão do livro: 1) O empirismo pode constituir-se como uma epistemologia? 2) Qual o caráter e a função da evidência? 3) Qual o papel do historiador e como ele usa as teorias sociais para compreender e explicar a história? 4) Qual a importância da forma narrativa para a explanação histórica? (MUNSLow 2009, p. 12). Toda a estrutura de *Desconstruindo a história* gira em torno de uma estratégia: colocar essas quatro questões a cada uma das três abordagens. Em outros termos, Munslow pretende expor como as perspectivas *reconstrucionista*, *construcionista* e *desconstrucionista* responderiam, cada uma a sua maneira, a esses quatro questionamentos.

No capítulo um, o autor apenas apresenta cada uma das três abordagens de modo breve. Além disso, identifica o estruturalismo, o pós-estruturalismo e o que denomina de novo historicismo (estadunidense) como origens das atuais revisões sobre o estatuto da história como disciplina.

No capítulo dois, Munslow caracteriza as abordagens reconstrucionista e construcionista da história, tendo em conta os quatro pontos supracitados que nortearam seu trabalho (epistemologia, evidência, teorias sociais, narrativa). *Epistemicamente*, ambas compartilham a crença geral na capacidade do historiador em conhecer o que realmente ocorreu no passado por meio da análise do material empírico. Ademais, seus praticantes acreditam que há uma separação nítida entre fato e valor, história e ficção, sujeito e objeto, e de que a verdade, fim último de um trabalho historiográfico, não é uma perspectiva

(MUNSLOW 2009, p. 57). O mecanismo que assegura a verdade pretérita é a referenciação. Crê-se, portanto, na relação de correspondência entre o que ocorreu no passado e o que é descrito sobre ele, entre os significados de então e os apresentados pelos historiadores do presente. A *evidência*, dessa perspectiva, assume o caráter de fonte comprobatória. Para os reconstrucionistas, essa característica da evidência emerge por um processo indutivo: é a análise do material empírico que permite as descobertas sobre o acontecimento pesquisado. Para os construcionistas, porém, a verdade pretérita não surge apenas das evidências, mas pode ser combinada com teorias sociais em um processo, também, dedutivo. O uso de *teorias sociais* na compreensão do passado pelos construcionistas é justamente o que os diferencia dos reconstrucionistas, avessos a qualquer tipo de apreensão *a priori*. Os reconstrucionistas conservadores (termo do autor) criticam o uso de teorias, pois elas dizem respeito a situações universais de comportamento e, por isso, são impróprias para entender realidades e agentes históricos singulares. Os construcionistas, por sua vez, contra-argumentam dizendo que seus modelos são “conceitos” que emergem das evidências como um auxílio para a própria compreensão da evidência. Além disso, toda teoria poderia ser colocada à prova pelo material empírico. Na questão da *narrativa*, em linhas gerais, os reconstrucionistas conservadores sustentam que ela funciona apenas *como um veículo* para conclusões inferidas a partir das fontes. Os reconstrucionistas moderados e os construcionistas sustentam que a narrativa constrói significado, mas permanece como uma dimensão secundária (MUNSLOW 2009, p. 79-80).

234

No capítulo três, Munslow caracteriza a abordagem da qual é adepto, o desconstrucionismo. E o faz marcando as diferenças entre este, o reconstrucionismo e o construcionismo. No quesito *epistêmico*, o desconstrucionismo nega o pressuposto teórico que atribui à historiografia condições de conhecer o passado como realmente aconteceu, seja pela análise empírica, seja por meio do uso de teorias sociais. Entre os resquícios pretéritos e sua representação narrativa no presente, existe uma série de elementos que se interpõem, como a ideologia, a linguagem, as preferências pessoais e as discussões historiográficas, impedindo, assim, de haver imparcialidade e objetividade. Para os desconstrucionistas, os significados do passado são antes criações circunstanciadas que descobertas reveladas pelos historiadores. A *evidência* a partir dessa perspectiva, não reflete e/ou representa o passado, mas *serve* ao historiador na composição de sua narrativa. Munslow, contudo, ressalta que a abordagem desconstrucionista não é antirreferencialista, mas ela nos adverte sobre as fronteiras e o papel que a evidência exerce no trabalho do historiador: a evidência não emite os significados do passado, por um lado, nem permite que qualquer coisa seja escrita sobre ele, restringindo, destarte, a *poiesis* historiográfica. Em outros termos, nem primazia nem insignificância. Em relação às *teorias sociais*, ele limita-se a mencionar que a discussão a respeito do uso ou não de teorias como um recurso é irrelevante. No aspecto

relativo à *narrativa*, porém, o autor de *Desconstruindo a história* despende uma longa descrição, uma vez que as principais diferenças entre as três abordagens são oriundas justamente da forma como cada uma compreende a narrativa. Com base em Roland Barthes, Michel Foucault, Stephen Bann, Frank Ankersmit, Paul Ricoeur e, sobretudo, Hayden White, Munslow afirma que no desconstrucionismo a narrativa historiográfica não é apenas um meio de apresentação dos resultados de pesquisa. O historiador, ao reunir, selecionar e usar informações pretéritas na elaboração de um texto coerente, vale-se da imaginação figurativa, impondo um enredo ao passado a fim de criar e constituir um significado ao presente. Não há, portanto, uma relação precisa de correspondência entre o passado e sua representação narrativa.

Baseado nos argumentos dos reconstrucionistas e dos construcionistas, Munslow ocupa-se, no quarto capítulo, em assinalar *o que há de errado com a história desconstrucionista*. Em linhas gerais, o grupo dos contendores radicais, representados por Geoffrey Elton, Michael Stanford e Arthur Marwick, reitera os pressupostos mais conservadores do reconstrucionismo. O grupo dos denominados *reconstrucionistas moderados* ou *realistas-práticos*, baseados nas obras de Edward Carr e Robin G. Collingwood, e representados, principalmente, por Joyce Appleby, Lynn Hunt, Margaret Jacob, James Kloppenberg, James Winn, James Mcmillan, Frederick Olafson e Behan McCullagh, aceitam parcialmente as proposições desconstrucionistas, sem, contudo, se desprenderem dos princípios empiricistas: eles admitem certas limitações da linguagem, a presença da subjetividade, certo grau de manipulação das evidências, a construção social da verdade e até um apriorismo – com a pergunta inicial apresentada pelos historiadores às suas fontes. Porém, insistem que alguma objetividade há de existir: e ela provém da referenciação, a qual permite a vinculação entre presente e passado. Os *moderados* fogem, assim, do absolutismo do reconstrucionismo conservador, por um lado, e do desconstrucionismo relativista, por outro.

235

No quinto capítulo, Munslow faz o caminho inverso, perguntando-se *o que há de errado com o reconstrucionismo/construcionismo*, reiterando as críticas feitas pelos adeptos do desconstrucionismo. O argumento geral consiste em, uma vez mais, defender a parcela de imposição e criação do historiador em relação ao passado. Nesse sentido, o desconstrucionismo renega, entre outras, a crença dos reconstrucionistas na relação de correspondência entre a evidência e a verdade histórica; reafirma que a construção do significado dos eventos pretéritos é fruto da adoção de uma dada estrutura narrativa; contesta a convicção de que é possível encontrar a *estória, sentido, significado* dos fatos pretéritos, simplesmente por que eles não têm um sentido *em si*; e refuta o argumento dos construcionistas, os quais posicionam o arcabouço teórico em primeiro plano e a narração como algo secundário.

No sexto e sétimo capítulos, Munslow comenta as contribuições dos dois principais autores que fornecem suporte teórico para as proposições desconstrucionistas, Michael Foucault e Hayden White. De acordo com Munslow, o pensador francês rejeita a relação de correspondência entre as *palavras e as*

coisas ou, em outros termos, a correspondência entre o mundo empírico e os discursos a seu respeito: a evidência, por exemplo, não expressa a realidade em si, mas ela mesma é uma representação/interpretação historicamente determinada: pelas disputas por poder, pela episteme dominante de uma época, pelas forças constitutiva e formativa que a linguagem exerce. O historiador, portanto, não tem acesso direto ao passado. Ele seria alguém que faz uma interpretação das representações pretéritas, que não é objetiva, imparcial e linguisticamente transparente. A linguagem usada por ele *molda* os dados do passado – a partir de uma dada episteme, isto é, uma forma específica de produção do conhecimento – de tal modo que estes façam sentido e tenham significado para os indivíduos do *presente*: em vez de refletir a realidade, a linguagem, na tentativa de apreendê-la, a constitui.

Depois da análise das contribuições de Foucault, Munslow interpreta os princípios teóricos de Hayden White “provavelmente o mais radical desenvolvimento na metodologia histórica nos últimos trinta anos” (MUNSLOW 2009, p. 187). Alguns pressupostos whiteanos ressaltados são relevantes para compreendermos a base das argumentações dos desconstrucionistas. Entre eles, o de que os eventos em si não trazem consigo uma dada história originária: isto é, os acontecimentos não são *inerentemente* trágicos, cômicos, satíricos, etc. Não existe um enredo a descobrir nos acontecimentos pretéritos. Estes são, em termos de enredo, neutros e amorfos. É o historiador, no presente, que organiza as informações de uma determinada maneira a fim de que a narrativa tenha um dado significado, impondo ao passado um enredo de um tipo específico. Essa organização é condicionada pelo uso, consciente ou não, de um tropo (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), que, por sua vez, condiciona as opções éticas, estéticas e epistêmicas do discurso historiográfico. Outro pressuposto relevante refere-se à relação entre parte e todo: os enunciados de uma obra historiográfica podem ser verdadeiros; porém, uma narrativa historiográfica, considerada um todo integrado, não é a mera soma de suas partes. Trata-se de outro nível do discurso dos historiadores, no qual se constrói e atribui significado ao seu objeto. Esse significado é, em grande medida, uma consequência do tropo escolhido e não das próprias fontes. Esses dois pressupostos sustentam as afirmações de White, e as apropriações de Munslow, sobre o caráter *imposicionalista* do historiador, por meio da linguagem, na construção das narrativas sobre o passado e, conseqüentemente, de seus significados.

Na conclusão do livro, Munslow refuta a ideia de que a aceitação dos argumentos desconstrucionistas possa acarretar algum descrédito para o *status* da história como disciplina. A exemplo do que fez no capítulo cinco, ele sugere que reconhecer o papel da narrativa não é um novo tipo de *essencialismo*, isto é, algo que substitui o empirismo. Mas um princípio que abre espaço para novas maneiras de descrever o passado, com maior consciência do processo de produção do discurso historiográfico. Ter conhecimento do papel que a formalização da linguagem exerce no estudo do passado e pôr em questão a

verdade/imparcialidade/objetividade da historiografia “pode levar a uma forma mais abrangente de análise histórica, menos provável de excluir o marginalizado e ‘o outro’” (p. 225). Depois da conclusão, Munslow ainda incluiu um glossário com parte dos principais verbetes usados no livro, bem como um “Guia para leituras adicionais”, no qual cita obras ligadas às três formas de abordagens descritas por ele.

Em termos gerais, compreendo que o livro como um todo apresenta alguns problemas. O primeiro é relativo às categorias usadas para designar as três abordagens (reconstrucionismo, construcionismo e desconstrucionismo): qualquer tentativa de delimitar autores tão distintos entre si em apenas três modalidades tende a abreviar a complexidade de posições. Roger Chartier, por exemplo, ora é colocado ao lado de autores desconstrucionistas, como White – o que é, no mínimo, curioso –, ora é incluído, juntamente com outros historiadores da *École des Annales*, na plêiade de construcionistas. O segundo diz respeito à falta de discussão e/ou conceituação do que se compreende por termos como objetividade, verdade histórica, imparcialidade, entre outros. Embora possa parecer, essa não é uma discussão vã, contemplação vazia ou fuga do que realmente interessa. Mas um ponto de partida que não deve ser ignorado. Outro problema teórico refere-se ao uso do termo desconstrucionismo como uma forma de abordar a história, isto é, uma prática da mesma natureza do reconstrucionismo e do construcionismo. Apesar de alguns historiadores aceitarem as proposições ditas desconstrucionistas, essa maneira de conceber a produção do conhecimento histórico não se consubstanciou ainda como uma forma de investigar o passado, mas, até o momento, como uma reflexão teórica sobre a forma como os historiadores transformam os fragmentos do passado em historiografia. De outro modo, é, antes, uma teoria a respeito das possibilidades cognitivas do saber historiográfico (metateoria) e não propriamente uma abordagem da história em seu acontecer. E, por fim, o autor usa, por vezes e indistintamente, a palavra história para designar tanto a disciplina como os acontecimentos no tempo, dificultando o entendimento de determinados trechos.

Todavia, *Desconstruindo a história* tem muitos méritos. Conquanto a originalidade de ideias não seja um atributo a ser destacado, sobretudo por ser baseado nas proposições de Foucault e White, o livro de Munslow organiza didaticamente complexas maneiras de se entender o conhecimento histórico em três termos e apresenta ao leitor importantes tópicos e pressupostos das discussões atuais sobre teorias da história, que, em certo sentido, são muito úteis para aqueles que se interessam pelo tema. Outro ponto a ser ressaltado é que, por ter o foco em uma discussão que é encaminhada majoritariamente em ambiente anglo-saxão, *Desconstruindo a história* torna visível autores pouco citados entre pesquisadores nacionais. Além disso, embora Munslow seja adepto do desconstrucionismo, ele, a rigor, não reduziu totalmente as outras duas abordagens (reconstrucionismo e construcionismo) a esquematismos simplistas. Diferentemente disso, ele cita e apresenta um número razoável de autores

alinhados com essas duas “correntes”, mostrando-se, inclusive, simpático com algumas “soluções” encontradas pelos realistas-práticos (reconstrucionistas moderados), ainda que tenha enfatizado, o que é compreensível, determinadas ideias e encaminhado o debate de modo que o desconstrucionismo, ao final, fosse considerado a melhor maneira (senão única) de se conceber a produção do conhecimento historiográfico.

Embora repetitivo e com uma tradução problemática, *Desconstruindo a história*, enfim, pode ser considerado um livro que introduz o leitor em um ambiente intelectual bem delimitado, defende uma perspectiva no debate contemporâneo acerca do fazer historiográfico e estimula-nos a refletir sobre o ofício de historiador. Ainda que não se concorde com os pressupostos e ideias do “desconstrucionismo”, conhecê-lo por um de seus defensores parece ser uma maneira astuta de discordar, com fundamento, das proposições dessa vertente. Por isso, *Desconstruindo a história* pode ser um ponto de partida proveitoso àqueles que pretendem pesquisar e escrever a respeito da história e/ou pensar sobre esse complexo e atraente processo.

Un itinerario historiográfico por la provincia argentina de Santa Fe

SUÁREZ, Teresa; TEDESCHI, Sonia (comps.); COUDANNES, Mariela; SCARAFÍA, Inés; GILETTA, Carina; VECARI, Silvina. *Historiografía y sociedad: discursos, instituciones, identidades*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2009, 240 p.

María Gabriela Micheletti

Profesora asistente
Universidad Católica Argentina (UCA)
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Investigadora asistente
mgmicheletti@conicet.gov.ar
Sarmiento, 1254
Rosario
2000
Argentina

239

Palabras-clave

História da historiografia; Escrita da história; História regional e local.

Keywords

History of historiography; History writing; Regional and local history.

Enviado em: 02/10/2010

Aprovado em: 08/10/2010

El propósito confeso de “entregar una nueva visión historiográfica descentrada pero no desconectada de la producción capitalina” transita las páginas del libro compilado por Teresa Suárez y Sonia Tedeschi, que busca ubicarse así dentro del impulso que desde hace algunos años han adquirido en la Argentina los estudios de historia de la historiografía regional.

Al respecto, el Prólogo de María Gabriela Quiñónez –docente universitaria e investigadora dedicada al estudio de la historia de la historiografía de la región Nordeste– presenta un muy buen estado de la cuestión sobre los desafíos y dificultades que ha debido enfrentar este campo del saber en la Argentina y, también, sobre los progresivos logros que ha ido alcanzando en tiempos recientes. Opacado aún y en parte invisibilizado dicho campo por una historia de la historiografía argentina que centraliza, a la vez, producción y objeto de estudio en Buenos Aires, resultan estimulantes los trabajos que, como el que nos convoca en esta oportunidad, procuran moverse de ese eje para ocuparse de discursos, disciplinas, instituciones y actores de otros espacios regionales. De todos modos, la alternativa queda planteada: ¿debe pensarse la historiografía regional como un campo aparte, tal como parece demostrarlo la práctica de la disciplina en el país, o es posible que estos estudios se integren como uno de los objetos propios de la historiografía argentina? O dicho de otra manera, ¿será finalmente superado ese “obstáculo epistemológico” del que habla Quiñónez, que lleva a que las obras producidas en Buenos Aires puedan presentarse como historias argentinas, en tanto que todo intento de explicar los procesos desde las provincias sea tenido por historia regional? El libro que nos ofrecen a la lectura Suárez y Tedeschi, precisamente, se inserta dentro de esta línea que entiende posible contribuir al conocimiento de la historia de la historiografía argentina a partir de un contexto de producción provincial, en este caso, santafesino.

240

Los textos que integran la compilación, algunos de ellos dados a conocer previamente a través de versiones preliminares en encuentros científicos y publicaciones especializadas, son el producto de seis años de estudio y trabajo, avalados por dos proyectos de investigación llevados adelante en el seno de la Universidad Nacional del Litoral.

Ha sido el interés por dirigir una mirada introspectiva hacia su propio quehacer en la práctica de la disciplina, el que ha servido de disparador a las compiladoras y a su equipo –integrado por Mariela Coudannes, Inés Scarafía, Carina Giletta y Silvina Vecari– para desplazar parcialmente sus preocupaciones desde las problemáticas históricas abordadas en trabajos anteriores hacia perspectivas de índole historiográfica, que se fueron profundizando hasta conducirlos a la decisión de encarar la historia de la historiografía santafesina como campo específico de estudio. Los resultados de este moverse hacia el “tercer piso”¹ de la reflexión historiográfica (AURELL 2005, p. 14-15) son los

¹ Señala Jaume Aurell que es tarea del historiógrafo releer la producción histórica de los que le han precedido desde el tercer piso de la reflexión historiográfica, trascendiendo el primer piso, el de la

que se presentan hoy en *Historiografía y sociedad. Discursos, instituciones, identidades* a través de dos secciones principales: "Disciplinas e instituciones", e "Historiadores". Nueve artículos de diversa densidad teórica y metodológica se reparten entre ambas secciones (tres en la primera y seis en la segunda), y nos prometen introducirnos en el proceso de configuración del campo historiográfico en la provincia de Santa Fe, entre sus inicios a fines del siglo XIX y los años sesenta del siglo XX. En realidad, la mayor riqueza interpretativa y de análisis de fuentes la encontramos para el período que se abre hacia la segunda década del siglo XX y, aun más, hacia 1930, en tanto que las etapas iniciales de aquel proceso aparecen apenas delineadas.

241 Dos categorías de análisis han sido elegidas por las compiladoras para vertebrar los estudios que presentan: la de *generación de memoria* y la de *construcción social de la memoria*. Ambas, tomadas en conjunto, les han posibilitado una doble apertura del objeto de estudio según los actuales lineamientos teórico-metodológicos de la historia de la historiografía (CATTARUZZA 2003, p. 212-214), al permitirles, por un lado, incluir sujetos que escribieron la historia, más allá de su mayor o menor encuadramiento dentro de los parámetros del historiador profesional, y, por otro lado, extender el análisis a diversos ámbitos sociales, institucionales, políticos, intelectuales, etc., en los que se construyeron –y desde los que se difundieron– visiones del pasado, a veces en tensión o contrapuestas entre sí. La consulta de fuentes de diverso tipo, más allá de las obras estrictamente historiográficas, contribuyó a encaminar la investigación en el sentido apuntado. De la conjunción de estos factores resulta un texto dinámico, que da cuenta –tal como lo sostienen las compiladoras del volumen– de un universo historiográfico "heterogéneo y abierto, desmoronando la imagen de una historiografía santafesina homogénea, estática y restringida".

La sección "Disciplinas e instituciones" se abre con un trabajo de Mariela Coudannes sobre la historiografía santafesina entre 1935 y 1955. A la autora le interesa desentrañar hasta dónde los historiadores que actuaron durante esos años fueron verdaderos profesionales o más bien políticos de la historia –opción esta última por la que parece inclinarse. Para ello se detiene –en especial para el primer decenio, que constituye su especialidad²– en el análisis del contexto, las ideologías, las identidades sociales y políticas, y las relaciones entabladas con el poder. Se trata de un enfoque novedoso y aún poco utilizado en los estudios sobre historia de la historiografía santafesina, que le permite a Coudannes hacer interesantes aportes para un período que fue clave en el proceso de institucionalización de la disciplina histórica en la provincia. La autora explica, por ejemplo, que el proceso de profesionalización de la historia en la provincia se vio retrasado, entre otros motivos, por la resistencia de las familias tradicionales, dueñas del poder político, a perder el monopolio de la memoria social.

misma historia –la vivencia de los acontecimientos– y el segundo piso, el de la reflexión histórica –el estudio de una época determinada.

² Mariela Coudannes Aguirre tiene en curso la tesis de Maestría en Ciencias Sociales en la Universidad Nacional del Litoral (Arg.) sobre el tema "Historiadores y usos del pasado en Santa Fe: 1935-1943".

Sendo trabajos de Teresa Suárez y Sonia Tedeschi completan, desde el plano de lo institucional-disciplinar, a la primera sección. El primero se centra, a partir de herramientas conceptuales y metodológicas propias de la Historia de la Ciencia, en las convergencias entre Historia y Arqueología en el espacio del litoral santafesino–entrerriano. Pese a constituir la “Nación” el objeto hegemónico de los estudios historiográficos, durante la primera mitad del siglo XX quedaron espacios para el abordaje de la ciencia. La autora se detiene en el análisis de las instituciones y de los condicionamientos académicos, sociales, políticos e ideológicos a través de los cuales se desarrolló –no sin dificultades y obstáculos– el mismo.

Por su parte, el trabajo de Tedeschi se ocupa del campo historiográfico santafesino en el período 1935-1970, si bien a través de la trayectoria individual de Salvador Dana Montaña. A través de este observatorio, busca indagar en la renovación disciplinar operada durante ese período y, en particular, en la relación entablada entre historia y ciencia política. Poniendo en relieve a un actor “oculto”, “opacado”, del escenario historiográfico provincial, revela una personalidad de aristas interesantes que realizó una significativa contribución como historiador de las ideas políticas argentinas y americanas, que manifestó preocupación por recuperar el aporte de las provincias a la organización nacional, y que procuró promover el estudio científico de la Política en el ámbito universitario.

La sección “Historiadores”, en tanto, se inicia con un trabajo de Inés Scarafía y Carina Giletta que, a través de la categoría de “memorias del poder”, se propone examinar el rol desempeñado por Estanislao Zeballos y Gabriel Carrasco –dos intelectuales santafesinos de fines del siglo XIX vinculados a los círculos de decisión política y económica– en la construcción y ordenamiento de la memoria y en el desarrollo de una historiografía asociada al poder del Estado. A ese fin, las autoras han seleccionado un texto de cada uno de ellos para el análisis: *La región del trigo y el Primer Censo General de la Provincia de Santa Fe*, dedicados en particular a las cuestiones de poblamiento e inmigración. La temática contemporánea y las motivaciones del presente que dieron marco a estas dos obras, la circunstancia de que, al elaborarlas, Zeballos y Carrasco actuaron, más que como verdaderos historiadores, como políticos al servicio del proyecto de país impulsado por la generación del '80, y el hecho de que se trate de dos autores sumamente prolíficos, invitan a evaluar, sin embargo, si no sería conveniente ampliar el *corpus* sometido a análisis incluyendo, además, obras de índole más específicamente histórica, a fin de forjar un juicio más acabado sobre los aportes historiográficos de ambos.

A continuación, Teresa Suárez procura deconstruir el mito que el memorialismo propio del “programa nacional” de las primeras décadas del siglo XX construyó en torno a la figura de Gregoria Pérez de Denis. El artículo transita entre los tiempos de Gregoria, tratando de desentrañar los verdaderos alcances y móviles del donativo que hiciera esta dama al general Manuel Belgrano en 1810, y el análisis historiográfico de la imagen que de ella forjaron sus memorialistas –no únicamente el Félix Barreto que anuncia el título del capítulo

de Suárez sino también otros historiadores– del siglo XX. Imaginario social, historia de las mujeres, perspectiva del género, renacimiento de la biografía, historia y memoria, análisis del discurso, entre otras herramientas disciplinares y metodológicas, aportan aquí a una nueva lectura del papel desempeñado por aquella mujer santafesina en la época revolucionaria.

El trabajo conjunto de Inés Scarafía, Carina Giletta y Silvina Vecari indaga en la visión que acerca de la colonización española en América fue provista por los historiadores vinculados a la Junta Provincial de Estudios Históricos de Santa Fe y, en particular, por tres de ellos: Ángel Caballero Martín, José María Funes y José Pérez Martín. Se trata, según las autoras, de una visión hispanista centrada en la perspectiva del “colonizador”, que rescata la misión evangelizadora y civilizadora de España en América. Desarrollada por los historiadores mencionados entre las décadas del '30 y del '70 del siglo XX, y condicionada por su formación, afinidades ideológicas y vínculos con estructuras institucionalizadas y tradicionales, esta visión no daría cuenta de las nuevas lecturas que, desde el punto de vista del “colonizado”, se estaban produciendo en el campo historiográfico argentino y que se consolidarían desde mediados de siglo.

Un tercer artículo de Teresa Suárez sirve para introducir la figura del que ha sido considerado el más importante y reconocido historiador de la provincia: Manuel Cervera (1863-1956). Se trata, en realidad, del único trabajo incluido en la compilación dedicado específicamente a este historiador, y lo hace a través de un ángulo particular de análisis: la relación que entiende que existe entre el orden temático instituido por Cervera en su principal obra (*La historia de la ciudad y provincia de Santa Fe*, de 1907) y un documento de carácter histórico memorial de la etapa virreinal, consistente en una petición dirigida por el Cabildo de Santa Fe al virrey en 1780. Suárez hace notar la estructura similar de ambos textos, y rastrea los que considera “elementos identificatorios” entre el trabajo de Manuel Cervera y el de aquéllos que le han servido de testigos por medio de aquel petitorio: la secuencia cronológica de la primera Santa Fe, la formación de milicias santafesinas para la defensa frente al indígena, el nexo entre Santa Fe y su entorno regional y Santa Fe como ciudad relevante en una unidad política mayor. El artículo de Suárez se completa con un estudio sobre la educación y formación académica de Cervera y las influencias intelectuales que marcaron su obra, entre memorialista y científica, y que puede encuadrarse dentro del modelo de “historia integral”.

Al trabajo de Teresa Suárez le sigue otro de Mariela Coudannes, que continúa con el estudio de la relación entre historia y memoria, esta vez en torno a las representaciones sobre la identidad santafesina presentes en la *Historia de Santa Fe*, del historiador Leoncio Gianello (1908-1993). Entre esas representaciones destacan: la imagen de armonía en las relaciones interétnicas de la Santa Fe colonial, el esfuerzo y heroísmo santafesino demostrados en la lucha contra el indígena y en los sacrificios militares y económicos, y el protagonismo del pueblo santafesino acompañando a sus “grandes hombres” en la defensa de la libertad y la autonomía provincial. Se trata de representaciones sobre la identidad santafesina

que ya habían sido enunciadas desde fines del siglo XIX y principios del siguiente por otros historiadores, como Ramón Lassaga y Manuel Cervera, y que Gianello toma y reconstruye a mediados del siglo XX a partir de su presente. Entiende Coudannes que este autor, al elaborar su relato histórico desde sus propios intereses y preocupaciones, puso de manifiesto un claro propósito de intervenir activamente en el proceso de construcción social de la memoria de su época. Desde esta perspectiva –que hace recordar lo sostenido por Hobsbawm y Ranger en *La invención de la tradición* (HOBSBAWM; RANGER 1999, p. 12-13)–, la aparente antinomia historia/memoria queda diluida, en tanto el historiador mismo no puede escapar a las manifestaciones de su propia memoria, las cuales quedan reflejadas en su obra.

Finalmente, corresponde a Sonia Tedeschi cerrar la compilación con un trabajo sobre Juan Álvarez (1878-1954), el historiador más reconocido de Rosario –ciudad ubicada en el sur provincial– y quien, debido a sus enfoques innovadores, realizó un significativo aporte al estudio de la disciplina en la Argentina y la región. A partir del análisis de una selección de las principales obras de Álvarez enmarcadas en su contexto de producción, la autora examina su discurso historiográfico a fin de determinar su propuesta de periodización y manejo del tiempo histórico –que hace llegar hasta el pasado reciente–, algunas de las representaciones presentes en sus trabajos, y sus concepciones sobre la memoria colectiva y la función social de la Historia. De este examen, Álvarez surge como un autor pluridisciplinar, con la visión de una Historia que contenía una función revisora y correctiva de las distorsiones del pasado, escrita en un lenguaje accesible y con una función educadora, y capaz de aportar a la resolución de los problemas contemporáneos y de proyectarse al futuro en sentido de cambio social y económico.

Hasta aquí, una breve síntesis de lo que el lector puede encontrar en las páginas de *Historiografía y sociedad*. Si bien puede aducirse que, como historia de la historiografía santafesina, la obra presenta algunas lagunas, las mismas se justifican, por una parte, por su mismo carácter de compilación que la exime de la necesidad de ofrecer una estructura orgánica y, por otra parte, por la escasez de trabajos previos sobre el tema, confeccionados a partir de los nuevos paradigmas que señala la ciencia histórica (tal como sí habían ido apareciendo en los últimos años para otros espacios regionales de la Argentina. Vg.: MAEDER *et al* 2004). Además, ha sido una elección de las autoras el abordar en ciertos casos actores casi ignorados, dejando intencionalmente a un lado trayectorias más reconocidas. Por estos motivos, este libro constituye un indudable aporte, y su principal mérito reside en la renovación teórico-metodológica que significa para el campo historiográfico en la provincia de Santa Fe. Es de esperar, que su aparición sirva de disparador para nuevos estudios sobre la escritura del pasado santafesino, que continúen o complementen al que hoy pone a disposición de la comunidad científica y del público en general el equipo coordinado por Suárez y Tedeschi.

Referencias

AURELL, Jaime. **La escritura de la memoria**. Valencia: PUV, 2005.

CATTARUZZA, Alejandro. Por una historia de la historia. In: CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. **Políticas de la historia**. Argentina 1860-1960. Buenos Aires: Alianza, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). **The invention of tradition**. Cambridge University Press, 1999 (1983).

MAEDER, Ernesto; LEONI, María Silvia; QUIÑONEZ, María Gabriela; SOLÍS CARNICER, María del Mar. **Visiones del Pasado**. Estudios de Historiografía de Corrientes. Corrientes: Moglia ediciones, 2004.

Texto e documento historiográfico

historiographical text
and document

Diogo de Vasconcellos e o IHGGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais

Diogo de Vasconcellos and IHGGMG: the parameters for the history of Minas Gerais

Rodrigo Machado da Silva

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

histo.rodrigomachado@yahoo.com.br

Rua do Seminário, s/n - Centro

Mariana - MG

35420-000

Brasil

Palavras-chave

Cultura historiográfica; Minas Gerais; História regional e local.

247

Keywords

Historiographical culture; Minas Gerais; Regional and local history.

Enviado em: 06/07/2010

Aprovado em: 19/09/2010

Em 15 de agosto de 1907, ocorreu na sala de sessões da Câmara dos Deputados de Minas Gerais a reunião solene de instauração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). O político e historiador Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), orador oficial da instituição, proferiu seu primeiro discurso para a instituição. A fala de Vasconcellos foi publicada pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XIV, em 1909. A transcrição comentada que apresento aqui é desse mesmo texto. O objetivo dessa apresentação é incitar mais estudos sobre Diogo de Vasconcellos e o IHGMG, que são pouco explorados pela nossa historiografia.

Assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) surgiu sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto mineiro começou a ser pensado a partir do Clube Floriano Peixoto, uma sociedade cívica de debates republicanos sediada na capital mineira,¹ Belo Horizonte. O coronel Júlio César Pinto Coelho, presidente da sociedade, nomeou uma comissão para promover uma reunião pública em que se pudessem discutir os mecanismos de fundação do Instituto. Essa manifestação, portanto, ocorreu no dia 16 de julho de 1907, na Câmara dos Deputados do Congresso mineiro,² marcando a fundação do IHGMG.

Sessenta e nove anos antes, no dia 18 de agosto de 1838, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos, juntamente com o cônego Januário da Cunha Barbosa, ambos membros da SAIN, propuseram a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cunha Barbosa e Cunha Mattos alertavam, com base no papel da nova instituição, para a importância que tinham as letras no apoio ao Estado, na administração pública, e para o esclarecimento do povo (RIHGB 1908, p. 5).

Em 25 de novembro daquele ano, Cunha Barbosa pronunciou o discurso de inauguração do IHGB. Iniciou sua fala proclamando a necessidade que o Brasil tinha em ter uma instituição que se preocupasse com o recolhimento de documentos relativos à sua história e à sua geografia, dispersos por todo o Império. Era mister resgatá-los para que se escrevesse a história do país (CUNHA BARBOSA 1908, p. 9).

Havia poucos anos que o Brasil se tornara independente. O Instituto carregava em si a missão de construir a história do país sob a perspectiva nacional, desvinculada de uma tradição lusitana, inserindo-o, assim, em um contexto específico de civilização. Nesse discurso, o cônego firmava-se no *topos* ciceroniano para justificar a construção do Instituto. Ali seria um espaço para se eternizar, pela História, os fatos memoráveis do passado e firmar os

¹ Os clubes republicanos, muitos com o nome de Clube Floriano Peixoto – em referência ao segundo presidente do Brasil, eram bem comuns a partir de 1870 até os primeiros anos do século XX. Políticos e intelectuais atuavam intensamente em tais clubes a fim de se discutir os caminhos a serem tomados pelo regime. Não possuo, particularmente, nenhuma informação acerca do clube sediado em Belo Horizonte e que foi facilitador da fundação do IHGMG, sendo assim um fator limitante na investigação das origens da instituição aqui discutida.

² Até o ano de 1930, Minas Gerais tinha um Congresso bicameral, com uma Câmara dos Deputados e um Senado.

os nomes pátrios; um meio para tirar a Nação da escuridão. Cunha Barbosa acusava que as obras produzidas sobre o Brasil eram realizadas por estrangeiros, e que boa parte delas constituía-se em uma reprodução de erros. Caberia, portanto, aos brasileiros escrever a história correta sobre a Nação, desatando os nós do passado nacional (CUNHA BARBOSA 1908, p. 9-10).

Embora os Institutos Históricos seguissem, em muito, o modelo do IHGB eles mantinham diferenças com relação ao congênere carioca. O instituto mineiro, por exemplo, era marcadamente republicano (CALLARI 2000, p. 75). Outro fator que deve ser levado em consideração é que o IHGMG foi criado em um regime fortemente federalista, e como uma instituição local, defendia uma proeminência de Minas em relação aos demais membros da Federação.

O poeta e membro do Clube Floriano Peixoto, Augusto de Lima, foi designado a proferir um discurso em nome da sociedade no dia da fundação do IHGMG. Além de reafirmar a necessidade que Minas tinha de instalar em seu território um núcleo intelectual para o estudo de seu passado, enfatizava que o Estado havia sido o foco mais intenso da formação da nacionalidade brasileira, mostrando-se como precursora dos eventos mais notáveis da evolução político-social do Brasil (ATA 1 IHGMG 1907, f. 2).

Os idealizadores do Instituto mineiro mesmo adotando uma postura regionalista, procuravam manter laços estreitos com o carioca, assim como Institutos de outros Estados, tais como o de São Paulo e da Bahia, que enviavam notas de felicitações pela fundação do IHGMG, apresentadas na segunda reunião da instituição a 12 de julho de 1907. Cabe notar também que os primeiros artigos dos estatutos do IHGMG são muito semelhantes aos do IHGB, já que o último serviu como modelo para a elaboração do primeiro. O Instituto Histórico de Minas tinha como objetivo:

Investigar, coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e à geografia de Minas Gerais, e à arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas;
Manter correspondência com as sociedades e academias estrangeiras de igual natureza, bem como as associações congêneres existentes na Capital Federal e nos diversos Estados da República, para mais fácil desempenho do fim a que se propõe;
Publicar, uma ou mais vezes por ano, uma Revista, na qual se conterão os seus trabalhos (atas das sessões, discursos do presidente e do orador, relatório do 1.º secretario, lista dos sócios, etc) (RAPM 1927, 107-108).

De acordo com os estudos de Hugo Hruby, o IHGB, nos primeiros anos do regime republicano, ainda tinha uma relação intrínseca com o governo monarquista e Dom Pedro II. Além do fato de o discurso historiográfico da instituição estar ligado ao projeto político do Estado monárquico, os integrantes do quadro social do IHGB eram importantes burocratas do Antigo Regime (HRUBY 2008, p. 2-3). Em Minas esse quadro era diferente. João Pinheiro da Silva, um dos mais importantes presidentes de Estado da primeira fase republicana em Minas assumiu também a presidência da diretoria fundadora do Instituto mineiro reforçando, dessa forma, os laços do IHGMG com a política do regime vigente.

Embora a instituição tivesse essa ligação com a República, havia importantes membros que ainda traziam consigo as tradições monárquicas. Diogo de Vasconcellos é o mais expressivo desses intelectuais atuantes na época. Autor de *História antiga* e *História média de Minas Gerais*, o historiador é considerado um dos fundadores da historiografia mineira (MACHADO 2010). Vasconcellos foi eleito com 36 votos o orador perpétuo da instituição até a sua morte, em 1927.

Historicamente, Diogo de Vasconcellos sempre foi ligado ao conservadorismo monárquico. Durante sua vida pública fora um dos principais correligionários do Partido Conservador Mineiro (PCM) atuando por diversas legislaturas como deputado geral e provincial. Desde a década de 1870, o historiador trabalhou na redação de vários jornais da então capital de Minas Gerais, Ouro Preto, e como correspondente em periódicos de outras cidades. Foi principalmente como jornalista que Vasconcellos se destacou nas letras, interessando-se muito pelo resgate das memórias históricas de seu Estado natal.

A sua participação em agremiações republicanas, como o Instituto Histórico, era restritíssima. O Arquivo Público Mineiro (APM), fundado em 1895 foi uma das instituições intelectuais pioneiras do Estado de Minas Gerais. Criada como um órgão do governo, suas bases eram fundamentalmente republicanas. José Pedro Xavier da Veiga, primeiro diretor e organizador do APM, foi incumbido pelo presidente de Minas, Crispim Jacques Bias Fortes, a montar um quadro de correspondentes responsáveis por levantarem, em todo o Estado, documentos e artefatos para compor o acervo do Arquivo. Um grupo, portanto, de 114 homens ligados à política mineira nomeados para compor tal quadro. Diogo de Vasconcellos mesmo sendo um político e intelectual respeitado na época não foi convidado para integrar tal tarefa, muito provavelmente por sua forte oposição ao regime que vigorava (SILVA 2007, p. 76).

Como político, Vasconcellos ainda ocupou o cargo de agente executivo de Ouro Preto, no biênio 1892-1893. Depois desse período, ele voluntariamente afastou-se da política e dedicou-se apenas à advocacia e ao jornalismo. Foi no intervalo entre seu distanciamento da vida pública e a indicação para o posto de orador do IHGMG que Diogo de Vasconcellos concentrou-se à investigação das memórias históricas do Estado, e publicou, em 1904, a sua primeira obra historiográfica, *História antiga das Minas Gerais*. Criticado desde sua publicação, acusado de romântico e impressionista, esse livro é também considerado uma das mais importantes referências para a história colonial mineira. Ele conferiu o título de historiador e também *status* de autoridade à Vasconcellos.

Em 15 de agosto de 1907, portanto, na sala de sessões da Câmara dos Deputados de Minas Gerais, com a presença de Max Fleiuss representando o IHGB, deu-se a instalação solene do IHGMG. Diogo de Vasconcellos iniciou a reunião com seu discurso, o que apresentamos nessa transcrição. Dizia ele estar ansioso por ligar seu nome à celebração daquele dia. O Instituto mineiro consagrava-se na história do Estado. O IHGMG, na fala de Vasconcellos, surgia

para completar um campo de atividade intelectual que marcava o presente de Minas. O grêmio era o que faltava para o povo mineiro fortificar sua homogeneidade, unificar seus elementos étnicos tradicionais, que existiam desde os tempos de sua formação (VASCONCELLOS 1909, p. 213-214). O Instituto, para ele, tinha como uma de suas principais funções a condensação das qualidades inatas do povo mineiro, aperfeiçoando a mentalidade transmitida pelos antepassados nas circunstâncias especiais da origem das Minas (VASCONCELLOS 1909, p. 214).

Para o orador, era através da memória dos antepassados que se edificava a identidade de um povo. O passado dominava o presente, os mortos governavam os vivos. Era do exercício de se olhar para o passado e ver nele as condições para se recuperar aquilo que é de nossa existência era o que se tiravam do silêncio as vozes de tempos remotos. Com isso surgia a importância do arquivo empoeirado, dos monumentos carcomidos e das atas do passado, pois eram esses elementos que possibilitavam a permanência da tradição, ou permitia que a sua recuperação fosse pertinente à escrita da história.

Vasconcellos organizou seu discurso como forma de exaltação da grandiosidade do Estado de Minas Gerais. Com 200 anos de história, Minas distinguia-se das outras províncias formando a maior e mais opulenta Casa de toda a América (VASCONCELLOS 1909, p. 213). Essa era a tônica da grande maioria dos discursos acerca do passado mineiro. Tal proposta se tornou forte principalmente a partir da criação do Arquivo Público Mineiro. Buscavam-se nas particularidades do passado os alicerces para a nacionalidade e os caminhos que levavam o país à civilização, tendo Minas Gerais como seu guia.

Vasconcellos, em sua fala, mostrava-se crítico e contrário àqueles que, embora amparados por documentos oficiais e programas de ensino, renegavam a utilidade descritiva da história. Isso porque ele não corroborava com certo tipo de pensamento muito ligado à ideia de futuro, pois com isso se apagavam crenças e ideais outrora almejados pelos povos. O orador defendia a marca das tradições como um fator para se conhecer o passado que ordena o presente glorioso construído por Minas. Conjuntos de pensamentos são, para ele, responsáveis pela destruição dos valores construídos pela tradição (VASCONCELLOS 1909, p. 214).

Diogo faz um elogio aos historiadores. Para o orador, esses pensadores do tempo eram os possuidores das condições de retirar do limbo as lições inesgotáveis propostas pelo passado. Evocando as batalhas de Salamina, Plateia e Temópilas, Vasconcellos também fortificava a utilidade do patriotismo contra os mercenários e servos, e a ideia de pátria aqui é empregada em um sentimento mais local, ou seja, Minas era a pátria do mineiro, São Paulo a do paulista e assim por diante. Essa ideia era construída pelos ensinamentos da história; e pelas tragédias heroicas através do legado dos antigos aprende-se a proferir a liberdade juntamente com os defeitos a ela ligados ao despotismo e sua possível perfeição. Quem faz a ponte entre o conhecimento do passado e o ensino do presente é o historiador.

A história, na concepção do orador, tem uma parte morta e outra viva. A primeira revela que a principal função instrutiva da disciplina não está ligada à relação dos fatos nem na pintura dos caracteres do passado. Isso é essencial para a escrita da história e deve ser assim, mas não é, segundo ele, o seu melhor tributo. A segunda é a que faz com que a disciplina histórica seja a mais humana de todas as ciências. Ela deve ser fiel, verdadeira e severa. Não tem de amar ou odiar qualquer um que seja (VASCONCELLOS 1909, p. 214-215). Esse pensamento revela certo objetivismo de Vasconcellos ao tratar dos elementos que compõem a história como uma ciência ou uma disciplina. Uma hipótese que exponho, e que ainda carece de uma maior investigação, é que a imparcialidade é um instrumento indispensável na recuperação do passado. Vasconcellos comungava do pressuposto de que a história deveria ser escrita como ela realmente foi, com um vasto levantamento documental, que carrega a verdade.

Para Diogo de Vasconcellos, existiam três verdades fundamentais que constituíam a História: a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política. A verdade religiosa e a filosófica eram rivais no intento de ter o controle da verdade política. A primeira se define como o conhecimento de Deus; a segunda como a tríplice ciência das coisas intelectuais, morais e naturais; a terceira era a ordem (VASCONCELLOS 1909, p. 217-218). O cristianismo separava as três verdades e as deixava cada uma em seu devido lugar, impedindo que se construíssem, no afã pelo progresso, quaisquer fatalidades das coisas. Com isso, se estabelecia a paz e salvava a liberdade do homem sem o prejuízo das coisas. Cristo era o chefe da humanidade. Ele fixava o ideal na perfeição divina, abria caminho sem limites para a liberdade da alma e iluminava toda a vida no campo da civilização. Combinava as três verdades fundamentais, e Ele era o verbo delas (VASCONCELLOS 1909, p. 218).

A história deveria ser severa, leal e verdadeira. O seu uso era disputado por vários grupos, rodeada pelo perigo da imaginação, e diante do caráter verdadeiro que a história se imporia, essa imaginação era um fator negativo. Cabia, portanto, ao historiador livrar a historiografia da fantasia. A crítica, não obstante, deveria ser imparcial e justa, com o tempo e com os homens. Os povos teriam de ser julgados, termo utilizado pelo próprio autor, em seu próprio tempo e espaço, não poderiam ser acusados de promoverem ações que não estavam em seu alcance em seu período, condenados por ideias que não tiveram. Esse cuidado deveria sempre estar na mente do historiador (VASCONCELLOS 1909, p. 218).

Na visão de Vasconcellos, o IHGMG surgiu como um centro intelectual destinado às lições da história de Minas Gerais e de seu povo, fortificando-os na consciência de seus direitos para a conservação de seu território sagrado (VASCONCELLOS 1909, p. 219). No entanto, com relação aos seus primeiros vinte anos, a história do Instituto ainda é obscura. A documentação é escassa, o que dificulta muito a investigação acerca de sua organização. Pouca coisa foi realizada nessa primeira fase.

Em 1927, com a iniciativa do presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais entrava em uma nova fase. Mais uma vez a instituição, seguindo com o intuito patriótico de reconstrução do passado mineiro, em busca da grandeza do presente e da preparação do futuro daquela terra, era organizada por um grupo de intelectuais e políticos ligados ao governo e ao projeto republicano.

O modelo de investigação do passado local começava a ser muito ligado à figura de Xavier da Veiga, responsável por organizar de forma institucional os vestígios do passado mineiro com o APM, e a de Diogo de Vasconcellos como o grande cronista desse passado. Em fevereiro do corrente ano, a nova fase da instituição foi iniciada. O presidente do Estado enfatizava isso, em seu discurso na solenidade de estabelecimento dessa nova fase:

A história de Minas Gerais está ainda por ser feita. Excetuem-se a obra devida aos talentos e à pertinácia de Xavier da Veiga e aquela criada pelo espírito radioso e beneditino de Diogo de Vasconcellos, e não se deparará ao estudioso desses assuntos senão a leve narrativa de episódios esparsos ou monografias que, embora meritórias, valem apenas como ligeiros lineamentos para as grandes generalizações que o historiador do futuro terá de lançar (RAPM 1927, p. 117).

253

O IHGMG, seguindo os caminhos traçados pelo Arquivo Mineiro doze anos antes, se constituiu como um espaço de discussão dos métodos de investigação histórica, de debate sobre as memórias do passado e construção de mitos. Igualmente, no enalço da tradição do IHGB, a instituição ficava entre a recuperação de uma tradição, a qual não pertencia e o desenvolvimento de parâmetros para a escrita da história de Minas Gerais. A agremiação impulsionava-se com um espaço autônomo de investigação e debate sobre a memória local, mas atendia as necessidades da época e do Estado em definir os caminhos que legitimavam a força política e econômica mineira.

Há ainda muito que se investigar a respeito da atuação de Diogo de Vasconcellos dentro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O *corpus* documental que possibilitaria uma pesquisa mais aprofundada acerca da atuação do historiador nesse instituto é muito escasso. As atas das reuniões trazem poucas informações a respeito do tema, e os discursos são raros de serem localizados. Como apresentado no início do texto, essa transcrição tem o objetivo de despertar o interesse em se ampliar as investigações acerca da produção historiográfica de Vasconcellos e o papel do IHGMG como um dos definidores dos parâmetros pra se escrever história em Minas Gerais nos primeiros anos do século XX, sobretudo.

Bibliografia

ATA 1 IHGMG. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Primeira Fase (1907-1927). 16 de junho de 1907/fl. 1 – 3v.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, 21(40):59-83. São Paulo, 2001.

CUNHA BARBOSA, Januário da. Discurso (1839). **Revista do IHGB**. 3ª ed., tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. **Anais do IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS**, 2008.

MACHADO, Rodrigo. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. **Temporalidades**, 2(1), Belo Horizonte, jan./jul. 2010.

RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1927, p. 101-145.

RIHGB. 3ª edição, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. 43(1), jan/jun, 2007.

VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de inauguração do IHGMG. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p. 211-220, 1909.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais¹

Revestiu-se do maior brilhantismo a sessão de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, realizado ontem no salão da Câmara dos Deputados.

A essa festa compareceu o escol da nossa sociedade, representado pelo que há de mais distinto e ilustre nos diversos departamentos de atividade.

Às 4 horas da tarde foi aberta a sessão sob a presidência do exmo. sr. dr. João Pinheiro, que tinha como secretários os srs. dr. Max Fleiuss, do Instituto Histórico Brasileiro, e dr. Jucelino Barbosa.

Pelo 2º secretário foi lida a ata da sessão anterior e o expediente constante de vários telegramas e cartas congratulatórias.

Foi depois dada a palavra ao orador do Instituto, sr. dr. Diogo de Vasconcellos, o festejado jornalista e historiador tão amplamente conhecido no país pelos seus admiráveis trabalhos.

Eis o discurso do ilustre autor da *História das Minas Gerais*:

"Bem podeis compreender a imensa surpresa, que de mim se apoderou, quando tive a notícia da eleição para este cargo, tão honroso quão superior às minhas forças.

255

Vi neste ato de vossa generosidade, o propósito somente de favorecerdes a posição do mais velho, mas nem por isso menos louvável tanta condescendência foi para lisonjear o mais obscuro de vossos consócios. Assim sendo, e por eu crer, que protestantes suprir de vossa opulência o muito que me falta para satisfazer os deveres do posto, não cedi à tentação de escusarme, como bem a consciência e naturalmente me sugeria. Além de tudo, senhores, a saúde, como bem podeis observar, nega-me o seu auxílio; pelo que se aqui me apresento, digo sinceramente, venho fiado só em vossa benignidade. Ansioso também por ligar meu nome ao vosso na faustosa celebração deste dia, e de arrecadar a minha parte na glória desta fundação auspiciosa, não me deveis levar a mal a legítima e razoável inveja, que me traz para vossa companhia.

Uma coisa, porém, desde já faço certo é que não venho fazer um discurso, e sim preencher tão somente a formalidade, que é de costume, e os estatutos me prescrevem.

Consagrado à história de Minas este Instituto, palpitante aspiração do tempo, vem completar entre nós o aparelho de que já se ufana a atividade intelectual do presente. O povo mineiro, que por sua história peculiar caracteriza-se desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. A

¹ **Revista do Archivo Publico Mineiro.** Ano XIV - 1909. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, p. 211-220, 1910.

bem de se apoderarem das riquezas do solo, nossos avós, descortinaram, como sabeis, o sertão bravio, e aqui, longe felizmente das flutuações internacionais, assentaram, nestas Astúrias do continente, o exórdio do nosso Estado. Alheia a migrações estranhas, e reconcentradas em seus arraiais primitivos, a colônia produziu este povo unido e igualitário, e constituiu a família mais congaçada e harmoniosa, que se viu nascer ainda aos acessos da expansão europeia. Condensar essas qualidades ingênicas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas de nossa origem, serão creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos o escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos.

Não pertenço, senhores, ao convênio daqueles, que até em documentos oficiais e programas de ensino renegam a utilidade descritiva da história; porque também não concorro para a doutrina dos que apagam de nossas crenças o ideal procurado pelos povos, em sua marcha ascendente através dos séculos.

A própria divisão do mundo atual nos demonstra como a civilização preferiu as raças, que tiveram história, deixando abatidas nos estádios mais rudes aquelas, que não a criaram.

É, senhores, que os anais, as memórias, as biografias dos homens ilustres, encerram em síntese, alguma coisa mais preciosa que a narração inerte e fria dos tempos e dos acontecimentos.

Como dos sepulcros silenciosos e tristes, e da terra pávida e aparentemente estéril das necrópoles, enseiva-se a identidade de nossa mente, e avigoram-se nossas ideias e virtudes pela memória feliz de nossos antepassados, a ponto que se diga e com razão, que os mortos governam os vivos, assim também, senhores são dos arquivos empoeirados, dos monumentos carcomidos e atas do passado, que se irradia a continuidade anímica de nossa existência coletiva, iluminada pelos votos e testemunhos tantas vezes dolorosos da velha experiência.

Não houvesse historiadores, quem hoje tiraria do limbo dos tempos a lição inesgotável, que se colhe, de Salamina e de Plateia; ou do estupendo sacrifício das Termopilas? Não é porventura daí que nos vem a certeza do que vale um punhado de patriotas contra milhares de mercenários e servos? E não é também dessas tragédias heroicas que aprendemos a preferir a liberdade com todos os seus defeitos ao despotismo com toda a sua perfeição?

Tito Lívio, senhores, justifica-nos a grandeza, e Tácito a decadência dos Romanos;

E sem Tito Lívio e sem Tácito não teríamos o livro incomparável de Montesquieu, esse mais que substancioso compêndio que ainda possa instruir aqueles, que tiveram e têm a glória de governar Estados. Entretanto, senhores, si tal é a utilidade dos historiadores de países exclusivistas, que, limitados aos fatos internos não escreviam para estrangeiros, por eles desprezados, fácil é dizer quanto importa conhecer-se a vida das nações mais próximas e mais relacionadas, cuja política modela-se pelos reflexos e pelo equilíbrio internacional,

e cuja existência depende irremissivelmente da comunhão de interesses econômicos e da troca de ideias e produtos.

Mas, o principal serviço instrutivo da história não está certamente na relação dos fatos e na pintura dos caracteres. Esta parte, que lhe é, todavia essencial e lhe faz a sua razão de ser, não é, contudo o seu melhor tributo. Essa parte é a sua parte morta, ao passo que ela tem uma parte viva, e que se sobrepõe em valor a todas as ciências humanas, eis que também é a mais humana das ciências. Com a condição iniludível de ser fiel, verdadeira e severa, de não amar nem odiar sejam reis sejam povos, a história de seu inventário mudo com a eloquência e simplicidade dos resultados nos fala de uma força maravilhosa, a que temos de obedecer; força que neles se envolve e que sai deles, quando urge tirar o bem do próprio mal, para achar a unidade espontânea e final dos mais variados acontecimentos; e para em cada dia mais purificar diante de nossas vistas a mira a que os homens inconscientemente se dirigem, através da nuvem tormentosa dos séculos.

A civilização, como sabemos, não descreve círculos perfeitos nem caminha por linha reta. Como a nau sobre o movediço das ondas, afasta-se muitas vezes do rumo, batida pelos temporais, e luta para salvar-se; mas afinal voltam-se-lhe os ventos favoráveis e ela ganha de novo o caminho e chega ao porto desejado. É, senhores, que com a humanidade se realiza o símbolo da barca agitada no mar de Tiberíades. Um ser incompreensível a conduz e dorme dentro dela, para despertar a tempo e reagir no desânimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providência, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incrédulos.

Debatem neste ponto os sábios querendo explicar pela simples razão os fenômenos que acima dela intervêm sem se sentir, mas que nos põem a olhos vistos os efeitos de sua influência.

O fenômeno do progresso, que zomba da divindade e das contradições humanas, é, com efeito, o mais palpitante e visível sinal da Providência ao longo de todas as eras. Herder, celebrado na Alemanha por fundador da filosofia da história; e a cuja obra Colin consagra o título merecido do primeiro monumento levantado a ideia do progresso, proclamando a analogia da história humana com a história natural, dois mundos concebeu – o da matéria e o do espírito; e como o do espírito está intimamente ligado às circunstâncias e acidentes físicos, o desvario do sábio consiste em sufragar o triunfo inevitável da natureza objetiva sobre os impulsos da atividade humana. Por esta doutrina, senhores, o homem, rei da criação se tornará escravo dela.

Será o instrumento a vegetar no meio em que vive e morre como as plantas.

Desta doutrina, aliás, consoante a realidade aparente das coisas, exalta-se o fatalismo; e este princípio cego, portanto falso, na ordem moral tão verdadeira e real como a ordem física, refutando-se por si mesmo, encerra a

condenação, que merecem quaisquer outras doutrinas dele derivadas, e que de modo menos justificado se arvoram sobre elementos parciais e isolados de um só desvario.

Mais tolerável Voltaire atribui ao acaso a origem dos acontecimentos; e Frederico II, confirmando essa doutrina de seu predileto filósofo, trata de *Majestade* a incógnita soberana a cujo golpe a história se move assaltada por pequenos acidentes, pelos quais se mudam completamente o rumo e o plano projetado das cousas. Entretanto se a olhos nus podemos, desde já, repelir semelhantes conceitos, que promulgam do que não existe, uma força, que obriga à vida e o movimento social humano, creio, senhores, estareis de acordo comigo em não admitir o fatalismo, qualquer que seja o prestígio de suas hipóteses, desde que nenhuma delas reconhece o poder inegável, imanente e provado nos fatos da consciência; poder que parte da nossa liberdade.

O ilustre Renan por sua vez adotou a qualidade das raças, como razão suficiente das formas graduais a que abordam os povos na espiral da civilização; Montesquieu a seu turno propôs os climas, como elementos determinantes das várias formas de governo, atendendo as consequentes modalidades de costumes e as classificações sociais.

Entretanto, o mundo atual, senhores, contrapõe-se a tão incompletas conjecturas.

Se o homem, porquanto é o mesmo em toda a parte, se o instinto da perfectibilidade é geral, e provido pela comum natureza, mister será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça somente, concorreram para o adiantamento da ramificação que se glorifica em particular dos títulos da civilização europeia, tanto mais quanto é certo, que essa civilização não é mais que o desenvolvimento do helenismo regenerado pelo broto semítico do cristianismo; e bem sabemos, também que os Gregos, mandaram às Metrópoles heterogêneas mestres em busca da ciência e das artes, que nelas já eram nascidas.

Se, pois, raças anteriores civilizaram-se pelo modo assombroso, que hoje se verifica, e se delas partiu o movimento do progresso, o fato mesmo de estacarem paradas no caminho, ou de voltarem à barbaria, como aconteceu aos povos, que não foram absorvidos, é um aumento digno de nos dirigir em busca de outros fatores, lá infelizmente interrompidos; e que, no entanto, insistiram mais longe na expansão do mundo moderno. O que se oferece, senhores, sobre a hipótese das raças, refe-se com rigor ainda mais lógico à declinatória dos climas.

O incomparável autor do Espírito das Leis não se lembrou que debaixo do mesmo céu se achava Tebas a poucas milhas de Atenas, não se lembrou que os persas confinavam com as mais brilhantes cidades da Jônia, e nem ainda que os vândalos gerados nos mesmos ares, que os godos abraçaram no chão da Numidia e o professavam, o despotismo muçulmano! Vivesse Montesquieu e veria, repito, no sul da África ou nas ilhas ardentes da Oceania, os Anglos e Saxões tão liberais e zelosos como nos climas da Germânia e da

Escandinava; sem falarmos dos países tropicais da América, onde a liberdade se expande mais à vontade que nas terras de seus povoadores.

É, senhores, e bem alto se diga, que doutrina alguma chegará a ser perfilhada pelo nosso bom senso, desde que decreta povos para a civilização e povos para a barbaria; raças para a liberdade e raças para a perpétua escravidão.

Assim sendo, preferível, senhores, é se adorar Sua Majestade o *Acaso*, antes que se professar o fatalismo da Força, doutrina de Thiers. Os historiadores da Revolução por ela aturdidos tomaram sempre o partido do vencedor contra os vencidos, a Constituinte contra a Realeza, a República contra os constituintes, o terror contra os Girondinos, o Diretório contra os realistas, e afinal Bonaparte contra o Diretório. Há, porém, coisa mais degradante e contrária à razão que esse fatalismo da força? Ele aparta da história o sentimento do direito e imola cegamente a liberdade. Não! Não pode haver progresso na doutrina pela qual se justifica a cicuta de Sócrates e a cruz de Jesus Cristo! Nunca foi nem será filosofia racional sacrificar-se o fraco por ser fraco, e coroar-se o forte por ser forte!

Menos irritante a doutrina de Kegel nos ensina que a história é a justificação divina, mostrando-nos como Deus se manifesta na vida coletiva dos homens.

Nada se faz sem Ele, diz o filósofo; porque tudo é obra Sua. Entretanto, onde está ainda nesta hipótese o papel da liberdade? Igualando na balança as origens do bem e do mal, esta doutrina responsabiliza Deus pelos feitos de Nero, como pelos de S Paulo, nivela em méritos vítimas e algozes, e apaga a distinção do vício e da virtude; ora, tanto basta para sair de nossa consciência, por si mesma rejeitada uma tal concepção.

Espírito genial, mas puramente científico, preocupado exclusivamente de fatos e algarismos, alma todavia leal, e honesta, no dizer de Guisot, Augusto Comte a seu turno se fez inovador e dogmaturgo. Sem se falar de sistema ateísta, que se desenvolve de ilusões e quimeras para uma nova idolatria humanitária, graças ao desvario de sua inegável filantropia, o Mestre se apresentou fazendo descobertas, e propondo a história uma nova filosofia.

Mas, senhores, a maior descoberta de Comte resulta da semelhança com as três idades de Vico, e a sua crítica histórica iniciada desde os tempos de Santo Agostinho, coordenada por Volney, não excede em mérito à *Ciência Nova* daquele mesmo insigne Napolitano.

O sucesso do grande inovador se fez notável pelo emprego exclusivo do método experimental, pelas tendências materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo ceticismo metafísico de Kant, em meio das classes matemáticas e especulativas, que preferem sobre tudo os métodos *a priori*.

Proclamando o progresso, por fim, supre o ideal humano e para tanto invoca a história que trunca e desencadeia a propósito e a medida de conclusões antecipadas. Comte não pode alegar ter feito uma filosofia para a sua história, mas uma história para a sua filosofia.

Tomando de Bukle o modo de observar os fatos, de que se deduzem logicamente as consequências, concebeu igualmente a ideia de leis gerais segundo

a história, à semelhança das leis fatais que regem os astros e produzem os fenômenos.

No positivismo caímos, portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que respeita ao mundo moral.

Nestas condições, rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel, confundindo-se ambos não tanto na forma, senão em fundo com as noções panteísticas da velha escola Alexandrina, o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada.

Conhecemos senhores, com efeito, as três verdades fundamentais que se inscreveram no pórtico da história e se colocaram na base do edifício social, a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política.

Confundidas nas sociedades imperfeitas, nas quais a religiosa, tudo absorvia, dando a lei, fácil é ver, que as outras verdades, tendo cada uma a sua competência procuraram romper as cadeias em sua natural expansão.

As três verdades começaram então cedo este combate, que dura e durará sempre; mas não puderam nem poderão se destruir jamais. A verdade filosófica, que a tríplice ciência das coisas intelectuais, morais e naturais, amando sobre tudo o porvir, ataca a verdade religiosa que é conhecimento de Deus, manifestado no culto, e que ama necessariamente o passado, visando ambas tornar em exclusiva e para si a verdade política.

É daí, senhores, que me parece rolar a imensa série de fatos, que a história registra.

A verdade política é a ordem: e a ordem não é senão a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público: o que basta dizer, para se compreenderem as tremendas perturbações do mundo, quando a soberania, sacrificando a liberdade, excede a sua competência e entrega-se de corpo e alma, como instrumento de ação espoliativa, aqui a uma, ali a outra daquelas duas rivais, que intentam o império dos espíritos.

A maneira apaixonada então de se encarar na história o fenômeno do progresso dá em resultado da luta os desvarios, que no desespero proclamam a fatalidade das coisas.

O cristianismo, porém, separando aquelas três verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competência, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuízo da Providência.

Proclamando-se cabeça e chefe da humanidade, o Cristo vive necessariamente na história, e dentro dela. Fixando o nosso ideal na perfeição divina, abriu o caminho infinito à liberdade de nossa alma e iluminará toda a vida o campo da civilização, combinando o esforço das três verdades fundamentais, do que ele é o verbo.

Doutrinas que negam o livre arbítrio, doutrinas que negam o instinto da perfectibilidade, tão falsas como a negação da providência, podem tudo conseguir, menos senhores, a verdadeira filosofia da história, banhada pela luz da experiência.

Pesquisar, portanto, nas páginas descritivas do passado as sínteses, que a Providência extraiu dos acontecimentos, distinguir e conhecer a lição que essas sínteses encerram e autorizam proclamar o triunfo infalível da virtude sobre o vício, do direito sobre a tirania, eis, senhores, portanto, a crítica em sua elevada missão criadora.

É por isso que a história não pode deixar de ser severa, leal e verdadeira. De todas as províncias do saber é a que está em terreno contestado, no dizer Macaulay; é a que é disputada pelos partidos, e sempre no perigo de ser investida pela imaginação apaixonada.

Ao historiador, portanto, decorre o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difícil, no campeonato das letras. Não devemos nos esquecer que o sol da história, como o sol planetário, si tem uma zona privilegiada de civilização, por onde gira o seu calor e a sua luz se derrama, iluminando e aquecendo todos os povos segundo a distância em que se acham. A crítica tem de ser por isso mesmo imparcial e justa, não somente com os tempos, senão ainda mais com os homens. Se os povos devem ser julgados no país em que habitam nossos pais, como eles não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século, em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos como eram ao meio em que se nivelavam com todos os seus contemporâneos.

261

A liberdade antiga, por exemplo, foi como religião; seus adeptos como fanáticos! Bruto imola-lhe os filhos e Codrus a sua vida e o seu trono. Hoje, porém, não é mais uma fé. A liberdade uma razão que já não tem altares nem sacrifícios: porque não é mais nem rude nem intolerante: ela vale um direito que a todos, governantes e governados, convêm; porque regula o poder soberano para se impor pela estima; e porque os governados não têm mais necessidade de se precipitar nos azares da revolução para possuir o que já tem.

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. Como as colônias gregas, que eram enxames completos, que transportavam adultos e munidos para longes plagas o teor da metrópole, assim Minas emergiu, graças ao brado fascinador de seus tesouros, expostos á rampa dos descobrimentos.

Descendente de generoso sangue paulista, congraçado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto a vida das gerações, que vão nos suceder.

Em um só século, o primeiro de sua existência, centenas de seus filhos já se espalhavam pelo império português, servindo ao Estado e à Igreja; e não será de mais lembrarmos que em Vila Rica uma plêiade de inolvidáveis literatos, no fim desse 1º século, renovou no Brasil os formosos tempos da Arcádia, ponto aquele único em que as Musas desceram neste céu pelo mesmo caminho de flores em que desciam do Parnaso.

Não se lê senhores, sem emoção a mais viva, os episódios heroicos de Pernambuco, rechaçando as invasões estrangeiras; mas a Minas cabe a glória, acaso maior, senão igual, das expedições, que nunca se viram tão disciplinadas e decididas à morte para salvarem o sul do continente. A marcha de Antônio de Albuquerque sobre o Rio de Janeiro, em repulsa aos corsários Dugain-Trouin, o maior homem de mar, daquela época, é façanha que escurece os cantos mais belos da Jerusalém libertada.

A maneira também como se dissolveu tragicamente essa Arcádia, substituída pelo terrível episódio da Inconfidência, tem alguma coisa surpreendente como da aurora abafada por um desalentador eclipse. As montanhas sagradas de Vila Rica disputam com efeito até hoje às da Palestina em suas mágoas a figura dolente a filha de Jephté, percorrendo-as no sacrifício expiatório votado à liberdade de sua pátria.

Assim, possa, portanto, o povo mineiro compreender os votos deste dia auspicioso, e assim veja ele, neste Instituto, o centro intelectual, que se descortina pelas lições de sua história a fortificá-lo na consciência de seus direitos para manter na íntegra o território sagrado, herança de nossos pais, resgatar da selvageria as florestas, os campos e os rios, que ainda esperam o facho luminoso, e revestir de messes douradas as montanhas e vales em que nasceram os primogênitos de sua raça, sem falarmos da noticia profética de tantos destinos guardada nestes arquivos.

Guiado pelas experiências e pelas luzes do glorioso e velho Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tão feliz e dignamente aqui representado, o Instituto, Mineiro se lançará, confiando no futuro, ao cumprimento de seu programa; e, desde já se empenha com os ilustres e conspícuos representantes daquele venerado confrade, não lhe faltem com os seus conselhos e suprimentos em troca da sudação afetuosa, que lhes dirijo em nome dos mineiros agradecidos e orgulhosos de sua presença nesta assembleia cheia de novos intelectuais.

Organizado por um núcleo de beneméritos sócios do Clube Floriano Peixoto, desta Capital, o Instituto lhes deve a gratidão, de que me faço órgão, oferecendo-lhes a recompensa única e a nosso alcance, qual inscrever seus nomes no frontispício de nossa história e recomendá-los á nossa posteridade, Augusto de Lima, Prado Lopes, Francisco Alves Filho, João Luiz Alves, Francisco Bressane, João Líbano, Albino Alves, Júlio Pinto, Estevão Pinto.

Dentre os entusiastas, que logo se puseram à frente desse cometimento, omissão imperdoável, senhores, seria a minha, se não destacasse a propósito o nome por tantos títulos querido ao povo mineiro, do cidadão preclaro, que nos preside, o sr. dr. João Pinheiro da Silva. Todo o Brasil hoje sabe e reconhece a razão, porque Minas sobre a sua nobre figura fitava os olhos ansiosos, requerendo no cimo de seu capitólio a sua intervenção inteligente e benéfica.

Dedicado aos estudos prediletos deste Instituto, s. exc. logo lhe rasgou a mais franca simpatia, e não se demorou com a sua penetração a compreender, que na obra trabalhosa de seu governo, reformador inigualável da instrução

Pública, nenhum capital mais belo poderia ser engastado que este, de onde partirá o exemplo que nos tem dado de amor e da dedicação às ciências e às letras.

Eu quisera, senhores, ter tempo de prestar as minhas devidas homenagens a cada um de vós, individualmente, ilustres senadores, deputados, juristas, médicos, artistas, funcionários, industriais, a vos principalmente – ilustres e bem-vindos hóspedes; mas, nesta saudação, recebi, como se arrebatam de minha alma, os votos de nossa gratidão.

E a vós, mocidade estudiosa, esperanças da pátria, dirijo-me saudando em último lugar; mas último no sentido do Evangelho.

Sim! porque sois os primeiros que ides gozar os frutos de nossos trabalhos, assim como primeiros sereis, eu espero, a honrar a nossa memória, como honramos e temos honrado a de nossos antepassados”.

Entrevista

interview

Luiz Costa Lima: história, discurso, vida

Uma entrevista com Luiz Costa Lima

Aline Magalhães Pinto

Doutoranda
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
alinealinemp@yahoo.com.br
Rua do Russell, 404/401 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
22210-010
Brasil

Laise Helena Barbosa Araújo

Mestranda
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
laisearaujo@hotmail.com
Rua Bolívar, 154/701 - Copacabana
Rio de Janeiro - RJ
22061-020
Brasil

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas

Doutoranda
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
mannuellaluz@yahoo.com.br
Travessa Pepe, 98/401 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ
22290-020
Brasil

Victor de Oliveira Pinto Coelho

Doutorando
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
alnash.victor@hotmail.com
Rua do Russell, 404/401 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
22210-010
Brasil

265

Palavras-chave

Linguagem; Narrativas; Teoria da história.

Keywords

Language; Narratives; Theory of history.

Enviado em: 09/04/2010
Aprovado em: 19/07/2010

A trajetória e o pensamento de Luiz Costa Lima têm um eixo central: a questão da literatura. Não sendo ele um técnico ou um mero especialista, essa questão o levou ao estudo da linguagem em suas diferentes formas, à narrativa e aos mecanismos através dos quais a sociedade ocidental se “comunica”. Nesse questionamento amplo, que admite a impossibilidade de uma resposta definitiva às indagações que levanta, esse autor se estende a diversas produções sociais e chega ao estudo sobre a narrativa e o discurso histórico. Na medida em que defende uma ideia de escrita e de linguagem como abertas, perpassadas pelo real, para Luiz Costa Lima, a historiografia encontra aí sua aporia, seu limite – que ao mesmo tempo se transforma em sua especificidade discursiva, sua qualidade e distinção.

Atualmente, Costa Lima é professor titular de teoria da história da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Lecionou em várias universidades americanas e europeias. Autor de mais de vinte livros, entre eles *História.Ficção.Literatura*, *A aguarrás do tempo*, *Trilogia do controle*, e *Mimesis: desafio ao pensamento*, vários deles traduzidos para o inglês e o alemão. Recebeu, em 1992, o prêmio de pesquisador em ciências humanas, prêmio Humboldt, concedido pela fundação Alexander Von Humboldt, de Bonn.

A entrevista a seguir foi concedida em 7 de dezembro de 2009, no Rio de Janeiro.

1. Poucos autores no Brasil apresentam uma trajetória tão sólida como a sua. Tal trajetória, que se mostra interdisciplinar, ao longo das várias obras publicadas, pressupõe uma formação intelectual bastante singular. Gostaríamos que o senhor percorresse conosco o caminho dessa formação.

266

Luiz Costa Lima: Não sei desde quando, mas imagino que a partir de treze, catorze anos de idade, até os dezesseis, eu não fiz outra coisa senão estudar matemática e música. Se me pergunto hoje: “eu achava que dava para ser matemático?”, a resposta é meio dubitativa. Sou filho único, meu pai era engenheiro e obviamente queria seguir as pegadas de meu pai. Com a diferença de que eu nunca tive vontade de me dedicar aos negócios, enquanto ele começara muito pobre e se tornara latifundiário. Isso não me interessava, mas admirava seu saber matemático. Admirava quando ele estava livre, em casa, à noite, e abria os livros enormes, que faziam barulho, e ficava a madrugada toda resolvendo problemas e equações.

Então na adolescência toda eu me preparei para estudar matemática e violino. No colégio, estudava o suficiente para passar, nada demais. Aos dezesseis anos, me caiu à mão o livro *A montanha dos Sete Patamares* (MERTON, 1948). O livro era tradução de uma autobiografia de um homem que havia sido um aluno de posições de esquerda da Universidade de Columbia, e que, durante o curso universitário, teve uma crise religiosa: ateu, de esquerda, resolveu fazer-se frade trapista, uma ordem rigorosa e asceta. O livro teve uma enorme circulação no meio intelectual, sobretudo no meio católico americano. Alguém

o compara como correspondente americano da biografia de Santo Agostinho. Esse livro teve impacto enorme nesse garoto, filho único, nordestino, pretendendo estudar matemática e violino. Não sei de onde tirei essa maturidade, ou sorte, mas, depois de ler o livro, pensei “não é matemática, mas literatura”.

A decisão é surpreendente, sobretudo levando em consideração o fato de que eu não tinha nenhuma amizade pertencente a algum círculo literário e/ou poético. Foi uma decisão absolutamente solitária! Foi especialmente difícil convencer meu pai, grande latifundiário nordestino. Posso imaginar o susto que esse velho levou. Quando ele viu que não tinha jeito, recusou-se a arcar com os custos dessa empreitada (o que faria se eu tivesse persistido na matemática e/ou na música). Disse-me “A vida é sua, faça o que você quiser, mas, me diga, como se estuda literatura?” Ante a pergunta, e a impossibilidade de uma resposta – e até hoje procuro uma resposta – a única coisa que lhe disse de concreto foi “vou entrar na faculdade de direito, pois se eu não descobrir, posso seguir carreira, sustentar família”.

No lugar onde eu morava [em Recife], Casa Forte, no caminho de Apipucos (onde morava Gilberto Freyre), tinha o Instituto Joaquim Nabuco, que oferecia cursos de antropologia e sociologia. Eu já tinha uma base de inglês e pude frequentar os cursos. Minha primeira formação foi em ciências sociais, latim e filosofia. Do estudo no Instituto, passei para a faculdade. Meus estudos em teoria literária eram autodidáticos. Eu sabia razoavelmente inglês, também francês e havia em Recife um livreiro – Jacob Berenstein – de quem eu encomendava livros. À época eu tinha em torno de dezenove anos (meados dos anos 50), era fácil saber que o grande movimento literário de então era o *new criticism*, eu encomendava os livros e os lia. Passei a me corresponder com Northrop Frye, que era professor de Yale. Para ir além disso precisaria conseguir uma bolsa, coisa que não era nada fácil. Havia uma determinada instituição que oferecia duas bolsas – uma para o Sul e Sudeste, outra para o Norte e Nordeste – para os EUA. Eu me candidatei, mas, por motivos que me escapavam naquele momento, durante cerca de dois meses não obtive resposta – depois me chegou uma possível explicação: o médico que preencheu o atestado de saúde solicitado pela instituição tinha pertencido ao PCB. Após esse episódio nebuloso, eu estava certa vez em casa, tocou o telefone e um camarada falando um português com acento castelhano muito forte, adido cultural da embaixada da Espanha, e sabendo do ocorrido, me ofereceu uma bolsa para estudar na Espanha. Então foi assim que fui para a Espanha.

Como eu sabia que o curso de direito era só pragmático, eu também cursava filosofia, mas não pude terminá-lo. Fui para Espanha estudar literatura, mas pensava em ir de lá para Alemanha. Na Espanha, fui aluno de figuras importantes da intelectualidade espanhola de então, Dámaso Alonso e Carlos Bousoño, ligados à estilística, que acabara por me influenciar muito pouco. A maior influência foi o fato de lá ter conhecido João Cabral [de Melo Neto], de quem eu já conhecia a poesia. Liguei para a embaixada brasileira para fazer contato com ele e, por meio de referências pessoais, familiares, consegui conhecê-lo,

nos tornamos amigos. Por sua influência, li toda a poesia espanhola, além da francesa e inglesa. Foi como que meu primeiro professor na literatura. Ainda assim, não tinha noção da importância que teria, em meus trabalhos, o convívio com João Cabral.

Como os planos de ir à Alemanha se frustraram, voltei para o Brasil decepcionado, depois de cerca de um ano e meio, quando aqui se vivia um momento turbulento. Havia o programa federal de alfabetização e o reitor [da Universidade Federal de Pernambuco] convidava Paulo Freire, para ser assessor do serviço de extensão cultural. Paulo, que era meu vizinho, me confia a direção da Revista de Estudos Universitários. Um dia antes do golpe, voltava de uma partida de futebol, passando pela faculdade de direito, vejo-a, com assombro, cercada por soldados que lhe apontavam armas. Cheguei em casa, liguei para o Palácio das Princesas, contei para Violeta Arraes o que havia visto. Ela respondeu-me que, segundo seu irmão, Miguel Arraes [governador do Estado de Pernambuco, à época], houvera uma confusão em Minas, mas que já estava tudo resolvido, ou seja, eu podia dormir tranquilo. Enganados estávamos. Veio o golpe e, passado alguns dias, fui levado à prisão. Na prisão, soube que a realidade era que havia perdido o emprego de professor, estava cassado, e que – coisa que não é possível confirmar – Gilberto Freyre havia me denunciado. A antipatia de Gilberto fora despertada, pouco antes, por um episódio inusitado. Gilberto havia escrito um artigo dizendo que alguns jornalistas, por serem comunistas, publicavam as fotos dele sempre muito feias. Então, eu fiz uma nota na revista que dirigia [*Estudos Universitários*, UFPE], transcrevendo o comentário e acrescentando o meu: “nada demais se se tratasse de um artista de cinema, mas é um velho antropólogo que está escrevendo isso”. Isso deu um bafafá que resultou no fechamento da revista.

Saí da cadeia, vim para o Rio, consegui um emprego de revisor na Editora Vozes, de Petrópolis. Foi então que começou minha história com a PUC-Rio. Estou na editora um dia e me chamam pelo telefone, para marcar um encontro. Eu havia sido aluno dos jesuítas no Recife. Talvez por isso, o padre Ozanan tenha me convidado para ser professor de sociologia. No Departamento de Sociologia, fiquei cerca de oito anos. Fui professor de pessoas como Ricardo Benzaquen [de Araújo] e Eduardo Viveiros de Castro.

Num certo momento, exigiram que, para que eu continuasse a dar aula, eu tivesse doutorado. Isso aconteceu por volta de 1968, 1969. Como minha vida sempre foi acompanhada de uma sorte e um azar paralelos, minha sorte então foi ter conhecido Zuenir Ventura que, precisando viajar, me pediu para substituí-lo na Escola de Desenho Industrial, onde fui professor de Ana Luísa Escorel, filha de Antonio Candido. Ela me apresentou a ele e eu lhe perguntei sobre a possibilidade de fazer, sob sua orientação, o mestrado. Como eu já havia publicado os livros *Por que literatura* (1966) e *Lira e antilira* (1969 e 1995), Candido me disse que me inscrevesse direto para o doutorado. Meu problema era que na USP o estruturalismo – tema da tese – não era bem visto.

Um domingo, em 1972, na volta da praia [no Rio de Janeiro], fui levar meus

filhos à casa da minha ex-esposa e encontrei a polícia que estava ali atrás dela. Fui levado, assim, à cadeia. Cheguei com olhos vendados, numa sala toda branca, completamente isolado, mas não passei mais que duas semanas. Meu medo era não ser solto a tempo de defender a tese, que estava entregue e com a defesa marcada. Por sorte, dias antes fui solto, dirigi-me a São Paulo, junto de amigos como Haroldo de Campos e Ricardo Benzaquen, que me acompanharam na defesa. Candido, mineiramente, me havia dito que não teria restrição pelo fato de o tema da tese ser o estruturalismo, mas disse-me que tampouco teria tempo de me orientar. Levei ao pé da letra e nunca lhe enviei um capítulo sequer, somente a tese pronta. Na ocasião da defesa, Candido me disse que, a princípio, a banca não era favorável ao tema, mas que não precisava temer pela reprovação. De fato, fui aprovado.

Aí entra um instante de sorte. Já dando aulas no Departamento de Letras da PUC-Rio, soube da vinda de um professor da Alemanha para dar um curso sobre formalismo russo, do qual eu já conhecia algumas obras e autores. O professor era [Wolf-Dieter] Stempel, que, impressionado por eu conhecer o formalismo russo, pouco divulgado à época, me convida para estudar em Konstanz, reduto da estética da recepção alemã. Eu tinha o problema de ter restrição de passaporte, mas, através de um contato com o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, resolveu-se o problema e eu pude, finalmente, ir para a Alemanha, em 1975. Tive o privilégio de ter aulas com [Hans Robert] Jauss e Wolfgang Iser. Com este último, me dei muito bem. O mesmo digo de [Hans Ulrich] Gumbrecht, jovem aluno e assistente de Jauss, que se tornou meu amigo. Eu sentia que ali se abria o campo que poderia possibilitar desenvolver o que o estruturalismo já não me parecia dar conta. Consegui, através de Gumbrecht, prolongar minha estada [na Alemanha] com mais uma bolsa. Fui para Bochum, onde pude começar a traduzir textos para o português, do qual resultaria *A literatura e o leitor* (1979). Através da estética da recepção, especialmente pelo contato com Iser e [Karlheinz] Stierle, vi a contribuição da noção de espaço vazio a ser preenchido pelo leitor, para a elaboração crítica do fenômeno estético. Foi nessa época que “apareceu” a primeira de minhas ideias fixas, a questão da mimesis.

De volta ao Brasil, descobri por Wlad Godzich, um professor nos EUA que havia lido minha tese, que haveria um concurso na faculdade de Minneapolis, para o Departamento de Literatura Comparada. Devo muito à Rebeca [Schwartz], minha atual esposa, que interrompeu seus estudos em psicanálise e seu trabalho, e sendo aprovado, fomos com nosso filho Daniel, muito novo, para os EUA. Lá eu praticamente vivia na biblioteca, onde escrevi *O controle do imaginário* (1984 e 1989), que acho, hoje, um livro “irregular”. Percebera nos românticos toda uma ênfase na natureza tropical e que a exploração da natureza servia como alegoria de coisas como a exploração da mulher etc., “algo” que bloqueava a imaginação, especialmente em contraste com Machado de Assis. Impressionou-me também a censura de Nabuco à representação da escravidão numa peça de Alencar. Na minha cabeça, tinha a ideia de que as sociedades coloniais

ou pós-coloniais eram as mais controladoras. No fim dos anos 70 mesmo, uma editora alemã publicou os tratados de poetologia renascentista em italiano e em latim, que com ajuda de João Adolfo Hansen, li, percebendo que o controle já estava presente lá na Europa. Enfim, é um livro ainda muito intuitivo. Nos EUA, decidi estudar a literatura francesa e latino-americana: li todo o Diderot, por exemplo. Aproveitei toda a vastidão das bibliotecas norte-americanas e, terminada a década de 80, com a trilogia pronta – percebi que tinha um “modelo” que poderia ser expandido. Minha preocupação, então, foi, por muito tempo, a pesquisa empírica, no sentido de procurar sinais do controle.

Foi quando entendi que, a despeito do “modelo”, me faltava a base teórica. E é isso que encontro como motivação para a escrita deste último livro – *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy* (2009). O controle tem dimensão estética e política, ao mesmo tempo sócio-histórica. A épica, como gênero renascentista por excelência, deu-me a base para pensar nisso, ao mesmo tempo em que dava a primeira definição – ligada ao controle – sobre literatura. E isso não leva de volta à indagação do início – “o que é literatura”?

2. A abordagem e tematização do discurso histórico que o senhor desenvolve, sobretudo em História.Ficção.Literatura (2006) e, nessa medida, sua entrada no debate historiográfico parece ser fruto de uma dupla injunção. Por um lado, a necessidade de analisar a literatura tendo em consideração a ambiência sócio-histórica que a cerca, e por outro, a proximidade estrutural entre as narrativas ficcional e histórica. Como o senhor vê essa questão?

LCL: Ambas as vias estão corretas. Tomemos a questão derivada do estruturalismo. A estrutura não é entendida por mim como “anti-histórica”, embora seja sabido que a posição de [Claude] Lévi-Strauss é ambígua. Para mim, porém, sempre pareceu que levar a literatura a sério significaria dotá-la de lastro histórico. Por isso me interessa a história: como base para o estudo da literatura. Quando estava nos EUA, entrava em cena a polêmica da narrativa – encarnada na *Metahistory*, de Hayden White. Em meus estudos sobre a narrativa, recolhi uma bibliografia, usada em *A aguarrás do tempo* (1989), bastante semelhante à bibliografia de [Paul] Ricoeur, como percebeu Benedito [Nunes]. Em 1986, quando voltei ao Brasil munido dessa bibliografia, foi publicado o *Tempo e narrativa* (RICOEUR 1983). Ele, Ricoeur, tem a primazia quer da pesquisa, quer da publicação, pois o primeiro volume é de 1983. De qualquer maneira, há um parentesco entre as questões desenvolvidas nos dois trabalhos.

Em 1986, voltei para o Departamento de Letras da PUC-Rio. A pós-graduação, fundada sob a ditadura, em 1977, oferecia possibilidades de pesquisa em história da literatura, mas não em teoria, o que não abria espaço para minhas pesquisas. Ao mesmo tempo, estava sendo fundada a pós em história. Ricardo Benzaquen, ex-aluno e agora amigo, era um dos fundadores e me convidou para integrar o Departamento de História da PUC. Aceitei, pois, o convite

de Ricardo para a recém-fundada pós-graduação no curso de história. *A aguarrás do tempo*, publicado em 1989, foi uma espécie de cartão de visitas para o curso de história. Assim como o *História.Ficção.Literatura* (2006) é fruto desse convívio com os problemas historiográficos. A narrativa é o termo amplo que possibilita a coordenação entre os campos.

3. *Em seus trabalhos e pesquisas existe a proposição de estabelecer um vínculo entre sociologia e hermenêutica? Como o senhor vê a questão do sentido histórico?*

LCL: Derivado de minha primeira formação, os cursos no Centro Joaquim Nabuco, o contato com a sociologia é anterior ao contato com a história. Já o contato com a estética da recepção, deve-se lembrar, se dá com ex-discípulos de [Hans-Georg] Gadamer. Sendo assim, por que Gadamer não aparece nos meus trabalhos? O sentido, da maneira como busca a hermenêutica, não é algo que eu persiga. Para mim, adquirir forma é adquirir sentido, mas esse sentido não é um significado. É mais uma reunião de partes que aponta para algo. A busca por sentido, que não se confunde com significado, diz respeito a como as coisas se configuram. É desta maneira que penso que se possa colocar a questão do sentido histórico, desde que não seja uma busca "teleologizante". Na medida em que não se confunde sentido histórico e *telos*, a busca por esse sentido significa tirar o *a priori* da história. O sentido histórico é algo que se dá e não algo que se cumpre. Para que tal não se desse, para que se pudesse dizer da inexistência de sentido histórico, seria preciso que os planos se realizassem em plena entropia, plena dispersão. Mas não, as sociedades se constituem fazendo com que planos diferenciados se aproximem, se amalgamem, ou seja, tenham sentido.

4. *Qual a sua reação perante a possibilidade de se extrair de sua reflexão sobre o discurso histórico uma teoria da história?*

LCL: Há uma dupla reação. Uma positiva e outra restritiva. Positiva porque, certo ou errado, há uma tentativa de minha parte de constituir uma teoria da história articulada ao princípio do discurso. Penso que, para se conhecer uma língua, é necessário que se conheça mais do que a língua. A partir desse princípio, de que a compreensão da língua não é da competência dos linguistas, e de que é preciso saber mais do que estruturas gramaticais, o discurso é como um terceiro campo entre língua e fala. Tomando o discurso como ponto de partida para pensar a literatura, me pareceu necessário distinguir campos discursivos diferenciados. O discurso pode ser pensado como um grande sistema planetário que faz parte de uma constelação. Deste ponto de vista, um analista de discurso não pode se deter em problemas gramaticais, com rimas etc. Nega-se, pois, que haja uma só linhagem que corresponda ao uso falado de uma língua. Para verificar isso, a metáfora do sistema chamado historiografia não se superpõe

aos outros sistemas chamados filosófico, científico, ficcional. Parece-me que as aporias discursivas são um ponto importante. Retirando a substancialidade do discurso, há de se colocar, então, o problema da "origem" – "origem", entre aspas, porque ela se põe como questão exatamente quando não identificamos uma fresta de onde "nasce" tal discurso. Essa origem é de cunho simbólico e não fisicalista, daí a ideia de aporia: todo discurso tem seu ponto de origem, que nunca é um ponto zero. Se se admite um ponto zero, ele será arbitrário. Exemplo da operação aritmética: o que se supõe entre duas unidades é algo idêntico ao que supõe entre outras unidades. A unidade é uma convenção simbolicamente constituída e, simbolicamente, não é arbitrária. A unidade não está na natureza. Essa questão da aporia me parece importante para a discussão teórica historiográfica. Mas, e aqui está a parte restritiva de minha reação, não me parece que os dados que aponto sejam suficientes para a constituição de uma teoria da história. Minha tentativa é mais pensar condições e possibilidades do discurso histórico.

5. Um ponto crucial em seus livros é a proposta de se pensar um sujeito fraturado, que aparece tanto em oposição ao sujeito autocentrado, quanto às revisões, sobretudo aquelas da década de 60 na França, que apontam para uma diluição do sujeito. Do que se trata essa concepção de sujeito e como ela se relaciona com a interpretação histórica?

272

LCL: A cena do pensamento francês da década de 60 foi fundamental para a minha questão sobre o sujeito, quer no pensador que mais admirava, Lévi-Strauss, ou naqueles que admirava menos, [Michel] Foucault e [Gilles] Deleuze. Todos falavam da morte do homem. A oposição banal a isso era um lamento "idiota-humanista", mas independentemente deste dado, a ideia de morte do homem me parecia inadequada porque haveria de se supor que as produções humanas fossem capazes de gerar efeitos sem a interferência do seu agente. Em outras palavras, me parecia que a ideia de morte do homem era uma repetição da afirmação do eu solar pelo avesso, *le noir soleil*. A ideia de morte do homem transforma o sujeito em dispensável em prol da valoração de uma obra. Isso me parece não só teoricamente errado, mas gera consequências terríveis. O sujeito que faz nunca é transparente àquilo que faz, ou seja, como tal transparecia não existe, nem o sujeito está plenamente no que faz e nem o que ele fez é plenamente o que ele é, sua essência. O fato de pensar [Louis-Ferdinand] Céline em função de *Viagem ao fim da noite* (CÉLINE 1932), por exemplo, sua obra mais famosa, deveria me levar a pôr entre parêntesis tudo aquilo que, sendo dele (seu abjeto e intolerável antissemitismo, seu colaboracionismo), não contaminaria a qualidade de sua obra? Tratar o sujeito como fraturado significa negar a vaidosa unidade que nos concedemos a nós mesmos. Uma análise a partir do sujeito fraturado, ao interpretar Céline, levaria em conta seus aspectos canalhas e mostraria que eles estão presentes mesmo em suas produções mais diamantinas.

O sujeito fraturado, em suma, supõe uma pluralidade dissonante de ações possíveis. Relacionando essa afirmação com a ideia de sentido de algo, haveria de se dizer que algo nunca possui um sentido em si, ou seja, um sentido imanente. Donde procurar extrair sentido de factuais equivale a querer tirar leite de pedra.

6. *Então, se a noção de sujeito fraturado aparece como alternativa simultânea ao imanentismo, ao sujeito autocentrado e à noção de "morte do homem", poderíamos ver essa "pluralidade dissonante de ações possíveis" como alternativa à polaridade "consciente-inconsciente" e articulada à noção de "inconsciente textual", presente em História.Ficção.Literatura (2006, p. 288)?*

LCL: Creio que a pergunta é mais instigante que minha resposta. Sem pretender complicar as coisas, gostaria de relacionar a noção de "sujeito fraturado" com a da sincronidade de tempos diversos, já formulada (não nesses termos) por Herder. Quero dizer: ser fraturado significa ser não integralmente coerente e tal incoerência ser resultante de agirmos em função de tempos diversos. Ao dizê-lo, lembro-me de uma foto que guardei de meu saudoso Wolfgang Iser. Ele está com Lore, sua esposa, na praia de Búzios, ele de paletó, ela, de vestido longo. Estavam na praia com valores de antes da década de 1950, ao passo que Iser, como teórico do discurso literário-ficcional, abria caminho contra as direções então mais batidas. Se o que digo tem algum sentido, o sujeito fraturado nos faria pensar no inconsciente como dotado de zonas diversificadas de [...] inconsciência; e – o que mais me interessa – em um inconsciente textual, *i.e.*, se o que dizemos ultrapassa o que quisemos dizer e assim suceder não simplesmente por imperícia do falante será porque o dito contém uma pregnância significativa que ultrapassa a intenção de quem o disse. É claro que a afirmação de um "inconsciente textual" apresenta de imediato outro problema: quando sua interpretação se torna arbitrária, configura o que Umberto Eco bem chamou de superinterpretação? Não creio que a questão seja irrespondível. Só a vejo eficaz, contudo, empiricamente, ou seja, diante de casos concretos.

7. *Em O controle do imaginário e a afirmação do romance o senhor critica a especialização que deixa distantes as reflexões da história social e as do hermenêuta. Fale um pouco sobre a importância que essa "ponte" tem para a apreensão e análise do que o senhor denominou controle do imaginário.*

LCL: Como eu gostaria de não ser tratado como senhor. Já não basta o castigo da velhice?! – Vamos lá. Creio que as distinções feitas entre o âmbito da história social e da hermenêutica costumam conduzir a uma castração recíproca. O pior é que essa dupla esterilidade torna os textos mais facilmente legíveis, consumíveis e então compráveis. Resultado: onde veja um assunto sério sendo muito bem vendido, pode ter quase certeza que pratica a "especialização" criticada. Exemplo típico: o recente *Romantismo* de Rudiger Safranski. Quando soube que iria sair

em português um livro fundado no romantismo alemão, disse-me graças, vamos poder trabalhar com alunos mais bem preparados. Não foi preciso muito tempo para ver meu engano. Não é que o livro seja ruim. Apenas trata do contexto social e evita, como o diabo da cruz, toda aproximação hermenêutica. Se o leitor souber pouco do assunto ou se contentar em conhecer seus arredores, gostará do livro. Eu mesmo havia lido do autor seu livro sobre Heidegger e, mesmo porque não sou nem um filósofo, nem um profundo conhecedor de Heidegger, creio que aprendi com ele. Mas onde vamos parar se a mediania se torna o nível máximo que nossos editores admitem publicar? Em mínimas palavras, a reclamação por uma ponte entre a história social e a penetração na textualidade é feita em nome de quem não se contente com a invasão informativa das redes midiáticas.

8. *Quais são os seus próximos projetos e pesquisas?*

LCL: Quando se chega a certa idade, nossos projetos antes dependem da boa vontade do tempo do que de você mesmo. Se o tempo me favorecer, penso terminar a série que comecei com *História.Ficção.Literatura*, e continuava com o livro sobre prosa ficcional, *O controle do imaginário e a afirmação do romance*, com uma nova obra, agora sobre ficção e poesia. Como sempre, o problema será de conseguir expor, em um espaço não excessivo, a consideração teórica sobre questão da ficcionalidade poética seguida da análise histórico-sociológica de, espero, três poetas: Antonio Machado, W. H. Auden e Sebastião Uchôa Leite.

274

Bibliografia

- CÉLINE, Louis-Ferdinand. **Voyage au bout de la nuit**. Paris: Gallimard, 1952.
- LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário e a afirmação do romance: Dom Quixote, as relações perigosas, Moll Flanders e Tristram Shandy**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 400 p.
- _____. **História.Ficção.Literatura**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 434 p.
- _____. **Floema**. Especial Luiz Costa Lima. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006, 84 p.
- _____. **Limites da voz**. Montaigne, Schlegel, Kafka. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, 444 p.
- _____. **O romance em Cornélio Penna**. 2ª ed. revista. Belo Horizonte: UFMG, 2005, 231 p.
- _____. **Teoria da cultura de massa**. 7ª ed. revista. Adorno *et al.*, introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 364 p.

- _____. **Mimesis e modernidade.** Formas das sombras. 2ª ed. São Paulo: Graal, 2003, 295 p.
- _____. **O redemunho do horror.** As margens do Ocidente. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2003, 452 p.
- _____. **Intervenções.** 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2002, 423 p.
- _____. **A literatura e o leitor:** textos da estética da recepção. 2ª ed. revista e ampliada. Hans Robert Jauss *et. al.*; coordenação, tradução e prefácio de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 203 p. [1979].
- _____. **Teoria da literatura em suas fontes.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. 2 volumes, 1046 p.
- _____. **Euclides da Cunha.** Contrastes e confrontos do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 59 p.
- _____. **Teoria da cultura de massa.** 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 338 p.
- _____. **Mímesis: desafio ao pensamento.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 431 p.
- _____. **Terra ignota.** A construção de "Os sertões". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 300 p.
- _____. **Lira e antilira:** Mário, Drummond, Cabral. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, 335 p. [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969].
- _____. **Vida e mimesis.** Rio de Janeiro: 34/Letras, 1995, 335 p.
- _____. **Pensando nos trópicos** (Dispersa demanda II). Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. **A aguarrás do tempo.** Estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, 363 p.
- _____. **O controle do imaginário.** Razão e imaginação nos tempos modernos. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, 282 p. [São Paulo: Braziliense, 1984].
- _____. **O fingidor e o censor.** No Ancient Régime, no Iluminismo e hoje. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, 383 p.
- _____. **Sociedade e discurso ficcional.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 435 p.
- _____. **Dispersa demanda.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, 248 p.
- _____. **Mimesis e modernidade.** Formas das Sombras. Rio de Janeiro: Graal, 1980, 287 p.
- _____. **A metamorfose do silêncio.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. **Estruturalismo e teoria da literatura**. Petrópolis: Vozes, 1973, 489 p.

_____. **Por que literatura?** Petrópolis: Vozes, 1966, 127 p.

MERTON, Thomas. **A montanha dos Sete Patamares** [*The Seven Storey Mountain*, 2005]. Petrópolis: Vozes.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. Paris: Le Seuil, 1983.

Livros traduzidos

LIMA, Luiz Costa. **The Limits of Voice**. Montaigne, Schlegel, Kaka. Trad. de Paulo Henriques Britto. California: Stanford University Press, 1996.

_____. **The Dark Side of Reason**. Fictionality and Power. Trad. de Paulo Henriques Britto. California: Stanford University Press, 1992.

_____. **Die Kontrolle des Imaginären**. Vernunft und Imagination in der Moderne. trad. de Armin Biermann. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1990.

_____. **Control of the Imaginary**. Reason and Imagination in Modern Times. Trad. de Ronald W. Sousa. Minnesota: University of Minnesota Press, 1988.

276

Livros sobre a obra de Luiz Costa Lima

BASTOS, Dau (org.). **Luiz Costa Lima**: uma obra em questão. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, 408 p.

ROCHA, João Cezar de & GUMBRECHET, Hans Ulrich (orgs.). **Máscaras da mimesis**: a obra de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Record, 1999, 374 p.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Ana Teresa Marques Gonçalves

Angela de Castro Gomes

Christiane Szesz

Fabio Muruci dos Santos

Francisco Eduardo de Andrade

Francisco Marshall

Janaína Oliveira

Lucia Paschoal Guimarães

Luiz Estevam Fernandes

Marcelo Magalhães

Marcos Sanches

Patrick Pessoa

Pedro Spinola Pereira Caldas

Rebeca Gontijo

Rodrigo Turin

Sérgio da Mata

Valdei Araujo

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1) Artigo inédito (entre 28.000 e 64.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2) Resenha crítica de livro (até 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista.

1.3) Textos e documentos historiográficos: tradução de texto inédito em língua portuguesa ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 80.000 caracteres com espaço).

1.4) Entrevistas, antecidas por uma breve apresentação (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).

2) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

3) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

4) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

5) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

6) As resenhas críticas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

7) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

8) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

9) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de

pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

10) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

11) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

12) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

13) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato:
(ABREU 2005, p. 36).

281

14) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

15) A partir de seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotará a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

16) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

17) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.